

A pesquisa que deu lugar a este livro mostra que os efeitos da degradação ambiental são desigualmente distribuídos entre os diferentes grupos sociais segundo classes de renda. Igualmente concorrem para tal desigualdade as diferentes capacidades destes grupos se fazerem ouvir nas esferas decisórias.

A desigualdade social reproduz-se também na esfera ambiental, expondo com particular intensidade as populações de menor renda aos riscos presentes nos locais de trabalho, de moradia ou nos ambientes em que circulam. Além das incertezas do desemprego, da desproteção social, da precarização do trabalho, a maioria da população brasileira encontra-se exposta aos riscos decorrentes do trabalho com substâncias perigosas, da falta de saneamento básico, da moradia em encostas perigosas e em beiras de cursos d'água sujeitos a enchentes, na proximidade de depósitos de lixo tóxico, vivendo sobre gasodutos ou sob linhas de transmissão de eletricidade.

Os grupos sociais de menor renda, em geral, são os que têm menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e ao solo não contaminado, estando mais expostos ao deslocamento compulsório de seus locais de moradia por razões de construção de grandes empreendimentos e obras de infra-estrutura ou, no campo, pela expansão das monoculturas. Os trabalhos aqui reunidos têm por pressuposto que os conflitos sociais são constitutivos das sociedades democráticas. Estes não são efeitos colaterais acidentais da vida social, mas matéria prima da construção democrática, das práticas e instituições que lhes dão tratamento e que através deles elaboram coletivamente os princípios legítimos de justiça. A justiça constitui assim meta a ser alcançada não só em âmbitos tradicionais da vida social mas também nos modos pelos quais são compartilhados os espaços, recursos e ambientes biofísicos.

TEXTOS DE

Maria Stella M. de Moraes, Arthur Soffiati, Fabio Reis Mota, Marcos A. Pedlowski, Tarcisio J. Föeger, Paulo Roberto R. Alentejano, Heloisa Pacheco-Ferreira, José Luiz de O. Soares, Joana Tolentino, Gustavo Bezerra, Iara Ferraz, Carlos B. Vainer, Flávia B. Vieira, Daniele de C. Pinheiro e Michele C. D. do Carmo

ISBN 85-7316-377-1



9 788573 163773



FORD FOUNDATION



Rede Brasileira de
Justiça Ambiental

www.justicaambiental.org.br



FUNDAÇÃO
HEINRICH
BÖLL



Conflito Social e Meio Ambiente
no Estado do Rio de Janeiro

Henri Acseirad organizador

Conflito Social e Meio Ambiente

no Estado do Rio de Janeiro



Henri Acseirad organizador

RELUME  DUMARÁ

Ciência e Conflito Social: o ambiente em questão

Carlos Walter Porto-Gonçalves

Por diferentes e contraditórios caminhos vem sendo construído um consenso a respeito da gravidade dos problemas ambientais do planeta em diferentes escalas. Há, até mesmo, aqueles que vão caracterizar a sociedade contemporânea como uma "sociedade de risco" (Giddens e Beck) pelas profundas implicações derivadas da intervenção de um poderoso sistema técnico sobre o destino do planeta e, conseqüentemente, da humanidade. Desde os anos 60, quando a problemática ambiental deixou de ser um debate entre *experts* e autoridades governamentais e se tornou verdadeiramente uma problemática política debatida a partir das ruas, da Pólis, uma intensa luta vem se travando até mesmo para designar o que seja a própria questão ambiental. Pode-se dizer que se naqueles anos 60 tanto se criticava o "lixo ocidental", o que demonstra o sentido profundamente crítico implicado no modo de vida engendrado pela segunda modernidade, os dias atuais acusam uma tendência a re-significar aquelas críticas e assimilá-las à ordem social e política hegemônica, ensejando o esvaziamento da ação política, no sentido profundo que lhe atribui Hanna Arendt, traduzindo-a em comportamentos e atitudes que convidam-nos a fazer a coleta seletiva do lixo "do lixo ocidental". Um balanço sério do avanço da degradação ambiental do planeta, do que o Cerrado e a Amazônia são exemplos emblemáticos, nos remete à triste constatação de que nunca se devastou tanto a natureza como no período em que mais se falou em salvá-la! O agravamento da questão ambiental vem se dando no mesmo passo em que ela é assimilada a uma questão de ordem técnica e reduzida a uma lógica mercantil. Se a Rio 92 foi o ápice da sua expressão política, a Rio+10, realizada em Joanesburgo, pode ser apontada como o seu ocaso com a afirmação dessa lógica mercantil.

É nesse contexto que o livro que o leitor tem em mãos ganha toda a sua importância. Reunindo uma equipe interdisciplinar aberta a um diálogo com outros saberes, sobretudo aqueles tecidos em situações de conflitos, nos abre novos horizontes para pensar a questão ambiental. Ao privilegiar o conflito como categoria central de análise, esse livro nos oferece uma pista riquíssima para a compreensão da natureza do que está implicado quando se fala de meio ambiente e que até aqui tem sido negligenciada no campo ambiental: trata-se de um embate em torno dos sentidos que se quer dar à vida e, assim, às suas condições tanto para o labor como para o trabalho. E os sentidos para a vida são, sempre, invenções sociais por meio da cultura e da política.

Neste livro, desde os conflitos derivados de contaminação química de trabalhadores no interior da fábrica; à contaminação química incontrolada que atinge a todos e, mais ainda, a alguns, quase sempre os mais pobres; à construção de barragens contra ribeirinhos e camponeses, assim como termelétricas cuja resistência dos moradores poupou a todos dos seus males; às monoculturas empresariais de eucalipto e sua lógica de expropriação; ao Estado que ignora quilombolas e pescadores e se mostra não só despreparado como coonestando a lógica empresarial nos conflitos sociais em torno do ambiente, tudo isso está aqui analisado com o que de melhor pode nos apresentar uma ciência que soube assimilar as críticas aos seus diferentes reducionismos. Aqui, mais do que a crítica ao paradigma herdado, podemos vislumbrar novos paradigmas até porque está aberto aos movimentos vivos de crítica social que podem ensejar novas instituições. Antropólogos, geógrafos, filósofos, sociólogos, médicos, administradores e planejadores, sob a coordenação de Henri Acselrad, nos brindam com uma obra que, com certeza, se tornará um marco nos debates ambientais e que busca superar os limites disciplinares por meio de um diálogo de saberes com outros protagonistas.

O autor é professor do Programa do Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

Carlos Walter Porto-Gonçalves

Por diferentes e contraditórios caminhos vem sendo construído um consenso a respeito da gravidade dos problemas ambientais do planeta em diferentes escalas. Há, até mesmo, aqueles que vão caracterizar a sociedade contemporânea como uma "sociedade de risco" (Giddens e Beck) pelas profundas implicações derivadas da intervenção de um poderoso sistema técnico sobre o destino do planeta e, conseqüentemente, da humanidade. Desde os anos 60, quando a problemática ambiental deixou de ser um debate entre *experts* e autoridades governamentais e se tornou verdadeiramente uma problemática política debatida a partir das ruas, da Pólis, uma intensa luta vem se travando até mesmo para designar o que seja a própria questão ambiental. Pode-se dizer que se naqueles anos 60 tanto se criticava o "lixo ocidental", o que demonstra o sentido profundamente crítico implicado no modo de vida engendrado pela segunda modernidade, os dias atuais acusam uma tendência a re-significar aquelas críticas e assimilá-las à ordem social e política hegemônica, ensejando o esvaziamento da ação política, no sentido profundo que lhe atribui Hanna Arendt, traduzindo-a em comportamentos e atitudes que convidam-nos a fazer a coleta seletiva do lixo "do lixo ocidental". Um balanço sério do avanço da degradação ambiental do planeta, do que o Cerrado e a Amazônia são exemplos emblemáticos, nos remete à triste constatação de que nunca se devastou tanto a natureza como no período em que mais se falou em salvá-la! O agravamento da questão ambiental vem se dando no mesmo passo em que ela é assimilada a uma questão de ordem técnica e reduzida a uma lógica mercantil. Se a Rio 92 foi o ápice da sua expressão política, a Rio+10, realizada em Joannesburgo, pode ser apontada como o seu ocaso com a afirmação dessa lógica mercantil.

Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro

Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro

Organizador

HENRI ACSELRAD

RELUME  DUMARÁ
Rio de Janeiro
2004

© Copyright 2004, dos autores
Direitos cedidos para esta edição à
DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.
Rua Nova Jerusalém, 345 – Bonsucesso
CEP 21042-235 – Rio de Janeiro, RJ
Tel. (21)2564-6869 (PABX) – Fax (21)2560-1183
E-mail: relume@relumedumara.com.br

Revisão
Argemiro de Figueiredo

Editoração
Dilmo Milheiros

Capa
Simone Villas-Boas

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C759 Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro / organizador Henri Acsehrad. – Rio de Janeiro : Relume Dumará : FASE, 2004

ISBN 85-7316-377-1

1. Conflito social – Aspectos ambientais – Rio de Janeiro (Estado).
2. Movimentos sociais – Rio de Janeiro (Estado). 3. Poluição – Rio de Janeiro (Estado). 4. Resíduos industriais – Aspectos ambientais – Rio de Janeiro (Estado). 5. Saúde ambiental – Rio de Janeiro (Estado). I. Acsehrad, Henri. II. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

04-2735

CDD 303.6098153
CDU 316.483:504(815.3)

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja ela total ou parcial, constitui violação da Lei nº 5.988.

Sumário

| | |
|--|-----|
| Introdução De “bota-foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro | 7 |
| <i>Henri Acsehrad</i> | |
| O loteamento do mar: conflito e resistência | 19 |
| <i>Maria Stela Marcondes de Moraes</i> | |
| A Lagoa Feia do Itabapoana e seus conflitos sociais | 65 |
| <i>Arthur Soffiati</i> | |
| O que é de um, não é de outro: conflitos e direitos na Ilha da Marambaia . . . | 93 |
| <i>Fabio Reis Mota</i> | |
| Transgredindo escalas e estabelecendo parcerias inusitadas na luta pela justiça ambiental: o caso da mobilização contra a monocultura de eucalipto no Rio de Janeiro | 127 |
| <i>Marcos A. Pedlowski e Tarcisio J. Föeger</i> | |
| Assentamentos rurais e conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro . . . | 151 |
| <i>Paulo Roberto R. Alentejano</i> | |
| Mapeando os riscos ambientais de origem industrial: o caso Panamericana . . | 179 |
| <i>Heloisa Pacheco-Ferreira</i> | |
| Companhia Mercantil e Industrial Ingá: “A bomba de Itaguaí” | 193 |
| <i>José Luiz de O. Soares e Joana Tolentino</i> | |
| A “Poluência” de Magé | 227 |
| <i>Gustavo Bezerra</i> | |

O fim do projeto da usina termelétrica a carvão mineral em Itaguaí 239
Iara Ferraz

Energia e conflitos sociais: o caso da barragem de Itaocara, Rio de Janeiro . . 251
Carlos B. Vainer, Flávia B. Vieira, Daniele de C. Pinheiro,
Michele C. D. do Carmo

INTRODUÇÃO

De “bota-foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro*

*Henri Acselrad***

Ao longo de 15 meses, a partir de fins de 2002, sete pesquisadores do *Mapa dos Conflitos Ambientais* promoveram levantamentos nos registros de instituições públicas como a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal e a Divisão de Recursos Minerais, com o intuito de identificar conflitos que envolvessem as parcelas mais pobres da população fluminense¹. O *Mapa dos Conflitos Ambientais* fazia parte do projeto *Mapa da Justiça Ambiental no Estado do Rio de Janeiro*, realizado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), em conjunto com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (IPPUR), com recursos oriundos de medidas compensatórias da Petrobras, repassados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano a partir de iniciativa da gestão Liszt Vieira, em 2002.

O estudo teve caráter qualitativo e visou a identificar o modo como as agressões ambientais afetam as populações de menor renda. Ao buscar o registro das denúncias, o levantamento pretendeu dar visibilidade à questão ambiental que atinge especificamente aqueles que têm, correntemente, menos condições de se fazerem ouvir no espaço público. Foi selecionada, em registros públicos, uma amostra de casos em que alguma mobilização de membros da população que habita áreas residenciais de baixa renda esteve na origem das denúncias. Foram considerados de caráter ambiental os conflitos desencadeados quando certas atividades ou instalações afetam a estabilidade de outras formas de ocupação em espaços conexos, sejam estes ambientes residenciais ou de trabalho, mediante impactos indesejáveis transmitidos pelo ar, pela água ou pelo solo.

* Colaboraram Felipe T. B. Caixeta, Joana Tolentino Batista, Gustavo Neves Bezerra e José Luiz de O. Soares.

** Professor do IPPUR/UFRJ e pesquisador do CNPq.

Referente ao período compreendido entre 1992 e 2002, o levantamento resultou na identificação de uma amostra de 251 situações-problema localizadas em 49 municípios do estado. Disposição inadequada e lançamento clandestino de resíduos tóxicos, poluição do solo, ar e água, convivência de pessoas com valões, lixões e enchentes, implantação de loteamentos em áreas inadequadas, comprometimento da pesca artesanal pela atividade sísmica da prospecção de petróleo no mar, deslocamento de populações devido à poluição industrial ou à instalação de *resorts*, danos provocados por atividade mineradora, vazamento de óleo, privatização indevida de recursos hídricos, entre outras situações – os casos trazidos pelo mapa mostram realidades e estratégias de atores sociais envolvidos na apropriação conflitiva dos ambientes no Estado do Rio.

Os casos levantados foram organizados em fichas que identificam os atores envolvidos, a data das denúncias, os denunciantes, o histórico dos eventos, assim como os documentos que serviram de fonte das informações. O levantamento foi sistematizado em CD-ROM, contendo também vídeos e fotografias ilustrativas.

Os casos foram agrupados em quatro classificações gerais e 15 classificações específicas segundo a natureza do fato desencadeante. As grandes classes agrupam os casos provocados (1) por atividades industriais, (2) por ausência de saneamento e (3) por atividades industriais e ausência de saneamento simultaneamente. A quarta e última grande classificação – casos “outros” – reúne os eventos que não se enquadram nas três categorias anteriores, envolvendo, por exemplo, usos do solo rural, loteamentos em áreas de risco e apropriação privada de recursos hídricos. Já as 15 classificações específicas permitem um maior detalhamento dos tipos de conflito, discriminando casos de poluição atmosférica, disposição não licenciada de resíduos industriais, poluição de corpo hídrico, vazadouros de lixo, lançamento de esgoto em corpo hídrico, entre outros.

Os conflitos mais frequentes estão associados a três processos: a) o enfraquecimento da capacidade de controle ambiental por parte das agências públicas (a insuficiência das atividades de fiscalização, de vistoria dos empreendimentos licenciados e de controle dos lançamentos clandestinos de esgoto e lixo químico multiplicam os “acidentes” por imprevidência consciente, associada com frequência a processos de terceirização em estatais), b) a relativa estagnação econômica do estado e o fechamento de indústrias no período que vai até meados dos anos 1990 (muitas fábricas abandonadas tornaram-se depósitos irregulares de resíduos industriais) e c) a retomada econômica em meados dos anos 1990, baseada na expansão da exploração do petróleo no norte fluminense e dos investimentos industriais no médio vale do Paraíba, que provocou, no primeiro caso, conflitos com a pesca artesanal, e no segundo, episódios de poluição de solo e de corpo hídrico.

O ano de 1992, da realização da Rio-92, Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, marcou o ápice do interesse adquirido pelas ques-

tões ambientais em nosso país, dado o acirramento do debate público e o destaque conferido ao tema pela imprensa. Se, ao longo dos anos que se seguiram, poder-se-ia esperar a intensificação e o aperfeiçoamento da capacidade de controle ambiental pelos órgãos públicos, isto não ocorreu. Este período foi, ao contrário – dadas as escolhas macroeconômicas prevalentes –, caracterizado pelo estreitamento geral da capacidade de ação das instituições governamentais. No final dos anos 1990, os órgãos ambientais já encontravam dificuldades para transportar seus técnicos até as áreas-problema. Com a degradação das estruturas de controle, muitas atribuições foram transferidas para empreendedores privados e consultorias, dando origem a estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA) incompletos e laudos técnicos duvidosos provenientes dos auto-controles periódicos do ar e da água, realizados pelas próprios agentes poluidores. Este cenário não podia deixar de se refletir na incidência e na natureza dos conflitos ambientais, que foram favorecidos, em grande parte, pela insuficiência na ação reguladora e fiscalizadora dos órgãos públicos, tanto ante as agressões ambientais associadas à estagnação econômica, anterior a 1994, como à retomada que se iniciou no Estado do Rio em meados dos anos 1990.

De acordo com os registros do Ministério Público e da Feema, as agressões ambientais costumam tornar-se públicas a partir das denúncias encaminhadas pelas populações atingidas aos órgãos das Defesas Cíveis municipais e estaduais e ao Corpo de Bombeiros, e, em certos casos, diretamente ao Ministério Público, por meio de cartas-denúncia e queixas formais. A Feema é notificada dos problemas, em boa parte dos casos, pelas Defesas Cíveis e pelos Bombeiros. Há casos que são evidenciados por parte dos próprios analistas ambientais do estado, que detectam problemas durante as vistorias nos empreendimentos. Os principais agentes das denúncias são moradores das cercanias de fábricas, pedreiras, áreas de descarte e localidades desprovidas de saneamento.

A população reage a odores oriundos de locais inesperados como ferros-velhos, campos de futebol e áreas de estacionamento, a eles associando a causa de náuseas, vômitos, irritação nos olhos, dores no corpo, manchas cutâneas, sangramentos nasais, desmaios e dificuldades respiratórias. Reage também a tais sinais em proveniência de locais menos inesperados como galpões, fábricas desativadas, lixões e cerâmicas. Os moradores são, por vezes, testemunhas de lançamentos indevidos de materiais em terrenos baldios, áreas de pastagem e mangues. Incidentes envolvendo contaminação de crianças por resíduos tóxicos, por vezes com mortes, são também objeto de denúncia.

Os conflitos ambientais eclodem quando impactos indesejáveis, transmitidos pelo ar, pela água ou pelo solo, comprometem a coexistência localizada entre distintas práticas sociais de uso do território e de seus recursos. Os agentes das denúncias costumam ser membros dos grupos sociais atingidos por habitarem ou

trabalharem em áreas de incidência dos impactos indesejáveis de atividades ou instalações. Tais impactos indesejáveis podem provir igualmente da omissão do poder público, como, por exemplo, na ausência de ações de implantação de sistemas de saneamento. Entre os agentes responsabilizados pelas agressões ambientais encontram-se instâncias empresariais que se apropriam dos territórios, seus recursos ou suas condições locacionais para o desenvolvimento de atividades produtivas, assim como órgãos governamentais que regulam o uso do solo e as instalações de infra-estrutura sanitária. O poder público, com suas agências e autarquias, nas três esferas de poder (Municipal, Estadual e Federal), é mobilizado seja para fazer valer a lei, os mecanismos de licenciamento e as normas ambientais, seja para providenciar ações corretivas de atividades de terceiros ou de responsabilidade do próprio estado.

Registra-se também a atuação do Ministério Público, do poder legislativo, de instituições de pesquisa e organizações não governamentais. Quando acionados, os Ministérios Públicos Estadual (MPE) e Federal (MPF) procuram recolher e sistematizar informações, exigir providências ou mediar soluções para os problemas, tal como na assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta. O poder legislativo atua, em alguns casos, reverberando as denúncias da população. Em outros, ele pode favorecer a eclosão de conflitos ao alterar normas de uso do solo no sentido de beneficiar interesses econômicos em detrimento das condições ambientais de vida da população. Centros de pesquisa subsidiam os atores com informações e laudos técnicos, formulando propostas e fornecendo serviços. ONGs, associações de moradores, sindicatos de trabalhadores e associações de pescadores aparecem entre os agentes das denúncias. O MPE e o MPF têm por hábito também instaurar procedimentos para investigar denúncias veiculadas pela mídia.

Para que um empreendimento opere legalmente, ele deve passar por um processo de licenciamento, no qual o empreendedor, para obter a licença, se compromete a cumprir uma série de normas, restrições e exigências. Se tais restrições forem desrespeitadas, ou se a atividade provocar dano ambiental, por acidente ou negligência, o empreendedor pode sofrer sanções que vão de multas à interdição. As denúncias encaminhadas pelos diversos atores às agências governamentais e ao Ministério Público, assim como os problemas identificados nas vistorias dos órgãos ambientais, envolvem empreendimentos de características variadas.

Indústrias multinacionais do ramo químico figuram como responsáveis por poluição do ar², solo³ e recursos hídricos⁴; algumas delas protagonizam casos de descartes clandestinos de resíduos tóxicos⁵ e abrigam sítios contaminados dentro e fora de suas plantas⁶. Empresas do ramo metalúrgico e de galvanoplastia encontram-se envolvidas em irregularidades ambientais em mais de uma localidade do estado⁷. Indústrias têxteis⁸, usinas de cana⁹, hidrelétricas¹⁰, fábricas de produ-

tos de beleza¹¹ e de beneficiamento de alimentos¹² estão citadas entre os agentes que contribuem para a degradação dos ambientes das populações fluminenses.

Com destaque no recebimento de multas e assinatura de Termos de Ajustamento de Condutas (TACs), as indústrias de refino e armazenamento de petróleo e derivados são protagonistas de acidentes como rompimento de dutos, explosões e vazamentos em suas plantas e em áreas externas. Elas provocam poluição do ar, solo e mar, causam danos à saúde de populações e inviabilizam atividades econômicas tradicionais, como a pesca¹³.

A extração mineral em pedreiras ocasionou denúncias em, pelo menos, 20 municípios fluminenses, originadas no temor das comunidades com relação às explosões e nos danos provocados, na forma de rachaduras em moradias e acidentes com vítimas¹⁴. A atuação de pedreiras dentro de unidades de conservação tem motivado ações do Ministério Público, Polícia, Feema e Assembléia Legislativa¹⁵. Há casos de moradores que dizem estar sofrendo coação para manter silêncio sobre as irregularidades na extração mineral¹⁶.

Relatórios de vistoria do órgão ambiental do estado verificam que mesmo empresas licenciadas praticaram o armazenamento inadequado do lixo tóxico, contaminando solos e lençóis freáticos. Por mais de uma vez, tais empresas teriam participado de lançamentos clandestinos de resíduos no ambiente¹⁷. Periodicamente, depósitos provisórios de resíduos aliviam seus estoques por meio de incêndios¹⁸, espalhando nuvens tóxicas sobre comunidades pobres. Em três municípios do Grande Rio, moradores acreditam-se acometidos por moléstias respiratórias e cutâneas atribuídas à convivência com resíduos¹⁹. Quando não são levados para aterros ou incineradores, os resíduos são despejados em lixões²⁰, lançados em terrenos baldios²¹ ou enviados para cerâmicas e firmas de "reciclagem", que atuam em desconformidade com a legislação ambiental²².

O poder público (prefeituras, governo do estado, órgãos governamentais estaduais e federais ligados à área ambiental) é responsabilizado no caso de danos causados pelas empresas estatais²³, pelo não fornecimento de serviços de saneamento²⁴ e por desrespeitar ou não fazer valer a legislação e o zoneamento dos municípios²⁵. Representantes do poder público municipal, estadual e federal, por vezes, editam leis, concedem alvarás e licenças que desrespeitam códigos de ocupação de solo e até a legislação ambiental²⁶.

Inúmeras prefeituras do estado têm problemas com a justiça e receberam multas dos órgãos ambientais, em virtude dos lixões em operação nos municípios²⁷. Pressionado pelo Ministério Público e por setores da sociedade civil, o Governo do Estado procurou resolver o problema através do financiamento de usinas de reciclagem nos municípios (Programa Pró-lixo); houve liberação de recursos para prefeituras mas os poucos projetos que saíram do papel contêm falhas estruturais, foram interditados e tornaram-se eles próprios objeto de in-

investigação por parte do MP²⁸. São muitas as denúncias de irregularidade na operação de vazadouros²⁹, instalação de aterros sanitários³⁰ ou usinas de reciclagem.

Após as denúncias de agressões ambientais, os encaminhamentos para os conflitos no Estado do Rio podem resultar em:

1 – Ações diretas (de realização de estudos para caracterizar o impacto, de redução dos riscos, de imposição de ações corretivas e mitigadoras aos agentes responsáveis pelos danos, de retirada e destinação adequada de resíduos, de aplicação de penalidades, de remoção de populações, de suspensão de concessões, de autuação, de interdição, de imposição aos agentes responsáveis pelos danos de ações corretivas do sistema produtivo para adequá-lo às normas ambientais);

2 – Ações indiretas (de coordenação de empresas para apoio no socorro emergencial, de orientação das organizações locais para cuidados médicos);

3 – Apresentação pública de justificativas e propostas de ação (enunciação de promessas, de justificação de inação por falta de meios, de proposta de mudança institucional, de argumentos para a irresponsabilização de órgãos públicos e empreendedores, diluição de evidências e de relações causais);

4 – Ações judiciais ou parajudiciais (instauração de Inquérito Civil; abertura de Ação Civil Pública; celebração de Termos de Ajustamento de Conduta entre as agências ambientais e o empreendedor, com a mediação do Ministério Público, Estadual ou Federal).

O TAC obriga o ator que comete irregularidades ambientais a cumprir uma série de medidas definidas em um cronograma. Dezenas de prefeituras assinaram TACs, em virtude dos lixões que operam. As grandes empresas estatais e multinacionais em operação no estado também as assinaram. Com a celebração do TAC, o Ministério Público tende a dar por encerrado o problema, mas a assinatura do documento não significa necessariamente o cumprimento das exigências. Como as agências ambientais, com sua estrutura insuficiente, têm dificuldade em exercer seu poder de fiscalização, os danos infligidos às populações tendem a perdurar³¹.

Observa-se que, para o sucesso das ações de controle ambiental, emitir licenças não basta. Nos casos de denúncias associadas à mineração, por exemplo, grande parte dos conflitos tem origem em empreendimentos licenciados que desobedecem regras de funcionamento ou extrapolam a área de atuação originalmente estabelecida na Licença de Operação³². Os conflitos associados à presença de depósitos de resíduos licenciados são exemplos de que licenciar apenas não basta: é preciso fiscalizar.

Certas localidades destacam-se por serem objeto de uma concentração de práticas ambientalmente agressivas, atingindo populações de baixa renda. Os

moradores dessas áreas convivem com a poluição industrial do ar e da água, depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de abastecimento de água, baixos índices de arborização, riscos associados a enchentes, lixões e pedreiras. Nestes locais, além da presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede da implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor. Tais localidades são chamadas, pelos estudiosos da desigualdade ambiental, de “zonas de sacrifício” ou “paraísos de poluição”, onde a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos predatórios, assim como as isenções tributárias o fazem nos chamados “paraísos fiscais”.

Nestes locais, observa-se a conjunção das decisões de localização de instalações ambientalmente danosas com a presença de agentes políticos e econômicos empenhados em atrair para o local investimentos de todo tipo, qualquer que seja seu custo social e ambiental. Estes dois processos tendem a prevalecer em áreas de concentração de moradores de menor renda e menos capazes de se fazerem ouvir nos meios de comunicação e nas esferas de decisão.

Este é o caso do perímetro delimitado pelo município de Itaguaí (áreas da Ilha da Madeira e do entorno do Porto de Sepetiba) e a zona oeste do Rio (Santa Cruz e parte de Campo Grande). Em Itaguaí, as populações enfrentam a poluição hídrica, ocasionada pela ausência de saneamento e o abandono de resíduos tóxicos pela empresa Ingá Mercantil. Neste município, há registros de conflitos associados à ampliação e às atividades no porto de Sepetiba, atingindo os pescadores tradicionais (devido à contaminação e diminuição dos cardumes). Recentemente, o município foi escolhido para abrigar uma usina termelétrica a carvão, projeto que não se concretizou por conta de resistências da população³³. Nas proximidades do distrito industrial de Santa Cruz, os impactos provêm da ausência de saneamento, das emissões de poluentes do ar e da água, dos sítios contaminados em fábricas desativadas, na forma de sucessivos descartes de resíduos tóxicos, configurando localidades nomeadas de “Bota Fora”³⁴.

Outra zona de sacrifício a se destacar é o distrito de Adrianópolis, em Nova Iguaçu, localizado no entorno direto da Reserva Biológica do Tinguá. O bairro, que foi inicialmente escolhido para sediar o primeiro aterro de resíduos tóxicos do estado, a Central de Tratamento de Resíduos (Centres), escolha que terminou por não se efetivar, abriga um grande depósito de ascarel e é cortado por gasodutos e linhas de transmissão de energia. Em 2003, foi ali implantado um Aterro Sanitário, após longa batalha judicial entre moradores e prefeitura. Os moradores da região delimitada pela RJ 113 e o Rio Iguaçu (que compreende os distritos conexos de Vila de Cava, Marambaia e Adrianópolis), muito rica em mananciais hídricos, assistiram à degradação dos seus recursos ambientais pela operação do lixão da Marambaia e outros vazadouros clandestinos. Descartes irregulares de resíduos

industriais nesta área aumentam o temor da contaminação das águas subterrâneas que abastecem as comunidades.

Os Ministérios Públicos Estadual e Federal, quando acionados em virtude de denúncias, instauram procedimentos administrativos (PRAD) internos com o intuito de recolher e sistematizar informações que caracterizem o objeto da denúncia, os possíveis danos causados e os responsáveis pelos mesmos. Durante a formação do PRAD, Promotores do Estado e Procuradores da República oficiam a Feema ou o Ibama, requisitando laudos técnicos e dados especializados sobre os problemas denunciados. Eles pedem às agências ambientais cópias de licenças e outros documentos pertinentes ao licenciamento de empreendimentos e atividades, cópias de Relatórios de Impacto Ambiental, mapas de Unidades de Conservação e realização de vistorias. O Ministério também oficia prefeituras, requisitando informações sobre concessão de alvarás, legislação e zoneamento dos municípios.

Se as informações recolhidas pelo MPF ou MPE verificarem ou apontarem para a existência de irregularidades ambientais, seja na forma de dano ao ambiente ou a grupos sociais, o Procedimento Administrativo é transformado em Ação Civil Pública (ACP), instrumento legal que visa a punir responsáveis, exigir soluções, corrigir e mitigar os problemas. Os Procedimentos Administrativos também podem originar Termos de Ajustamento de Conduta ou ações criminais contra os responsáveis por crimes ambientais. No entanto, a verificação de possíveis danos, a adoção de medidas para adequação das atividades mantidas por empreendedores ou poder público, a responsabilização dos que cometem crimes ambientais e a mitigação dos impactos sobre os ambientes e comunidades são, por vezes, comprometidas por dificuldades surgidas na interlocução e troca de informações entre agências ambientais, prefeituras e Ministério Público.

Dada a carência de meios nos órgãos públicos, ofícios enviados à Feema e ao Ibama pelo Ministério Público Estadual ou Federal, durante a composição dos Procedimentos Administrativos, ou mesmo após a abertura de uma Ação Civil Pública, costumam não ser atendidos nos prazos estipulados³⁵. Em determinadas ocasiões, as respostas contêm lacunas que obrigam a expedição de novos documentos pelo Ministério Público. Uma interlocução mais estreita e ágil entre o poder judiciário e o poder público municipal também faz falta para a adoção de medidas em relação aos conflitos vividos nas localidades. Representantes de prefeituras também deixam a desejar no respeito aos prazos requeridos para o envio de informações ao Ministério Público e há casos de administrações que encerram seus mandatos sem atender aos ofícios do MP Estadual ou Federal³⁶.

Questionados a este respeito, representantes da Feema alegam que, por dificuldade de estabelecer prioridades, o Ministério Público envia um grande número de ofícios ao órgão, que não dispõe de estrutura suficiente para atender a tan-

tos pedidos. O diálogo assim dificultado entre as instâncias pode contribuir para o agravamento dos impactos e tornar os processos de mitigação mais custosos e complicados, acabando por penalizar comunidades e beneficiar os responsáveis pelas irregularidades ambientais³⁷.

Quando o conflito não encontra o caminho de sua institucionalização, por outro lado, observa-se a eclosão de episódios violentos, como os de saque de equipamentos e materiais de fábricas desativadas e incendiadas sob tiroteio com a polícia³⁸, depredação de móveis, subtração de bombonas, incêndio de materiais, queima de pneus e apedrejamento de empresas³⁹.

Dentre os 251 casos levantados pelo projeto de pesquisa, 24 foram objeto de estudos de caso⁴⁰, dos quais dez são apresentados no presente volume. As pesquisas mostram que os licenciamentos não são mera barreira burocrática ao desenvolvimento. Ao contrário do que sugerem as freqüentes queixas de representantes empresariais contra a “demora excessiva”, as “exigências descabidas” e os “empecilhos burocráticos” pelos quais o processo de licenciamento ambiental estaria inviabilizando investimentos, os casos pesquisados indicam que, consideradas as dificuldades de as agências públicas fiscalizarem o respeito às normas, os licenciamentos mostram-se, com freqüência, necessários mas insuficientes para proteger a população – notadamente os grupos de menor renda – dos riscos ambientais dos empreendimentos. A dificuldade de se fazerem respeitar as normas ambientais estaria inclusive na origem de grande parte dos conflitos ambientais que se manifestam no estado. Assim sendo, o incremento da capacidade de se prevenir e dar tratamento democrático aos conflitos ambientais seria possível desde que os órgãos públicos fossem fortalecidos e que se intensificasse a participação da população nos estudos de impacto, no acompanhamento dos processos de licenciamento e no controle público do respeito às normas ambientais em vigor.

NOTAS

¹ Os levantamentos foram realizados pelos pesquisadores Felipe T. B. Caixeta, Flavia Pires, Gustavo N. Bezerra, Joana Tolentino Batista, Iara Ferraz, José Luiz de O. Soares, Renata Curcio Valente e Rodrigo Nuñez Viégas.

² Casos em Belford Roxo (1992) e no município do Rio de Janeiro (2000).

³ Casos em Belford Roxo (1992) e Resende (2002).

⁴ Casos em Belford Roxo (1992) e Resende (2002).

⁵ Casos em Nova Iguaçu (1992 e 1999) e Rio de Janeiro (2001).

⁶ Casos em Belford Roxo (1992) e Resende (2002).

⁷ Casos de armazenamento de produto tóxico em Angra dos Reis (2002), Aterro Volta Grande em Volta Redonda (2000) e em Sepetiba (2002).

- ⁸ Caso em Nova Friburgo (2002).
- ⁹ Casos de lançamento de vinhoto em Campos (1999) e de inundação provocada por usina (2001).
- ¹⁰ Casos em Cantagalo (2001) e Nova Friburgo (1999).
- ¹¹ Caso em Nova Iguaçu (2001).
- ¹² Casos no Rio de Janeiro (2002), em Itaperuna (2002) e em Nova Friburgo (2001).
- ¹³ Casos de pó branco em Belford Roxo (2001), rompimento de poliduto em Japeri (2000), derramamento de 1,3 milhão de litros de óleo (2000) e contaminação em refinaria (2002).
- ¹⁴ Casos de perturbação pública causada por pedra em Araruama (1998) e de extração irregular de areia em Cachoeira de Macacu (1992).
- ¹⁵ Casos de pedra em Duque de Caxias (2000), de extração de saibro em Duque de Caxias (2002) e de mineração em área de proteção ambiental em Niterói (2001).
- ¹⁶ Casos de pedra em Niterói (2000) e de extração irregular de saibro em São Pedro da Aldeia (2001) e em Nova Iguaçu (2001).
- ¹⁷ Caso de descarte clandestino de resíduos tóxicos em Volta Redonda (2000).
- ¹⁸ Casos verificados em Duque de Caxias e em Queimados (1998).
- ¹⁹ Casos em Queimados (1998), em Magé (2002) e em Belford Roxo (2002).
- ²⁰ Casos do Lixão de Rio Bonito (1999) e do Lixão de Trindade em São Gonçalo (2000).
- ²¹ Caso de cianeto em terreno baldio no Rio de Janeiro (2000).
- ²² Casos da Reciclagem Sudeste em Itatiaia (2002) e de cerâmicas em Queimados (2000) e em Rio Bonito (1999).
- ²³ Casos de derramamento de 1,3 milhão de litros de óleo, em Duque de Caxias (2000), do Aterro Volta Grande em Volta Redonda (2000), da “obra do século” da Cedae em Miguel Pereira (2001), da CEG no Rio de Janeiro (2000), da Cidade dos Meninos em Duque de Caxias (2002) e da Casa da Moeda no Rio de Janeiro (1997).
- ²⁴ Casos da obra da prefeitura provocando enchente em Nova Iguaçu (2002) e da ausência de infraestrutura nas proximidades da Estação de Tratamento Guandu.
- ²⁵ Casos do conjunto residencial em área de risco em Duque de Caxias (2001), da implantação de conjunto habitacional em área predominantemente industrial em Belford Roxo (2002) e do conjunto habitacional em área de restinga em Arraial do Cabo (1995).
- ²⁶ Casos de ocupações irregulares na Ilha Grande (2001), de conjunto residencial em área de risco em Caxias (2001) e da implantação de conjunto habitacional em zona industrial em Belford Roxo (2002).
- ²⁷ Casos do aterro de Gramacho (2002), do Lixão do Babi em Belford Roxo (2001), da Ilha Formosa em Cabo Frio (2001), do Lixão do Couto em Miguel Pereira (1999), do Lixão do Fischer em Teresópolis (2000), do Morro do Céu em Niterói (1996) e do Lixão de Campos (1999).
- ²⁸ Casos de usina de reciclagem abandonada em Belford Roxo (1995), de lixão e usina de reciclagem sucateada em Mendes (2000), do Lixão do Couto em Miguel Pereira (1999) e da usina inacabada ao lado do Centres em Queimados (1995).
- ²⁹ Caso do aterro de Gramacho.

- ³⁰ Casos do aterro Sanitário de Adrianópolis e do Lixão da Marambaia.
- ³¹ Caso do zinco no Porto de Sepetiba em Itaguaí (2002).
- ³² Em Miguel Pereira, três dos quatro casos registrados de mineração irregular, ocorridos em 2001 e 2002, são desse tipo.
- ³³ A respeito do projeto de instalação da usina termelétrica, declarou um membro da Comissão de Ética e Cidadania de Itaguaí, em dezembro de 2002: “O que é que essa usina ia trazer pra cá? Eles [os que são favoráveis] falam em “emprego”, “geração de renda”...mas pra quem? só se for de mão-de-obra na construção... Depois? só vem gente de fora! E só fica mesmo a ‘poluição’! e aqui já tem a INGÁ, a CSN, a COSIGUA, a Casa da Moeda, a Suvinil, a usina de Santa Cruz!”. Ver: I. Ferraz, “O fim do projeto da usina termoelétrica a carvão mineral”, neste volume.
- ³⁴ Casos de descarte clandestino no caminho Foz do Jordão (1992), de descarte clandestino seguido de incêndio (1993), de vazadouro clandestino de resíduos de fábrica de cerveja (1997), de aterro clandestino com resíduos (1997), de intoxicação nos assentamentos Araguaia e Nova Canudos (2001) e de intoxicação da população em Santa Cruz (2001).
- ³⁵ Casos de ocupação irregular na Ilha Grande (2000).
- ³⁶ Casos de ocupação irregular na Ilha Grande (2000) e de falta de dragagem de canal no centro de Nova Iguaçu (2002).
- ³⁷ Casos da Ingá Mercantil em Itaguaí (2002) e do Centres em Queimados (1998).
- ³⁸ Caso da Cirpress no município do Rio de Janeiro (1995).
- ³⁹ Caso de uma automecânica no município do Rio de Janeiro (1994).
- ⁴⁰ Foram elaborados os seguintes estudos: Salinas, pesca, turismo e extração mineral – uma possibilidade de releitura dos critérios de justiça (Sonia Oliveira), Conflitos Sócio-ambientais Envolvendo a Pesca Costeira – uma categorização (Maria Stela Marcondes de Moraes), O Loteamento do Mar – pescadores reagem à exploração de petróleo na costa fluminense (Maria Stela Marcondes de Moraes), A Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo: um projeto ameaçado? (Maria Stela Marcondes de Moraes), Barragens e Conflitos Sociais: o Caso da Barragem de Itaocara (Carlos B. Vainer, Flávia B. Vieira, Daniele de C. Pinheiro, Michele C. D. do Carmo), Conflitos em Torno ao Uso da Água na Baixada dos Goitacazes, Norte Fluminense, (Paulo Roberto F. Carneiro), A Lagoa Feia do Itabapoana e seus conflitos (Arthur Soffiati), Transgredindo Escalas e Estabelecendo Parcerias: o caso da luta contra a monocultura de eucalipto no Rio de Janeiro (Marcos A. Pedlowski), Assentamentos Rurais no Entorno de Unidades de Conservação – o Caso da Reserva Biológica de Poço das Antas (Ana Maria Motta Ribeiro e Wilson Madeira Filho), O que é de um, não é de outro: conflitos e direitos na Ilha da Marambaia (Fabio Reis Mota), Justiça Ambiental e Saúde Coletiva (Carlos Machado de Freitas, Christovam Barcellos e Marcelo Firpo de Souza Porto), “Valão” e enchentes em São Gonçalo: as estratégias de ação das moradoras da rua Assis Chateaubriand (Flávia Pires), O enfoque da Justiça Ambiental na Análise da Comunidade do Lixão do Fischer, Teresópolis (Renata Curcio Valente), A Ocupação Diferenciada das Encostas do município do Rio de Janeiro (Rose Compans), A Ambientalização dos conflitos em Volta Redonda (José Sérgio Leite Lopes), Riscos Ambientais de Origem Industrial: o caso Panamericana (Heloisa Pacheco-Ferreira), Companhia Mercantil Industrial Ingá – uma “bomba” em Itaguaí (José Luis de O. Soares e Joana Tolentino), O Caso Centres, município de Queimados, (Felipe T.B. Caixeta), A Cidade dos Meninos e a Contaminação por HCH (hexaclorociclohexano) (Selene Hercula-

no), Conflito Ambiental e Luta por Moradia – o caso do depósito de lixo tóxico do Distrito Industrial de Campo Grande, município do Rio de Janeiro, (Kátia Perobelli), O Fim do Projeto da Usina Termoelétrica a Carvão Mineral (Iara Ferraz), A “Poluência” de Magé (Gustavo Bezerra), Assentamentos rurais e conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro (Paulo Roberto R. Alentejano), O Caso da Cabeceira dos Thuller: a força do direito (Maria de Fátima G. Yukizaki).

O loteamento do mar: conflito e resistência

*Maria Stela Marcondes de Moraes**

Apresentamos, neste capítulo, uma sistematização das categorias de conflitos envolvendo a pesca costeira no Estado do Rio de Janeiro¹ e o resultado de três estudos de caso², dentre os quais damos destaque ao conflito entre pescadores e as atividades de exploração de petróleo na Bacia de Campos. Antes, porém, fazem-se necessárias algumas considerações metodológicas relevantes.

As primeiras entrevistas realizadas junto aos atores sociais envolvidos mostraram a necessidade de um critério para o mapeamento dos conflitos na área da pesca. Inesperada, porém, foi a profusão de abordagens diferentes para a divisão regional do Estado do Rio de Janeiro, caracterizando, elas mesmas, se não um conflito, pelo menos a ausência de consenso na forma de compreender as formações geográficas do estado.

Todos os mapas encontrados deixam de lado as características das áreas costeiras. De fato, como assinala o professor Paulo César Hargreaves, um dos principais problemas para o estudo destes ambientes é “...a falta de um mapeamento espacial das características e situação ecológica dos ambientes aquáticos” (Hargreaves, 2001: 16). Ressaltando a tradição dos governos brasileiros de desenharem zoneamentos costeiros direcionados ao aproveitamento de recursos públicos, lembra que o mais recente, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (PNGC II) (CIRM, 1997, apud Hargreaves, 2001), embora mais abrangente – por incluir os recursos paisagísticos, arqueológicos, culturais e ecológicos – também peca por omitir referências ao zoneamento de espaços costeiros oceânicos (idem). Desse modo, seu estudo tem como ponto de partida

uma visão submarina de componentes oceânicos, das relações da faixa costeira e marinha como um espaço contínuo da zona terrestre, vista a partir da

* Doutora em Educação pela PUC-Rio.

plataforma submarina. A proposta visa a integrar essa região submersa à realidade sócio-econômica brasileira (idem: 17).

Para um recorte ao longo da chamada “Região Sudeste” do litoral fluminense, o autor recorre à Carta Náutica 1500 (Anexo 2), instrumento básico de localização, e identifica recursos naturais de características homogêneas que formam sistemas e compartimentos com distâncias proporcionais ao longo de três quadrantes: a Frente Sul, a Frente Sudeste e um pequeno setor ao norte que é a Frente Leste (idem: 148), cujas subdivisões podem ser visualizadas no seguinte quadro:

Figura 1: Subdivisão das Frentes Sul, Sudeste e Leste, do litoral Sudeste do Estado do Rio de Janeiro.

| SUB-REGIÃO 1: FRENTE SUL | SUB-REGIÃO 2: FRENTE SUDESTE | SUB-REGIÃO 3: FRENTE LESTE |
|--|---|--|
| <p>Zona 1.1 Compartimento de Piratininga – Saquarema</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema Itacoatiara • Sistema Itaipu – Açú • Sistema Maricá-Ponta Negra <p>Zona 1.2 Compartimento de Massambaba</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema Saquarema • Sistema Itaúna • Sistema Massambaba | <p>Zona 2.1 Compartimento Cabo Frio – Cabo Búzios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema Cabo Frio • Sistema Cabo Búzios <p>Zona 2.2 Compartimento Manguihos – Macaé</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema Rio São João • Sistema Rio da Ostras • Sistema Itapebuçu • Sistema Ilha de Santana <p>Zona 2.3 Compartimento Cabiúnas – São Tomé</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema Carapébús • Sistema Praia Barra do Furado • Sistema Banco de São Tomé | <p>Zona 3.1 Compartimento São Tomé – Itabapoana</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema Cabo São Tomé • Sistema Foz Rio Paraíba do Sul • Sistema Foz Rio Itabapoana |

Para compreender as relações entre as sub-regiões e compartimentos costeiros e suas respectivas frentes marinhas, como espaços contínuos da zona terrestre, esta divisão não é suficiente. A proposta inspirada nas recomendações da FAO/UN³ recorta a zona costeira em cinco parâmetros espaciais: Faixa Oceânica Econômica (Zona Econômica Exclusiva) – com limites da plataforma continental até 200 milhas; Faixa Oceânica Territorial – de 3 milhas até o limite da plata-

forma continental; Faixa Costeira Oceânica – litoral até 3 milhas ou 50 metros de profundidade; Faixa Costeira Integrada-Baixas, Lagoas e Estuários; Faixa Costeira Interior (nascentes, sistemas capilares e rios) (idem: 168).

A nova demarcação leva em conta não as distâncias da costa, como sempre se fez, mas o contorno da plataforma continental cujo limite pode estar mais afastado ou mais próximo da costa. Ainda empregando o conceito de demarcação em função da plataforma continental, o autor propõe um outro critério que caracteriza as faixas oceânicas conforme as diferentes profundidades. Teríamos, assim, faixas de 20, 50, 100 e 200 metros.

Embora complexo, esse critério é importante, já que as diferentes modalidades de pesca e seus níveis de produtividade ocorrem muito mais em função das variações de profundidade das águas do que das distâncias em milhas da costa. Em outras palavras, é a profundidade que determina os limites operacionais de trabalho; os sistemas de produção e usos do mar, em relação à distância da costa; o tamanho das embarcações e sua autonomia; a adequação dos equipamentos de pesca etc. (idem: 191).

Uma vez decidido o critério de divisão regional e do ambiente submarino, surgiu uma segunda pergunta inicial: de que pescadores estaremos falando?

A existência de uma instituição como a Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (Feperj), que agrega as Colônias de Pesca, apareceu como uma referência inicial importante, até porque suas localizações respeitam a primeira tentativa de zoneamento costeiro com base em critérios zoológicos e morfológicos⁴. Primeiramente, tal critério mostrou que a maior parte dos pescadores vive nas “barras” (pontos onde os rios deságuam no mar) e, desse modo, ajudou a fazer um primeiro recorte: o universo a ser estudado seria o dos *pescadores da área costeira*, deixando de lado os de rios e lagoas interioranas.

Mesmo nesse universo mais restrito, o desafio permanecia, uma vez que engloba pescadores que atuam nas mais diferentes áreas marinhas, desde a Faixa Oceânica Econômica até a Faixa Costeira Integrada, envolvendo as diversas modalidades de pesca, incluindo aí a pesca industrial e a caça submarina, que operam em grandes profundidades, as embarcações de médio e pequeno porte, que ficam na faixa entre 50 e 100 metros, e até mesmo a pesca de rede com canoa que atua na beira da praia.

Como estabelecer um recorte nesse amplo universo? Certamente, o tamanho dos barcos e as faixas de profundidade onde operam não são critérios suficientes. Como diz o professor Roberto Kant de Lima, “A categoria ‘pescador’ é definidora apenas em relação ao não pescador. Internamente, ela nada esclarece” (Lima e Pereira, 1997: 64). Mais adiante, complementa: “...nem a categoria ‘pescador’, nem a categoria ‘pescaria’ são suficientes para definir a lógica que organiza as relações sociais do grupo que estou analisando. Assim, há que ex-

plicitá-las” (idem: 77). Prossegue com detalhada análise antropológica dos diferentes tipos de pesca, dos instrumentos utilizados, os locais, as marés, os ventos, as espécies capturadas etc. Sem poder nos dar ao luxo desse nível de detalhamento, tivemos de buscar outras referências para definir os pescadores dos quais estamos falando.

O Professor Ronaldo Lobão fala em *pescadores empresariais e pescadores artesanais*, categorias que se definem por oposição. Os “empresariais” operam com modalidades de pesca unidas por estratégias econômicas de mercado, e os “artesanais” desenvolvem a atividade com base em laços pessoais de sociabilidade (Lobão, 2000: 63). Mesmo considerando esta definição insatisfatória, não cabe, nos limites deste texto, polemizar em torno de problemas conceituais extremamente complexos.

Assumindo o risco de uma simplificação, fazemos um recorte inicial que estabelece a diferença entre *pescadores assalariados*, de um lado, que trabalham como empregados de armadores, donos de embarcações de pesca em escala industrial, como os chamados “atuneiros”, e, de outro, os *pescadores artesanais*, que operam em embarcações de médio e pequeno porte, com métodos mais rudimentares e regidos pelos diferentes sistemas de divisão do valor do produto da pesca em partes diferenciadas, sem que se caracterize a relação “patrão/empregado”, de forma tão explícita, como no primeiro caso. Nestas relações, também o dono do barco fica com a maior parte e, em diferentes níveis de inserção, todos colocam o produto no mercado, ora de forma mais autônoma, ora através de cooperativas, ora através da total submissão à exploração dos atravessadores e frigoríficos:

O discurso dos primeiros entrevistados impôs a escolha, dentre estas categorias: os sujeitos privilegiados seriam os *pescadores “artesanais”*. Em estudo sobre pescadores de Itaipu, Luciana F. Pereira define a “pesca artesanal” como

aquela em que os pescadores autônomos, sozinhos ou em parcerias, participam diretamente da captura, usando instrumentos relativamente simples. A remuneração é feita pelo sistema tradicional de divisão da produção em “partes”, sendo o produto destinado preponderantemente ao mercado. Da pesca retiram a maior parte da renda, ainda que sazonalmente possam exercer atividades complementares. Uma outra característica do pescador artesanal é a sua dependência dos comerciantes ou atravessadores, para os quais muitas vezes entregam toda a sua produção. (Lima e Pereira, 1997: 293).

No entanto, outras entrevistas indicaram que um dos conflitos entre a Feperj e as associações livres de pescadores resulta das diferentes interpretações sobre o que se entende por “pesca artesanal”. Para as associações, “pesca artesanal” é

sinônimo de “pesca tradicional” e, nesse caso, a definição acima só faz sentido quando complementada:

(...) A pesca artesanal, portanto, é *tradicional* [grifo nosso] e opera dentro dos limites impostos pelo meio ambiente, tanto devido ao baixo esforço de pesca quanto à existência de regras de controle de pesca mantidas pela própria tradição do grupo social (idem).

Um dos membros da primeira diretoria da Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (Resex – AC) e o fundador da Associação de Pescadores de Itaipu definem a pesca artesanal como a que é feita de canoa e remo e, às vezes, com um barco a motor muito fraco que não vai além de 3 milhas da costa. Excluem do conceito de “pescador artesanal” boa parte dos filiados à Feperj, para quem o conceito engloba desde os que pescam com canoa e remo, até os que têm barco de 16 metros, de médio porte. O que os caracteriza, para a Feperj, é a autonomia, o fato de trabalharem em “companhas” e, independentemente do tamanho do barco, respeitado o limite de 16 metros, dividirem entre si os ganhos da pesca de acordo com uma hierarquia preestabelecida que, geralmente, privilegia o dono do barco e o dono da rede. Em outras palavras, estão incluídos os que fazem uso das traineiras motorizadas, que já incorporaram novas técnicas de pescaria, “com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e progredir” (Prado, 2002: 131).

Parece evidente que, no contexto deste estudo, tomar como referência a definição mais restrita de “pesca artesanal” (a tradicional) significa reduzir ao mínimo o universo dos atores considerados e deixar de lado outros conflitos que envolvem os “pescadores artesanais”, entendidos no sentido amplo. Esses, segundo recente levantamento da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj), correspondem a algo em torno de 65.000 pescadores, no estado, responsáveis por cerca de 70% da produção pesqueira⁵.

Mas, paradoxalmente, foi a experiência da Associação de Pescadores de Arraial do Cabo que, ao constituir a Resex, para proteger os pescadores tradicionais, impôs uma interpretação mais abrangente de “tradição”: “pescador tradicional de Arraial do Cabo é o cidadão que efetivamente vive da pesca artesanal (seja de linha, rede de lanço, traineira ou mergulho)...” (Ata da Assembléia de 15/07/1997, apud Prado, 2002: 106). Algumas dessas modalidades envolvem pescadores que, embora artesanais, não poderiam ser considerados “tradicionais”. Exclui, no entanto, os pescadores de “rede de espera”, prática condenada e proibida no interior dos limites da Reserva, mas admitida entre os filiados das Colônias de Pesca. Tanto as Colônias quanto as associações, porém, condenam os que praticam a pesca de “arrastão”, considerada altamente predatória.

Feitas tais ressalvas, são os “pescadores artesanais”, definidos em sentido amplo, que nos interessam, embora saibamos que, internamente, se dividem em múltiplas identidades a partir das modalidades de pesca que praticam (pesca de rede de arrasto de praia, pesca de rede de espera, pesca de linha, espinhel e “covo”, mergulho etc.), das disputas por locais de pesca privilegiados, das rivalidades entre grupos que atuam em diferentes praias ou municípios. Suas embarcações podem ser canoas, botes ou embarcações de pequeno e médio porte que chegam até 20 toneladas de arqueação bruta⁶. Estaremos falando dos *pescadores não assalariados* cuja outra característica comum é o baixo nível de renda.

CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

É notória a falta de informações para uma caracterização socioeconômica dos pescadores do estado. Durante o período de pesquisa, tivemos notícia de pelo menos três levantamentos. O primeiro foi feito pelos pesquisadores do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal Fluminense (Nufep/UFF), em convênio com o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNTP/Ibama), com o objetivo de caracterizar os grupos de pescadores tradicionais, ao longo da costa fluminense, com vistas à implantação de Reservas Extrativistas Marinhas. Tais pesquisadores se recusaram a fornecer os resultados, alegando falta de autorização do CNPT. Ao pedido formal, encaminhado pela pesquisa, o CNPT não respondeu ou deu uma explicação⁷.

O segundo levantamento estava sendo concluído pela Fiperj, mas não foi publicado em tempo hábil. O diretor-presidente do órgão, dr. José Teixeira Seixas Filho, foi bastante receptivo e adiantou alguns dados importantes como, por exemplo, o total de pescadores na costa fluminense, mas não informou como se distribuem por região ou município.

O terceiro foi feito no contexto do Projeto de Gerenciamento Costeiro para a Instalação de Recifes Artificiais e Atratores, a pedido das Colônias de Pesca. Este foi o único ao qual tivemos acesso⁸ e, portanto, o que serviu de base para a caracterização socioeconômica dos pescadores da Região Sudeste (agosto/2002), que, guardadas as devidas proporções, pode espelhar a situação dos que vivem em outras regiões.

Tal levantamento, porém, se preocupou mais com as necessidades das famílias dos pescadores, aplicando questionários a 151 mulheres, de famílias diferentes, distribuídas por nove municípios⁹. Os resultados, no entanto, são pouco homogêneos para se obter um quadro mais geral da região. O quadro com os rendimentos da pesca (Figura 2) dá uma idéia da desigualdade dos resultados obtidos.

Também os dados sobre a dimensão da frota de barcos só foram registrados para alguns municípios. Há que notar, ainda, que se trata de uma amostra pequena para os propósitos do presente estudo.

Mesmo assim, é possível perceber que os pescadores têm obtido rendas bastante baixas para o sustento de suas famílias, especialmente no inverno, quando refluí o fluxo de turistas para os balneários da região. O máximo verificado foi uma entrada de R\$ 800,00 mensais, em Rio das Ostras, durante a temporada de verão, enquanto, nos outros municípios, varia entre R\$ 50,00 e R\$ 500,00. Há, portanto, uma discrepância acentuada entre o nível de renda dos pescadores dos diferentes municípios. Com base nestes dados é possível calcular, para a região, uma média de R\$ 397,00 de ganho máximo mensal, no período do verão.

Figura 2: Média de Rendimentos Mensais por Estação – valores em reais.

| Localidade | Nº de Entrevistas* | Inverno | | Verão | |
|---|--------------------|---------|--------|--------|--------|
| | | Mínimo | Máximo | Mínimo | Máximo |
| Barra Itabapoana | 10 | nd | nd | nd | 50,00 |
| Guaxindiba | 09 | nd | 300,00 | nd | 200,00 |
| Gargaú | 13 | 30,00 | 120,00 | 50,00 | 300,00 |
| São João da Barra | 41 | 70,00 | 350,00 | 50,00 | 500,00 |
| Farol de São Tomé | 33 | 40,00 | 400,00 | 100,00 | 430,00 |
| Macaé | 10 | nd | nd | nd | nd |
| Rio das Ostras | 14 | nd | 300,00 | 180,00 | 800,00 |
| Armação de Búzios | 18 | nd | nd | nd | nd |
| Cabo Frio (P. do Siqueira) | 05 | nd | nd | nd | 500,00 |
| Média mínima e máxima – inverno e verão | | 47,00 | 294,00 | 95,00 | 397,00 |

Fonte: LTS/COPPE – BR, 2002: 23-39.

Em alguns municípios, o verão traz a possibilidade de uma renda familiar maior devido à oferta de trabalho extra nas casas de veraneio, especialmente para as mulheres. Outra observação importante é que os dados de renda são difíceis de serem obtidos com maior precisão, entre os pescadores artesanais, justamente devido à complexa divisão e distribuição das “partes” entre os componentes de uma equipe de pesca, ou “companha”¹⁰.

Outra alternativa de ganho é o seguro-desemprego, assegurado por lei, nas

épocas do “defeso” (reprodução das espécies). No entanto, os procedimentos são complexos e a melhor forma de conseguir o benefício é filiar-se a uma das Colônias de Pesca, o que nem todos querem ou dispõem da informação necessária para tal.

Além das dificuldades na produção, há as desigualdades nos processos de comercialização, dominados pelos grandes frigoríficos. A maior parte dos pescadores encontra-se em situação clandestina, o que os força a depender dos atravessadores. Apesar da lei facultar aos pescadores um desconto de apenas 2% de INSS, isto não os encorajou a regularizar sua situação. As poucas Cooperativas de Pescadores, montadas com incentivos governamentais, foram depois abandonadas à própria sorte, encontrando-se em situação de penúria e desestruturadas, como é o caso da Cooperativa de Macaé, que tive a oportunidade de visitar. Segundo informa o assessor técnico da Cooperativa, apenas duas parselhas de barcos entregam ali o produto da pesca.

A precária situação financeira dos pescadores vem se agravando com a intensificação das pesquisas sísmicas para a localização de poços de petróleo. Em Barra de Itabapoana, uma das mulheres que respondeu ao questionário afirmou: “Há nove meses que eu não descasco camarão nem limpo peroá, o peixe sumiu do mar” (idem: 23). Outro fator é o aumento dos custos operacionais decorrentes da necessidade de buscar locais de pesca mais distantes, inclusive ao norte do ES, onde disputam espaços já congestionados, competindo com companheiros de outros locais e baixando o preço do pescado nos mercados locais.

A reprodução social também se encontra ameaçada, uma vez que os filhos dos pescadores vêm buscando alternativas profissionais e melhores condições de vida. Não por acaso, uma das necessidades apontadas é a oferta de cursos de computação! O diretor-presidente da Fiperj informou que a maioria dos pescadores tem entre 49-56 anos de idade, o que reforça a idéia de que os jovens têm procurado se afastar da profissão. Aliás, seu levantamento constatou que 65% dos filhos de pescadores não têm registro de nascimento!

Mas a maior necessidade apontada no Relatório Socioeconômico LTS/COPPE-BR foi a de alternativas de emprego e renda para as mulheres, de modo a poder compensar os baixos rendimentos da pesca. O quadro-resumo dos resultados dá uma idéia bastante clara das principais carências sentidas pelas mulheres dos pescadores (Anexo 8). Outro fator importante é a precariedade do estado de conservação da frota, sem condições mínimas de segurança ou de tecnologia de navegação e de pesca que pudessem facilitar o esforço de pesca. Neste ponto, cabe ressaltar que políticas municipais de apoio à pesca poderiam perfeitamente contribuir para a melhoria do padrão de vida dos pescadores, se levarmos em conta os altos rendimentos auferidos pelas prefeituras através da transferência dos royalties do petróleo para os cofres públicos municipais:

Figura 3: Valor em R\$ dos royalties recebidos por oito municípios da Região Sudeste e Leste.

| Municípios | Royalties acumulados em março/2002 | Royalties acumulados em 2002 |
|---------------------|------------------------------------|------------------------------|
| Armação dos Búzios | 21.945,63 | 53.026,82 |
| Arraial do Cabo | 12.136,60 | 37.017,94 |
| Cabo Frio | 105.460,96 | 250.629,57 |
| Macaé | 180.608,14 | 410.242,13 |
| Quissamã | 90.996,80 | 200.618,96 |
| Rio das Ostras | 53.866,56 | 121.320,48 |
| S. F. de Itabapoana | 35.523,11 | 90.665,25 |
| São João da Barra | 31.089,65 | 77.348,10 |
| Total | 531.627,45 | 1.240.869,25 |

Fonte: LTS/COPPE-BR, 2002: 24.

O relatório indica que o investimento na pesca é praticamente nulo, especialmente no que diz respeito aos pescadores artesanais, com a honrosa exceção do prefeito de Rio das Ostras, único que submete a destinação dos recursos à avaliação dos setores organizados da sociedade¹¹. O quadro acima mostra um grande potencial de investimento municipal, mas parece faltar, ao pescador, informação e organização para lutar por ele.

CATEGORIAS DE CONFLITOS

As primeiras entrevistas já prenunciavam dificuldades para caracterizar os conflitos devido à sua complexidade e caráter difuso. Se os depoimentos deixam claro que a degradação ambiental é a principal fonte de conflitos, nem sempre permitem detectar as partes envolvidas, uma vez que é causada pelos mais diferentes atores. Além disto, a maioria dos conflitos possui interpretações distintas por parte dos diversos atores envolvidos, exigindo-se uma análise bastante cuidadosa. Mesmo assim, foi possível sistematizar os conflitos em categorias gerais que, nos limites deste capítulo, serão ilustradas por apenas alguns dos detalhes, testemunhos e fatos que fundamentaram a sistematização.

Ocupação desordenada das regiões costeiras

A ocupação desordenada da Faixa Costeira Integrada, para fins de veraneio e/ou turismo, é marcada pela especulação imobiliária. Esta categoria é quase unanimemente reconhecida e, dentre seus efeitos, estão a “expulsão do pescador da

beira do mar”, a produção de esgoto, o aterro de manguezais (“berço do mar”) etc. Para o setor de fiscalização do Ibama, este seria o principal responsável pela redução da biodiversidade na fauna marinha.

A situação é complexa por seu caráter difuso e por envolver agentes anônimos. Em alguns casos, são representados por condomínios, noutros por indivíduos, havendo, também, casos de ocupação por fazendeiros, especialmente nas Frentes Leste e Sudeste 2. Quando é possível identificar, trata-se de pessoas cujo poder aquisitivo e influência política garantem a impunidade e provocam medo nos pescadores, o que os impede de fazer denúncias.

A “expulsão”, muitas vezes, se dá pela aquisição de terras onde se localizam os pescadores por custos relativamente baixos, levando-os a buscar outros locais para residirem. Em certas regiões, os próprios pescadores acabam ocupando áreas de mangue, menos valorizadas, contribuindo para a degradação ambiental. Além da observação direta, tal situação foi abordada por entrevistados em todas as instâncias: pescadores, representantes de órgão públicos e pesquisadores universitários. Uma outra consequência desta expulsão é que as áreas ocupadas pelos pescadores desalojados são, muitas vezes, áreas de risco, como os costões rochosos, colocando-os numa situação de ameaça constante.

Ainda nesta categoria, encontram-se as atividades vinculadas ao turismo, que geram uma intensa presença de bares e veranistas, nas praias, além de surfistas, lanchas, jet-skies e mergulhadores amadores, no mar. Por outro lado, tais atividades representam, para muitos pescadores, uma fonte complementar de renda, enquanto outros já passaram a viver delas, em um processo bastante comum de adaptação às transformações. Depoimentos dos pescadores, em Itaipu, são o exemplo mais contundente. Lideranças que ajudaram a fundar a associação dos pescadores estão trabalhando como mergulhadores da Petrobras e ficam em Macaé a maior parte do tempo. Outros estão cuidando de jardins ou trabalhando em marinas. Os bares tomaram conta da praia, espremendo as canoas nos cantos sem deixar-lhes passagem para o mar, enquanto alguns pescadores também se tornaram donos dos bares contra os quais já tentaram lutar. O que se constata, porém, é que, mesmo exercendo outra atividade, permanece a identidade social de pescador.

Pesquisadores do Departamento de Ictiologia, do Museu Nacional/UFRJ, vêem o turismo intenso como fonte de vários transtornos para os que querem continuar vivendo da pesca. Destacam a dificuldade de se localizar visualmente os cardumes de certas espécies, prática impedida pela presença de surfistas e lanchas. Em corpos d’água menores, como lagoas e baías, sons emitidos pelo intenso tráfego de lanchas e jet-skies têm efeitos irreversíveis, tais como a destruição de óvulos em maturação nas fêmeas, danos ao Aparelho de Weber (ouvido dos peixes), estouro da bexiga natatória e morte do zooplâncton. Tais efeitos

causam a morte dos peixes, mais cedo ou mais tarde. Uma das soluções seria o gerenciamento das áreas, divididas em setores permitidos para cada uma das atividades. Iniciativas do Ibama, neste sentido, porém, têm gerado novos conflitos, seja pela insatisfação dos pescadores ou dos turistas, seja pelo desrespeito às delimitações, que, muitas vezes, acabam em atitudes agressivas de uns e de outros.

Uma situação menos explorada, mas mencionada por representantes de órgãos como a Feema e o Ibama, é a de falsas áreas de maricultura e piscicultura. Em algumas regiões, como Sepetiba e Angra dos Reis, é comum a solicitação de licenciamento para maricultura apenas para se garantir a “privatização” de praias.

Pesca predatória

São predatórias as diversas práticas que não respeitam as regras básicas de sustentabilidade da atividade pesqueira e, com isto, podem provocar a redução da disponibilidade de pescado, como, por exemplo, a *pesca de arrasto* em regiões onde é proibida, a *pesca industrial*, nas regiões costeiras, em geral, e a *pesca turística* intensificada. Tais atividades constituem o pano de fundo de alguns dos conflitos mais controversos, identificados neste estudo, a começar pela delimitação entre o que seria, de fato, um nível predatório e o que seria um nível sustentável de pesca. Tal delimitação constitui parte do problema identificado na definição de pesca artesanal.

Muitos barcos de médio porte realizam *pesca de arrasto* em locais proibidos. Ela não chega a constituir-se no que se denomina *pesca industrial*, mas as embarcações são de propriedade de armadores que, muitas vezes, possuem várias e, pelo poder que adquirem como “empregadores”, assumem o controle da pesca em diversos locais. Inúmeros foram os relatos de disputas entre pescadores de canoa e pescadores que atuam nestes barcos. Além disso, sua presença em áreas proibidas é um dos principais problemas dos órgãos de fiscalização. Para pesquisadores de ictiologia do Museu Nacional/UFRJ e para a chefe do Departamento de Fiscalização do Ibama, a destruição causada pela *pesca de arrasto* indiscriminada é a maior responsável pelos prejuízos no setor de pesca. Afirmam que mesmo em áreas onde a pesca de arrasto é permitida, não há um respeito para com os pescadores de linha e de rede de espera que, freqüentemente, têm seus petrechos destruídos. Tal situação fica ainda mais grave se considerarmos que a maioria dos pescadores de canoas é constituída por pessoas mais idosas, não filiados a uma organização de classe, sendo ainda mais prejudicados pelos conflitos.

A chefe do Departamento de Fiscalização do Ibama afirma que a *pesca industrial* e a *pesca de arrasto*, em geral, são menos rentáveis e deveriam não apenas ser desestimuladas mas também proibidas em todas as baías. Segundo

ela, a rede de espera resulta em melhor qualidade, podendo ser muito mais rentável que o arrasto que, além de capturar peixes de menor valor, tem uma altíssima taxa de refugo¹². Além disto, a pesca de arrasto possui efeito devastador na fauna bentônica, não só pela captura de praticamente toda a comunidade biótica por onde passa, mas também pela movimentação das partículas do fundo que podem levar algum tempo para voltar ao estado normal.

Pescadores alegam que a ação destes barcos, inclusive em áreas proibidas, se dá à luz do dia, sem restrições. Transmitem um sentimento de medo de represálias a quem denunciar e acreditam que não seria necessário fazer denúncias se os organismos oficiais cumprissem sua obrigação de inibir os crimes ambientais. Neste sentido, a chefe do Departamento de Fiscalização do Ibama concorda que a fiscalização é precária, devido à falta de pessoal, mas considera que o apoio da Polícia Federal e a forma como tem organizado o departamento vêm minimizando razoavelmente os problemas.

Os barcos industriais que atuam no litoral do estado originam-se não apenas das indústrias do Rio de Janeiro, hoje em número bem menor do que há alguns anos atrás, mas também de Santos e até de Santa Catarina. Para pesquisadores do Departamento de Biologia Marinha da UFRJ, a pesca industrial não compete com a artesanal, pois ela atua em áreas onde esta última não atua. Acreditam, ainda, que a Feperj seja a grande responsável por levantar conflitos inexistentes, como seria o caso da pesca industrial, mascarando os verdadeiros conflitos como a disputa entre as colônias e os pescadores tradicionais.

Mas a visão de que a pesca industrial não compete com a artesanal é contestada não só pelos pescadores como também por outros pesquisadores que acreditam que os barcos de pesca industrial não se limitam às regiões oceânicas e, muitas vezes, invadem áreas de pesca artesanal. A chefe do Departamento de Fiscalização do Ibama concorda que a pesca industrial, tal como ocorre hoje, contribui para a redução da produtividade pesqueira.

Uma das expressões mais antigas dos conflitos entre a pesca industrial e as demais modalidades está na pesca da sardinha para isca por parte de "atuneiros", conflito mencionado por diversos entrevistados. A pesca de sardinha é autorizada para "atuneiros" mesmo nos períodos de defeso, mas é proibida para os pescadores que a vendem. Naturalmente, isto causa enorme insatisfação. Para o setor de fiscalização do Ibama, este problema será sempre de difícil solução devido tanto aos interesses econômicos envolvidos na pesca de atum quanto ao valor cada vez mais baixo da sardinha no mercado.

Introdução de espécies alienígenas

Foram identificadas duas formas de introdução de espécies estranhas ao ambiente hospedeiro. A primeira se dá pela incrustação de moluscos e organis-

mos oriundos de outras regiões, nos cascos de navios e plataformas. Elas são liberadas quando as embarcações navegam ou fundeiam em lagoas e baías do litoral do estado, afetando a fauna local. A segunda forma é através do cultivo de espécies estrangeiras que comumente escapam ou são levadas a outras áreas que não aquelas onde estão sendo cultivadas. Um técnico do Divep/Feema relatou o caso de um escargô africano que se espalhou em Angra dos Reis e virou praga, tendo sido originado de uma criação particular. Um outro caso conhecido é o do bagre africano (preto), usado em piscicultura. Por ser "pulmonado", ele consegue fugir dos açudes onde é cultivado e se desloca em áreas secas, transpondo obstáculos até atingir um rio ou outro corpo d'água. Os efeitos destas introduções variam de acordo com diversos fatores, mas, em geral, afetam os ecossistemas locais, podendo provocar desde uma redução até a completa extinção de espécies locais.

Problemas com a fiscalização

Outro grupo de conflitos diz respeito à fiscalização, principalmente por parte dos órgãos de proteção ambiental, como o Ibama, juntamente com a Capitania dos Portos. Para os pescadores, estes órgãos atuam com dois pesos e duas medidas, agindo de forma mais rigorosa contra "os pequenos", impondo-lhes multas e/ou recolhendo seu material de pesca. Alguns presidentes de Colônias entrevistados afirmam ter feito muitas denúncias, porém, na maioria dos casos, eram incapazes de lembrar quais e quando foram feitas e sequer informaram onde estão registradas. Sabe-se apenas que foram encaminhadas ao Ibama, Feema e Serla, sem maiores detalhes. Apesar das reclamações dos pescadores contra a impunidade, a chefe do Departamento de Fiscalização do Ibama afirma que 90% dos armadores de barcos de médio e grande porte estão sendo multados pelo Ibama, hoje. Ela destacou, ainda, que as multas são sempre aplicadas aos armadores e nunca aos pescadores que trabalham nos barcos. Mesmo assim, entre os pescadores, foram ouvidos relatos de casos em que foi preciso vender o barco para pagar as multas.

Outra reclamação bastante freqüente refere-se aos períodos de defeso, que correspondem às épocas de procriação dos organismos, e são estabelecidos por leis federais. Para vários pescadores e alguns pesquisadores entrevistados, muitas das portarias que estabelecem os períodos de defeso estão ultrapassadas ou não servem para determinadas espécies ou locais, sendo baseadas em pesquisas incompletas ou mesmo errôneas. No Departamento de ictiologia do Museu Nacional/UFRJ, por exemplo, considera-se que o defeso deveria ser estabelecido a cada ano, para cada local, e não uma única vez, com validade para todo o Brasil, como ocorre atualmente. Os pesquisadores alegam que, devido às variações ambientais, o defeso pode mudar de ano para ano ou de local para local e que deter-

minadas espécies têm períodos de reprodução distintos dos estabelecidos no defeso que, normalmente, se aplica a todas as espécies de um determinado gênero. Os efeitos de tal generalização são desastrosos. Se os pescadores obedecerem ao defeso estabelecido erradamente, acabam afetando as populações que se reproduzem na época em que a pesca é permitida. Se não obedecerem, são multados e têm seus petrechos confiscados. Diante disto, os pescadores terminam por não respeitar nenhum período de defeso, nem os estabelecidos pelas portarias nem os reais, arriscando receber multas e prejudicar as populações de peixes, camarões ou caranguejos que possuem períodos de defeso distintos dos previstos em lei. Os órgãos públicos não gozam de credibilidade junto aos pescadores e aparecem como mais uma ameaça ao exercício de sua atividade.

Sobre esta questão, nota-se que dentre as Colônias, as estratégias de luta são diferentes. Algumas procuram garantir o registro de todos os cadastrados para que possam receber o seguro desemprego, durante o período do defeso, mas outras não têm esta preocupação, acirrando ainda mais os conflitos com o Ibama.

Para a chefe do Departamento de Fiscalização do Ibama, o problema está exatamente na falta de alternativas de renda para o pescador e não na forma ou períodos em que o defeso é estabelecido. Acredita que as organizações de classe dos pescadores deveriam empenhar-se em regularizar sua situação trabalhista, garantindo-lhes a seguridade social durante os períodos de defeso. Além disso, também os órgãos públicos deveriam oferecer alternativas. Ela reconhece que a omissão gera uma descrença por parte dos pescadores, agravada pelo próprio papel fiscalizador de organizações como o Ibama. Assim, mesmo quando o Ibama tenta intervir junto aos pescadores, a iniciativa é rechaçada por eles. Admite, porém, que falta um trabalho de extensão, como ocorria na época da Sudepe, permitindo tanto uma maior inserção quanto um melhor conhecimento da realidade dos pescadores. Julga, no entanto, que os períodos estabelecidos são razoáveis, fruto de extensos estudos de pesquisadores universitários e técnicos de órgãos públicos. Nos casos de espécies que possuem períodos distintos dos estabelecidos para todo o gênero ou ordem, alega que elas se misturam com as demais, tornando impossível a pesca exclusiva. Assim, ao pescar uma espécie ainda fora do período real de defeso, o pescador também recolhe outras que estão, de fato, no defeso. O exemplo citado foi o dos camarões barba russa e santana, espécies menos comuns e de menor valor comercial que possuem um período de defeso distinto dos camarões cinza, mas que ocorrem nas mesmas regiões que estes últimos.

Unidades de conservação

Esta categoria também envolve a proibição da pesca, porém, normalmente, em caráter permanente devido à instalação de uma Unidade de Conservação (UC)

em região antes utilizada pelos pescadores, como no caso de Carapebus. Sua complexidade é bastante ampla, chegando a casos extremos no contexto da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. Em síntese, pode-se dizer que, apesar da inegável importância das Unidades de Conservação, a dificuldade em se estabelecer parâmetros de uso sustentável tem sido um problema em alguns casos. Com todos os demais conflitos existentes, os pescadores tendem a se concentrar em determinadas áreas. Uma vez que se crie uma UC, nestas áreas, o pescador acaba sendo expulso outra vez, ou tendo suas atividades ainda mais limitadas.

Produção de petróleo no mar (*offshore*)

Por ser comum a toda uma vasta área da costa fluminense, o tema dos conflitos entre os pescadores e as atividades de exploração/produção de petróleo, incluindo as operações de apoio e obras complementares, apareceu em quase todos os depoimentos e entrevistas. A relevância do tema foi reforçada pelo mapa da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que exhibe o "loteamento do mar" em polígonos para exploração de hidrocarboneto e gás, ao longo de toda a costa, do norte do Espírito Santo até a altura de Santa Catarina, abrangendo as bacias do Espírito Santo, Campos e Santos (Anexo 1)¹³, como parte da estratégia governamental de expandir o setor petrolífero, no Brasil. Trata-se, portanto, de um caso bastante representativo que envolve um grande número de pescadores, não só na costa fluminense, mas também em outros estados. Impôs-se, deste modo, como um dos estudos de caso e será detalhado no item a seguir.

○ LOTEAMENTO DO MAR E SEUS IMPACTOS

O projeto só veio à tona em 1999, depois de já iniciadas as atividades de pesquisa sísmica, através da imprensa e pelo aumento de reclamações junto às Colônias de Pesca, situadas na área da Bacia de Campos. O fato desencadeou um novo conflito, agora entre pescadores e empresas de pesquisa sísmica, e ressuscitou antigas rusgas devido à demarcação de áreas exclusivas da Petrobras, desencadeando uma nova onda de contestações por parte dos pescadores e organismos de representação da categoria.

Localização e caracterização geográfica

Para efeitos de exploração e produção de petróleo, a costa sudeste brasileira é dividida em duas grandes bacias: a Bacia de Campos, do Espírito Santo até Arraial do Cabo, e a Bacia de Santos, que vai da altura da face sul de Cabo Frio até o Paraná. Como anotamos acima, esta área está subdividida em "lotes" que

já foram objeto de licitação para a prospecção, perfuração, exploração e produção de petróleo e gás (Anexo 1). Nossa atenção se volta para a Bacia de Campos, onde tais atividades se desenvolvem com maior intensidade, sendo responsável pela extração de 80% do petróleo brasileiro (Hargreaves e Pimenta, 2000: 39)¹⁴.

Assim, para localizar o conflito, interessa-nos a frente oceânica chamada de Sub Região 2 ou Frente Sudeste (Anexos 3 e 4), e parte da Frente Leste ou Sub Região 3 (Anexo 5), áreas onde se concentra a maioria dos pescadores afetados pelas operações petrolíferas na Bacia de Campos. Estaremos falando de incidentes em São João da Barra, Farol de São Tomé, Macaé, Rio das Ostras, Armação de Búzios, Cabo Frio e Arraial do Cabo. Com relação ao sentido latitudinal, o enfoque recai sobre a Faixa Oceânica Territorial (de 3 milhas até o limite da plataforma continental) e a Faixa Costeira Oceânica (litoral até 3 milhas ou 50 metros de profundidade), onde atividades relativas à produção de petróleo/hidrocarbonetos se superpõem às de pesca artesanal embarcada (Anexo 6).

Hargreaves descreve detalhadamente as características geográficas destes compartimentos, incluindo os contornos da plataforma continental, diferentes profundidades e os diversos usos do mar em cada ponto da costa e em cada faixa marinha (Hargreaves, 2001: 168-191).

A Frente Sudeste se estende por 3.750 milhas e, como mostra a Figura 1, engloba dois compartimentos: o Cabo Frio-Cabo Búzios, cobrindo os quadrantes Sul e Leste (Anexo 3); e o Rasa-Macaé (Anexo 4). Incluímos, ainda, uma parte do Compartimento São Tomé-Itabapoana, na Frente Leste (Anexo 5). Caracteriza-se por uma extensa plataforma continental, que se estende até quase 80 milhas da costa, com profundidade de até 100 metros. Daí até o final da plataforma são apenas 5 a 10 milhas com 200 m de profundidade, onde tem início o talude para zonas profundas até o platô com cerca de 2.000 metros. Trata-se de uma imensa planície submersa, propícia a várias atividades econômicas (Hargreaves, 2002: 32). Na ausência de projetos de desenvolvimento costeiro sustentável, apenas estas duas aí se desenvolvem, ainda que de forma conflituosa, pois, apesar do enorme potencial em recursos pesqueiros, grande parte desta área está fechada para a pesca (Anexo 7) devido às atividades de produção de petróleo e gás (Hargreaves 2001: 183).

Na Sub Região 3, ou Frente Leste, a faixa dos 20 metros de profundidade se alarga, podendo chegar até a 20 milhas da costa, na foz do Rio Paraíba do Sul. Já a faixa de 50 metros, em frente ao Cabo de São Tomé, atinge 36 milhas e se estende ainda mais, até 44 milhas, na altura da foz do Paraíba do Sul. A maior parte da plataforma continental, incluindo a faixa de 0 a 50 metros, a mais favorável para a pesca de linha, também foi dividida em blocos de concessão para exploração de petróleo (idem: 190).

Produção de petróleo offshore

Nos anos 1970, com a crise internacional do petróleo, todos os esforços voltaram-se para o desenvolvimento de tecnologias para retirar petróleo do subsolo oceânico de modo a garantir, ao Brasil, um mínimo de autonomia em relação à sua dependência da importação do produto. A instabilidade dos preços internacionais e a eclosão da crise do Oriente Médio aceleraram o avanço tecnológico para a exploração de reservatórios que, no Brasil, encontram-se nas partes mais profundas dos oceanos. Já no final da década de 1970, o país começava a se destacar como referência internacional em termos de tecnologia avançada na exploração de petróleo (Hargreaves, 2002: 32).

Atualmente, não existem, praticamente, barreiras tecnológicas para se trabalhar na plataforma continental, com intervenção humana, até os 320 metros de profundidade. Essa tecnologia pode ser aplicada de diferentes formas, atendendo às novas demandas da pesca comercial, turismo, esporte e lazer. (Hargreaves e Pimenta, 2000: 43).

Por outro lado, a pesca tem sido negligenciada pelas políticas públicas e regulamentada por um conjunto contraditório de leis e organismos federais, estaduais e municipais. Faltam tecnologias de pesca e de navegação, embarcações, segurança etc. O desenvolvimento da pesca industrial internacional e a ausência de mecanismos de fiscalização, na costa brasileira, atraíram grandes barcos pesqueiros internacionais que, com práticas extremamente predatórias, comprometeram nossos estoques. Com isso, os chamados “arrasteiros” foram empurrados para zonas mais próximas da costa, colocando em risco os processos reprodutivos e concorrendo com a pesca costeira que utiliza técnicas mais rudimentares (idem: 45). A crescente escassez dos recursos, reduzidos a menos de 10% dos estoques disponíveis há apenas duas décadas, leva os pescadores a se aventurarem em áreas mais distantes da costa e águas mais profundas, sem a tecnologia e a segurança necessárias.

A despeito da grande defasagem entre as duas atividades, tanto no nível tecnológico quanto sob o aspecto dos incentivos, investimento e respaldo de políticas setoriais, elas estão convivendo na mesma área marinha de forma conflituosa e, desnecessário dizer, com flagrante prejuízo para a atividade pesqueira.

Etapas da produção petrolífera

1) *Levantamento sísmico*: Empresas vencedoras de licitações, promovidas pela Agência Nacional de Petróleo, desenvolvem estudos geológicos e geofísicos para detectar jazidas de petróleo e gás natural no subsolo das águas marinhas costeiras brasileiras. Utilizam embarcações equipadas com canhões de ar com-

primido, na popa, fazendo disparos a cada dez minutos, com emissões acústicas de grande alcance que geram fortes turbulências. As embarcações “varrem” uma extensa área com cabos que se estendem por vários quilômetros. Os *air guns* produzem uma bolha de ar que se expande ou comprime, produzindo sons que penetram no solo, são refratados e captados pelos sensores espalhados ao longo dos cabos. A detonação tem um potencial que ultrapassa uma lâmina d’água de 2.000 metros e penetra no solo até 15.000 metros¹⁵. O levantamento pode ser contratado por empresas de exploração de petróleo ou feito por empresas especializadas que “vendem” os resultados, em procedimento chamado de “sísmica especulativa”.

2) *Perfuração e exploração*: A perfuração exploratória corresponde à busca da jazida de petróleo. Uma vez identificada, são feitas várias perfurações ao seu redor para mapear o tamanho e a possibilidade comercial de exploração, cobrindo uma área bastante extensa. Estas perfurações são feitas por navios nacionais ou estrangeiros, contratados para prestar esse serviço. Entre uma contratação e outra, os navios ficam parados em portos ao longo da costa, muitas vezes sem autorização¹⁶. Durante as perfurações de exploração, é estabelecida uma área de exclusão de 500 metros ao redor da plataforma. Nenhuma embarcação não autorizada pode penetrar esta área, a fim de garantir a segurança das operações.

3) *Produção ou “exploração”*: Uma vez identificado um ponto comercialmente viável, segue-se uma série de novas perfurações (até 15), com distâncias de 1 a 1,5 km entre si. Com base nas informações assim obtidas, elaboram-se um projeto de desenvolvimento submetido à ANP. Os poços são, então, locados com distâncias variáveis de acordo com as condições locais. Estas perfurações são feitas através da fixação de estruturas definitivas para a produção pelo poço perfurado: as plataformas. Nesta fase, intensifica-se o trânsito de embarcações e a área de exclusão torna-se permanente, enquanto o poço estiver ativo. Como as plataformas ficam mais próximas umas das outras do que na fase de exploração, é comum ocorrer sobreposição das áreas de exclusão, criando uma única grande área exclusiva. Uma vez iniciada a produção, outras estruturas são instaladas, tais como dutos e linhas, aumentando, assim, a área de influência das atividades¹⁷.

Os responsáveis

Segundo o presidente da Feperj, as grandes companhias estrangeiras, Shell, Exxon, Chevron, Texaco, Elf etc. contratam outras companhias, na maior parte estrangeiras, para prestar serviços de prospecção e perfuração. Algumas o fazem diretamente por sua própria conta e risco (sísmica especulativa). Citou quatro companhias de sísmica cujo produto comercial é a informação sobre as áreas promissoras: PGS, CGG, Véritas e Schlun Berger. Note-se que, além da ativida-

de de levantamento sísmico, as empresas estrangeiras, hoje, possuem várias plataformas de perfuração, mas não de produção.

Tal atividade, em suas diferentes fases, é garantida por licenciamento do Escritório de Licenciamento de Petróleo e Nuclear (ELP), vinculado à presidência do Ibama. Esta, por sua vez, segue a regulamentação da Agência Nacional do Petróleo, que regulamenta e promove a licitação, ao mesmo tempo em que é o órgão de fomento e de fiscalização. Para o entrevistado, “é como a raposa tomando conta do galinheiro”. O coordenador de sísmica do Ibama concorda com esta visão sobre a ANP, mas acredita que não seja extensiva ao Ibama, mais comprometido com as questões ambientais.

Estudos de viabilidade e de impacto, quando existem, são contratados pelas próprias empresas interessadas e nunca são divulgados ao público. Como diz o assistente técnico da Cooperativa de Macaé, “... os órgãos não dão notícia sobre o que está sendo usado na exploração do petróleo para evitar o grito da sociedade”. De fato, a entrevista com o representante do Ibama foi feita de maneira informal, apesar de uma carta de apresentação ter sido enviada pelo coordenador desta pesquisa. A coordenadora do escritório foi procurada várias vezes, mas nunca pôde atender e não foi possível se obter nenhum documento oficial.

No que diz respeito às atividades de produção propriamente dita, bem como as complementares e de apoio, a única responsável é a Petrobras, que tem o monopólio desta etapa. Porém, diversas atividades são realizadas por empresas contratadas pela Petrobras na forma de prestação de serviços.

Impactos sobre a pesca

Os impactos são diversificados e os pescadores os recebem de forma diferenciada, conforme as múltiplas modalidades de pesca e seus limites operacionais nas diferentes faixas marítimas.

Levantamento sísmico detona cardumes

Para os pescadores, o principal efeito é a interferência das detonações no comportamento dos cardumes, afastando-os de suas rotas normais e, conseqüentemente, desestruturando a base da sua atividade, o tradicional conhecimento dos pescadores sobre a movimentação dos peixes. Além disso, as detonações exerceriam um efeito estonteante sobre os cardumes, que acabam morrendo. Uma vez que saem do fundo do mar, não mais retornam, o que inviabiliza a utilização dos petrechos de pesca apropriados para essas espécies.

Na Baía de Campos, as Colônias de Pesca de São Francisco de Itabapoana (Z-1), Atafona (Z-2), Macaé (Z-3), Cabo Frio (Z-4), Arraial do Cabo (Z-5), Farol de São Tomé (Z-19) e Rio das Ostras (Z-22) denunciaram a queda nos estoques

pesqueiros na ordem de 90% durante o período de nove meses em que as empresas realizaram o levantamento sísmico, na área marinha da faixa sudeste. A produção em Macaé, por exemplo, caiu de 251.751 kg de pescado, em julho de 2000, para 132.380 kg, em julho de 2001 e, um ano depois, tinha alcançado o nível alarmante de 5.708 kg¹⁸. O sr. Flávio Santos Ribeiro, da Colônia Z-2, contou que a pesca piorou muito, depois que chegou o navio da sísmica: a produção de três toneladas, conseguida em oito dias, caiu para 200 kg, para os quais passou a necessitar de 10 a 12 dias. O pescador Sílvio Cardoso dos Santos revelou que antes da sísmica pegava uma tonelada em cinco dias e passou a necessitar o dobro do tempo para pescar apenas 400 kg.¹⁹

No Departamento da Ictiologia do Museu Nacional/UFRJ confirmaram-se os efeitos devastadores das ondas sonoras, como vimos acima. A Petrobras, porém, questiona estes efeitos, acreditando que os cardumes possam voltar ao normal após algum tempo. Afirma que há muitas dúvidas com relação aos impactos do levantamento sísmico na fauna marinha e que tais estudos esbarram em limitações técnicas.

Até pouco tempo, esta atividade era considerada de relativo baixo impacto. De fato, se comparada às explosões com dinamite, o impacto é menor. Porém, a maioria dos entrevistados, bem como estudos mais recentes²⁰, vêm mostrando que tal consideração era equivocada. A Portaria Normativa do Ibama nº 101/93 dizia que a pesquisa geológica e geofísica não causava modificação significativa no meio ambiente, mas, posteriormente, o órgão modificou seu entendimento, admitindo os impactos da atividade sísmica, considerando o tipo de controle que se tem sobre ela, a área e/ou região e a época em que ocorre. Admitindo a perspectiva de incremento do seu desenvolvimento, no Brasil, justifica a *necessidade de licenciamento ambiental*. Conclui que *tais atividades causam alterações* no meio físico, no meio biótico e no meio socioeconômico. Com relação à pesca, a “Informação Técnica ELP/Ibama nº 001/01, de 17/01/2001”, admite os *efeitos sobre o estoque de espécies comerciais; as colisões da embarcação sísmica com barcos pesqueiros, as interferências sobre a atividade pesqueira devido à movimentação da embarcação sísmica e ao uso de canhão de ar (air-gun), causando o afugentamento da espécie-alvo; a danificação de petrechos de pesca*. Mesmo admitindo todos estes efeitos, o Ibama tinha decidido exigir apenas o EIA como requisito para expedir a Licença de Operação (LO)²¹.

Embora esteja sujeita a licenciamento em outros países, no Brasil, segundo o coordenador de sísmica do Escritório de Licenciamento de Petróleo do Ibama, houve resistência das empresas que realizavam o levantamento sísmico. O Ibama, no entanto, conseguiu garantir que elas se submetessem a um processo de licenciamento antes de atuarem. Foram justamente os critérios de licenciamento do Ibama que a Feberj questionou através de ofícios e de ação judicial contra a

autarquia. É neste campo, portanto, que o conflito se configurou de forma mais explícita e vai ser abordado mais adiante.

Perfurações de exploração e produção em área exclusiva

Segundo os entrevistados do Ibama e da Petrobras, a multiplicidade de perfurações feitas nesta fase de exploração (cerca de 1.000 só na Bacia de Campos) pode gerar efeitos danosos na fauna bentônica. Isto se deve, principalmente, ao cascalho acumulado no fundo, que afeta o habitat, prejudicando as espécies que lá vivem e, conseqüentemente, toda a cadeia alimentar. Ainda não há estudos, porém, que comprovem impactos na atividade de pesca, já que são temporários. Desconhecendo-os, os pescadores entrevistados só levantaram como problema, nesta fase, a área de exclusão. Como o número de perfurações é muito grande, nesta fase, amplia-se o número de áreas de exclusão, mesmo que temporariamente. É na fase de produção que este problema se torna mais permanente. Segundo pescadores da região de Macaé, a instalação de estruturas permanentes, das plataformas de produção, traz diversos transtornos para a atividade de pesca, alguns dos quais foram confirmados por pesquisadores ou mesmo reconhecidos pela Petrobras, enquanto outros foram questionados:

a) Vazamentos de óleo e emissão de substâncias sulfurosas

Os pescadores observam um significativo impacto do vazamento de óleo das plataformas e embarcações que as servem. Porém, segundo a Petrobras, os sistemas de controle, hoje, são muito eficientes. Tanto o risco de acidentes quanto os efluentes têm sido intensamente controlados pelos programas de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS). Segundo o engenheiro de segurança entrevistado, existe, atualmente, um sistema de bônus para as empresas contratadas e seus funcionários, pelo controle eficaz de vazamentos e taxas de contaminação de efluentes. Por outro lado, todos estão sujeitos às penalidades contratuais ou legais que incidem sobre falhas que provoquem vazamento ou maior contaminação de efluentes. Ele garante que os efluentes possuem uma taxa de contaminação bem menor do que o estabelecido pelas normas legais nacionais e internacionais.

Já o coordenador da área de sísmica, do Escritório de Licenciamento do Ibama, acredita que o maior impacto negativo da produção de petróleo ainda é o risco de vazamento. Também acredita que os níveis “sufactantes” das águas produzidas, ainda que tratadas, podem afetar a reprodução de peixes, o que só ocorreria, porém, em áreas com menor nível de dispersão. A emissão de benzeno também poderia gerar riscos, mas a Bacia de Campos possui bom nível de dispersão, de forma que tais impactos são considerados irrisórios.

A denúncia de emissão de substâncias sulfurosas, feita pelos pescadores, foi refutada pelo departamento de Exploração e Produção, que afirma não existir tal

fenômeno na perfuração. Eles reconhecem, no entanto, a existência de gás sulfídrico no petróleo, em alguns poços, problema que, segundo o engenheiro de segurança daquele departamento, não é tão comum no Brasil, ocorrendo apenas em alguns poucos poços de Campos. Com isto, ele não acredita que seja comum haver emanações sulfurosas no processo de perfuração, no Brasil.

b) Área de exclusão e concentração de cardumes

Todos os entrevistados reconhecem que as plataformas concentram os cardumes de peixes em seu entorno. A iluminação da estrutura estacionada, a comida lançada ao mar, a modificação da temperatura da água e a própria estrutura, que serve de base para incrustação de organismos, atraem os peixes pequenos para baixo da plataforma os quais, por sua vez, atraem os maiores que deles se alimentam, espécies, muitas vezes, de alto valor comercial. Uma grande variedade e quantidade de peixes se concentra em torno da plataforma, que acaba funcionando como criadouro artificial. Isto poderia ser considerado positivo se não ocorresse exatamente dentro da área de segurança à qual os pescadores não têm acesso (Anexo 7). Os pescadores acreditam que esse fenômeno também provoca mudanças no roteiro dos peixes de passagem, confundindo-os e, mais uma vez, abalando uma das bases de sua atividade que é o conhecimento sobre a movimentação das espécies. Os técnicos da Petrobras não acreditam que tal impacto seja tão significativo, preferindo destacar o efeito positivo do aumento das populações de peixes. Já os pesquisadores entrevistados acham imprescindíveis novos estudos sobre tais impactos.

Vemos aí um impasse, já que a produtividade fora das áreas de exclusão, tem sido reduzida drasticamente nos últimos anos. Para os pescadores, isso decorre das atividades ligadas ao petróleo. Se, entre as décadas de 1970 e 1990, a atividade pesqueira diminuiu de 10 a 20%, só nos últimos seis anos, quando se intensificaram as atividades de produção de petróleo, houve uma redução de 50% sobre o que restava. Porém, este vínculo direto de causa e efeito entre as plataformas e a redução dos estoques é questionada pela Petrobras. Na verdade, estudos especializados têm demonstrado os efeitos de inúmeros fatores, dentre os quais a destruição de criadouros por processos de ocupação desordenada da Faixa Costeira Integrada, bem como os “arrastões” e outras técnicas predatórias utilizadas pelos barcos da pesca industrial, a maioria dos quais arrendada de armadores estrangeiros.

Mas as plataformas e a área de exclusão podem, sim, estar vinculadas aos baixos níveis de produtividade. Vale mencionar as observações do professor Paulo Hargreaves sobre produtividade pesqueira e zonas de proibição, antes mesmo da abertura do mercado para a intensificação das atividades petrolíferas. Falando da Região Sudeste, registra a situação de precariedade e condições de grande perda

da pesca de linha comercial como consequência da proibição da pesca na zona de produção de petróleo. Chama a atenção do leitor para os dados de produção de pesca de linha, no litoral sudeste brasileiro, entre 1986 e 1995: a produção correspondente à faixa marítima entre os paralelos 22° e 23°S, a mais produtiva e, justamente, a que corresponde à parte da região aqui enfocada (Anexo 7), fica bastante abaixo da produção da faixa anterior e da posterior, mesmo considerando que a faixa de 23°-24° segue até o litoral de São Paulo (Tubino Paiva, 1998, apud Hargreaves, 2001: 171-172):

Figura 4: Produção pesqueira entre os paralelos 18° e 26°.

| | |
|---------------------------|-------------------|
| Entre paralelos 21° e 22° | 2.565.946 kg/ano |
| Entre paralelos 22° e 23° | 829.110 kg/ano |
| Entre paralelos 23° e 24° | 14.172.809 kg/ano |

Fonte: Paiva, 1998, apud Hargreaves, 2001: 172.

O mapa do Anexo 7 mostra que quase toda a área de exclusão, onde a pesca é proibida, está entre os paralelos 22°S e 23°. Além disso, sob o aspecto da profundidade, constata-se que a zona exclusiva cobre a faixa de 100 a mais de 200 metros e parte da faixa de 50 a 100, resultando em uma produção insignificante, nas áreas mais profundas, se comparada com a produção, nessa mesma faixa de profundidade, entre os paralelos 23° e 26°, na Bacia de Santos. Admitindo que a relação entre o volume de pesca e a área de exclusão merece uma avaliação mais cuidadosa, Hargreaves fornece outros dados que fortalecem a hipótese: a produção entre os paralelos 23° e 24° representa quase 40% de todo o volume da costa sudeste brasileira, e entre 21°-22°S, quase 7%, enquanto que na área proibida é de 2% (idem: 173), apesar da concentração dos cardumes e de toda a invasão clandestina.

Pode-se argumentar que os dados acima se referem à pesca comercial/industrial e à Faixa Oceânica Econômica, não atingindo os pescadores artesanais, sujeitos dos conflitos aqui enfocados. O próprio autor nos ajuda a responder. Em primeiro lugar, ao falar das dificuldades da pesca de linha com pequenas e médias embarcações diante da “invasão” de áreas de pesca costeira, por embarcações equipadas com alta tecnologia de localização de formações submarinas, relata que os pescadores artesanais

passaram a percorrer maiores distâncias, aumentando riscos e incertezas da produção, assim como levando as embarcações de maior porte a condições mais severas nas bordas do talude da plataforma continental, pescando em profundidades superiores a 200 metros (idem: 232).

Ao se distanciarem da costa, eles também acabam encontrando a área proibida. Como as condições de profundidade e relevo submarino da Zona 3.1 (Compartimento São Tomé Itabapoana) não favorecem a pesca, em uma larga faixa de 20 metros de profundidade que se estende a quase 20 milhas da costa, os pescadores buscam áreas mais propícias e, freqüentemente, chegam à área de exclusividade da Petrobras e adjacências²². Se observarmos o Anexo 6, no entanto, veremos que os polígonos loteados se aproximam bastante da costa, na Frente Leste, superpondo-se a tradicionais áreas de pesca de linha. A área de exclusão cobre parte das faixas entre 50 e 100 metros, navegadas por pescadores artesanais embarcados. Por outro lado, há trechos na costa sudeste em que a plataforma continental, limite da Faixa Oceânica Territorial, pode se estender até 80 milhas da costa, onde se encontra a zona de exclusividade de produção de hidrocarbonetos. Aí também operam embarcações de linha, combinada com espinhel e “covos”, de pequeno e médio porte, que representam a maior parte da frota, na região.

De qualquer forma, a redução da produtividade dificulta o respeito à área de exclusão, impulsionando os pescadores para práticas clandestinas e arriscadas. Tanto funcionários do Ibama e da Petrobras quanto pesquisadores afirmam que muitos pescadores preferem arriscar uma invasão à área de exclusão que, na Baía de Campos, hoje, é ainda mais extensa que a exibida nos mapas anteriores à abertura do mercado.

Para a Petrobras, o trabalho da Capitania dos Portos tem sido deficiente, provavelmente devido às limitações de pessoal e equipamento. Segundo o engenheiro de segurança da Petrobras, para evitar os problemas de segurança, a Petrobras se limita a denunciar, seja com o número de registro das embarcações, seja com fotos. Mas o fluxo de embarcações não autorizadas continua grande, com riscos ambientais e pessoais, podendo afetar equipamentos instalados ou mesmo atividades como o mergulho. Ainda assim, um pescador de Atafona relatou casos de pescadores multados pelo Ibama ou pela Marinha, por não terem resistido à tentação de se aproximarem dos cardumes, na área de segurança.

Dentre as medidas mitigadoras, estaria a implantação de um Projeto de Gerenciamento Costeiro para a Instalação de Recifes Artificiais e Atratores²³. O Projeto foi sugerido pelo Professor Paulo Hargreaves, durante o 1º Encontro de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, em 1998, com base em pesquisas sobre recifes artificiais²⁴, há muito desenvolvidas no Laboratório de Tecnologia Submarina (LTS) do Programa de Engenharia Oceânica da COPPE/UFRJ. A Petrobras estabeleceu um convênio com a COPPE/UFRJ para o desenvolvimento de pesquisas preliminares, necessárias à implantação do Projeto. Os primeiros levantamentos, na Baía de Campos, foram feitos apenas em Rio das Ostras e Cabo Frio/

Arraial do Cabo, com apoio do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM). Outro passo foi o levantamento socioeconômico, junto aos pescadores da região, cujos resultados foram apresentados em documento datado de 20/08/2002²⁵.

No entanto, a pesquisadora que participou deste levantamento, Daniela Pessanha, manifestou restrições à forma como a Petrobras vem encaminhando a gestão do projeto. Observou uma postura autoritária e fiscalizadora por parte da gerente fiscal da Petrobras, que acompanhava a pesquisa, e mencionou um comportamento ambíguo do gerente de Saúde, Meio Ambiente e Segurança da Unidade de Negócios da Bacia de Campos, que oscila entre o compromisso com a proposta e o medo de “congestionar” o fundo do mar, na faixa costeira, com criadouros artificiais. Só para ilustrar, ela conta que a parte do folheto de divulgação que falava sobre os recifes foi censurada, embora já tivessem sido amplamente difundidos pela imprensa. Também lhe pareceu ambígua a atitude diante do programa social, que incluiria capacitação, modernização da frota e outras ações de assistência aos pescadores. Depois de feito o levantamento socioeconômico, a Petrobras suspendeu a implantação do programa, que também já havia sido anunciado ao público.

c) Trânsito de embarcações

Segundo os pescadores, o intenso fluxo de rebocadores e barcos de transporte não só atrapalha a pesca, fora da área de segurança, como coloca em risco suas vidas. Em Rio das Ostras, alguns dos 15 pescadores ali reunidos relataram casos de acidentes envolvendo rebocadores que abalroam as embarcações menores ou passam por cima das redes, danificando-as. Dois dias antes da entrevista, um barco teria perdido duas redes, rasgadas pelo rebocador, gerando um prejuízo de R\$ 300,00.

Registram-se conflitos entre a atividade pesqueira e petrolífera no Sistema ilha de Santana (Comp. 2.2, da Frente Sudeste), onde é grande o tráfego de navios e embarcações. Devido às profundidades inferiores a 10 metros, entre a foz do rio Macaé e a ilha de Santana, há uma intensa atividade de pesca de arrasto com pequenas embarcações, de grande risco porque praticada entre navios. A represão é tão grande, com multas e apreensões, que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) chegou a fazer uma “Moção de Solidariedade aos pescadores de Macaé”, em 11 de setembro de 1997 (Hargreaves, 2001: 189). Aliás, o autor afirma que a principal questão referente ao múltiplo uso nas Zonas 2.1. (Compartimento Cabo Frio-Cabo Búzios), Zona 2.2 (Compartimento Manginhos-Macaé) e Zona 2.3 (Compartimento Cabiúnas-São Tomé), além das restrições de pesca na área entre os paralelos 22º e 23º S, é, justamente, o conjunto de atividades complementares de apoio às operações de produção de petróleo,

dentre as quais estão as embarcações de transporte, navios de perfuração, tubulações e assim por diante.

Por outro lado, a oceanógrafa da Petrobras afirma que, em 17 anos de experiência, embarcando na região de Campos, nunca viu pescador ser atropelado. Tanto ela quanto o engenheiro de segurança garantem que todo cuidado é tomado para se evitar acidentes deste tipo e que eles mesmos não têm conhecimento de nenhum caso, na região. A visão da Petrobras é exatamente inversa, acusando os pescadores de, algumas vezes, danificarem equipamentos ao invadirem a área de exclusão ou desrespeitarem a sinalização (“aviso aos navegantes”). Segundo eles, durante a pesca de arrasto, principalmente na Barra do Furado, as redes enroscam em materiais da Petrobras, estejam estes sinalizados ou não.

A sinalização, tanto por parte dos pescadores quanto da Petrobras, seria a principal estratégia para minimizar os riscos, porém, a Petrobras admite que, em alguns casos, talvez esta não seja suficiente. Uma outra estratégia utilizada pela Petrobras tem sido o trabalho de extensão de empresas contratadas, levando técnicos às comunidades pesqueiras para avisar sobre a existência de equipamentos e instalações em determinados locais, sem considerar, no entanto, que tais materiais foram instalados em áreas tradicionais de pesca.

d) Atividades complementares e lançamento de material no mar

Os pescadores convivem, ainda, com um complexo sistema de oleodutos submarinos e “monobóias”, no Sistema Carapebús, e gasodutos e oleodutos, no Sistema Barra do Furado, que ocupam o lugar da pesca, quando não causam acidentes e prejuízos materiais.

Um dos efeitos da intrincada rede de atividades de apoio é o acúmulo de sucata no fundo do mar. Segundo os pescadores, os barcos de transporte de material para as plataformas costumam jogar lixo no mar e, não raro, os pescadores vêem suas redes rasgadas por pedaços de cabo de aço, carcaças de aparelhos de ar refrigerado, máquinas de solda etc. Até bem pouco tempo, o assistente técnico da Cooperativa de Pescadores de Macaé tinha as peças guardadas para servirem de provas para as inúmeras denúncias inúteis que já fez.

O pessoal da Petrobras garante que, com a informatização e comunicação entre a plataforma e a costa, há um controle rigoroso para se evitar os desvios, e se uma contratada não desembarcar um material retirado da plataforma, terá sérios problemas. A oceanógrafa entrevistada reconhece que a rota de passagem de navios é realmente muito intensa, mas garante que todas as embarcações contratadas pela Petrobras seguem uma legislação própria, inclusive no que diz respeito ao destino dos detritos e resíduos. Os contratos elaborados na década de 1990 são muito exigentes, garante, chegando até mesmo a oferecer bônus para empresas com bom desempenho ambiental, como já vimos.

ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

Formas de organização e representatividade

Além da tradicional organização interna das “companhas”, outras formas de organização e/ou representação foram constituídas ao longo do tempo. A primeira resultou do zoneamento costeiro em Colônias de Pesca, como parte de um Programa de Nacionalização da Pesca e Saneamento do Litoral, a cargo da Marinha do Brasil, entre os anos de 1919 e 1923, para controlar as comunidades de pescadores e garantir a defesa do litoral. Dava continuidade à intervenção do Estado, no setor, que tivera início em 1846, visando à institucionalização dos distritos de pesca administrados pela Marinha (Britto, 1999: 206, nota 20). As Colônias foram instituídas como organismo de fiscalização do exercício da profissão de pescador, regidas por um estatuto padrão, não se constituindo em instrumento de organização e representação²⁶. Da jurisdição da Marinha, passaram, mais tarde, para o Ministério da Agricultura, sofrendo os reflexos das diferentes conjunturas políticas, ao longo do século XX, como intervenções e esvaziamento de sua representatividade.

Em alguns lugares, porém, acabaram desempenhando, em parte, o papel de representação, até por falta de alternativas, como a Colônia de Arraial do Cabo²⁷. Outras têm obtido algumas melhorias, como no caso de Rio das Ostras, já mencionado, do Farol de São Tomé, que conseguiu a doação de tratores para o reboque dos barcos, libertando os pescadores da exploração dos proprietários particulares²⁸. Também em Atafona (São João da Barra), a Colônia conseguiu conquistas, como um mercado de peixes e uma sede nova. Apesar do peso de sua história, que impede de serem exemplos de organização e representação autônoma da categoria, vêm funcionando como uma referência para os pescadores, os quais para ali levam suas reclamações e denúncias, além de poderem ter acesso ao seguro-desemprego na época do defeso, nos locais onde a Colônia faz a devida divulgação desse direito, ou os pescadores se dispõem a pagar a taxa de filiação e mensalidades. Algumas, ainda, atuam no velho estilo sindical assistencialista oferecendo serviço médico e dentário.

As Colônias de Pesca são enfeixadas por organismos estaduais, as federações de pescadores, como a Feperj, no caso do Estado do Rio de Janeiro, que, por sua vez, são aglutinadas pela Confederação Nacional de Pescadores (CNP), com sede em Brasília.

Em alguns locais, em um processo histórico que não foi possível levantar, nos limites desse estudo, foram criadas formas alternativas e autônomas de organização, em muitos casos sob a influência da Pastoral da Pesca, ou até mesmo pela necessidade de enfrentar um conflito, como foi o caso da Associação de

Pescadores de Arraial do Cabo, na “guerra” com os surfistas. Geralmente, têm uma abrangência mais restrita, não ultrapassando os limites de uma praia ou de uma micro-região. Com a multiplicação de pessoas tendo acesso à carteira de pescador, mesmo sem o ser, as associações estabeleceram, como critério de filiação, a exigência de ser pescador e viver da pesca, como explicou o “Seu” Chico, da Associação Livre dos Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu (ALPATI). Em alguns locais, como em Arraial do Cabo e Cabo Frio, para citar exemplos da região enfocada, as Associações se fortaleceram, contribuindo para o esvaziamento das Colônias.

Independentemente da representatividade das Colônias, foi através delas que se acumularam as denúncias contra os efeitos dramáticos das atividades das empresas de pesquisa sísmica na Bacia de Campos e foi a Feperj quem tomou a dianteira na providência de medidas para enfrentar a questão.

Estratégias de resistência

Os depoimentos indicam que as reações, em geral, limitaram-se a denúncias à imprensa, ao Ibama e à Marinha, sem grandes conseqüências, levando à descrença. O assistente técnico da Cooperativa em Macaé afirma ter desistido de lutar há mais de um ano: “Cansei de dar entrevistas em jornal, de receber fotografias para registrar o lixo trazido nas redes e de denunciar”. Por outro lado, a Feperj, através das Colônias, vem registrando um crescente número de queixas dos pescadores que vivenciam os problemas no seu dia-a-dia.

O agravamento da situação dos pescadores, desde 1998, com o início da pesquisa sísmica, após as concessões dos polígonos demarcados, levou a Feperj a perceber que, neste caso, as denúncias teriam eficácia ainda menor. Na certeza que é uma atividade irreversível, considerando que já foram investidos mais de 2 bilhões de dólares, e que se trata de um investimento estratégico para a economia nacional, a Feperj acredita ser tão inútil quanto irresponsável lutar pela sua paralisção. Passou, assim, a tomar outras providências:

1. Pesquisa:

A primeira medida foi investigar as causas da drástica diminuição das espécies, no mar, através de pesquisa informal, com consultas a técnicos, busca de literatura, conversas com o pessoal embarcado nas plataformas etc. Neste campo, conta com a assessoria do Programa de Engenharia Oceânica da COPPE/UFRJ, do qual faz parte o já citado professor Paulo César Hargreaves Costa, profundo conhecedor da área costeira e oceânica do litoral fluminense, cujos estudos e investigações já haviam detectado os principais conflitos entre as atividades pesqueira e petrolífera, nas diferentes faixas de profundidade.²⁹

No entanto, as pesquisas esbarram na falta de estatísticas oficiais de produ-

ção e dados socioeconômicos. A metodologia de elaboração dos Estudos de Controle Ambiental (ECA), por técnicos do Ibama, impossibilita uma visão interdisciplinar dos impactos que permita medições e avaliações mais realistas e completas. Em ofício encaminhado à ANP (dezembro/2001), a CNP/Feperj aponta a necessidade de uma base de dados consistente, com uma caracterização do relevo do solo submarino, os componentes e características das camadas de correntes de massa de água, em diferentes profundidades, para um panorama tridimensional do espaço oceânico, e sua interação com a bioprodução oceânica e com as modalidades de pesca costeira e oceânica (Of. 032/2001, 27/12/2001: 2). As dificuldades se repetem quando se trata de obter informações das empresas que desenvolvem atividades nas três etapas da produção de petróleo e gás no subsolo submarino.

A julgar pelo conteúdo de um segundo ofício encaminhado ao Ibama, questões relevantes continuam sem resposta, tais como: Qual o nível de agressividade dos disparos de *air-guns* na biota? Qual o tempo de permanência das operações nos polígonos licenciados? Qual a propagação acústica dos disparos? Qual o efeito dos disparos de alta intensidade e continuado na bio-massa pesqueira? Por quanto tempo duram tais efeitos? Qual o nível de conhecimento a respeito dos impactos sobre a pesca e as comunidades?

2. Negociação:

Uma vez de posse de um conjunto de informações sobre os danos e os responsáveis, a estratégia foi buscar um entendimento com as partes envolvidas, especialmente as grandes companhias de petróleo. Muitas delas possuem um departamento de comunicação social, encarregado de conversar com as comunidades mais diretamente afetadas. Além disso, a realização do Congresso Nacional de Petróleo, em Jacarepaguá, em 2001, facilitou o contato direto com as grandes empresas, às quais se propôs um estudo aprofundado sobre as reais conseqüências das atividades acima mencionadas, em especial a pesquisa sísmica. Em que pese demonstrarem sensibilidade social para as questões levantadas, até porque não lhes interessa provocar conflitos no país em que vão exercer atividades tão lucrativas, as empresas não chegaram a um acordo sobre quem vai arcar com os custos de tais pesquisas.

3. Responsabilização:

Tentou-se, então, interferir junto ao Instituto Brasileiro de Petróleo, que concentra as operadoras, para compor uma comissão capaz de articular empresas que se responsabilizem pelos custos da pesquisa proposta, cujos resultados comporiam um banco de dados e um modelo de intervenção adequada às diferentes características da costa brasileira. Tal modelo, segundo informações da assessoria

ria técnica, já existe no Golfo do México e no Mar do Norte e norteia as atividades de prospecção, perfuração e exploração, de acordo com informações prévias sobre a área onde serão desenvolvidas e os possíveis danos sociais e ambientais que podem causar. Além desse estudo, teriam de propor medidas mitigadoras e compensatórias, beneficiando as comunidades afetadas. Tais condições, conforme reivindica a Feperj, deveriam constar dos contratos de concessão.

4. Manifestação de pescadores:

Na outra ponta, os pescadores fizeram duas manifestações de repúdio às atividades de pesquisa sísmica. A primeira foi em Rio das Ostras, em agosto de 2002, com a participação de pescadores de Atafona (São João da Barra), ONGs e políticos locais. Na avaliação de Daniela Pessanha, a pesquisadora do levantamento socioeconômico, devido à proximidade das eleições, a manifestação acabou se transformando em palanque para candidatos. Mesmo assim, serviu para a identificação de lideranças entre os pescadores que podem ser de grande valia para futuras mobilizações, até mesmo para ajudar na implantação de projetos de gerenciamento costeiro. A segunda manifestação ocorreu em Atafona, São João da Barra, no início de setembro, conforme noticiou o jornal *O Dia*.

5. Questionamento formal:

Outra medida, encaminhada pela Feperj, foi o questionamento dos critérios do Escritório de Licenciamento de Petróleo e Nuclear (ELPN), do Ibama, no que diz respeito ao licenciamento de atividade específica de Levantamento de Sísmica Tridimensional.

O primeiro ofício foi enviado à Agência Nacional de Petróleo, aos cuidados da Superintendência de Perfuração (Produção), Superintendência de Exploração Sísmica e Superintendência de Relações Institucionais, em 27/12/2001. Recomenda mudanças nos procedimentos e exigências do Ibama para o licenciamento do reboque sísmico, ao longo da plataforma continental e territórios adjacentes oceânicos. Refere-se a convenções internacionais sobre Estudos de Controle Ambiental (ECA), os quais deveriam conter:

descrição detalhada de impactos, no caso incluindo diagnóstico ambiental aprofundado e efeitos sobre a produção pesqueira nas áreas pesquisadas. Esse tipo de levantamento com emissões acústicas sobre áreas tradicionais de pesca deveria incluir a representação do espaço submarino, com suas características de relevo e componentes bioeconômicos da cadeia de produção pesqueira, para que se possa dimensionar as relações de produtividade natural aos possíveis efeitos do reboque sísmico, após as conclusões do pente de busca e sua intensidade de tiros (Of. 032/2001: 1).

Segue chamando a atenção para a única exigência biológica imposta para a licença, o “avisamento” de quelônios e cetáceos, negligenciando as espécies de valor comercial, cujo desaparecimento, após a passagem do reboque sísmico, vem provocando o forte impacto socioeconômico acima descrito.

Em sua “Avaliação Preliminar”, aponta falta de dados oficiais de produção e estatísticas de pesca, além da ausência de informações, por parte das empresas responsáveis, sobre questões fundamentais como os efeitos dos canhões e meios de propagação das ondas sonoras, tanto no espaço aquático como nos “componentes de termoclinas, haloclinas e solo submarino”. Tais informações são consideradas fundamentais para uma avaliação mais realista da “concentração da biomassa pesqueira pelágica e do ambiente bentônico, servindo de base para estudos apropriados de bioacústica.”

Na seqüência, explica que tais informações estão diretamente ligadas aos interesses dos pescadores e das Colônias, enquanto primeiras concessionárias do direito de uso do espaço costeiro, especialmente levando-se em conta a significativa diminuição dos estoques após as atividades de reboque sísmico. Aponta, ainda, os custos socioeconômicos, dentre os quais destaca o esforço de busca de outras áreas, com aumento dos custos operacionais, maiores riscos, desestruturação do tradicional “modus operandis” e, ainda, os efeitos sobre a estrutura familiar em decorrência do maior tempo de ausência dos pescadores.

Prevedo a multiplicação dos impactos, diante das rodadas de licitação para atividades nos blocos e polígonos de prospecção, o ofício requer propostas e resoluções que apresentem estudos sobre a superposição destas áreas com áreas tradicionais das diferentes modalidades de pesca. Propõe, também, a negociação direta entre representantes das atividades, pesca e petróleo, para construir propostas conjuntas aos órgãos ambientais.

Mais de seis meses se passaram sem uma resposta ou posicionamento da ANP. Diante disso, e do agravamento da penúria dos pescadores, outro ofício foi elaborado e, desta vez, enviado ao próprio Ibama aos cuidados do seu Escritório de Licenciamento de Petróleo e Nuclear. Datado de 05/06/2002, o novo ofício pede “esclarecimentos sobre licenças, mudanças de procedimentos e fiscalização”. Admitindo que as atividades de levantamento sísmico e de prospecção de petróleo/gás são relevantes para a auto-suficiência energética do país, o ofício expressa sua preocupação pela agressividade que ela representa para os pescadores. Denuncia, ainda, que, apesar de estas atividades terem iniciado em 1997, após as licitações de polígonos para exploração de hidrocarboneto e gás por empresas nacionais e internacionais, a instituição signatária do ofício só teve conhecimento em 1999, através de relato informal e superficial feito por funcionário de uma das empresas, seguido de uma anotação dos endereços das Colônias de Pesca para que pudessem entrar em contato e se apresentar. Tais visitas, porém, teriam

tido resultados pífios, já que se limitaram a um único contato e a explicações pouco convincentes sobre possíveis “impactos positivos para ambas as partes”, nas experiências levadas a cabo em outros países. Na Baía de Campos, no entanto, a percepção dos pescadores era bastante diferente, como já apontado acima.

O ofício pede providências para a modificação dos procedimentos para o licenciamento destas atividades, justificando o pedido com referências históricas à importância da pesca como atividade milenar, de um modo geral e, em particular, das Colônias de Pesca. Sugere as seguintes providências: 1. levantamento socioeconômico das comunidades afetadas antes e depois das atividades; 2. levantamento das espécies sedentárias e migratórias no polígono a ser varrido pelo reboque sísmico, 60 dias antes e depois, tornando-a pública, na primeira fase; 3. levantamento de desembarque de pescado ao longo da costa, qualificando e quantificando, 60 dias antes, durante e 60 dias após a atividade sísmica e perfuração; 4. manter, após a passagem do reboque sísmico, numa distância de 1,5 km, a operação de pesca e coletar qualquer animal ou vegetal que demonstre alteração ou não para posterior análise; 5. produzir relatório que se torne público, sobre as fases da operação, exceto as de caráter comercial e sigiloso, garantidas pelo órgão regulador; 6. manter a bordo observador indicado pelas entidades representativas do setor produtivo, custeado pela operadora; 7. informar o cumprimento das Leis e Resoluções abaixo relacionadas: Lei nº 9605, de 12/12/98; Lei nº 6803, de 02/07/80; Lei nº 9966, de 28/04/00; Decreto nº 96000, de 02/05/88; Lei nº 6938, de 31/08/81; Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/97.

O ofício reivindica, ainda, a participação de entidades representativas no estabelecimento de critérios, pergunta sobre medidas mitigadoras possivelmente existentes e reclama um posicionamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que, afinal, é o órgão responsável pela atividade pesqueira. Finalmente, denuncia o silêncio da ANP que sequer se deu ao trabalho de responder ao ofício enviado em dezembro de 2001.

6. Questionamento Judicial:

Em setembro de 2002, foi distribuída uma ação, na Justiça Federal, contra a União Federal, Ibama e três empresas responsáveis pelas atividades de reboque sísmico: PGS – Investigação Petrolífera Limitada, Véritas do Brasil Ltda. e CGG do Brasil Participações Ltda. A Feperj solicita a suspensão da licença a estas empresas e a conseqüente paralisação das atividades sísmicas até que se tenham completado os estudos de impacto, a constituição do banco de dados e a definição de medidas mitigadoras e compensatórias. O fundamento da ação é o mesmo que compõe o conteúdo dos ofícios acima detalhados.

Com base nos depoimentos e respostas das rés, o Juiz Rogério Tobias de Carvalho emitiu, em 16/12/2002, uma medida excepcional de antecipação de

tutela judicial, com base em apreciação provisória que admite não ser “*exauriente*”. Verifica que não há norma legal ou infralegal específica que regulamente a pesquisa de campo de dados geológicos e geofísicos que interessam à indústria de petróleo, assinalando que a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) 23/94 limita-se a regulamentar atividades de exploração de jazidas de combustíveis líquidos e de gás natural. No artigo 6º, requer a apresentação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) como condição da licença. Seria possível ler, nas entrelinhas, uma referência implícita à pesquisa, quando fala de “atividade afim” no parágrafo único do artigo 2º. O juiz nota a modificação do entendimento do Ibama com relação aos impactos da pesquisa geológica, indo de uma postura despreocupada, expressa na Portaria Normativa Ibama nº 101/93, ao reconhecimento de impactos, inclusive sobre a pesca, na “Informação Técnica ELP/Ibama nº 001/01, de 17/01/2001”, que levou o órgão a decidir pela exigência de licenciamento para tais atividades, como já foi apontado anteriormente.

É interessante notar que o próprio Ibama/ELP forneceu ao juiz o principal argumento que o condenou, tendo por base a comparação entre os efeitos previstos na Informação Técnica citada e as exigências constantes na licença concedida à Véritas. O juiz observa que nenhum dos possíveis impactos previstos pelo Ibama foi objeto de “quesitação” ou questionamento na LO. Também se mostra surpreso com a condição 2.9, da LO, que impõe à licenciada a responsabilidade de oferecer apoio técnico para que o Ibama exerça sua função de fiscalização!!! Constata o juiz, com base em pareceres técnicos e dados oficiais, que os impactos previstos foram mal dimensionados, revelando-se mais agressivos do que a tímida expectativa inicial. A atividade não só afugenta os peixes de valor comercial, como também provoca a iminente destruição da atividade pesqueira na costa fluminense, afirma na folha 5 da sentença.

Considerando notório o dano causado e que tanto o Ibama como os pescadores já o teriam previsto, ainda que em menor escala, o juiz lança mão de outra Resolução do CONAMA, a de nº 237, cujo artigo 3º determina que:

A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA) ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação (folhas 5 e 6 da Sentença).

O juiz observa, ainda, que o artigo 6º da resolução do CONAMA 01/86 determina que o EIA contenha diagnóstico ambiental, análise de impactos e defi-

nição de medidas mitigadoras (grifo meu), o que também não foi exigido pela autarquia para conceder a LO, resultando na imposição de difícil situação socioeconômica a centenas de pessoas.

Diante desta avaliação, o juiz determinou ao Ibama que exija prévio Estudo de Impacto Ambiental das empresas de pesquisa geológica e geofísica através de atividades sísmicas e suspendeu a validade das Licenças de Operação das empresas rés acima mencionadas. Decidiu, ainda, fixar uma multa de R\$ 35.000,00 por dia, por descumprimento da decisão por parte das empresas rés, e de R\$ 1.000,00 por dia a qualquer autoridade do Ibama que conceder LO sem respeitar sua determinação.

No dia 31 de dezembro de 2002, o *Jornal do Brasil* noticiou que a liminar concedida pelo Juiz Rogério Tobias de Carvalho fora cassada em tribunal federal sob o argumento de que a redução das espécies submarinas vem sendo causada pela própria atividade predadora da frota pesqueira.³⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso aqui descrito é de tamanha complexidade e envolve tantos aspectos técnicos, legais, comerciais, industriais, políticos e institucionais que se torna difícil fazer uma avaliação crítica consistente. Mesmo assim, arriscamos alguns comentários que, na verdade, são postos pelas próprias contradições dos protagonistas deste drama socioambiental.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que nem todos os agentes envolvidos nestes conflitos chegaram a ser abordados em nosso estudo, devido à exigüidade de tempo. As empresas estrangeiras, principais alvos das acusações dos pescadores, no caso da pesquisa sísmica, são um exemplo disto. O único dado levantado sobre elas foi que, ao contrário da Petrobras, todas as suas atividades têm sido submetidas ao licenciamento do Ibama. No entanto, vimos, pela sentença do juiz, que as LOs são concedidas sem as exigências de EIA/RIMA, só agora determinadas por liminar, que acabou sendo cassada na esfera federal, no apagar das luzes do ano de 2002. Além disso, os técnicos da Petrobras acreditam que tudo o que foi dito por eles, quanto à postura da empresa brasileira, pode ser extensivo às estrangeiras. Para os engenheiros de segurança da Petrobras, há um alinhamento entre os procedimentos da Petrobras e os dessas empresas, incluindo aí os que dizem respeito à questão ambiental. Segundo eles, vêem-se atitudes de preocupação e intensa troca de informações. Questionados sobre a tentativa de evitar o licenciamento para sísmica, eles responderam que talvez fosse devido à morosidade do processo de licenciamento no Brasil, que acabava prejudicando os negócios da empresa. Estas afirmações estão em flagrante contradição não apenas com as acusações por parte dos pescadores entrevistados,

como também, e principalmente, pelo conteúdo da sentença do Juiz Rogério Tobias de Carvalho.

Aliás, é notória a discrepância entre as informações fornecidas pelos pescadores e as apresentadas pela Petrobras, demonstrando não só a complexidade dos conflitos, como denunciando um preocupante distanciamento entre as representações forjadas nos escritórios do serviço público e as percepções construídas no dia-a-dia da atividade pesqueira. Quase todos os problemas apresentados pelos pescadores são refutados pela Petrobras. Esta garante que, hoje, há uma preocupação concreta com as questões ambientais e humanas, principalmente após os acidentes ocorridos recentemente que não só geraram uma repercussão negativa e uma série de custos, como também contribuíram para ampliar a conscientização dos funcionários. Afirma que a manutenção dos equipamentos e as exigências para com as empresas contratadas são muito mais eficientes e rigorosas, não sendo, absolutamente, o que a sentença do Juiz Rogério Tobias de Carvalho deixa transparecer, para não mencionar outros pareceres técnicos e estudos científicos que fundamentaram os ofícios enviados à ANP e ao Ibama.

A auto-propalada seriedade do Ibama, no trato com as questões ambientais, foi desmascarada pela sentença judicial que desnuda a irresponsabilidade da autarquia ao conceder as Licenças de Operação sem cumprir as exigências do CONAMA de elaboração de EIA/RIMA como condição de licenciamento em caso de atividade causadora de impactos ambientais, o que o próprio Ibama já havia previsto em Informação Técnica 001/01.

A complexidade do caso é agravada pela visão de alguns pesquisadores entrevistados de que a postura da Feperj não é a de solucionar problemas ou contribuir para a atividade pesqueira, mas instigar conflitos que possam gerar medidas compensatórias, traduzidas em verbas para a própria Feperj e seus representados. Estes, ainda segundo os pesquisadores, nem sempre são realmente pescadores, mas, pela quantidade, ampliam a força política da Feperj. Há, inclusive, suspeitas de que os dados apresentados pela Feperj não sejam fidedignos. Pesquisadores do Departamento de Biologia da UFRJ chegaram a afirmar que inexistem conflitos entre as atividades relacionadas ao Petróleo e à pesca, já que a área ocupada pela primeira, segundo eles, é pontual!

Algumas destas percepções são representativas da opinião de pescadores e pesquisadores ligados à Federação das Associações Livres de Pescadores e às associações a ela filiadas que disputam, com a Feperj, a representação da categoria e a hegemonia de projetos de gerenciamento costeiro (Zoneamento Costeiro e Oceânico para Bioprodução e Atividades Complementares X Reservas Extrativistas Marinhas). Por outro lado, também os membros das Colônias/Feperj/CNP e assessores têm uma visão bastante negativa de seus adversários, aos quais tam-

bém imputam atitudes pouco ilibadas, chegando a ter ações impetradas contra algumas lideranças das associações.

Esta é uma questão extremamente delicada em que estão em jogo acusações graves, de ambos os lados, e sobre a qual qualquer parecer seria superficial e irresponsável. É um embate que tem como pano de fundo, em primeiro lugar, a disputa conceitual sobre o que se entende por “pescador artesanal” e, em segundo, as concepções ditas “ambientalista” e “desenvolvimentista” que embasam propostas antagônicas de gerenciamento costeiro e produção pesqueira sustentável. Trata-se, a meu ver, de uma disputa conceitual e política que extrapola os limites do caso de conflito sócio-ambiental aqui estudado. Tudo indica que no embate Colônia X Associações está em plena vigência a disputa por espaço e poder, gerando ressentimentos e inimizades intransponíveis. Mereceria, no entanto, um estudo à parte, no campo do conhecimento sobre movimentos sociais.

Independentemente destas discussões e da real dimensão dos conflitos entre as duas principais atividades econômicas que extraem recursos dos espaços submarinos, eles prometem se reproduzir em toda a costa brasileira, do Amazonas a Pelotas, no RS, em futuro próximo, com a intensificação das atividades de prospecção, perfuração e exploração das áreas loteadas para licitação entre as grandes companhias internacionais de petróleo, atribuindo um caráter de grande relevância para o presente estudo, inclusive no sentido de indicar a necessidade de um maior aprofundamento.

Ficam no ar a questão de fundo sobre a matriz energética prevalecente, dependente de uma atividade extremamente destrutiva, em todos os sentidos, bem como a busca de alternativas, que não parecem estar no horizonte das instituições representativas dos pescadores ou dos pesquisadores que os assessoram, em nenhum dos lados da barricada que os divide!

NOTAS

¹ O estudo teria sido impossível sem a colaboração do pesquisador André Luiz C. Andrade, que entrevistou pesquisadores, especialistas e funcionários de organismos do estado envolvidos nos conflitos ou mencionados pelos pescadores. Também devo a ele a sistematização destas entrevistas e grande ajuda na definição das categorias de conflitos.

² Os três estudos de caso foram escolhidos por critérios de relevância, amplitude e peculiaridade. O primeiro trata de conflitos decorrentes da exploração de produção de petróleo na Baía de Campos, recentemente acirrados pela abertura de mercado visando à intensificação das atividades petrolíferas no país. Afeta todo o estado, podendo tomar dimensões nacionais. O segundo, analisa a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (Resex-AC), situação que afeta uma região da costa fluminense. O último restringe-se a uma comunidade local, Saco de Mamanguá, em Paraty, e foi escolhido pela peculiaridade das estratégias de enfrentamento.

³ “As recomendações da FAO/UN, de dezembro de 1998, propõem uma ação integrada de

manejo na zona costeira, incluindo florestas, agricultura e pesca, buscando um melhor controle das águas em todos os níveis”. (Hargreaves, 2001: 167).

⁴ Daí a identificação das Colônias ser feita com a letra Z e um algarismo, que identificam a zona em que se situam, com suas respectivas características.

⁵ Informação fornecida pelo diretor-presidente da Fiperj, dr. José Teixeira Seixas Filho quando por mim entrevistado.

⁶ Só para se ter uma idéia, uma traineira de grande porte pode armazenar até 300 toneladas, que explica, em parte, a grande concentração de renda nas mãos dos armadores e donos de frigoríficos capazes de arcar com os altos custos destas embarcações e de dispensar escrúpulos em relação aos impactos destruidores de sua atividade.

⁷ Note-se que são dois órgãos públicos dos quais se esperaria transparência com relação a dados de pesquisa feita com recursos públicos!

⁸ O relatório foi gentilmente cedido pelo professor Hargreaves e pela pesquisadora de sua equipe, Daniele Pessanha, que participou desta fase do projeto.

⁹ Barra de Itabapoana (10), Guaxindiba (9), Gargaú (13), São João da Barra (41), Farol de São Tomé (33), Macaé (10), Rio das Ostras (14), Armação de Búzios (18), Cabo Frio (5).

¹⁰ No sistema de quinhão, o lucro se divide em partes iguais, a partir do total ganho na pesca. A partilha varia conforme o tipo de pesca: na de rede, esta tem o valor de duas partes ao passo que, no barco, cada pescador participante da peçcaria e o “costurador” das redes vão ter direito a uma parte. A rede só tem direito a uma das partes da divisão do quinhão, na modalidade de pesca com rede de espera, proibida em Arraial do Cabo, devido à norma do Plano de Manejo da Resex. Na pesca de linha e de mergulho, paga-se primeiro a dívida assumida na compra de combustível e mantimentos e o que sobrar é dos pescadores. A dívida é repartida em partes iguais e deve ser coberta pelos pescadores, independentemente do volume de pescado conseguido. A dívida pode corresponder ao aluguel de um barco, que inclui combustível e mantimentos, em crédito antecipado como empréstimo (LTS/COPPE-BR, 2002: 10).

¹¹ Consta que já providenciou terreno para a construção de um frigorífico, terreno para consertar barcos, píer de embarque e desembarque, além de ter passado a pagar aluguel pelo espaço ocupado, em terreno da Colônia, pelo Centro de Saúde Municipal.

¹² O “refugo” é constituído de indivíduos que, seja pelo tamanho, seja pela espécie, não possuem valor comercial e, portanto, é descartado depois de morto nas redes de arrasto. No entanto, não deixam de possuir um valor ecológico, por fazerem parte da cadeia alimentar.

¹³ O Anexo I mostra que os polígonos estão identificados com códigos e cores diferentes, representando as rodadas de licitação (de 1988 a 2002) que selecionaram as empresas nacionais e internacionais para explorá-los. As áreas marcadas com a cor preta são poços já em plena atividade de produção, na Baía de Campos.

¹⁴ No momento da pesquisa, eram 37 plataformas só entre São Francisco de Itabapoana e Arraial do Cabo, sem contar as novas áreas licitadas para pesquisa e exploração.

¹⁵ Embora o Presidente da Feperj tenha falado em 5 mil metros, o texto da sentença do Juiz Federal Rogério Tobias de Carvalho (1ª vara de Niterói), que deu ganho de causa à Feperj, em ação impetrada contra o Ibama e empresas de pesquisa sísmica (Processo nº 2002.5102003634-1), afirma que os disparos atingem 15 mil metros no subsolo do oceano.

¹⁶ Por ocasião das visitas a Arraial do Cabo, durante o processo de pesquisa, havia um navio de perfuração, da Odebrecht, fundeado, há quatro meses, no Porto da Praia do Forno sem licença para tanto. Sem ter onde ancorar, entre um contrato e outro, escolheu aquele porto por ser a

área abrigada mais próxima de Macaé, o centro das operações. As autoridades do Ibama local estavam tentando negociar a saída do navio, além de aplicar as devidas sanções.

¹⁷ Só para dar um exemplo, na primeira metade dos anos 1990, com a ampliação das instalações petrolíferas na Bacia de Campos, “Arraial do Cabo transformou-se num parque de tubos e porto em apoio à navegação e desembarque de grande porte” (Hargreaves e Pimenta, 2000: 44).

¹⁸ Dados fornecidos pelo Sistema de Inspeção Federal ao Juiz Rogério Tobias Carvalho, que julgou a ação da Feperj contra o Ibama e empresas de pesquisa sísmica, em sentença de 16/12/2002.

¹⁹ Entrevistas concedidas a Daniele Pessanha, durante o Levantamento Socioeconômico COPPE/BR.

²⁰ Um dos estudos mais completos foi realizado por McCauley *et al* (2000), sob encomenda da Associação Australiana de Produção de Petróleo (APPEA). Explora os efeitos dos *air-guns* sobre animais marinhos como baleias, tartarugas, peixes e cefalópodes. Relata alguns efeitos no comportamento dos peixes, que, assustados, se concentravam no centro inferior das gaiolas e alteravam a formação normal de cardumes, tornando-os mais concentrados. Também foram constatados efeitos danosos ao sistema auditivo dos peixes, porém, apenas naqueles mais próximos dos *air-guns*. Foram apresentados, ainda, outros trabalhos indicando efeitos do levantamento sísmico na captura de pescado, mundialmente identificados. Os autores levantam dúvidas quanto à ligação entre o levantamento sísmico e a redução dos estoques.

²¹ Informações retiradas da Sentença lavrada pelo Juiz Rogério Tobias de Carvalho, acima citada.

²² A faixa da plataforma continental mais apropriada e mais produtiva para pesca de linha, com 50 metros de profundidade (que chega a 36 milhas da costa em frente ao cabo de São Tomé e se estende até 44 milhas em frente à foz do rio Paraíba do Sul), acaba de ser dividida em blocos de concessão para exploração de petróleo.

²³ Proposta de planejamento integrado dos usos do solo e subsolo submarinos, bem como dos sistemas de produção (petróleo e maricultura) e serviços, incluindo atividades de lazer e turismo. O projeto foi parcialmente construído em conjunto com pescadores, mergulhadores e representantes da comunidade de usuários dos municípios centrais da região do Cabo Frio, em 1987, resultando no de Gerenciamento Costeiro da Região do Cabo Frio, mais tarde desbancado pela implantação da Resex de Arraial do Cabo, por iniciativa do Posto Avançado do Ibama. Ainda hoje, a disputa entre estas duas propostas gera conflitos, no campo político, entre as diferentes representações dos pescadores (Colônias de Pesca/Feperj, de um lado, e Associações Livres, de outro), bem como entre os pesquisadores e profissionais que prestam assessoria às diferentes organizações.

²⁴ Os recifes artificiais são feitos com tubos de concreto, pneus e até plataformas desativadas.

²⁵ Na fase final do presente estudo, foi encontrada uma publicação da Petrobras intitulada *Programa Ambiental da Bacia de Campos*, publicada em 1983, com um amplo programa elaborado por uma diversificada equipe de pesquisadores e técnicos para implementar diversos projetos específicos e garantir um melhor gerenciamento das atividades na Bacia de Campos, minimizando os impactos e conflitos causados pela exploração do petróleo. É curioso que nenhum dos entrevistados tenha sequer mencionado tal programa.

²⁶ Britto remete o leitor a duas obras: 1. HARTMANN, Wolf D. & LEITÃO (s/ data). Wilma Marques. “Colônia de Pescadores Z-5 de Arraial do Cabo”. Arraial do Cabo: mimeogr.; 2. a coletânea elaborada pela Comissão Pastoral da Terra: SILVA, Luiz Geraldo (coord.) (1988).

Os pescadores na História do Brasil: colônia e império. Recife, Comissão Pastoral dos Pescadores: Petrópolis, Vozes, v. 1.

²⁷ Desempenhou importante papel na preservação de direitos dos pescadores artesanais da praia Grande (primeira seção da Colônia de Arraial do Cabo), fazendo valer o Regulamento Interno sobre o complexo sistema de “corrida das canoas”, garantindo o revezamento nos melhores pontos de pesca. Também arbitrou acordos entre proprietários de canoas

²⁸ Devido à falta de um porto, os barcos encalham na areia e precisam da tração de um trator para puxá-los do mar, quando chegam, ou lançá-los de volta às águas quando estão de partida.

²⁹ A tese de Doutorado do professor aponta os locais menos conhecidos e aqueles sobre os quais um conjunto de conhecimentos científicos e/ou naturalísticos já se encontram disponíveis. O estudo fundamenta sua proposta de implantação de um Sistema de Proteção, Bioprodução e serviços para o múltiplo uso sustentável de recursos costeiros e oceânicos (Hargreaves, 2001).

³⁰ *Jornal do Brasil*, Caderno Rio, p. C 2, Coluna Boechat, 31/12/2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. *Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ)*. Niterói: EDUFF, 1999, 265 p. (Publicação de Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, defendida em 1989.)
- HARGREAVES, Paulo. *Sistemas de produção, bioprodução e serviços para o múltiplo uso sustentável de recursos costeiros e oceânicos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, 289 p. Tese de Doutorado em Ciências em Engenharia Oceânica, apresentada aos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. *Relatório de recomendações para Composição de Exigência de dados de ECA (Estudo de Controle Ambiental) para Licenciamento da Atividade de levantamento Sísmico no Subsolo Submarino*. Niterói: Feperj, 2001a, 3 p.
- _____. “Esse mar que nos pertence: planejamento de ocupação da Plataforma Continental Brasileira”. *Revista do Clube Naval* Ano III, nº 321, jan/fev/mar. 2002, p. 30 a 37.
- HARGREAVES, Paulo e PIMENTA, Eduardo. “Perspectivas de desenvolvimento do setor pesqueiro na Região Sudeste”. In: CARNEIRO *et al*. *O trabalho da pesca: segurança, saúde e integração, contribuições dialógicas para a reestruturação do setor pesqueiro do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Pro-UNI-RIO/ Instituto UNI-LAGOS, 2000, p. 39-46.
- LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. *Reservas Extrativistas Marinhas: uma reforma agrária no mar? Uma discussão sobre o processo e consolidação da Reserva Extrativista marinha de Arraial do Cabo/RJ*. Niterói: UFF, 2000, 136 p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política – PPAC/UFF.

McCAULEY *et al.* *Marine Seismic Surveys: Analysis and Propagation of Air-Gun Signals; and Effects of Air-Gun Exposure on Humpback Whales, Sea Turtles, Fishes and Squid.* Curtin: Centre for Marine Science and Technology – Curtin University of Technology, 2000.

PIMENTA, Eduardo e HARGREAVES, Paulo. *Relatório de avaliação técnica da viabilidade de zoneamento costeiro e oceânico para bioprodução e atividades complementares.* Cabo Frio: Escritório Regional de Cabo Frio do Ibama/RJ (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), 1999, 48 p. mais anexos.

Documentos

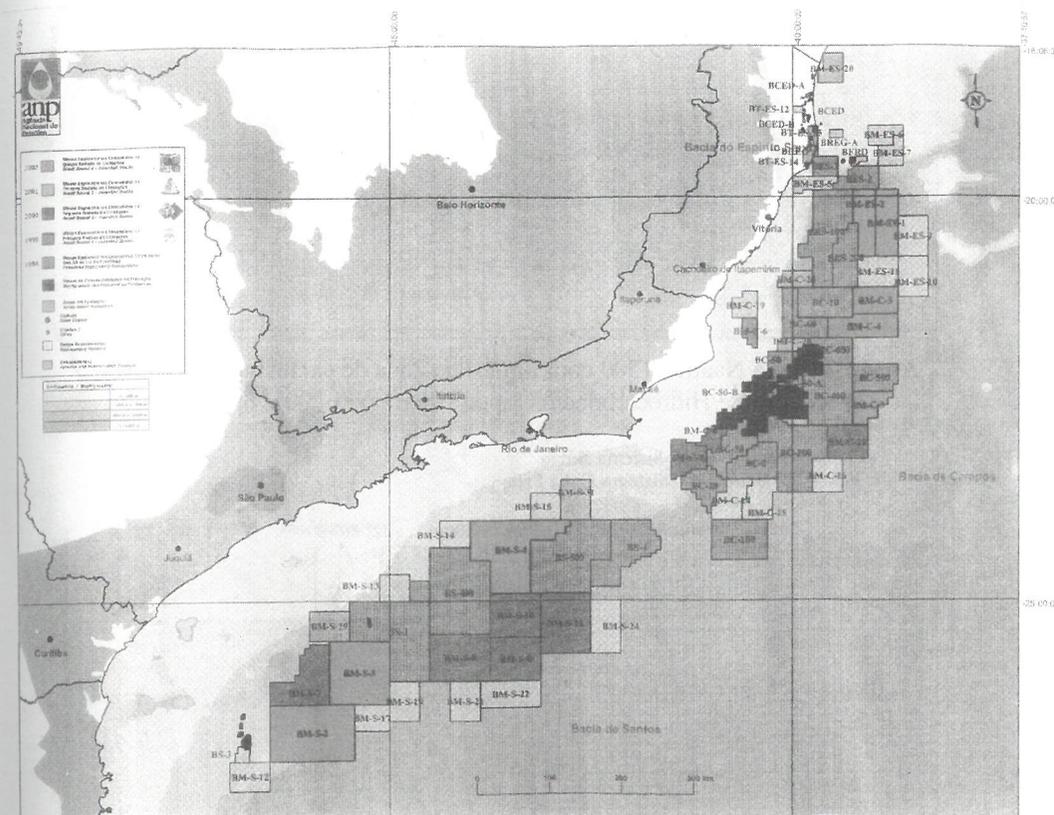
LTS/COPPE-BR. *Relatório de Avaliação Socioeconômica do Setor Pesqueiro Artesanal da Baía de Campos – Projeto de Gerenciamento Costeiro para Instalação de Recifes Artificiais e Atratores* (8 de agosto de 2002).

Ofício 032/2001, da Confederação Nacional dos Pescadores (Feperj) à Agência Nacional de Petróleo, aos cuidados da Superintendência de Perfuração (Produção), Superintendência de Exploração Sísmica e Superintendência de Relações Institucionais, em 27 de Dezembro de 2001.

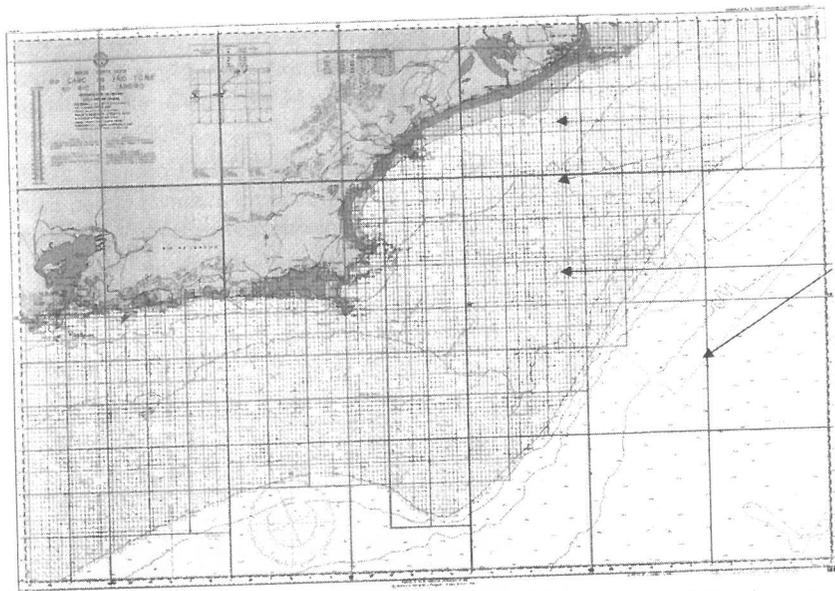
Ofício nº 012/2002 da Secretaria a Confederação Nacional dos Pescadores e Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro PARA o Ministério do Meio Ambiente/Ibama – ELPN/Escritório de Licenciamento de Petróleo e Nuclear. Pedido de esclarecimentos sobre licenças, mudanças de procedimentos e fiscalização.

Sentença do Juiz Federal Rogério Tobias de Carvalho, em decisão sobre ação ordinária (Processo nº 2002.5102003534-1), impetrada pela Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (Feperj) contra a União Federal, o Ibama e outras solicitando a suspensão das atividades sísmicas na Baía de Campos.

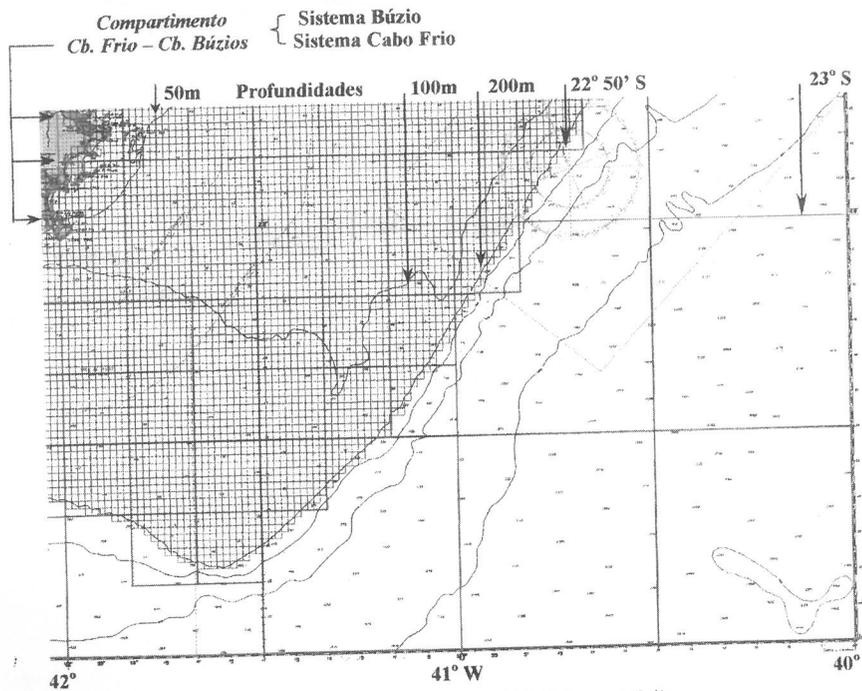
ANEXOS



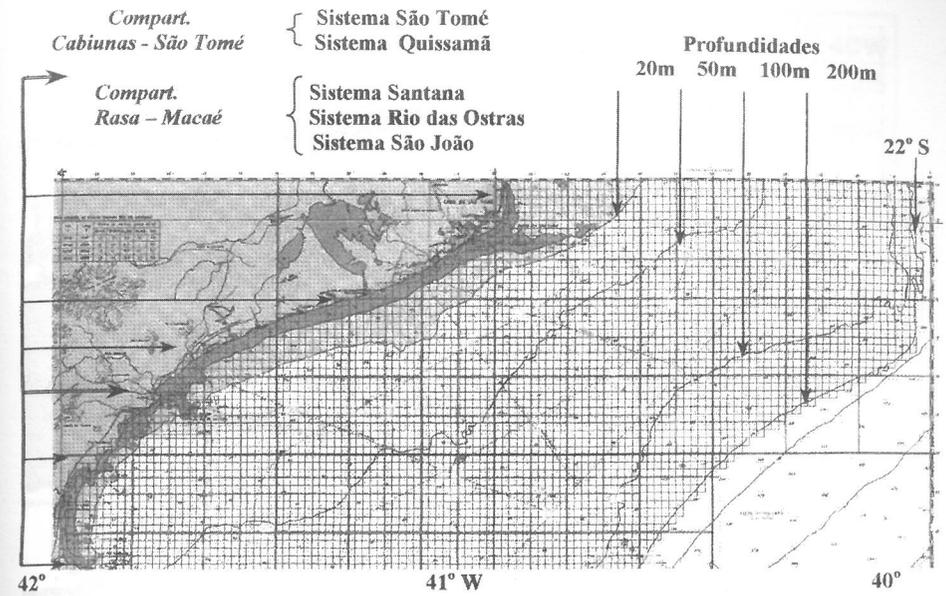
Anexo 1. Polígonos de exploração petrolífera (Mapa da ANP).



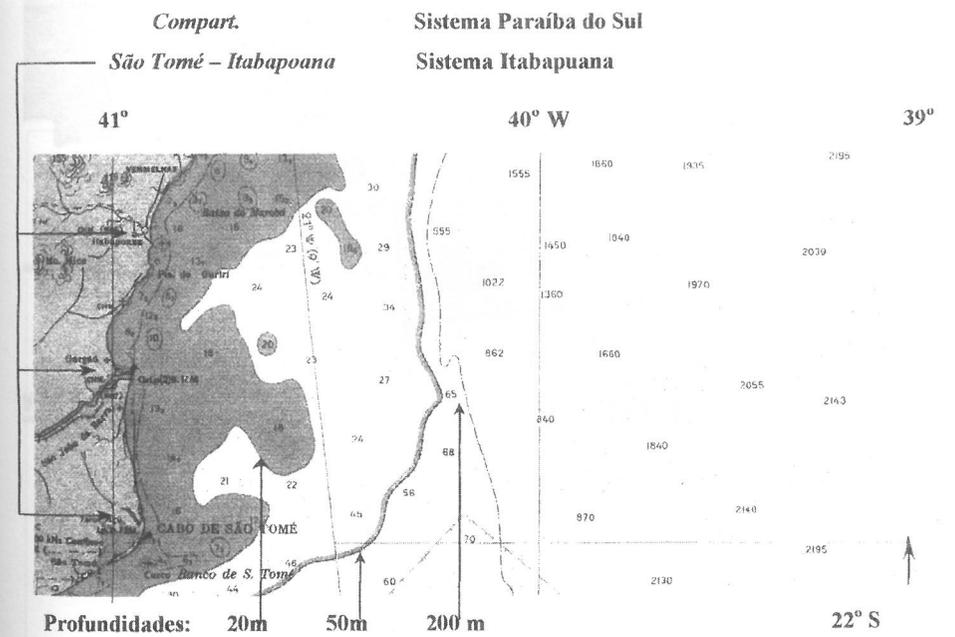
Anexo 2. Carta Náutica 1500 com limites da zona de exclusividade para produção de Hidrocarbonetos (apud Hargreaves 2001: 690).



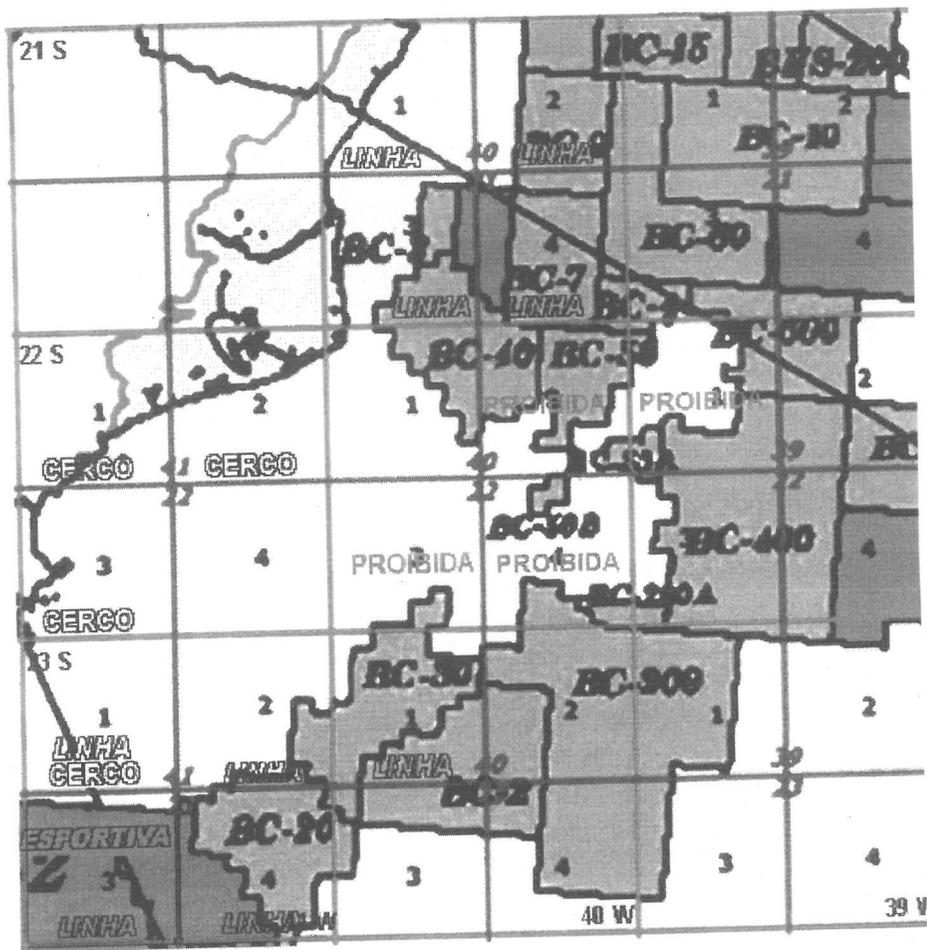
Anexo 3. Frente Sudeste R1 (idem: 184).



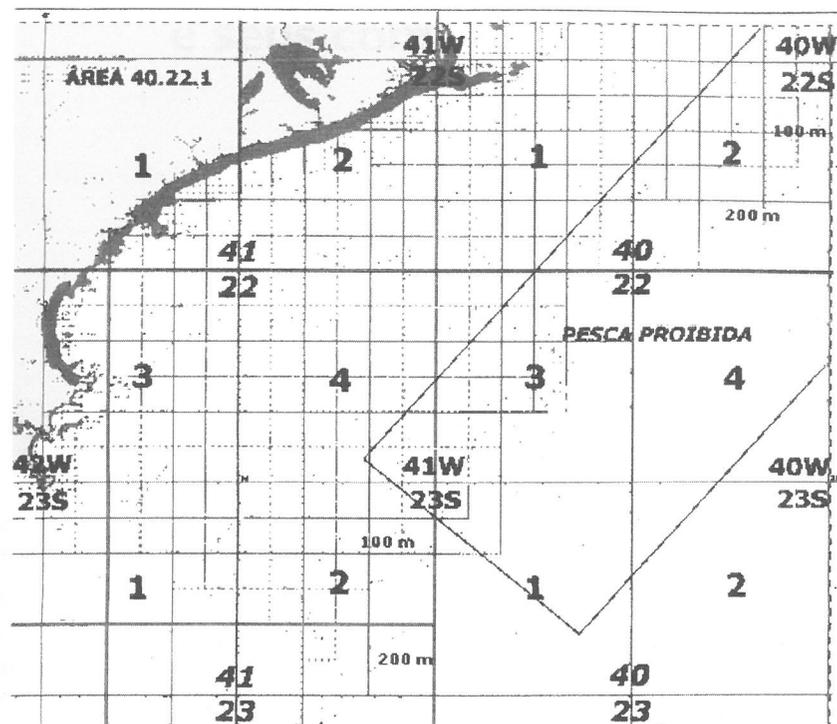
Anexo 4. Frente Sudeste R2 (idem: 187).



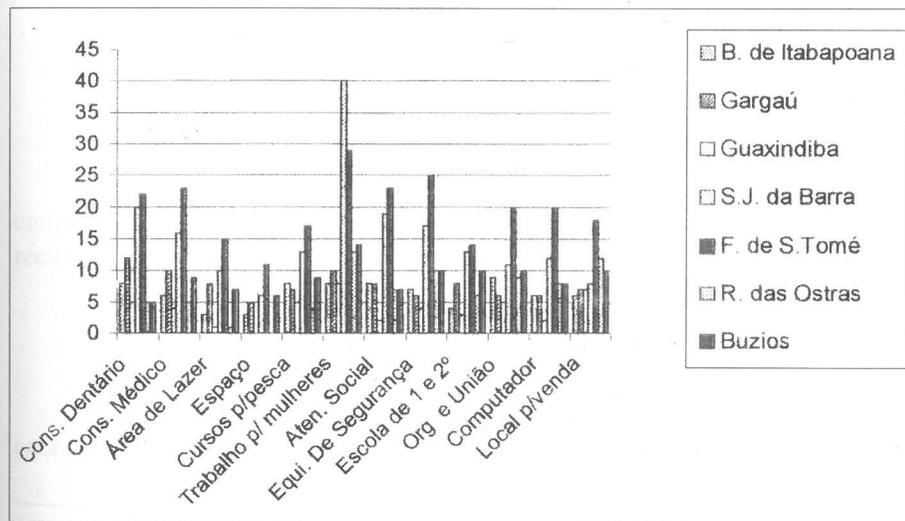
Anexo 5. Frente Leste (idem: 190).



Anexo 6. Blocos de Pesca e Exploração de Petróleo (idem: 230).



Anexo 7. Zona Exclusiva (idem: 173).



Anexo 8. Prioridades das Colônias de Pescadores da Baía de Campos.

A Lagoa Feia do Itabapoana e seus conflitos sociais

*Arthur Soffiati**

UMA PROPOSTA DE TIPOLOGIA PARA OS ECOSISTEMAS

A reconstrução da história da Terra antes que a família zoológica dos homínidos irrompesse, ou mesmo depois dela e antes do *Homo sapiens*, mostra apenas ecossistemas nativos, vale dizer, ecossistemas constituídos pela própria natureza não-humana e reunidos em três grandes conjuntos articulados que, não obstante o poder de transformação da ação coletiva humana em todos os modos de produção, continuam sendo fundamentalmente os mesmos:

- 1 – Os talassossistemas englobam os ecossistemas oceânicos e, no seu conjunto, formam a talassosfera.
- 2 – Os epinossistemas são ecossistemas terrestres, como as formações vegetais nativas, por exemplo, e, reunidos, compõem a epinosfera.
- 3 – Os limnossistemas constituem-se dos ecossistemas aquáticos continentais, que podem ser lóticos (cursos d'água), lênticos (lagos) e ainda aquíferos, compondo a limnosfera.

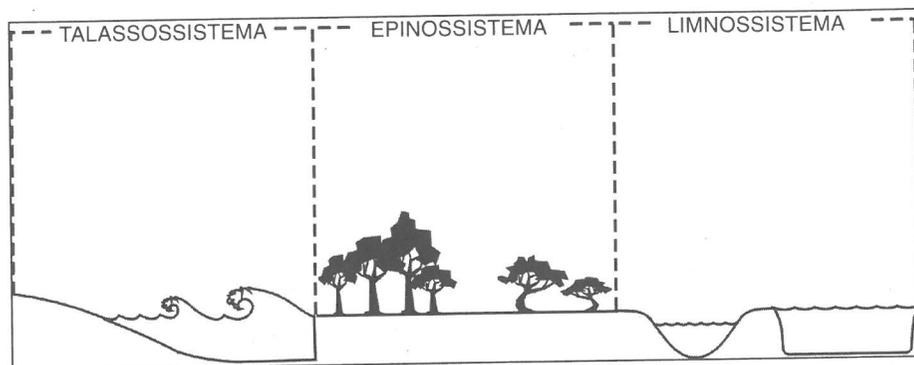
Evidentemente, estes ecossistemas não se excluem. Antes, combinam-se e completam-se de forma complexa, que pode ser expressa por meio de um anel recursivo:

talassosfera □ epinosfera □ limnosfera
□ _____ □ _____ □

Uma lagoa de água doce no âmbito de uma ilha oceânica é um limnossistema encravado num epinossistema cercado por um ou mais talassossistemas. Uma

* Professor do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. Doutor em História Social pelo IFCS/UFRJ.

lagoa aberta para o mar pode ser considerada um limnossistema interfacial ao talassossistema dentro de epinossistemas. O quadro abaixo procura ilustrar a proposta de tipologia:

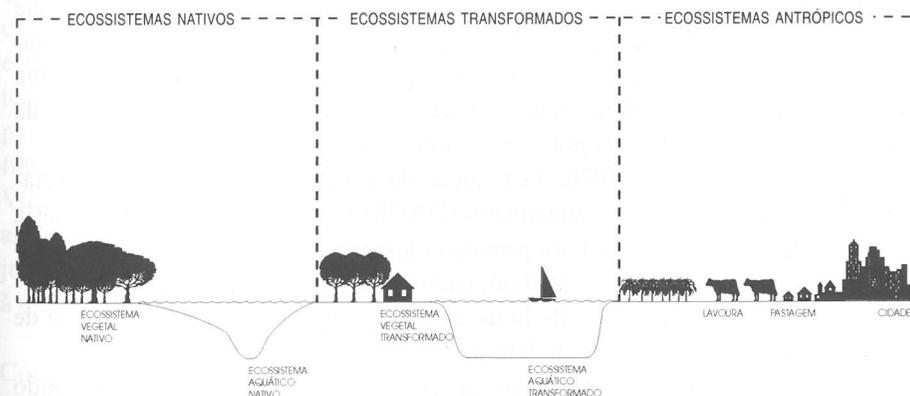


José Lutzenberger¹, ao expor pela primeira vez no Brasil a Teoria de Gaia, concebida por James Lovelock², substituiu o consagrado conceito de biosfera, empregado para designar a totalidade dos ecossistemas, pelo de ecosfera, apontando quatro elementos constituintes, também em anel recursivo:



Não se pode esquecer das rochas e do ar quando se pretende pensar a vida e a base ecossistêmica das antropossociedades³. Contudo, os quatro conjuntos propostos por Lutzenberger só existem de forma abstrata e ideal. No concreto, eles se combinam em ecossistemas e estes organizam-se nas três esferas mencionadas. Convém observar ainda que, na ausência do único animal capaz de promover grandes transformações na natureza nativa – o *Homo sapiens sapiens* –, estas processavam-se por ação de asteróides a bombardear a Terra, de mudanças climáticas, de vulcanismo e de tectonismo. Nenhuma espécie, atuando individual ou coletivamente, logrou efetuar significativas mudanças nos ecossistemas, com exceção da nossa. Mesmo assim, a partir da revolução agropecuária do neolítico, há cerca de dez mil anos antes do presente. Entre 200 mil e 10 mil anos, as escassas e diminutas antropossociedades nômades (coletoras, pescadoras e caçadoras) pouco alteraram os ambientes nativos. Sua mais poderosa arma – o fogo – era encontrada na própria natureza e causava estragos, mesmo não sendo usada por elas. Assim, os ecossistemas nativos dominaram a quase totalidade da história da vida e da humanidade.

A partir da revolução do neolítico, a domesticação de plantas e de animais, com a criação da agricultura e do pastoreio, permitiu a algumas antropossociedades nômades a adoção de uma vida sedentária ou semi-sedentária. Em consequência, porém, ecossistemas aquáticos continentais foram drenados e ecossistemas vegetais nativos foram suprimidos para o cultivo de plantas e a criação de animais. Surgiram, assim, os ecossistemas transformados e antrópicos. Os transformados são os nativos que sofreram modificações perturbadoras ou degradadoras do agenciamento humano coletivo. Os antrópicos são aqueles construídos pela atividade do ser humano sobre os ecossistemas nativos ou transformados, sem que jamais percam, contudo, sua raiz natural. Examine-se o caso de uma cidade. Nela, tem-se a impressão de que a natureza foi expurgada e que, em seu lugar, implantou-se o artificial. Todavia, a matéria e a energia para construí-la provêm da natureza (de onde mais poderiam advir?). Embora ela seja considerada o reino do humano, cumpre notar que moneras, protistas, fungos, vegetais e animais estão presentes em seu âmbito, estabelecendo relações ecológicas básicas. O próprio ser humano não deixa a sua condição animal ao entrar no território urbano. A distinção mais fundamental entre ecossistemas nativos e antrópicos não se estabelece pelo caráter natural de um e artificial de outro, mas pela linearização, nos ecossistemas antrópicos, dos ciclos ecológicos existentes nos ecossistemas nativos e pelo empobrecimento da biodiversidade à medida que se caminha do nativo para o antrópico passando pelo transformado⁴. O quadro abaixo procura ilustrar a tipologia proposta:



Não há como o ser humano evitar o antropocentrismo, ainda que às avessas. Há que se reconhecer os hominídeos e o *Homo sapiens* como uma família e uma espécie zoológicas, respectivamente, com uma alta capacidade de intervenção no ambiente. Por mais que ensinemos um jacaré a destruir a natureza, ele não

conseguirá aprender esta lição. Só as espécies homínidas conseguem esta proeza porque seu comportamento depende, na maior parte, da cultura. Assim, há culturas que cultivam o equilíbrio entre as antropossociedades e a natureza não-humana e aquelas que vivem em ou criam situações de desequilíbrio.

Já em 1846, Marx e Engels sustentavam a inexistência de ambientes virgens de pés humanos, a não ser talvez em algum longínquo atol do oceano Pacífico⁵. A simples passagem do ser humano por um ecossistema não é suficiente para desvirginá-lo, como mostrou Dorst⁶. Para tanto, requer-se ação mais drástica. Estas premissas teóricas podem nos ser úteis na compreensão dos processos pelos quais passou a Lagoa Feia de Itabapoana.

AS LAGOAS FEIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Quando mencionamos a Lagoa Feia para os habitantes dos municípios integrantes da região norte-noroeste do Estado do Rio de Janeiro, normalmente lhes evocamos a ainda maior lagoa costeira de água doce do Brasil. Ela impressionou vivamente os sete sesmeiros que requereram à Coroa portuguesa, no século XVII, o território situado entre a lagoa do Açú e o rio Macaé da devolvida Capitania de São Tomé. Consta que eles a conheceram em dia de forte tormenta. Assustados com a fúria daquele mar interior de água doce, teriam-na batizado com o nome de Feia.

Simão de Vasconcelos, André Martins da Palma, Manoel Martins do Couto Reis, Maximiliano de Wied-Neuwied, Aires de Casal, Auguste de Saint-Hilaire, José Carneiro da Silva, Pizarro e Araujo, Antonio Muniz de Souza, Henrique Luiz de Bellegarde Niemeyer e Charles Ribeyrolles foram os cronistas e naturalistas mais conspícuos que se impressionaram com suas dimensões e com sua rica biodiversidade. Desde o século XVIII, a cartografia coloca-a no centro da região atualmente conhecida por norte fluminense.

Em fins dos anos de 1970, a execução de gigantescas obras pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) para beneficiar a agropecuária e a agroindústria sucro-alcooleira provocou levantes de pescadores que projetaram a Lagoa Feia nos planos estadual, nacional e internacional. Ela se transformou, então, não apenas em símbolo de uma luta, mas também numa espécie de logomarca do norte do Estado do Rio de Janeiro.

Alguns anos antes de rasgar três canais submersos na Lagoa Feia, tentando ligar os rios Ururá e Macabu, com os baixos cursos retificados, e o Canal de Tocos ao Canal da Flecha; de teimar em remover o vertedouro da lagoa para o Canal da Flecha (conhecido como Duro da Valeta); de levar adiante a obra de construir diques em torno da lagoa para transformá-la num grande reservatório d'água a fim de viabilizar a irrigação da lavoura de cana; de ultimar a ligação da

bacia do rio Paraíba do Sul à bacia da Lagoa Feia por meio de oito canais primários e de construir espigões de pedra para prolongar o Canal da Flecha mar adentro⁷, o DNOS abriu também um canal no centro da Lagoa Feia do rio Itabapoana e abreviou o curso do rio com várias ligações entre seus meandros, sem levantar de pescadores, sem o conhecimento e a grita de ecologistas e sem o registro dos meios de comunicação social.

Apenas os moradores locais e os proprietários de terra, além dos técnicos do DNOS, tinham conhecimento de uma intervenção colossal num ecossistema nativo cujas conseqüências só começaram a ser denunciadas por pescadores na década de 1990. O Projeto Managé, criado no âmbito da UFF com o objetivo de promover um programa de gerenciamento e de desenvolvimento sustentável na bacia do rio Itabapoana, e o autor deste diagnóstico sócio-ambiental, há vinte e cinco anos estudando os ecossistemas das regiões norte e noroeste fluminenses, só conheceram esta Lagoa Feia pobre e humilde no ano de 2002, embora Ibama e Serla já tivessem recebido o pleito dos pescadores em 1993. Os pescadores não se ressentiram, de imediato, com o impacto dessa obra sobre sua atividade. Os técnicos e pesquisadores elegeram problemas mais graves para atacar, segundo seu entendimento. Também os ecologistas estavam ocupados com outras questões.

ECOFISIONOMIA NATIVA DO RIO ITABAPOANA E DA LAGOA FEIA⁸

O primeiro europeu de que temos conhecimento a informar sobre o rio Itabapoana foi Pero de Góis da Silveira, donatário da Capitania de São Tomé. Em carta dirigida em 12 de agosto de 1545 a Martim Ferreira, seu sócio em Portugal, e em outra endereçada a D. João III, de 9 de abril de 1546, o capitão diz que tentou fundar uma fazenda junto ao rio Paraíba do Sul e a abandonou, rumando para o norte, nas adjacências do rio Managé (nome com que era conhecido o Itabapoana no século XVI). Ali, junto à costa, instalou um povoado denominado Vila da Rainha e subiu o rio cerca de sete a dez léguas, por água e por terra, abrindo um caminho para passagem de carro à tração animal. Naquela altura, junto a uma queda d'água, ergueu uma pequena fundação com engenho movido à energia hidráulica⁹.

Bem mais tarde, no ano de 1785, o cartógrafo militar Manoel Martins do Couto Reis registrava:

O rio Cabapuana, ou de Moribeca (...) tem seu nascimento na Serra do Pico: desce quase a rumo de Lesnordeste, e vai ter ao mar por uma barra pouco segura pelos baixios, que tem distante da do Paraíba 5½ léguas pela costa. Ela, a barra, é inconstante, e à proporção das mudanças do tempo, e das enxurradas de águas do monte se altera, ora encostando-se para o sul,

ora mais para o norte, de cuja variedade nasce não permitir navegação continuada, posto tenha suficiente largura. Ainda assim tem dado asilo a algumas lanchas corridas das tempestades, e depois saíram felizmente precedendo alguns exames de sondas. À vista das suas mudanças e pouca firmeza julgo certa a tradição, de que aquela referida barra fora antigamente mais ao sul, no sítio chamado de Santa Catarina das Mós. Eu refletindo bem nesta notícia, me propus a indagar os vestígios dela; com pouca diligência os achei, e principiam mesmo chegando às mós; e é um valado profundo entre o combro do mar, e a terra firme, que vai fenecer na camboa, que forma o rio Cabapuana: é natural, que por ali encanassem as águas do rio. Subindo-se uma pequena eminência deste lugar, entre densos matos, se encontram resíduos de paredes, e telhas, que mostram haver ali antigamente algum estabelecimento, que o tempo consumiu¹⁰.

As observações de Couto Reis e as informações colhidas quanto a uma barra mais ao sul da atual são bastante esclarecedoras. Hoje, existem dois braços partindo da foz, um à esquerda e outro à direita, que bem poderiam ser bocas do curso d'água no passado, configurando assim um delta.

Em 1817, Aires de Casal escrevia que

O Rio Camapuã, vulgarmente Cabapuana, ao qual os indígenas denominavam *Reritigbá*, nasce na Serra do Pico não muito longe da origem do *Muriaé*: corre por entre montes, engrossando com vários outros, que se lhe unem, e entra no oceano coisa de cinco léguas ao norte do *Paraíba*. É navegável por grandes canoas largo espaço até certa paragem, onde sua corrente começa a ser mais violenta, e seu álveo menos desembaraçado¹¹.

De *Managé*, como era conhecido no século XVI, o rio passou a se chamar *Itabapoana*, no presente, passando por *Camapuã*, *Cabapuana* ou *Muribeca* e outros nomes semelhantes. Certo é que, à época de *Casal*, já se sabia que *Reritiba*, e não *Reritigbá*, era o nome original do rio *Benevente*, na Capitania e depois Província do Espírito Santo, junto à foz do qual ergueu-se a cidade de *Anchieta*. Quanto à sua nascente, a cartografia não havia ainda estabilizado um conhecimento. Daí sua localização genérica na Serra do Pico, de onde viria também o rio *Muriaé*, pertencente à bacia do rio *Paraíba do Sul*.

Pedro D'Alcantara *Bellegarde* e *Conrado Jacob Niemeyer*, dois dos maiores cartógrafos do Império, produziram a talvez mais minuciosa carta da Província do Rio de Janeiro, publicada em 1865. Nela, detalhes do rio *Itabapoana* em sua margem direita são retratados. Os cartógrafos grafam rio Preto ou *Itabapoana*, dando-lhe como afluentes, pela margem direita, os rios do *Ouro*, da *Onça* e *Santo Eduardo*, já assinalando um canal projetado entre *Santo Eduardo* e a *Lagoa Feia*

do *Itabapoana*. Embora com um curso bem menor que o do rio *Paraíba do Sul*, o *Itabapoana* conta com uma série de desníveis em seu leito, também registrados por *Bellegarde* e *Niemeyer*: *cachoeiras das Flores*, da *Ponta de Pedra*, do *Inferno* e da *Fumaça*¹².

Consultando o Atlas do Império do Brasil, lançado por *Candido Mendes* em 1868, mapa correspondente à Província do Espírito Santo, verifica-se que, a partir do rio *São João*, que faz divisa entre as Províncias de *Minas Gerais* e *Espírito Santo*, o rio passa a chamar-se *Itabapoana*, recebendo pela margem direita, como principais afluentes, os rios de *Santo Eduardo* e de *São Bernardo*, já figurando nele um canal projetado entre a foz do segundo rio e uma curva à jusante do próprio *Itabapoana*. Pela margem esquerda, apareciam os rios dos *Veados*, do *Jardim*, *São Pedro* e *Muqui*.

Curioso é que, examinando o mapa correspondente à Província do Rio de Janeiro no mesmo Atlas, as informações mudam ou são enriquecidas. Pela margem direita do rio em estudo, figuram como tributários os rios do *Ouro*, da *Onça*, *Santo Eduardo*, *São Bernardo* e o canal projetado. Pela margem esquerda, três rios maiores se destacam, mas apenas o rio Preto é nomeado. Aparecem as *cachoeiras de Ponta de Pedra* e do *Inferno*. Junto à foz, pelo lado esquerdo, há o registro de uma lagoa sem nome no lugar ocupado outrora pela *Lagoa de Morobá*¹³.

Um antigo dicionário de rios esclarece que ele banha os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. O verbete prossegue explicando que as cabeceiras do rio situam-se na serra do *Caparaó*, com o nome de rio Preto, recebendo o topônimo de *Itabapoana* depois de coletar as águas do rio Verde. Com curso de 264 quilômetros, dos quais 66 navegáveis entre a foz e a vila de seu nome, corta solos cuja fertilidade é a melhor do estado depois da capital. Acidentado, em seu curso assinalam-se as *cachoeiras de Santo Antônio*, *Inferno*, *Limeira* e *Fumaça*, esta última com 100 metros de altura. Observa ainda que sua largura média oscila em torno de 65 metros, com profundidade mínima de 1,80 m. Margeado por terras excelentes para o cultivo de café e de cana, assim como para a pecuária, todo o vale é relativamente bem cultivado e movimentado. Seu destino é o oceano Atlântico, com desembocadura entre o lago *Morobá* e a ponta das *Arraias*¹⁴.

O Projeto *RadamBrasil* mostra que o curso superior do *Itabapoana* está embutido na zona cristalina. O curso baixo construiu uma considerável planície ladeada por formações rochosas, por tabuleiros e pela restinga de *Morobá*. Esta planície apresenta nuances. Na parte mais interior, assume a fisionomia de um terraço fluvial em plano levemente inclinado. Na parte central, o rio corre numa planície fluvial resultante da acumulação de sedimentos e sujeita a inundações. No trecho final, as influências fluviomarinhas criaram uma área plana resultante

de processos de acumulação produzidos pelo rio e pelo mar. Nesta área, desenvolveu-se o segundo maior manguezal do norte do Estado do Rio de Janeiro¹⁵.

Completando esta breve caracterização geológica, geomorfológica e topográfica do vale do Itabapoana, Martin, Suguio, Dominguez e Flexor chamam a atenção para a antiguidade dos depósitos arenosos da costa norte do Estado do Rio de Janeiro.

No setor compreendido entre a foz do rio Itapemirim e Guaxindiba, os depósitos arenosos pleistocênicos atingem um desenvolvimento notável somente no vale do rio Itabapoana. Na planície situada na desembocadura do rio Paraíba do Sul, os depósitos arenosos pleistocênicos são bem desenvolvidos, sobretudo na porção sul, entre Barra do Furado e Macaé. A altitude da parte externa deste terraço é pequena e a partir da lagoa de Carapebus, as areias da praia atual (único testemunho de depósitos holocênicos) transgridem sobre as areias pleistocênicas. A presença de cristas praias na superfície dos depósitos arenosos pleistocênicos indica que esses terraços não foram afogados durante a última transgressão, sugerindo que essa zona tenha sofrido subsidência durante os últimos milhares de anos, isto é, após 5.100 A.P.¹⁶.

Assim, o rio Itabapoana, em seu curso final, é bem mais antigo que o rio Paraíba do Sul também no seu trecho derradeiro. Como já se observou, embora a foz do Itabapoana seja representada na cartografia como um estuário simples, de um só braço a desembocar no mar, existem mais dois laterais, à direita e à esquerda, como a configurar um pequeno delta. O braço à direita foi registrado pelo geólogo canadense Charles Frederick Hartt em 1870¹⁷. O da esquerda aparece na Folha SF-24-H-I-3, do IBGE, em escala 1:50.000, correspondente a Itabapoana, como um pequeno lago paralelo à costa¹⁸. Tudo indica que ambos desembocavam no mar e acabaram fechados pela energia marinha.

No que concerne à vegetação nativa primeva, o Decreto Federal nº 750, de 10 de fevereiro de 1993, toma por base o *Mapa de Vegetação do Brasil*, IBGE/IBDF (1988) e insere a mata atlântica, com suas especificidades, num contexto maior denominado Domínio Atlântico, do qual fazem parte a floresta ombrófila densa atlântica, a floresta ombrófila mista, a floresta ombrófila aberta, a floresta estacional semidecidual, a floresta estacional decidual, as formações vegetais nativas de restinga, os campos de altitude, os brejos interioranos, os encraves florestais nordestinos e os manguezais¹⁹.

Os epinossistemas que margeavam o rio Itabapoana eram a vegetação nativa de restinga de Morobá, pela esquerda, e a floresta estacional semidecidual em ambas as margens e em sua retaguarda. Os naturalistas que melhor descreveram esta formação florestal, no vale do Itabapoana, foram o príncipe Maximiliano de

Wied-Neuwied e Auguste de Saint-Hilaire, ambos corroborados pelo barão suíço Johann Jakob von Tschudi. Ao cruzar esta floresta, vindo de Campos em direção ao Espírito Santo e à Bahia, em 1815, Maximiliano fica fortemente impressionado pela escura e imponente mata virgem, com suas belas plantas e sua fauna²⁰. Após atravessar a densa floresta, o príncipe divisou “um quadro encantador da majestosa solidão, às margens do Itabapoana, que, como uma fita de prata, vai coleando entre as selvas umbrosas, e corta a planície verdejante”²¹. Pouco mais à montante, Freyreiss e Sellow, dois grandes naturalistas alemães que acompanhavam a comitiva do príncipe, encontraram um bando de lontras caçando nas águas fluviais sem se importarem com a presença dos humanos. Por estarem em atividade durante o dia, talvez fossem ariranhas²², espécie extinta regionalmente, e não lontras, ainda hoje encontradas. Também a voz possante do macaco roncador e roufenha do sauí-açu foram ouvidas na selva luxuriante²³.

Saint-Hilaire confirma Wied em 1818. Depois de deixar a praia de Mangui-nhos, limite setentrional da maior restinga do norte fluminense, ele mergulha na mesma luxuriante mata percorrida três anos antes pelo príncipe naturalista. Suas impressões são similares. Muito tempo custou para que o botânico francês chegasse à margem direita do rio Itabapoana²⁴. Por fim, Tschudi, proveniente do Espírito Santo, dá notícia de ter atravessado o Itabapoana num trecho bastante largo e de ter caminhado quatro horas no interior da mata virgem²⁵.

É no contexto do planalto, do tabuleiro e da restinga que se deve inserir a planície fluvial e fluviomarinha do rio Itabapoana, incluindo nela a vasta zona de várzea ou ripária que constitui a Lagoa Feia. É no contexto da floresta estacional e da vegetação psamófila costeira que se deve incluir a lagoa.

PROJETOS E INTERVENÇÕES NA LAGOA FEIA

As intervenções antrópicas na bacia do rio Itabapoana inspiradas numa concepção de matriz européia se intensificam a partir do século XVIII com a supressão progressiva da floresta estacional do Sertão de Cacimbas, entre os rios Paraíba do Sul e Itabapoana, no sentido sul-norte, e entre a costa e a lagoa do Campelo, no sentido leste-oeste, para a obtenção de madeiras nobres e lenha tanto quanto para a ampliação da fronteira agropecuária. Dessa exuberante vegetação, quase nada restou após a devastação operada no decorrer de dois séculos. Ao pousar na margem direita do rio Itabapoana, em 1815, depois de cruzar densa floresta, Maximiliano de Wied-Neuwied encontrou-se diante de extensas plantações recentes, em terras da famosa fazenda Muribeca, ponto de passagem obrigatória para todos que se dirigiam ao Espírito Santo e vice-versa. Bem próxima à foz, esta fazenda havia pertencido aos jesuítas antes de sua expulsão do Império Português, o que pressupõe uma colonização que remontava ao século XVIII. Infor-

ma o naturalista alemão que, à época de sua passagem, ela pertencia a quatro proprietários associados que mantinham cerca de 300 escravos, cinquenta capatazes e um feitor português. Acrescenta que o trabalho, bastante árduo, consistia em derrubar as matas, tendo ele visto vários troncos por terra em todas as direções, e a plantar mandioca, milho, algodão e um pouco de café²⁶.



Rio Itabapoana mostrando a extensa área de várzea, conhecida como Lagoa Feia, no lado do Estado do Rio de Janeiro. IBGE. Carta do Brasil 1:50.000, folha SF-24-V-C-II-2 (Presidente Kennedy).

Saint-Hilaire, em 1818, ratifica as palavras de Maximiliano. Ele informa que a fazenda Muribeca, outrora pertencente aos jesuítas, tinha onze léguas de comprimento e contava com um engenho de açúcar e um grande número de escravos. Ao tempo em que ela pertencia à Companhia de Jesus, prossegue o botânico francês, suas terras destinavam-se mais à criação de cavalos e bovinos. Ao passar para civis, a agricultura avançou, com a queima de matas ciliares para ganhar terras destinadas à lavoura de cana-de-açúcar²⁷.

Na segunda metade do século XIX, Tschudi, também naturalista respeitado, dá notícia da desmesurada supressão da vegetação nativa que estava em marcha no vale do Itabapoana e em áreas adjacentes. Segundo ele, o extrativismo madeireiro rendia consideráveis lucros, com matas que pareciam intermináveis e facilidades de transporte pela proximidade do mar. Mas ele acusa também os métodos de extração, inadmissivelmente perdulários, queimando, de forma indiscriminada, madeiras preciosas para a abertura de roças²⁸.

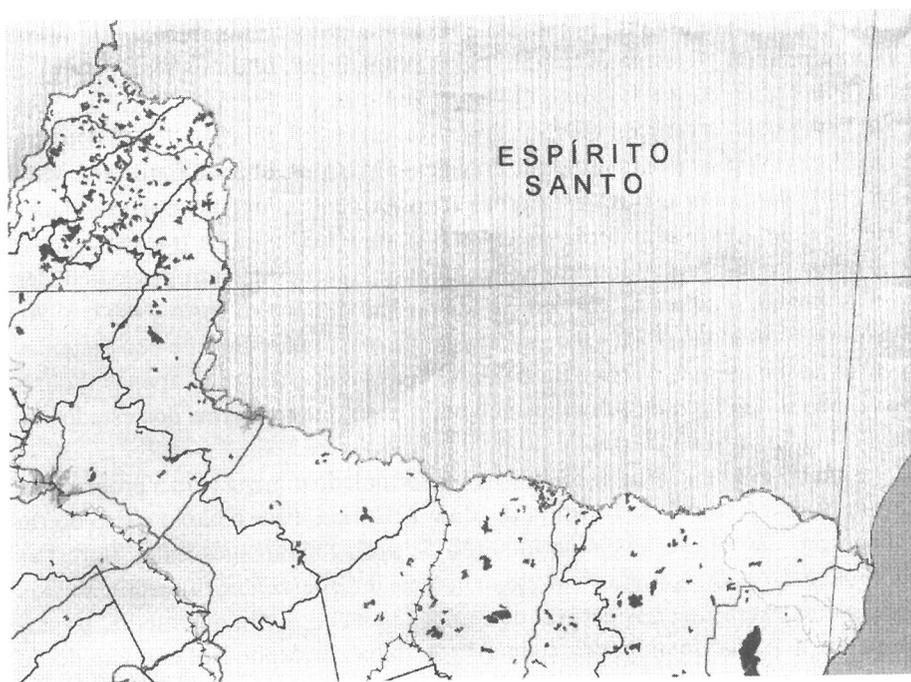
As plantas concernentes ao levantamento do rio Itabapoana e do ribeirão de Santo Eduardo, seu afluente, datadas de 1961, assinalam apenas fragmentos da extensa floresta que cobria praticamente cem por cento da atual região no-

roeste do Estado do Rio de Janeiro²⁹. Também o levantamento cartográfico efetuado pelo IBGE, em escala 1:50.000, na década de 1960, revela uma região devastada³⁰.

O *Mapa de Vegetação do Brasil*, editado em 1988 pelo IBGE e IBDF, em escala 1:5.000.000, mostra as terras do vale do Itabapoana, onde outrora vicejou uma contínua e densa mata estacional semidecidual, ocupadas por atividades agropecuárias e por raros remanescentes florestais³¹. Um mapa traçado a partir de imagens de satélite, retratando o resultado das relações de antropossociedades e ecossistemas vegetais nativos no Estado do Rio de Janeiro entre 1985 e 1990, revela o descomunal processo de supressão da mata atlântica e de ecossistemas vegetais associados. Ao longo da bacia do Itabapoana, restaram apenas reduzidas manchas que se adensam um pouco mais perto das fronteiras dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais³².

Com base nestas informações é que foi formulado o mapa com a proposta de traçado para a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Para o baixo curso do rio Itabapoana, não existe nenhuma intenção de proteger remanescentes florestais por uma razão muito simples: não existem mais remanescentes florestais. Restou apenas uma extensão considerável de campos inundados, em que medra, principalmente, a *Typha domingensis* (tabua)³³. A folha correspondente ao Estado do Rio de Janeiro do *Atlas dos Remanescentes da Mata Atlântica* correspondente ao lustro de 1995-2000 mostra os insignificantes remanescentes que figuram na folha de 1985-2000 mais esfacelados ainda. No extremo norte do estado, a mata estacional ficou pulverizada em pontos verdes³⁴. No entanto, um grupo de cientistas reunidos em 1999 levantou fragmentos florestais a merecerem prioridade máxima para conservação por conta de sua biodiversidade³⁵.

A remoção desse complexo e vasto revestimento vegetal nativo para atender a uma economia extrativista e agropecuária deve ter provocado intensos processos de erosão e de assoreamento que, por falta de dados, não podemos mensurar. A transformação de epinossistemas nativos, ou mesmo a sua substituição por ecossistemas antrópicos, deve ter afetado profundamente os limnossistemas lóticos e lênticos formadores da bacia do rio Itabapoana. Considerando que a Lagoa Feia ocupava uma extensa área de várzea permanentemente alagada, oscilando sua lâmina d'água com o regime hídrico do rio Itabapoana, pode-se afirmar que esse vigoroso limnossistema lêntico passou a sofrer transformações indiretas já no século XVIII. Convém observar que os ecossistemas nativos costumam sustentar economias de subsistência e nada nos desautoriza a pensar que a Lagoa Feia já era procurada, há 250 anos, por pescadores e caçadores de jacarés. O embrião de um conflito social estava se formando: de um lado, uma economia extrativista vegetal, agropecuária e agroindustrial de alguma forma articulada ao mercado e, de outro, uma economia extrativista animal para fins de subsistência.



Bacia do rio Itabapoana. Os pontos e áreas esparças no mapa indicam remanescentes florestais. INPE/SOS Mata Atlântica. *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica – Síntese por Estado: Rio de Janeiro-período 1995-2000*.

Se, até o século XIX, as interferências na parte da limnosfera representada pela bacia do rio Itabapoana ocorriam indiretamente por drásticas transformações de origem antrópica na epinosfera, a partir de então começa a engendrar-se uma intervenção direta: projeta-se um canal ligando um ponto do baixo curso do rio a outro, de modo a lhe encurtar a seção navegável em trecho acentuadamente sinuoso e embrejado³⁶.

Com o fim de submetê-lo aos imperativos de atividades econômicas agropecuárias ou de domesticá-lo para que suas cheias não causassem danos a núcleos urbanos, lemos, num relatório do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, que a representação deste órgão, no Estado do Espírito Santo, foi criada em 1944 e, logo em seguida, executou obras em afluentes do rio Itabapoana e no rio Novo, com excelentes resultados para o aproveitamento de terras. A parte sul do estado foi a mais aquinhoadada pelo DNOS³⁷.

Uma planta sintetizando os serviços de engenharia hidráulica realizados pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, criada pelo governo federal



Bacia do rio Itabapoana, com o canal projetado no baixo curso (do lado da Província do Rio de Janeiro), vista da Província do Espírito Santo. Candido Mendes Almeida. *Atlas do Império do Brasil*, 1868.

em 1933, e por seu sucessor, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, até fins de 1950, mostra que o grosso das intervenções concentrava-se na margem direita do rio Paraíba do Sul. Nenhum trabalho está assinalado na bacia do rio Itabapoana em sua vertente fluminense³⁸. O canal projetado que figura tanto na carta de Bellegarde e Niemeyer quanto no Atlas de Candido Mendes não fora ainda construído.

Onze anos depois, o DNOS encomendou ao Escritório Hildaluis Cantanhede Engenharia Civil e Sanitária Sociedade Limitada um levantamento do vale do Itabapoana para fins de dragagem, retificação e sistematização, além de outras obras necessárias a sua regularização e a um melhor aproveitamento de suas águas e terras. Em suas 42 folhas na escala de 1:20.000, concentrando-se apenas nos aspectos relacionados à engenharia, o trabalho de cartografia assinala brejos, valões, córregos, rios, fragmentos de mata, capoeiras, lavouras, pastagens e concentrações humanas, sem, contudo, nomeá-las³⁹. O canal projetado no século XIX parecia ter por objetivo a navegação e a drenagem num trecho bastante sinuoso do rio. Com o DNOS, ele restringiu-se à drenagem, enquanto que os cortes entre meandros visavam também à navegação. Em ambos os casos, o objetivo precípua é drenar toda uma zona altamente pantanosa para colocar terras férteis à disposição de proprietários rurais e levar água a partes afastadas do rio. Tudo em benefício da agropecuária e da agroindústria açucareira e em detrimento da atividade pesqueira.

No ano seguinte, o mesmo escritório promoveu o levantamento do ribeirão de Santo Eduardo, um dos afluentes do baixo curso do Itabapoana, às margens do qual se instalou a Usina Açucareira de Santa Maria, hoje desativada. A finalidade era a mesma: canalizar o ecossistema para subordiná-lo aos interesses da agropecuária e da agroindústria sucro-alcooleira⁴⁰. O conjunto dessas ações deve ter resultado num grande aporte de sedimentos na bacia da Lagoa Feia, acentuando o processo de assoreamento e afetando a pesca.

Na década de 1960, a bacia do Itabapoana entra definitivamente no plano de obras do Departamento Nacional de Obras e Saneamento. No acervo da representação do órgão no Rio de Janeiro, algumas fotos tomadas em 1967 retratam a situação da bacia. Uma delas registra cheia colossal do rio. As outras fotos mostram a retificação de um trecho do Itabapoana no município capixaba de Guaçuí.

No entanto, só nos anos de 1970, o canal projetado no século XIX será construído. O topógrafo Divaldo Carvalho, que trabalhou primeiro no Escritório Hildalius Cantanhede e depois no Departamento Nacional de Obras e Saneamento, salienta a necessidade de rasgar-se, na margem direita, um canal paralelo ao baixo curso do rio Itabapoana, em forma de afluente, para drenar uma área excessivamente encharcada. Nasceu, assim, o Canal de Todos os Santos⁴¹.

CONFLITOS SOCIAIS

No baixo curso do rio Itabapoana, a grande área de várzeas, alagada no passado, estende-se em ambas as margens do curso d'água. Na margem direita, do lado do Estado do Rio de Janeiro, recebe o nome de Lagoa Feia. Na margem esquerda, do lado do Espírito Santo, forma um imenso banhado conhecido pelo nome de Morobá. Para drená-la, o DNOS abriu o Canal de Todos os Santos no centro da Lagoa Feia, dando-lhe o caráter de afluente do rio Itabapoana. Brejos menores foram drenados pelo Canal de Deserto Feliz, afluente do canal maior. Pelo lado do Espírito Santo, a drenagem operou-se diretamente para o mar, pelo Canal do Criador.

Os cortes entre meandros para facilitar o deslocamento das águas no rio Itabapoana foram protegidos lateralmente por diques com o fim de conter o transbordamento e o alagamento das áreas drenadas. Nestas, foram implantadas pastagens, cercas divisórias de domínios, currais, canais e comportas para adução de água e casas de administração. Tais marcas ficaram a indicar um uso da área bem diferente daquele do tempo em que a grande depressão continha água permanentemente, seja em nível baixo ou elevado. Naquela época, o pantanal sustentava uma próspera atividade pesqueira, a julgar pelo depoimento dos pescadores que continuaram morando no povoado de Lagoa Feia.



Cheia do rio Itabapoana. Foto do acervo do DNOS (sem data).

Só com as grandes cheias do rio, os diques se rompem e a água volta a alastrar-se nas zonas ripárias, como aconteceu no verão de 1997/1998 e em janeiro de 2003. Os pecuaristas sofrem prejuízos, mas a atividade pesqueira volta a ser mais praticada. A passagem de um limnossistema nativo lótico e lêntico para a condição de limnossistema transformado lótico e lêntico provocou um conflito social entre pescadores e ruralistas, mormente pecuaristas, criando uma situação de injustiça para os primeiros.



Retificação do curso do rio Itabapoana no município de Guaçuí. Foto do acervo do DNOS (1967).

Pescadores

Geneci Buenas, 83 anos de vida, é um informante privilegiado, nasceu na localidade de Lagoa Feia, onde reside até hoje. Ele fala de um limnossistema vigoroso que ficava numa depressão entre o rio Itabapoana e os morros das margens. A vegetação dominante, segundo ele, era a tabua e o piri-piri. A ictiofauna era farta e diversificada, com crumatã, piau, sairu, traíra, jundiá, piaba e morobá, entre outros. Havia também jacarés, capivaras e lontras. Nas matas das colinas de tabuleiro, hoje removidas, deixando o solo exposto à forte erosão, habitavam preás, lagartos e tatus.

Em seu entendimento, o que matou a Lagoa Feia foram o Valão da Draga, no rio Itabapoana, e outro canal drenando a Lagoa Feia, construídos entre 30 e 35 anos, a confiar em sua memória. O primeiro privou a lagoa de água renovadora e o segundo, esvaziou-a. Assim drenada, o leito do limnossistema foi ocupado por pastos (embora, ele se contradiga quanto a este aspecto) e cortado por estradas para veículos, inclusive caminhões. Na água que restou, ele diz que o número de pescadores aumentou e chega mesmo a observar que, quando havia muita água e muito peixe, não havia tanto pescador como agora, em que água e peixe escassearam. A atividade pesqueira, continua ele, atendia à subsistência a um pequeno comércio.

Na sua análise, hoje, quando as águas abaixam, a vegetação aquática se deteriora e mata os peixes. Estes, mortos, agravam mais ainda o problema. Ele ainda aponta a aplicação de agrotóxicos para a retirada de vegetação nos canais particulares e a introdução do bagre africano, que, a seu ver, não traz problemas para a pesca. No entanto, mais uma vez contradizendo-se, diz que esta espécie se reproduz muito rapidamente, é muito voraz e devora os outros peixes, não sendo apreciado para o consumo, por outro lado. Conclui explicando que a várzea não se presta à agricultura por ser muito úmida, mas que a lagoa com água interessa aos lavradores para irrigação por bombeamento⁴².

O primeiro protesto lavrado pelos pescadores que nossa investigação encontrou data de 1993, correspondendo mais ou menos com a data estimada por Geneci Buenas: há cerca de 10 anos⁴³. Ele motivou uma vistoria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em conjunto com a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas. Entendeu-se que o caso deveria ficar sob os cuidados da Serla, que instaurou o Processo Administrativo E-07.160.005/93, tendo como ementa a construção de um canal ligando o rio Itabapoana à Lagoa Feia. Consta na ficha que um ofício, de nº 081/93, foi enviado pelo órgão à Prefeitura de São João da Barra, pois a área hoje correspondente ao Município de São Francisco de Itabapoana, ainda conhecida como Sertão de São João da Barra pelos antigos, não havia se emancipado, dando

origem a uma nova unidade municipal. Geneci Buenas revela que até no Espírito Santo os pescadores foram buscar apoio para suas reivindicações nunca atendidas⁴⁴.

Buscas efetuadas pelo autor não conseguiram localizar o mencionado processo na documentação da Serla. Duas lideranças comunitárias de Lagoa Feia dizem que, daquela data em diante, as reivindicações dos pescadores não cessaram de ser apresentadas a todos os prefeitos e aos vereadores, primeiro de São João da Barra; depois, de São Francisco de Itabapoana⁴⁵.

Do depoimento de Geneci, pode-se indagar se, além dos problemas apontados, a rarefação de peixe não leva os pescadores a aumentarem o esforço de pesca, contribuindo para diminuir a oferta de pescado. O bagre africano é também reconhecidamente um problema na bacia do Itabapoana, introduzido intencionalmente ou por fuga dos tanques de criação.

Quais as denúncias e os pleitos dos pescadores? A mais antiga peça do Processo Administrativo sobre a Lagoa Feia, instaurado pelo Ibama em 2002, trata-se da ata de uma reunião promovida pela Colônia de Pescadores Z-1, em 16 de julho de 2002, que representa os pescadores de mar e de água doce do município de São Francisco de Itabapoana. Diante da secretária municipal de Promoção Social, Silvana Sales, do diretor do Departamento de Pesca da Secretaria Municipal de Agricultura, Odimar Linhares, e do sub-prefeito do 2º Distrito, Valdemiro Cordeiro Filho, os pescadores requereram a legalização de sua atividade para usufruírem seus direitos. Não há registro de pleito para adução de água do rio Itabapoana com o fim de espessar a lâmina d'água da Lagoa Feia e propiciar a pesca. Em meio à reunião, um pescador de nome Paulo denunciou proprietários que estão poluindo a escassa água da lagoa com agrotóxicos e esterco de gado. O diretor do Departamento de Pesca e o presidente da Colônia de Pescadores Z-1 assumiram o compromisso de tomar providências imediatas para solucionar os problemas apontados. A lista de presença aponta 29 pessoas presentes, sendo que três assinaram com suas impressões digitais⁴⁶.

Imediatamente, Amilton Ferreira da Silva, presidente da Colônia Z-1, enviou ofício ao escritório do Ibama em Campos denunciando o bloqueio de água por alguns fazendeiros, o que impede a alimentação da Lagoa Feia e a entrada de peixes, e a contaminação do ambiente aquático por agrotóxicos⁴⁷. Novo documento do presidente da Colônia Z-1 solicita um parecer do Ibama/Campos sobre a situação da Lagoa Feia, por tratar-se de rio federal. Nele, fala-se claramente que os pescadores ressentem-se muito com a barragem de um braço do rio Itabapoana, que impossibilita a entrada de água na Lagoa Feia, e que vários casos de mortandade de peixes já ocorreram⁴⁸.

Por orientação de José Augusto Soares, pequeno proprietário rural de um assentamento criado pelo Incra em terras da falida Fábrica Tipity, de farinha de

mandioca, seu filho desenhou a planta abaixo reproduzida, retratando o problema principal enfrentado pelos pescadores.



Representação cartográfica da Lagoa Feia de Itabapoana feita de oitiva por um filho de José Augusto Soares. Originalmente, o rio Itabapoana vinha da esquerda para a direita, descrevia uma grande curva que alimentava a Lagoa Feia (local onde está escrito *Estado do Rio de Janeiro*). Na ponta inferior do meandro, ergueu-se o povoado de Lagoa Feia. Na parte superior, nos dois pontos em que o leito do rio original inflete para sul, o DNOS abriu um canal retificado que os moradores chamam de Rio da Draga. Por fim, na curva sul, vindo da esquerda, está assinalado o Canal de Todos os Santos.

Para aqueles que dependem da pesca, o problema maior não é o Canal de Todos os Santos, que drenou a Lagoa Feia, pois ele não cumpre mais sua função principal por ter sido assoreado com o abandono. A reclamação maior pesa sobre o dique na margem direita do rio Itabapoana, que impede a entrada de água num meandro que cruza a várzea da lagoa. Na opinião de Geneci Buenas, o canal aberto para ligar dois pontos de uma curva do rio deveria ser fechado de modo que as águas voltassem a correr pelo meandro do leito antigo⁴⁹. O segundo problema consiste nas embalagens e nos resíduos de agrotóxicos lançados

no limnossistema para eliminar a vegetação que nasce nos canais particulares de drenagem.

Proprietários rurais

Na Lagoa Feia do rio Itabapoana, como em todas as áreas que sofreram intervenção da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense e do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, seu sucessor, a intenção oficial foi sanear, mas, mesmo que a drenagem das extensas várzeas alagadas tivesse fins sanitários, os maiores beneficiários foram os proprietários rurais, notadamente os pecuaristas. Nos depoimentos colhidos pelo autor junto a um pescador, a um pequeno proprietário rural e ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, a responsabilidade dos pecuaristas foi atenuada ou não devidamente dimensionada. Mas seguindo a orientação de Trevelyan e de Toynbee, historiadores que consideravam iluminador e enriquecedor o conhecimento do território em que se constituiu a antropossociedade a ser estudada, o autor só considera segura a análise de uma realidade sócio-ambiental empregando os cinco sentidos. A visão do local, os sons ouvidos, os odores que ele exala, o contato dos pés e das mãos com o ambiente e até o paladar devem ser mobilizados.

Assim é que, diante do gravador, a timidez ou a intimidação leva o depoente a esquecer ou a omitir informações que permitam uma compreensão mais complexa da realidade. Até mesmo discursos expressando quadros bem distintos dos existentes são proferidos, dando ao estudioso visão distorcida da real. Em se tratando de análise de discurso ou de representações, todas as declarações devem ser levadas em conta de forma relativizada. Contudo, quando se trata de análise sócio-ambiental e da percepção de situações de desigualdade e de injustiça, o relativismo tem limites.

Além dos discursos gravados, o autor levou em consideração as declarações feitas com o gravador desligado e, com bastante acuidade, a percepção do ecossistema. Navegando a Lagoa Feia e o Brejo de Morobá numa lancha a motor, em 10 de janeiro de 2003, a presença de cercas de arame farpado, de diques nas margens dos canais entre meandros, de estábulos, de gado concentrado nos pontos mais altos não deixa dúvida quanto à ocupação do leito das vastas várzeas por pastos afogados pela cheia do rio Itabapoana. Informações de pescadores, de agricultores e de pecuaristas sobre propriedades submersas e seus proprietários (embora, legalmente, não possa haver propriedade naquelas áreas), que podem ser distinguidas pelo cocuruto das cercas cujo pé está imerso, o reconhecimento de que o gado criado nas várzeas drenadas é o melhor do Estado do Rio de Janeiro, tanto em leite quanto em carne, são elementos inequívocos de que a atividade hegemônica da antiga Lagoa Feia não é mais a pesca e sim a pecuária.

Governo Municipal

O governo de São Francisco de Itabapoana posicionou-se, em relação ao conflito entre pescadores e ruralistas da Lagoa Feia, através das Secretarias de Promoção Social, de Agricultura (por meio do Departamento de Pesca) e de Meio Ambiente, bem como pelo Sub-Prefeito Distrital⁵⁰. No entanto, quem tomou a frente da questão foram a Secretaria de Meio Ambiente e o Departamento de Pesca. Edmar da Silva Henriques, secretário de Meio Ambiente, engenheiro agrônomo e proprietário rural, em entrevista concedida ao autor, esclareceu que a denúncia dos problemas chegou a sua pasta verbalmente e que a forma de tratá-los consistiu em promover reuniões com os interessados, sem que delas resultassem documentos. Mostrou que sua Secretaria tem feito o possível para levar a questão aos órgãos competentes, no caso o Ibama. Defendeu a restauração dos limnossistemas afetados, restabelecendo-se os meandros do rio Itabapoana e o espelho d'água da Lagoa Feia. Ressaltou, porém, que a solução deve atender a pescadores e pecuaristas, com o controle da adução d'água na lagoa por meio de uma comporta⁵¹.

Já o diretor do Departamento de Pesca, da Secretaria Municipal de Agricultura, Odimar Linhares, entende que a melhor solução para o problema é a proposta pelos pescadores⁵².

Governo Estadual

O mais antigo registro oficial sobre o conflito entre pescadores e pecuaristas, como já anteriormente mencionado, foi lavrado pela Superintendência Estadual de Rios e Lagoas. Trata-se do Processo nº E-07.160.005/93. Seus Autos, entretanto, não foram localizados nos arquivos do órgão, desconhecendo-se as providências tomadas, além do ofício nº 081/93, informando o Prefeito de São João da Barra, município ao qual pertencia o território do atual município de São Francisco de Itabapoana, sobre a construção de um canal ligando o rio Itabapoana à Lagoa Feia. Em 24 de julho de 2002, a representação regional do Ibama enviou ofício ao chefe da Agência Regional Norte da Serla, encaminhando as denúncias feitas pelos pescadores por meio da Colônia de Pescadores Z-1.

O secular projeto de abrir um canal para drenar a Lagoa Feia consumou-se com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento. Em lugar de um canal ligando dois pontos do rio para encurtar distâncias, concepção típica do hidroviarismo do século XIX, optou-se por um canal em forma de afluente que pudesse escoar as águas da lagoa para o rio principal da bacia. Ligado a ele, como subafluente, foi aberto o Canal de Deserto Feliz. Divaldo Carvalho, em entrevista gravada, considerou ambos os canais como obra indispensável para a

agropecuária. Em suas palavras, tratava-se de uma várzea muito extensa para ficar submersa, como criadouro de peixes e de jacarés, sem falar de suas cheias e dos problemas sanitários⁵³.

Com respeito à data da obra, há uma divergência entre o depoimento de Divaldo Carvalho e do pescador Geneci Buenas. O primeiro situa-a, sem muita segurança, no fim dos anos de 1970 e início de 1980, ao passo que o segundo assegura que o valão da draga (nome dado pelos moradores da zona rural para todo canal aberto com máquinas) foi construído entre 30 e 35 anos passados, talvez em 1971⁵⁴.

Se, em 1993, o Ibama deixou aos cuidados da Serla uma solução para o problema gerador do conflito entre pescadores e ruralistas, em 2002, o órgão federal instaurou o processo nº 02022.013290/2002-07, a partir de denúncia encaminhada pela Colônia de Pescadores Z-1. Em depoimento ao autor, a bióloga Rosa Maria Cordeiro Wekid Castello Branco, chefe do Escritório do Ibama/Campos, explica que o conflito social entre pescadores e pecuaristas revelou-se patente já na primeira vez em que esteve na Lagoa Feia. Naquela ocasião, o Ibama limitou-se a constatar o problema

Governo Federal

O secular projeto de abrir um canal para drenar a Lagoa Feia consumou-se porque a Serla assumiu o compromisso de buscar uma solução para ele. Agora, porém, com nova investida dos pescadores, no ano de 2002, ela acolheu a Ata de reunião de pescadores em Lagoa Feia – encaminhada à unidade que chefia por ofício da Colônia de Pescadores Z-1 – e oficiou à Serla e à Divisão de Controle e Fiscalização da Gerência Executiva do Ibama/RJ, onde foi instaurado o processo. Com o pedido de parecer ao Ibama/Campos pela Colônia Z-1, solicitou ela uma avaliação técnica ao Laboratório de Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Norte Fluminense⁵⁵.

Universidades

Na mais recente denúncia dos pescadores sobre o conflito social em torno da Lagoa Feia, o presidente da Colônia de Pescadores Z-1 procurou o Ibama/Campos, que lhe sugeriu também recorrer aos préstimos do Projeto Managé, ligado à Universidade Federal Fluminense, que tem por objetivo promover a integração dos municípios da bacia do rio Itabapoana e o desenvolvimento sustentável. Segundo a coordenadora regional do Projeto Managé, Antenora Maria da Mata Siqueira, um membro da associação de Moradores da Lagoa Feia dirigiu-se por telefone a ela, dizendo que o Ibama/Campos lhe havia recomendado procurar o

Projeto. Procurou ela explicar-lhe que faleciam poderes de fiscalização ao Projeto, sendo o diálogo e o encaminhamento de propostas o máximo que poderia fazer. O representante da Associação de Moradores, cujo nome ela desconhece, expôs o caso numa das reuniões para formação do Conselho de Desenvolvimento Sustentável, ocasião em que lhe entregou uma planta do local desenhada por um morador (reproduzida neste relatório). Informada de que o presidente da Colônia de Pescadores Z-1 pretende oficializar ao Managê solicitação de parecer técnico, ela respondeu que esta é uma das atribuições da Universidade, perfeitamente cabível, portanto. Concluindo, ela entende que é preciso buscar uma solução de consenso, que atenda a pescadores e a pecuaristas⁵⁶.

Para agir com prudência, a chefe do Escritório do Ibama/Campos solicitou, por ofício, um parecer à Universidade Estadual do Norte Fluminense, que, até o presente, não se pronunciou sobre o problema⁵⁷.

Organizações não-governamentais de meio ambiente

As organizações não-governamentais de meio ambiente estão ausentes à discussão em torno da Lagoa Feia, a menos que o autor desta análise, associado do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, a mais antiga ONG de meio ambiente das regiões norte e noroeste do Rio de Janeiro, ao lado de seu trabalho acadêmico, seja também considerado um ativista ecologista.

Meios de comunicação social

Também os meios de comunicação social estão quase alheios a esta Lagoa Feia, ao passo que a outra, entre Campos e Quissamã, continua a ser freqüentada amiúde pelos jornais, as emissoras de rádio e os canais de televisão locais, regionais, estaduais e mesmo nacionais. Ela teve um mínimo destaque recentemente provocado pela presença do autor, que, procurado pela Secretaria Municipal de Comunicação Social de São Francisco de Itabapoana, concedeu uma entrevista sobre o trabalho a ser realizado. O *release* distribuído só foi publicado num jornal de Campos⁵⁸.

Com as chuvas e as cheias de janeiro de 2003, a imprensa apenas noticiou problemas causados por elas em São Francisco de Itabapoana, mas sem menção à Lagoa Feia⁵⁹.

CONCLUSÃO

O conflito social entre pescadores da Lagoa Feia do Itabapoana e pecuaristas virtualmente existe desde meados do século XIX, quando se concebeu a abertura de um canal para encurtar a seção navegável do rio, conseqüentemente acarretan-

do a drenagem da extensa várzea marginal permanentemente alagada. O levantamento do baixo curso do rio pela empresa Hildalius Cantanhede, contratada em 1961 pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento, preparou o terreno para a abertura do Canal de Todos os Santos cerca de dez anos depois, como assegura Geneci Buenas, ou em fins da década de 1970 ou princípio da década de 1980, como acredita Divaldo Carvalho.

O impacto da obra deve ter apresentado grande magnitude, No entanto, os efeitos dela para a atividade pesqueira só começaram a ser visualizados, como sugerem os depoimentos e os documentos, no início dos anos de 1990. Os pescadores começaram a protestar contra a falta de água e de peixe na Lagoa Feia devido ao dique de terra no canal construído pelo DNOS ligando os pontos mais próximos de um meandro do rio, a fim de abreviar o caminho das águas, um dos chamados, pelos moradores, rios da draga. Reclamam eles que, quando chove e a lagoa enche, os peixes voltam, mas, assim que as águas escoam ou são drenadas pelos pecuaristas, ocorrem enormes mortandades de peixe (certamente causadas pelo aquecimento da lâmina d'água e pela demanda térmica de oxigênio). A decomposição deles exala insuportável odor para os moradores do local, além de inviabilizar a lagoa para a recreação por contato primário, muito praticada por pessoas da localidade e de outros lugares. Para agravar os problemas, alguns pescadores acusam os pecuaristas de lançarem agrotóxicos para eliminar a vegetação herbácea nos canais particulares, além de embalagens de agrotóxicos, na caixa da lagoa.

O conflito, porém, não se reveste de qualquer caráter extremista. Os pescadores reconhecem o direito de propriedade de pecuaristas no leito da lagoa, ressalvando-se que a invasão maior ocorre no território do Espírito Santo. Por lei, esta ocupação é ilegal. No entanto, os pescadores não levantam este questionamento. Eles desejam apenas uma solução que possa beneficiar as duas economias, com a instalação de um sistema que permita a adução controlada de água do Canal do Itabapoana para a Lagoa Feia. Os pecuaristas, por seu lado, parecem resistir à proposta, seja pelo seu silêncio, seja por seu discurso camuflado.

NOTAS

¹ LUTZENBERGER, José A. "Gaia". In: LEWGOY, Flávio (org.). *Política e meio ambiente*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

² LOVELOCK, James E. *Gaia – um novo olhar sobre a vida na Terra*. Lisboa: Edições 70, s.d.; e *As Eras de Gaia: a biografia da nossa terra viva*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

³ Termo proposto por MORIN, Edgar em "Das sociedades da natureza à natureza da sociedade". In: – *Sociologia: Do microsossial ao macroplanetário*. Lisboa: Europa-América, s.d.

⁴ BROWN JR., Keith S. & BROWN, G. G. "Tropical biodiversity, evolutionary erosion and

- species loss". In: WHITMORE, T. C. & SAYER, J. A. *Tropical Deforestation and Species Extinction*. London/New York/Tokyo/Melbourne/Madras: Chapman & Hall, 1992.
- ⁵ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*, 2 v. Lisboa: Presença, s.d.
- ⁶ DORST, Jean. *A força do ser vivo*. São Paulo: Melhoramentos/EdUSP, 1981.
- ⁷ SOFFIATI, Arthur. *O nativo e o exótico: perspectivas para a história ambiental na ecorregião norte-noroeste fluminense entre séculos XVII e XX*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. Dissertação de Mestrado; "Aspectos históricos das lagoas do norte do Estado do Rio de Janeiro". In: ESTEVES, Francisco de Assis. *Ecologia das Lagoas Costeiras do Parque Nacional de Jurubatiba e do município de Macaé (RJ)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé, 1998; e –; BIDEGAIN, Paulo e BIZERRIL, Carlos. *Lagoas do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2002.
- ⁸ Este tópico e o seguinte foram concebidos com base em SOFFIATI, Arthur. *Entre a terra e a água: estudos sobre as relações das sociedades humanas com os manguezais da ecorregião de São Tomé entre 1950 e 2000*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2001. Tese de Doutorado.
- ⁹ Apud. CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a História da Capitania de S. Tomé*. Campos: Tip. e Lit. de Silva, Carneiro e Comp., 1888.
- ¹⁰ COUTO REIS, Manoel Martins do. *Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito dos Campos Goitacás que por Ordem do Ilmo e Exmo Senhor Luiz de Vasconcellos e Souza do Conselho de S. Majestade, Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, etc. se Escreveu para Servir de Explicação ao Mapa Topográfico do mesmo Terreno, que debaixo de dita Ordem se Levantou*. Rio de Janeiro: manuscrito, 1785. Há uma edição do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997, com o título de *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys 1785. Descrição Geographica, Pulitica e Cronographica do Districto dos Campos Goitacaz*. Infelizmente, ela é bastante infiel ao importante documento deixado por Couto Reis.
- ¹¹ CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1976.
- ¹² BELLEGARDE, Pedro D'Alcantara e NIEMEYER, Conrado Jacob de. *Nova Carta Corográfica da Província do Rio Janeiro*. Rio de Janeiro: publicada por Eduardo Bensburg, 1865.
- ¹³ ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arte & História, 2000.
- ¹⁴ ROCHA, João Clímaco da. *Dicionário Potamográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: s.e., 1958.
- ¹⁵ PROJETO RADAMBRASIL. *Levantamento de recursos naturais vol. 32: Rio de Janeiro/Vitória*. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, 1983; FIBGE. *Carta do Brasil-Esc 1:50000: Folha SF-24-H-1-1: Itapemirim*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1967; PROJETO RADAMBRASIL. *Folhas SF.23/24: Rio de Janeiro/Vitória – mapa geomorfológico*. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, 1983.
- ¹⁶ MARTIN, Louis; SUGUIO, Kenitiro; DOMINGUEZ, José M. L.; e FLEXOR, Jean-Marie. *Geologia do quaternário costeiro do litoral norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo*. Belo Horizonte: CPRM, 1997.
- ¹⁷ HARTT, Charles Frederick. *Geologia e geografia física do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

- ¹⁸ IBGE. *Folha SF-24-H-1-3: Itapoana*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1967.
- ¹⁹ IBGE/IBDF. *Mapa de vegetação do Brasil*, escala 1:5.000.000. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1988.
- ²⁰ WIED-NEUWIED, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUFF, 1989.
- ²¹ Id., *ibid.*, p. 125-126.
- ²² Informação pessoal prestada pelo biólogo Ronaldo Fernandes de Oliveira.
- ²³ WIED-NEUWIED, Maximiliano de. *Op. cit.*, p. 128.
- ²⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1974.
- ²⁵ TSCHUDI, J.J. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980.
- ²⁶ WIED-NEUWIED, Maximiliano de. *Op. cit.*, p. 125-126.
- ²⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Op. cit.*, p. 211-212.
- ²⁸ TSCHUDI, J.J. *Op. cit.*, p. 16.
- ²⁹ DNOS. *Rio Itapoana – levantamento em escala 1:20.000*. Rio de Janeiro: Escritório Hildalius Cantanhede, setembro de 1961, acervo da Residência regional do DNOS; e DNOS. *Valão de Santo Eduardo – levantamento em escala 1:5.000*. Rio de Janeiro: Escritório Hildalius Cantanhede, outubro de 1962, acervo da Residência regional do DNOS.
- ³⁰ IBGE. *Folhas Itapoana, Barra Seca, Presidente Kennedy e Mimoso do Sul*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1967.
- ³¹ IBGE/IBDF. *Mapa de vegetação do Brasil*, escala 1:5.000.000. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1988.
- ³² INPE/SOS Mata Atlântica. *Estado do Rio de Janeiro: áreas cobertas por remanescentes de Mata Atlântica e Ecossistemas Associados*. São Paulo: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/SOS Mata Atlântica, 1992.
- ³³ Governo do Estado do Rio de Janeiro. *Reserva da biosfera da Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Estadual de Florestas, 1994.
- ³⁴ INPE/SOS Mata Atlântica. *Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica – síntese por Estado: Rio de Janeiro – período 1995-2000*. São Paulo: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/SOS Mata Atlântica, 2001.
- ³⁵ Ministério do Meio Ambiente. *Avaliação das ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos*. Brasília: MMA/SBF, 2000.
- ³⁶ BELLEGARDE, Pedro D'Alcantara e NIEMEYER, Conrado Jacob de. *Nova Carta Corográfica da Província do Rio Janeiro*. Rio de Janeiro: publicada por Eduardo Bensburg, 1865; e ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arte & História, 2000.
- ³⁷ DNOS. *Enxaguamento e drenagem para recuperação de terras e defesa contra inundações em regiões e cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

- ³⁸ DNOS/Distrito de Goitacazes. *Diques, canais e comportas: planta organizada para demonstração dos serviços executados pelo DNOS desde o início dos serviços até 31/12/1950*. Campos: Acervo da Residência Regional do DNOS, 1951.
- ³⁹ DNOS. *Rio Itabapoana – levantamento em escala 1:20.000*. Rio de Janeiro: Escritório Hildalius Cantanhede, setembro de 1961, acervo da Residência regional do DNOS.
- ⁴⁰ DNOS. *Valão de Santo Eduardo – levantamento em escala 1: 5.000*. Rio de Janeiro: Escritório Hildalius Cantanhede, outubro de 1962, acervo da Residência regional do DNOS.
- ⁴¹ CARVALHO, Divaldo. Depoimento prestado ao autor em 29/01/2000.
- ⁴² BUENAS, Geneci. Depoimento concedido ao autor em 10/01/2003.
- ⁴³ Id., *ibid.*
- ⁴⁴ Id., *ibid.*
- ⁴⁵ Id., *ibid.* e SOARES, José Augusto. Depoimento concedido ao autor em 10/01/2003.
- ⁴⁶ Colônia de Pescadores Z-1. Ata da Reunião da Colônia de Pescadores Z-1 – São Francisco de Itabapoana – RJ, realizada na localidade de Lagoa Feia, no dia 16 de julho de 2002.
- ⁴⁷ Colônia de Pescadores Z-1. Ofício nº 23. Gargaú: 17 de julho de 2002.
- ⁴⁸ Id. Ofício sem número. Gargaú: 30 de setembro de 2002.
- ⁴⁹ BUENAS, Geneci. *Dep. cit.*
- ⁵⁰ Cf. Colônia de Pescadores Z-1. *Doc. cit.*
- ⁵¹ HENRIQUES, Edmar da Silva. Depoimento concedido ao autor em 10/01/2003.
- ⁵² LINHARES, Odimar. Depoimento prestado por telefone ao autor em 27/01/2003.
- ⁵³ CARVALHO, Divaldo. Depoimento concedido ao autor em 19/12/2002.
- ⁵⁴ BUENAS, Geneci. *Dep. cit.*
- ⁵⁵ Ibama/RJ. Processo nº 02022.013290/2002-07 e CASTELLO BRANCO, Rosa Maria Cordeiro Wekid. Depoimento concedido ao autor em Campos, 26/12/2002.
- ⁵⁶ SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. Depoimento prestado ao autor em 29/01/2003.
- ⁵⁷ Ibama/Campos. “Ofício nº 492/2002”. Campos: 11/12/2002. Processo nº 02.022.013290/2002-07.
- ⁵⁸ “Estudo visa a recuperar a Lagoa Feia em SFI. *Monitor Campista*. Campos dos Goitacazes: 16/01/2003.
- ⁵⁹ DELFINO, Jualmir. “Famílias expulsas de suas casas – Rio Itabapoana, em São Francisco de Itabapoana, transborda e faz com que um total de 675 pessoas sejam obrigadas a sair de suas próprias casas”. *O Diário*. Campos: 24/01/2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arte & História, 2000.
- BELLEGARDE, Pedro D’Alcantara e NIEMEYER, Conrado Jacob de. *Nova Carta Corográfica da Província do Rio Janeiro*. Rio de Janeiro: publicada por Eduardo Bensburg, 1865
- BIDEGAIN, Paulo e BIZERRIL, Carlos. *Lagoas do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2002.

- BROWN JR., Keith S. & BROWN, G.G. “Tropical biodiversity, evolutionary erosion and species loss”. In: WHITMORE, T. C. & SAYER, J. A. *Tropical Deforestation and Species Extinction*. London/New York/Tokyo/Melbourne/Madras: Chapman & Hall, 1992.
- DNOS. *Exaguamento e drenagem para recuperação de terras e defesa contra inundações em regiões e cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.
- DNOS/Distrito de Goitacazes. *Diques, canais e comportas: planta organizada para demonstração dos serviços executados pelo DNOS desde o início dos serviços até 31/12/1950*. Campos: Acervo da Residência Regional do DNOS, 1951.
- DNOS. *Rio Itabapoana – levantamento em escala 1:20.000*. Rio de Janeiro: Escritório Hildalius Cantanhede, setembro de 1961, acervo da Residência regional do DNOS.
- DNOS. *Valão de Santo Eduardo – levantamento em escala 1:5.000*. Rio de Janeiro: Escritório Hildalius Cantanhede, outubro de 1962, acervo da Residência regional do DNOS.
- DNOS. *Rio Itabapoana – levantamento em escala 1:20.000*. Rio de Janeiro: Escritório Hildalius Cantanhede, setembro de 1961, acervo da Residência regional do DNOS; e DNOS. *Valão de Santo Eduardo – levantamento em escala 1:5.000*. Rio de Janeiro: Escritório Hildalius Cantanhede, outubro de 1962, acervo da Residência regional do DNOS.
- DORST, Jean. *A força do ser vivo*. São Paulo: Melhoramentos/EdUSP, 1981.
- Governo do Estado do Rio de Janeiro. *Reserva da biosfera da Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Estadual de Florestas, 1994.
- HARTT, Charles Frederick. *Geologia e geografia física do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941.
- IBGE. *Folha SF-24-H-1-3: Itabapoana*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1967.
- IBGE. *Folhas Itabapoana, Barra Seca, Presidente Kennedy e Mimoso do Sul*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1967.
- IBGE/IBDF. *Mapa de vegetação do Brasil*, escala 1:5.000.000. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1988.
- INPE/SOS Mata Atlântica. *Estado do Rio de Janeiro: áreas cobertas por remanescentes de Mata Atlântica e Ecossistemas Associados*. São Paulo: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/SOS Mata Atlântica, 1992.
- INPE/SOS Mata Atlântica. *Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica – síntese por Estado: Rio de Janeiro – período 1995-2000*. São Paulo: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/SOS Mata Atlântica, 2001.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Avaliação das ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos*. Brasília: MMA/SBF, 2000.

- MORIN, Edgar, "Das sociedades da natureza à natureza da sociedade". In: – *Sociologia: Do microssocial ao macroplanetário*. Lisboa: Europa-América, s.d.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1974.
- SOFFIATI, Arthur. *O nativo e o exótico: perspectivas para a história ambiental na ecorregião norte-noroeste fluminense entre séculos XVII e XX*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. Dissertação de Mestrado.
- _____. "Aspectos históricos das lagoas do norte do Estado do Rio de Janeiro". In: ESTEVES, Francisco de Assis. *Ecologia das Lagoas Costeiras do Parque Nacional de Jurubatiba e do município de Macaé (RJ)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé, 1998
- _____. *Entre a terra e a água: estudos sobre as relações das sociedades humanas com os manguezais da ecorregião de São Tomé entre 1950 e 2000*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2001. Tese de Doutorado.
- TSCHUDI, J.J. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980.
- LUTZENBERGER, José A. "Gaia". In: LEWGOY, Flávio (org.). *Política e meio ambiente*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- LOVELOCK, James E. *Gaia – um novo olhar sobre a vida na Terra*. Lisboa: Edições 70, s.d.; e *As Eras de Gaia: a biografia da nossa terra viva*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*, 2 vols. Lisboa: Presença, s.d.
- MORIN, Edgar, "Das sociedades da natureza à natureza da sociedade". In: *Sociologia: Do microssocial ao macroplanetário*. Lisboa: Europa-América, s.d.
- WIED-NEUWIED, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUFF, 1989.

O que é de um, não é de outro: conflitos e direitos na Ilha da Marambaia*

Fabio Reis Mota**

O presente trabalho apresenta uma descrição da comunidade da Ilha da Marambaia, acrescida de uma reflexão sobre as lógicas que permeiam os conflitos entre o Estado, representado neste caso pela Marinha Brasileira, e a população da Marambaia. Esta reflexão articula-se a um conjunto abrangente de situações que tive a oportunidade de acompanhar no decorrer de minhas atividades acadêmicas na UFF, seja em pesquisa ou em extensão, em conjunto com outros pesquisadores da mesma instituição¹. Desse modo, a comparação, quando pertinente, torna-se elemento essencial para a compreensão de um quadro localizado, mas que possui similitudes e diferenças com sistemas sociais mais amplos (Geertz, 1999).

Considero que nestas situações onde estes conflitos se apresentam, mesmo em sua especificidade, encontram-se traços que se prolongam e se reproduzem ao longo do tempo e espaço. Por isso, podemos considerar a possibilidade de existência de um sistema que pode, em diversas circunstâncias, representar uma lógica característica de nossa sociedade, cujos dispositivos determinam a realidade e a representação. Tomo como ponto de partida a necessária relativização de representações sedimentadas em nosso imaginário social, ou mesmo embutidas em nossas leis, tomando-as enquanto discursos que visam, deste modo, a operar como sistemas simbólicos que objetivam produzir a "verdade".

No caso dos pescadores, em particular, a visão predominante – desde a Colônia – é a de que suas técnicas, seu modo de vida são atrasados e primitivos.

* Agradeço as sugestões e críticas ao texto, em especial a Ronaldo Lobão e Lenis Pires, ao professor Roberto Kant de Lima e a Leticia de Luna Freire.

** Pesquisador do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa (Nufep) da UFF. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política (PPGACP) da UFF. Bolsista Capes em 2002-2003.

Faz-se necessário, segundo a visão oficial, modernizá-las, ou seja, sujeitá-las à “inevitável modernidade”. Deve-se lembrar que estes pescadores artesanais compreenderam uma grande massa de trabalhadores que, através da atividade pesqueira, abasteciam a unidade produtiva colonial. Essa visão, de fato, esteve sempre pautada por uma simples noção de que a pesca artesanal deveria ser extinta para dar lugar a formas tidas enquanto modernas (Silva, 1988).

Depositários de uma identidade negativa no espaço público, os pescadores sempre tiveram uma relação com o Estado brasileiro de subalternidade, e os dispositivos jurídicos que regulavam a pesca tinham em suas letras um caráter interventivo e punitivo. Ilustrativo disso eram as políticas destinadas ao setor pesqueiro, como os “Pesqueiros Reais” (controlados pelos jesuítas) e o “Rei dos Negros” (instituídos pelos administradores das capitânicas), levadas a cabo no século XVII, respectivamente, na Amazônia e em Pernambuco. Visavam a supervisionar e ordenar a atividade pesqueira através de órgãos centrais. Neles, eram aglomerados diferentes grupos, muitas vezes antagônicos, para a execução das atividades da pesca (Silva, 1988), homogeneizando-os em uma única categoria: pescadores em trabalho escravo.

No século XIX, as políticas públicas em relação à prática pesqueira caracterizavam-se pela intervenção direta na organização dos pescadores. Em meados de 1846, elabora-se a primeira listagem oficial de todos os pescadores brasileiros com a criação da Capitania dos Portos e Costas e dos Distritos de Pesca. Essa listagem, sobretudo, tinha o objetivo de regular a atividade dos pescadores através das taxas e dízimos cobrados pelo Estado Imperial.

Em meados do século XIX, são regulamentadas as Capitânicas dos Portos e com elas uma força militar de reserva formada compulsoriamente pelos pescadores artesanais registrados em cada capitania. Ao se registrarem, os mesmos não mais teriam que servir à Guarda Nacional, somente prestariam serviço militar quando a Marinha os convocasse. Em 1846, o regulamento aprovado pelo Ministério da Marinha fez com que cada capitania fosse dividida em distritos e cada distrito entregue a um capataz², instituindo-se as denominadas “capatazias”.

Na República, são criadas as Colônias de Pesca, subordinadas ao Ministério da Agricultura. Em 1920, a Marinha novamente passa a ter tutela sobre os serviços de pesca.

Em 1950, as Colônias se fixam na jurisdição do Ministério da Agricultura, organizando a pesca em um sistema confederativo (colônias locais, federações estaduais, confederação nacional) e definindo estatutos padronizados para todas as Colônias de Pesca. A Colônia de Pesca insurge-se enquanto dispositivo de controle social que a República Nova impõe aos sertões litorâneos com vistas a sua governabilidade (Mello, 1995).

Na década de 1950, no segundo governo de Getúlio Vargas, são fundadas as Escolas de Pesca nos Estados de Pernambuco e do Rio de Janeiro, com o objetivo de dispor, para cada pescador artesanal brasileiro, um “barco a motor e uma casa” (Ponde, 1977). Nesse momento, as políticas para o setor pesqueiro caracterizavam-se pela tutela destes grupos por parte do Estado, com um forte teor desenvolvimentista, visando com isso à transformação destes pescadores em espécies de “proletários do mar”. Em Arraial do Cabo instala-se a Alcális³ com o objetivo de transformar os pescadores em trabalhadores assalariados (Lobão, 2000; Britto, 1999; Prado, 2002; Cunha, 2000).

Na Marambaia, é criada a Escola de Pesca Darci Vargas. Nela, seu idealizador, Levy Miranda, tinha como objetivo “tirar a pesca do seu primitivismo, modernizando-a” (Pondé, 1977).

Nota-se que os discursos apresentados pelos órgãos responsáveis à política pesqueira no Brasil estão marcados pela continuidade, em um certo aspecto, independente do contexto histórico e político brasileiro. Tais discursos estão vinculados a dispositivos nos quais a noção de modernidade se erige como a marca principal para o desenvolvimento da pesca nacional.

A voz da modernidade ecoa pela história brasileira suprimindo a nossa heterogeneidade em nome da Nação, extinguindo grupos diversos em nome da harmonia entre as raças e desconsiderando direitos adquiridos em nome de nossa unidade administrativa.

A Marambaia, neste sentido, é um *locus* privilegiado para refletirmos a respeito de questões com as quais nos deparamos acima. Um paraíso ecológico situado há mais de 100 km do município do Rio de Janeiro, nela podemos encontrar uma população de pescadores artesanais, cuja história se remonta ao tempo da escravidão quando – após a abolição da escravatura e a morte do comendador Joaquim de Souza Breves (fazendeiro de renome no Rio de Janeiro e dono das terras da Marambaia) – as famílias de ex-escravos e trabalhadores da casa-grande estabelecem suas moradias na Ilha.

Mesmo com o fim da escravidão, com a instituição da República, com o declínio do regime militar e a promulgação da Constituição de 1988, a garantia do acesso à terra é incerta para as famílias de pescadores da Ilha da Marambaia, pois a União (através da Marinha) ajuizou diversas ações de reintegração de posse contra as mesmas em 1998. Essa incerteza estende-se à pesca, tendo em vista a intensificação dos barcos industriais (predatória) na área tradicionalmente utilizada pelo grupo, colocando em risco a reprodução econômica e social das população nativa.

Mais a frente apresentarei os elementos dos conflitos existentes na ilha. Primeiramente, contextualizo o grupo em termos de sua organização territorial para compreendermos a formação das redes de sociabilidade existentes no local.

Em seguida, traço um histórico da Ilha no sentido de produzir um panorama sobre a composição social do grupo. Privilegio o modo como meus interlocutores – os pescadores e seus familiares – narraram sua história. Esta, inicia-se com o “tempo” da escravidão, seguindo-se o fim do regime escravocrata, depois a chegada da Escola de Pesca na ilha e, por fim, a presença da Marinha a partir dos anos 1970. É nessa seqüência que os moradores, sobretudo os mais antigos, organizam suas lembranças sobre a história da ilha. Ressalto que falarei da chegada da Marinha em um tópico separado, pois será nessa parte que abordarei mais sistematicamente o conflito entre o Estado e os pescadores.

Posteriormente, trato da pesca e dos pescadores com o objetivo de explicitar a importância desta atividade na elaboração e reelaboração das identidades locais. Segue-se a isso a exposição, ainda que sucinta, da relevância das religiões na organização social e política dos pescadores. No último tópico, elejo o conflito da Marinha com os pescadores como foco central, pois trata-se de uma problemática obrigatória presente nos discursos dos pescadores e seus familiares. Por fim, teço as considerações finais sobre as lógicas presentes na administração dos conflitos existentes na Marambaia. Estes dados foram coletados durante minha pesquisa na Marambaia. Compreendem tanto os materiais arquivísticos sobre a história da ilha, bibliografia específica sobre o local, bem como o material judicial existente sobre o conflito e as entrevistas realizadas por mim com os pescadores e seus familiares.

CONTEXTO ETNOGRÁFICO

A Ilha da Marambaia localiza-se no litoral sul fluminense, no município de Mangaratiba – Rio de Janeiro. Atualmente, é administrada por militares. Na parte extrema, a leste, a ilha é administrada pelo Exército. No centro, em direção a oeste, a Aeronáutica possui seu campo de treinamento. Da Ponta da Pombeba⁴, a oeste, encontramos o Centro de Adestramento da Marinha (CADIM). Nesta parte da Marambaia, atualmente, existem cerca de 100 famílias que residem a leste, próximo à restinga, e a oeste, próximo à ponta da Marambaia. A pouca distância do pico da Marambaia residem os familiares dos fuzileiros navais. As famílias dos descendentes dos ex-escravos e dos ex-trabalhadores da casa-grande distribuem-se pelas 14 praias: Praia do Sino, Pescaria Velha, Praia da Kaetana, Praia da Cachoeira, Praia do José, Praia da Kutuca, Praia Grande, Praia do CADIM, Praia Suja, Praia do Sítio, Praia do Caju, Praia da Varjinha, Praia da Armação e Praia da Restinga.

As vias de acesso à Marambaia são pelo barco da Marinha, que sai todos os dias às 8 horas da manhã de Itacuruçá (sendo que aos sábados há uma barca às 11 horas), ou pelos pequenos barcos de pesca dos próprios moradores. Para um

visitante chegar à Marambaia pelo barco da Marinha, é necessário que um morador nativo forneça ao CADIM o nome do mesmo, autorizando a sua entrada. No embarque, há uma lista onde constam os nomes de todos os visitantes.

As famílias de pescadores se distribuem pelas duas partes da ilha. A oeste, concentra-se a família Estanislau, residente, em sua maioria, da Praia Suja. A família Barcelos mora, quase toda ela, na Praia do Sítio. A família Carvalho também mora na Praia do Sítio e a família Rosa, em parte na Praia Suja, em parte na Praia do Sítio. A família Saturnino se concentra no Sítio e na Armação. A família Lima reside, em sua maioria, na Praia do Caju.

Na parte leste, residem as famílias: Juvenal, na Praia da Pescaria Velha e da Kaetana; Machado, na Praia da Kaetana e do José; Santana, na Praia do José; Barbosa na Praia da Kaetana; Mariano e Firmo, na Pescaria Velha.

Grande parte dos casamentos ocorre entre as famílias nativas. Existe um intercuro de casamentos entre os troncos familiares, que estão relacionados à distribuição territorial. Constatei a existência de um único caso de casamento de moradores de distintas áreas da ilha, em que uma moradora na Praia do Caju casou-se com um homem da família Santana, da Praia do José. Atualmente, ela reside na Praia Grande e o marido já faleceu.

HISTÓRIAS DA MARAMBAIA

O “histórico” da Ilha da Marambaia – segundo os pescadores mais antigos – inicia-se com o “velho Breves”, o comendador Joaquim de Souza Breves. Os domínios territoriais deste grande cafeicultor do século XIX abrangiam a restinga e atravessavam o mar, desdobrando-se da raiz da serra, Mangaratiba e o Saco de Mangaratiba, até o vasto cafezal que se alastrava do começo do altiplano, em São João do Príncipe. “Na Marambaia plantava-se café nas encostas da montanha, cereais, milho, feijão, mandioca, cana de açúcar e criava-se gado”, lembra um morador mais antigo. Do mesmo modo, exercia um importante papel estratégico para o Breves: servia como área de embarque de escravos que eram distribuídos as suas demais fazendas. Encontramos numa nota do livro do professor Humberto Machado um relato sobre este comércio:

Grande importador de escravos para atender às necessidades cada vez mais insistentes do cafezal (...) o Comendador (o Breves) vivia em contato com aqueles que faziam o tráfico de escravos com o continente negro. A Marambaia era neste sentido um ponto estratégico. Ela lhe abria completamente o domínio do mar para as comunicações com os navios negreiros. Os escravos, saídos dos porões dos navios negreiros, permaneciam algum tempo naquele viveiro. Reconstituíam as forças perdidas na travessia transa-

tlântica, retemperados eram distribuídos pelas fazendas do alto da serra. Assim, a Marambaia era um estação de engorda do pessoal do eito⁵ (Machado, 1993: 104).

Como relatam os mais antigos habitantes da ilha, a Marambaia era um local predominantemente de engorda de escravos. A fazenda para tal finalidade localizava-se na Praia da Armação. A fazenda do eito, onde os escravos trabalhavam nas lavouras, localizava-se onde hoje residem os funcionários da Marinha. A senzala desta antiga fazenda é utilizada atualmente pelo CADIM como hotel para oficiais. Os resquícios da antiga fazenda de engorda podem ser vistos na Praia da Armação, bem como as ruínas de sua senzala e da antiga capela.

Em seus relatos sobre a escravidão, uma senhora de 86 anos, moradora da Ilha da Marambaia, lembra de “como aqui antigamente com o Breves era um bom lugar, os escravos que vinham de outra fazenda ficavam impressionados porque aqui tinha roupa para festa e dança nas senzalas, muita dança”.

Assis Chateaubriand, nos “Relatos sobre a Marambaia”, em seus escritos da década de 1920, encontra, ao visitar a ilha, uma paisagem social ainda guardada com as tradições da casa-grande e a senzala:

Grande era o número de escravos que cultivavam as terras da Marambaia. Estes escravos não eram apenas os negros da fazenda, mas também um certo elemento nômade, que o grão-senhor possuía nas suas outras fazendas da região serrana, e que ele fazia periodicamente descer, acrescentou-me o Dr. Clodomiro de Vasconcelos, quando urgia intensificar o trabalho da Marambaia⁶ (Chateaubriand, 1927).

Neste mesmo período, havia diversos elementos metafóricos e míticos que compunham a cosmologia local, como a história da jararaca que bebia leite na mama da mãe parida. Esta história pode ser encontrada num relato de Armando de Moraes Breves, em *O reino da Marambaia*, livro publicado em 1966. Nele, o autor expõe suas memórias de infância nas fazendas do comendador Joaquim de Souza Breves.

Em seu livro, descreve a história de tia Rosa:

Quando moça, tinha leite, mas o filho começou a emagrecer. Só no fim descobriram. Uma jararaca entrava na senzala, mamava enquanto a mãe dormia, pondo a ponta do rabo na boca da criança⁷.

Os moradores mais antigos dizem que ouviam falar destas histórias contadas por seus avós. “A jararaca vivia em cima do telhado das casas e descia à noite só

para tomar o leite da mãe”, como relata um antigo pescador. Dona Rosa era avó do sr. Joel, um dos moradores mais antigos da ilha. “A velha Rosa Lima, mulher do Estanislau, que foi pra Guerra do Paraguai quando tinha ido vender o peixe em Mangaratiba, prendeu ele lá e levaram ele pra guerra”, rememora sr. Joel. Armando Breves descreve assim o tio Estanislau: “tio Estanisláu tinha-se na conta de príncipe. Os outros acreditavam. Usava merimbáu – uma varinha de bambú seco ligado ao umbigo”⁸.

Os mais antigos lembram que a história da jararaca era contada por dona Vilhina, mãe do Felipe, da Pescaria Velha, e esposa de Zé Maria. Outra pessoa que contava a história também era a dona Chiquinha, esposa do sr. Hemetérito.

Um território importante para o grupo, neste momento, é o cemitério. Ele é a prova “material” de um tempo passado, o tempo da escravidão. É neste lugar que as pessoas são imortalizadas por objetos como um crucifixo, um jazigo ou qualquer outro tipo de marca que comprove a presença do seus ancestrais.

Neste período, os escravos eram enterrados em cemitério próximo onde hoje é a Armação, conhecido como o “cemitério dos Kalaias”. O nome é originário do tempo da escravidão, quando os escravos, ao chegarem na ilha, gritavam “Kalaia”. Conforme um morador, nessa época, os navios negreiros, ao aportarem próximo à ilha, tinham um pequeno barco com bandeira vermelha que trazia os escravos ao continente e estes, ao chegarem, ficavam gritando “Kalaia, Kalaia”. O capataz perguntava: “tá com fome? tá com sede?”, mas como não decifrava a fala dos escravos, estes morriam e eram enterrados no local. A história do cemitério dos Kalaias ainda permanece viva na memória dos pescadores. É um símbolo referencial da presença dos antigos habitantes e familiares que lá chegaram e permaneceram após o fim da escravidão.

A Marambaia, após a morte do comendador, em 1889, é praticamente abandonada pelos Breves, permanecendo ali apenas os ex-escravos e os trabalhadores da casa-grande.

Em 28 de outubro de 1891 a viúva do Breves, dona Maria Isabel Gonçalves de Moraes Breves, vendeu a Marambaia à Companhia Promotora de Indústrias e Melhoramentos. Em 17 de novembro de 1896, por liquidação forçada, a Companhia transferiu a propriedade ao então denominado Banco da República do Brasil⁹. Contudo, os escravos permanecem nas terras abandonadas pelos senhores, como bem lembra um morador antigo da Ilha

(...) que o Breves naquele tempo deu uma praia para cada família. Ele disse que era para cada um ficar com a sua praia para não dar briga, mas isso só foi feito de boca, não teve nada escrito. A filha do Breves disse que quando voltasse lá das bandas da Europa ia passar a terra aqui para nós, só que ela nunca fez isso.

É explicitada, neste período, uma dicotomia que estrutura a ordem social local, estabelecendo a divisão entre “praia dos brancos” e “praia dos pretos”. A primeira, a oeste e a segunda, a leste da ilha. O princípio ordenador desta segmentação, *a priori*, não era apenas a cor da pele mas, principalmente, a relação destes grupos com o sistema escravista. A “praia dos brancos” era o local onde tradicionalmente residiam, majoritariamente, as famílias de ex-trabalhadores da casa-grande. Os capatazes e capitães do mato permaneceram nesta parte da ilha, hoje denominada Praia do Sino, pois ali residiam desde o tempo da escravidão. Na “praia dos pretos” viviam, em sua maioria, os ex-escravos da fazenda do Breves, o qual cedeu a cada família de pescador uma praia. Os moradores relatam, tanto os mais antigos como os mais novos, que nesta época “um não podia passar para o lado do outro nem para as festas nem para pescar, porque havia briga”.

É o momento da fundação do novo cemitério na Praia Grande. Este, segundo contam, foi inaugurado pela velha Camila, que morreu com 120 anos. O cemitério e dona Camila marcam um lugar comum, uma territorialidade, pois ainda hoje é lembrada tanto pelos familiares dos ex-escravos como pelos familiares dos ex-trabalhadores da casa-grande. Este cemitério se localiza em uma zona intersticial entre as duas partes da ilha (as praias dos ex-escravos e as praias dos ex-trabalhadores da casa-grande).

Com o fim do regime escravista, os moradores passam a viver da pesca com o uso de pequenas canoas a remo confeccionadas ou compradas e redes talhadas por eles próprios. A atividade pesqueira funda uma territorialidade singular a partir das suas práticas, do conhecimento naturalístico referente aos recursos utilizados, da divisão de trabalho das companhias¹⁰ e do estreitamento ou desentrelaçamento das redes de parentesco, de aliança e territoriais.

Uma outra atividade importante na época era a roça, onde se plantavam os produtos tanto para o consumo quanto para a venda. Os roçados eram feitos nas encostas dos morros, ao fundo dos quintais, onde cada família detinha uma área para sua plantação. A atividade era dividida entre as mulheres e os homens; estes roçavam e elas colhiam. A roça era crucial para a economia local, pois complementava a pesca em momentos de escassez dos recursos marítimos.

Em 1908, instala-se na ilha a Escola de Aprendizado da Marinha, transferindo-se para Campos em 1910. Em 1924, a Marambaia foi posta à disposição da Diretoria de Portos e Costas, para a instalação de uma colônia de pescadores e da Escola de Curso Primário e Profissional da Pesca, sendo que, em 1931, é fundada a Colônia de Pescadores Z-23.

Outro fato histórico marcante à memória dos ilhéus foi a construção da Escola de Pesca Darci Vargas, no ano de 1939. A Escola foi uma iniciativa de Levy Miranda¹¹, homem de confiança de Getúlio Vargas. Os recursos advinham da

Fundação Cristo Redentor. Um dos objetivos era qualificar os pescadores tecnicamente para o exercício de seu ofício no intuito de se criar uma pesca tipicamente nacional. Uma concepção visivelmente desenvolvimentista sobre a pesca, levando em conta que nesta época boa parte dos pescadores da ilha trabalhavam com canoas a remo e moravam em casas de estuque. Proposta que compunha com o esforço do Estado Brasileiro em investir numa pesca “tipicamente nacional”, desenvolvida técnica, social e economicamente. O Estado Novo consolidou-se com um novo tipo de participação política de acordo com o qual o próprio crescimento do aparelho do Estado tornava dispensável os tradicionais canais de expressão da sociedade civil. O Estado, tendo multiplicado seu número de agências, institutos, conselhos e autarquias, propiciava a canalização, diretamente para seu interior, das demandas dos distintos setores sociais, administrando desta forma os conflitos potencialmente existentes entre eles¹².

Esse processo, como bem é lembrado pelo professor Luís de Castro Faria, se estendeu à pesca, com a chamada “Missão Vilar” (promovida pelo então capitão Vilar), que consistia em um projeto de caráter redencionista, visando à tutelação destas populações por parte do Estado, pois se deve levar em consideração que a Primeira Guerra Mundial trouxe aos pescadores um novo papel, de forma que eram eles os grandes conhecedores do mar, de sua reentrâncias, de seus perigos e abrigos. Os países com grande área costeira passaram a reconhecer nos pescadores guardiões da pátria. As colônias, neste contexto, possuíam um papel central nesta função burocrático-administrativa de mediadora dos conflitos nas comunidades de pescadores, segundo Castro Faria (Faria apud Kant de Lima, 1997).

Com a Escola, modifica-se a organização local. Os filhos dos pescadores passam a estudar em tempo integral, sendo que muitos deles residem no alojamento da Escola durante a semana, indo para casa nos finais de semana. Muitas mulheres e homens tornam-se funcionários da Escola: cozinheiros, marinheiros, mestres de barco etc.

A Escola de Pesca Darci Vargas era, segundo um antigo pescador:

um momento de grande prosperidade. Aqui na ilha, no tempo da Escola tinha de tudo, tinha fábrica de gelo, fábrica para sardinha, a gente tinha escola que profissionalizava a gente, lá a gente aprendia de tudo; a gente saía para pescar neste alto-mar e pegava era muito peixe, era tonelada. Aqui também tinha hospital com diversos remédios. A igreja foi construída com a chegada da Escola, tudo aquilo que é hoje o CADIM. Foi tudo coisa do senhor Levy, um homem muito bom.

O currículo da Escola compreendia as disciplinas: Português, Matemática, Ciências, Geografia e História do Brasil. Os cursos técnicos englobavam: Tecno-

logia, Rudimentos de Oceanografia, Noções de Meteorologia, Piscicultura, Marinharia, Condução de Motores de Pesca e Conservação e Preparo do Pescado.

No ano de 1942, a Escola tinha 242 alunos, 167 no curso primário e 75 no curso profissional. Nesse mesmo ano, a horticultura produziu três toneladas de legumes. Até 1952, a produção da pesca da frota da Marambaia era originária da baía de Sepetiba. Tinham na época três novos barcos recém-adquiridos: Presidente Vargas (120 toneladas), Redentor I e II (70 toneladas)¹³. A pesca passou a ser executada em alto-mar. Pescavam para o lado de Parati, Itaipu, Angra.

A PESCARIA NOS DIAS ATUAIS

Ainda hoje a pesca na Marambaia é um importante espaço de sociabilidade entre os diversos moradores da ilha. Constitui-se, ainda, como o principal mecanismo de reprodução econômica e social do grupo. Como diz um pescador: “a pesca faz parte da vida dos pescadores vinte e quatro horas, a semana toda, o mês inteiro, o ano todo”.

Antigamente, com a pesca da tainha, essa atividade conglomerava tanto homens como mulheres, fato hoje praticamente inexistente. Restaram apenas os relatos sobre esta pescaria

A pesca da tainha não era uma coisa exclusiva dos camaradas que trabalhavam numa determinada canoa. Quem estivesse presente podia participar da pesca da tainha, inclusive crianças, era uma festa realmente bonita. A praia ficava cheia, todo mundo ajudando. A pesca da tainha é uma pesca muito bonita, porque ela tenta pular, ela não vem assim no fundo como a pescadinha, ela tenta se livrar do cerco. Aí saíam com as canoas ao lado, algumas conseguiam pular da rede, mas caíam dentro da canoa, muito bonita a pesca da tainha.

Nesse relato, um antigo pescador lembra com muita saudade de um dos momentos mais importantes na vida social dos moradores da Marambaia, a pesca da tainha. Uma pesca que aglomerava a elaboração das hierarquias, com a diferenciação dos pagamentos ($\frac{1}{3}$ para as crianças, $\frac{1}{2}$ quinhão para as mulheres e 1 quinhão para os homens), a reafirmação dos laços de solidariedade entre os pescadores, momento lúdico e de aprendizado das crianças. Um ritual importante, pois trazia todos para um mesmo lugar, a praia. O espaço que naquele momento era de todo mundo: do homem, da mulher e das crianças.

Na pesca da tainha havia um *espia* (mais conhecido em outras localidades como vigia) cuja função era permanecer em um local alto – muitas vezes, no morro – observando a chegada do cardume para transmitir aos pescadores da

canoa – que ficavam a postos na espera da chegada do peixe – as informações necessárias sobre o cardume (quantidade, localização, espécie) para que pudessem cercá-lo com a rede. Lembra o pescador que as mulheres, ao avistarem do morro um cardume, corriam para avisar da chegada dos peixes. Os pescadores saíam para cercá-lo em qualquer lugar. Ainda segundo esse pescador:

a tainha não era específica de um determinado ponto, qualquer praia, você acompanhava o cardume até chegar a determinado local. Os pescadores de uma praia, quando ia cercar, se outro entrasse a porrada comia. Doze homens aqui e doze lá. Caso chamasse a gente pra ir forrá a rede dele lá, porque era muito, a gente forrava a rede dele, mas se fosse e tampasse a rede dele aí a coisa ficava feia.

Atualmente, esta pesca na ilha não é mais praticada, em virtude dos “arrastões” das traineiras industriais, escasseando o recurso pesqueiro. Como constata um pescador, “a pescaria na Marambaia está acabando”.

O principal pescado na ilha é a curvina, nos dias atuais. É peixe que “dá o ano todo”, como dizem, mas isto na parte oeste da Marambaia. Na parte leste, por conta das diferenças ambientais nos espaços utilizados e das técnicas empregadas na atividade pesqueira, o camarão é o mais pescado, mesmo com seu escasseamento em decorrência da intensificação da presença das traineiras industriais na região e do assoreamento da restinga com a dragagem do Porto de Sepetiba. Com seus botes a remo e suas redes – de malha 30 e 35 –, os pescadores buscam seu sustento no camarão, encontrado em número maior no interior da baía de Sepetiba, a leste, na restinga da Marambaia. A pescaria pode ser realizada com um pescador sozinho ou com mais de uma pessoa.

A técnica é artesanal e existe um conhecimento específico de composição entre os tipos de pescado, o tipo de rede e o tipo de barco a serem utilizados. A pescaria que predomina na parte oeste é a de curvineira (canoas a motor). Tradicionalmente, usa-se a rede de espera atrás da ilha, no costão, na área fora da baía, já no alto-mar. Antigamente, a pesca era realizada no interior da baía de Sepetiba, mas como as traineiras promovem uma pesca predatória, arrastando tanto os peixes, quanto as redes dos pescadores tradicionais, estes deixaram de pescar nessa área.

Por outro lado, com a crescente influência da religião, sobretudo das igrejas protestantes na vida local, o fator “sorte” ocupa um espaço importante na elaboração do prognóstico da pesca. Todavia, a “sorte” está agregada à noção da divindade, à crença religiosa¹⁴. Certa vez, quando me encontrava na Marambaia, um pescador chegou com a sua canoa com mais de 500 kg de peixe. A sua mulher o esperava em frente a sua casa. Ele vira e diz a ela: “viu, eu sabia que eu ia fazer

uma boa pescaria, ontem o pastor me abençoou, e pela graça de Jesus eu hoje consegui uma boa pesca". Aqui, o sentido da palavra do pastor, representante da palavra do Senhor, é a própria peregrinação ao caminho da salvação, do caminho de Jesus, é o relato de como o senhor o abençoou, é o testemunho explícito da graça de Deus.

O material de pesca também mudou. Atualmente, as redes são feitas de plástico, um processo mais moderno, como enfatiza um ex-pescador. Para a pesca de curvinota (uma curvina menor), pescadinha e parati, usa-se rede de malha 35. As malhas 110 com fio 60 são para a captura da curvina graúda. A malha 70 serve para pescar robalo e cação; esta tem de ser com fio grosso porque esses peixes são violentos e arrebentam a rede, como enfatizam os pescadores. As malhas 50 e 55 são para a curvina. Para os botes, usa-se malha 35 e 40 para pescadinha e curvinota. A traineira, a única da ilha, que pertence ao Pepê, pesca com malha 8 para sardinha. As outras pescarias existentes são anzol e linha.

Segundo um pescador antigo, "peixe na Marambaia não tem época, dá tudo o ano todo". Ele diz que a área de nascimento do peixe é na restinga, por isso, se não pescar com as traineiras lá o peixe volta.

Na parte oeste da ilha existem, hoje, cerca de 16 curvineiras, 11 barcos (conhecidos como traineirinhas), 8 botes e uma traineira. Na parte leste, há um número bem maior de botes, cerca de uns 15 deles, enquanto curvineiras são apenas 4 e nenhuma traineira.

Na Marambaia, os pescadores da parte oeste, em sua totalidade, trabalham no regime da companhia. A companhia é composta por três camaradas, as funções divididas em: mestre, contra-mestre e ajudante. Geralmente, o mestre é o dono do barco, mas isto não é uma regra geral. Na hierarquia dos saberes, é ele o detentor do conhecimento sobre a técnica e a prática da pescaria, enquanto o contra-mestre é seu substituto nas horas em que não está disponível para a pesca. O ajudante, na grande parte das vezes, trabalha mais fora do barco, na manutenção dos apetrechos da pescaria (redes, canoas etc.).

A leste da ilha, os pescadores geralmente não têm camarada de pesca. Exercem o trabalho "sozinhos". Em parte, isto é consequência da característica da atividade pesqueira nesta parte da Marambaia, a predominância de botes em contraste com as curvineiras. A pesca no bote suporta no máximo duas pessoas, mas geralmente é feita apenas com uma. Um outro elemento condicionante para esta individualização na pesca é a intensa migração dos moradores para outras regiões do Rio de Janeiro, principalmente os mais jovens. A falta de perspectiva de crescimento na Marambaia, em decorrência do fim gradual do pescado na baía de Sepetiba, as pressões por parte da Marinha sobre os moradores, a falta de infraestrutura escolar (a escola oferece apenas o ensino fundamental), são fatores que desestimulam a permanência dos mais jovens na ilha.

No sistema de companhia, o pagamento se dá na forma de quinhão. Divide-se o lucro entre os três pescadores: 50% é destinado para a embarcação (no caso, a canoa) e os outros 50% são divididos entre o mestre e os outros dois camaradas. O quinhão representa muito mais do que uma forma de pagamento. Ele elabora e ratifica as hierarquias, formaliza as representações da vida social dos moradores, assim como reafirma os papéis sociais dos agentes. Como já ressaltai, antigamente, quando ainda havia a pesca de tainha de puxada de rede na praia, as mulheres e as crianças que participavam da pesca puxando a rede recebiam também o quinhão, mas não equivalente ao dos homens. Para as mulheres, dava-se meio quinhão e para as crianças, $\frac{1}{3}$.

O caráter artesanal da pesca encontra correspondência na sua forma de comercialização. O pescado é levado para fora da ilha para ser vendido nas peixarias de Mangaratiba, no caso dos moradores da parte oeste da Marambaia. Os da parte leste comercializam o pescado em Itacuruçá. Em ambos os lugares, o preço é estabelecido nas peixarias pela sazonalidade das espécies, ou seja, em uma época de abundância de uma determinada espécie, o preço da mesma cai. Em Mangaratiba existem dois estabelecimentos comerciais que compram os peixes: o mais antigo fica ao lado dos bares do pequeno centro do município, em frente à praia; o outro fica perto da entrada do cais, onde aportam as barcas e os barcos que vão para Ilha Grande. Com a urbanização do centro de Mangaratiba, a barraca se deslocou para distante do cais. Os pescadores, em sua maioria, vendem o peixe na primeira peixaria porque na segunda o comerciante costuma pagar em "vale" e não o cobre com o dinheiro no tempo estipulado.

Em Itacuruçá existem três peixarias. Duas se localizam em frente à praia. A outra se localiza próximo à praça principal da cidade, perto da Igreja Católica. Os pescadores da Marambaia vendem seu pescado na peixaria perto da praia, como também na praia para os banhistas, o que não acontece em Mangaratiba.

OUTROS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE

Outros espaços de sociabilidade e mediação na ilha nos dias atuais são as igrejas. Existem três grupos religiosos: a Igreja Católica, a Batista e a Assembléia de Deus. A Igreja Católica têm como responsável o capelão, que é Oficial da Marinha. A sua implantação na ilha remonta-se ao tempo da escravidão, quando foi erguida uma capela, feita de pedras pelos escravos, onde hoje é a Praia da Armação. É possível ver as ruínas da mesma na praia, que quase fora destruída por conta de manobras militares no local. Uma outra capela, também construída pelos escravos, foi levantada onde hoje é a Praia do CADIM, sendo substituída por outra de concreto com a instalação da Escola de Pesca Darci Vargas, nos anos 1930. Essa construção ainda faz parte da paisagem da ilha.

A Igreja Batista constitui-se como religião representativa desde os anos 1970. Construída na Praia da Kaetana pelos próprios moradores, o seu fundador foi o pastor Fernando, um sargento da Marinha, na época (dizem que “filho da ilha”). O pastor atual da Igreja reside em Inhoaíba, um bairro da zona oeste do Rio de Janeiro. Existem ainda dois pastores interinos: Elson, morador da Pescaria Velha e Durval, morador da Praia Suja. Este último vem negociando com o comandante do CADIM a liberação da construção de um templo da Batista na Praia Suja. Enquanto não há a liberação, os cultos são realizados em uma praça próximo à Igreja Católica.

A Assembléia de Deus se localiza, temporariamente, na Praia da Kaetana. Os cultos são realizados na casa do sr. Adilino. No entanto, Divino, pastor interino da Igreja, solicitou ao comandante do CADIM um espaço próprio para a construção do templo, o qual será erguido na Pescaria Velha, “afinal já há uma igreja na Praia da Kaetana, portanto é melhor levar a palavra do Senhor para outros rebanhos”, como afirma um dos integrantes da Igreja. A Assembléia é recente na Ilha. Quem a fundou – em 2000 – foi o Divino, morador da Praia da Kaetana e antigo membro da Igreja Batista.

Grande parte dos moradores da Praia da Pescaria Velha à Praia Grande são adeptos da religião Batista ou da Assembléia de Deus. A outra parcela da população da ilha, da Praia do CADIM até a Praia da Armação, é composta por católicos. Entretanto, os moradores reconhecem que há um fluxo crescente de fiéis às igrejas protestantes da localidade.

Os membros da Igreja Católica comemoram todo ano, no dia 15 de setembro, a festa da padroeira Nossa Senhora das Dores. Existe também uma procissão dos pescadores em torno da Ilha de Jaguanu¹⁵, onde carregam a imagem de São Pedro nas canoas para comemorar o dia do santo protetor dos pescadores. Estas festividades atraem um grande público externo, principalmente os familiares que residem fora da ilha, que nestes dias costumam ir para Marambaia. Ambas as festas são organizadas pela Igreja Católica; há, portanto, uma presença muito pequena dos moradores evangélicos nestas comemorações.

OS CONTORNOS DOS CONFLITOS ENTRE A MARINHA E OS PESCADORES

A Escola de Pesca Darci Vargas, sem recursos para manter sua infra-estrutura, é entregue à administração do Ministério da Marinha, que, através do decreto nº 88. 2224, de 12/01/71, estabeleceu naquela área o Centro de Adestramento da Marinha (CADIM).

O papel do Estado, neste momento, é visto de forma ambígua pelos moradores. Por um lado, os pescadores e suas famílias se sentem seguros com a presença da Marinha na ilha, evitando “que maus elementos entrem na ilha e tragam dro-

gas e outras coisas ruins para nosso filhos”, como enfatizam. Por outro lado, a sua presença impõe uma diversidade de mudanças na organização local, restringindo e, posteriormente, proibindo as roças com a alegação de que estas prejudicam o meio ambiente. Inicia-se uma série de políticas visando à migração gradativa dos familiares de pescadores para fora da ilha como as restrições para a entrada de seus parentes, a revista de bolsas, a proibição de novas construções ou reformas e, por fim, os processos de reintegração de posse abertos pela União contra a população tradicional no ano de 1998 e 1999. Nas ações, a Advocacia Geral da União (AGU) alega que as famílias que ali residem são invasoras, mesmo sendo muitas delas descendentes de escravos, ou seja, residindo na área há mais de dois séculos.

A justificativa destas intervenções apóia-se em argumentos pretensamente preservacionistas. Alega-se que o ecossistema da ilha deve ser resguardado de ocupações desordenadas. Como informa o Serviço de Relações Públicas da Marinha em Brasília, “A Marinha se depara com inúmeras ocupações irregulares, o que tem obrigado o comandante do CADIM a tomar medidas legais cabíveis, no sentido de coibir tais ocorrências, não havendo, no entanto, nenhuma determinação que os moradores desocupem seus imóveis” (jornal *O Dia*, em reportagem publicada no dia 2 de agosto de 1998, no Caderno Zona Oeste, intitulada “Luta para ficar na Marambaia”).

Em matéria do dia 19 de abril do mesmo ano, publicada no jornal *O Globo*, intitulada “Marinha manterá Ilha de Marambaia inacessível”, é expressa a política governamental para a população local. Como consta no jornal, “para conter o avanço da população da ilha, a Marinha não vai expulsar ninguém. Mas admite que a estratégia é estimular o abandono paulatino da população remanescente, que, a duras penas, ainda vive da pesca”, informa um Almirante. Acrescenta-se que

há ainda outros argumentos, menos polêmicos e mais nobres para conter o crescimento da população local. A vegetação praticamente intacta é a garantia do sucesso dos projetos ecológicos que vêm sendo realizados por cientistas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) através de convênio com o CADIM.

Na matéria, entretanto, não é feito qualquer menção ao fato de que os moradores não compartilham a idéia de deixarem a Ilha.

Em matéria publicada pela *Isto É* no dia 20 de novembro de 1996, os moradores expunham o desejo de permanecerem na ilha. Na mesma, abordava-se o projeto de criação de uma Reserva Ecológica no local, proposta idealizada por biólogos da UFRRJ, em parceria com a Marinha e organismos estaduais responsáveis pelas políticas ambientais no Estado do Rio de Janeiro, como o Instituto Estadual de Florestas (IEF).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), através dos padres Galdino e Fontenelle, intervém a favor da população local que não era (em 1998) organizada coletivamente em uma entidade representativa. Redefine-se o quadro político-organizativo local. As famílias tradicionais passam a reivindicar, mesmo que de forma não sistemática, a legitimidade do uso de suas terras, herdadas de seus ancestrais escravos. Para tanto, a CPT elaborou um dossiê no ano de 1999, “Povos da Terra – Povos do Mar – Ilha da Marambaia: do Tráfico de Escravos, Ontem, aos Despejos de Famílias Pescadoras, Hoje”, que reúne material jornalístico, dados históricos etc. O objetivo do dossiê era demarcar a identidade do grupo relacionada à escravidão para garantir seus direitos. O mesmo foi emitido a diversas entidades governamentais, não-governamentais e estrangeiras.

O escritório da Universidade Estácio de Sá, que tem convênio com a Procuradoria para assistir juridicamente às “populações carentes”, passa a assessorar as famílias da Marambaia nas ações judiciais. A Igreja Batista local também intervém na pessoa do advogado João Gomes, que atua na defesa de diversos moradores da ilha.

No final de 1998, em reunião na qual estavam presentes membros da CPT, representantes da Igreja Batista e moradores da ilha, é lançada uma proposta de enviar à Fundação Cultural Palmares (FCP)¹⁶ um pedido de identificação da Marambaia como Remanescente de Quilombos¹⁷. Uma saída possível para legitimar as famílias de pescadores da ilha frente às terras em litígio. O dossiê é enviado à Fundação, diretamente a sua presidenta, em 18 de janeiro de 1999. Outra reunião chegou a ser marcada no Rio de Janeiro com o Pe. Fontenelle, representante da CPT de Itaguaí, e técnicos da FCP que, por incompatibilidade de agenda, foi desmarcada.

Na FCP, em 24/3/99, foi aberto um processo administrativo¹⁸ – “Interessados: Quilombos da Ilha da Marambaia. Assunto: Desejo de Reconhecimento” – para o reconhecimento da população da Marambaia como remanescente de quilombos. O primeiro encaminhamento se deu em 30/4/99, com o objetivo de juntar material probatório para o trâmite do processo administrativo.

Em 07/5/99, a FCP elabora um parecer, de nº 035/99, em que afirma que após a venda da ilha os habitantes remanescentes de escravos já se encontravam no local. No mesmo, a FCP compromete-se em dispor especial atenção ao caso da Marambaia, levando em consideração o fato de esta ser “indiscutivelmente uma comunidade remanescente de quilombos”, assim como consta no relatório.

Em 25/5/99, a FCP encaminha uma carta assinada pela presidenta aos moradores da Marambaia (por intermédio do Pe. Milton), assumindo o compromisso de enviar uma equipe técnica para trabalhar com a comunidade para fins da titulação da área.

Em 10/6/99, é expedido ao almirante da Marinha, em Mangaratiba, um ofício comunicando a presença de técnicos à Ilha da Marambaia nos dias 11-14 de agosto, solicitando apoio e transporte para a equipe.

Há uma interrupção no processo da FCP durante quase um ano. Em 31 de agosto de 2000, a assessoria jurídica da FCP emite uma mensagem ao Capitão de Fragata, chefe de Departamento de Administração, informando-lhe a ida de dois funcionários da FCP à Marambaia nos dias 2 e 3 de setembro, com o objetivo de realizar um levantamento de dados socioeconômicos da comunidade. A viagem é realizada em 9 e 10 de setembro. Em seu relatório, os técnicos da FCP chamam a atenção para o fato de a população descender, majoritariamente, dos escravos, enfatizando ainda a proibição, pela Marinha, de novas construções e reformas de antigas residências.

O processo é interrompido novamente, sendo reaberto em virtude da intervenção do Ministério Público Federal – da Seção dos Direitos Difusos – que, em 10 de agosto de 2001, solicita providências sobre a situação da população da ilha. Em entrevista ao jornal *no*. (um jornal da internet), a responsável na FCP pela Comissão Nacional de Articulação de Comunidades Remanescentes de Quilombos informa a existência de cerca de duzentas comunidades à frente da Marambaia aguardando a elaboração dos laudos técnicos para o reconhecimento como remanescente de quilombos, não sendo possível, portanto, prever uma data para a elaboração do laudo. Ressalta que a política da instituição é de privilegiar os locais onde ocorrem conflitos mais agudos.

Em 20/12/2001, outro Procurador do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, da 2ª Região, em ofício de nº 111 enviado à Fundação Palmares, afirma que tomara conhecimento de seu levantamento sobre a existência de um quilombo na Ilha da Marambaia. Após requisição do Relatório efetuado pelos técnicos da FCP (nos dias 9 e 10 de setembro de 2000), solicita impugnação do mesmo, pois, como diz o Procurador, este “revela em sua elaboração parcialidade, faccionalismo, intenção clara de favorecer esbulhadores do Domínio Público, desvirtuando a verdade histórica e violação a princípios legais”. Argumenta ainda que no processo administrativo da FCP partiu-se

do princípio da existência no local de um quilombo, na tentativa de favorecer os esbulhadores de bens nacionais com a generalização indevida do art. 68 dos ADCT da Carta Magna (...) Tal dispositivo só poderia ser argüido se comprovada a existência de quilombo, e unicamente para beneficiar seus descendentes diretos, vedando-se qualquer outra interpretação extensiva, não abrangida pela lei (...). O Procedimento teve curso e o Relatório encaminhado pelo ofício demonstra que o verdadeiro objetivo do Processo é decididamente apoiar os invasores e viabilizar sua permanência no esbulho, *favelizando* a área do Bem Público, prejudicando as atividades da Defesa

Nacional e *danificando* o Meio Ambiente pelo aumento populacional” (grifos meus), enfatiza.

Segundo o Procurador, os dados do Processo Administrativo da FCP “subvertem a verdade histórica, pois a Marambaia foi adquirida pela União em 1905”. O mesmo recorre ao dicionário *Larousse* para contestar a existência de quilombo na Marambaia. Segundo o dicionário, quilombo “seria casa ou lugar no mato onde se refugiavam os escravos fugidos”. Para subsidiar as suas proposições, recorre ao

insuspeito Edison Carneiro que aduz: “O recurso mais utilizado pelos negros escravos no Brasil, para escapar das agruras do cativo, foi sem dúvida o da fuga para o mato, de que resultaram os quilombos (...) O movimento de fuga era, em si mesmo, uma negação da sociedade oficial (...) O quilombo, por sua vez, era uma reafirmação da cultura e do estilo africano (...) Os quilombos foram – para usar a expressão agora corrente em Etnologia – um fenômeno contra – aculturativo de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e da restauração dos valores antigos”.

Conforme o Procurador, na Marambaia seria improvável a existência de quilombos em uma área onde se situava um grande mercado de escravos.

Seria um absurdo lógico que esses escravos procurassem fugir para o morro isolado, numa ilha, onde seriam facilmente apesados. A tese da existência de quilombo na Marambaia se constitui em um atentado grosseiro à História da Pátria (...) com o objetivo de tentar legitimar invasores do patrimônio nacional sob a capa de remanescentes de quilombos ou nativos, acarretando um favelamento certo da Marambaia.

Em sua conclusão, lembra que

se o Parquet Federal conseguiu, após luta tenaz, o cancelamento de registros espúrios sobre terras públicas nacionais na Marambaia, não o fez para assistir impassível ao *favelamento* dessas glebas, sob quaisquer pretextos, numa singular privatização russa... Existe um desvio de finalidade do ato administrativo, pois se busca uma maneira oblíqua de deter o cumprimento da Lei, tal seja a afetação primordial dos Bens Públicos para uso dos Entes Públicos, e impedir os remédios processuais em andamento (...) A tentativa de impingir a existência desse quilombo fictício fere a moralidade pública, pois foge à verdade dos fatos e à lealdade que deve haver entre os órgãos da Administração federal entre si.

Por fim, solicita o arquivamento do processo administrativo, de reconhecimento da ilha como quilombo, que tramita na FCP, em um prazo de dez dias.

Neste complexo campo de disputa pela definição da identidade dos moradores da Marambaia, o desdobramento de um dos processos que tramitam na Justiça, descrito adiante, é de extrema relevância para a questão em voga. Primeiro, porque nele podemos identificar as linhas de argumentação da Advocacia Geral da União presentes nos processos de reintegração. Argumentações são apresentadas de modo idêntico em todos os processos judiciais. Em segundo lugar, a ação toma contornos relevantes para a definição da identidade do grupo, pois a linha de argumentação da advogada de defesa – a dra. Fernanda Vieira – é a de que a área é um local em estudo por parte da FCP para reconhecer as famílias nativas como quilombos. O mesmo Procurador do MPF do Rio de Janeiro, da 2ª Região, emite parecer a favor da reintegração da casa da ré – a dona Sebastiana Henriqueta –, pois o agravo impetrado pela sua advogada para impedir a demolição da residência foi analisado pelo mesmo. Passemos ao conteúdo da ação judicial.

Em final de 2000, uma senhora de 83 anos – dona Sebastiana –, residente da Marambaia (nascida e criada na ilha), perde sua casa em uma ação de Reintegração de Posse. Na ação, proposta em 14 de abril de 1998, a União Federal argumenta que a Ilha da Marambaia, incluindo-se todas as construções, dependências e servidões que se encontram no terreno, pertence à União desde 1905. A AGU lembra que, em 1939, parte da Ilha da Marambaia foi repassada para a Fundação Cristo Redentor, responsável pela criação da Escola de Pesca. Tal escola entrou em decadência a partir de 1955 e, em 1971, a administração do local passou a ser do Ministério da Marinha¹⁹.

Como linha de defesa para a concessão da liminar, a AGU assinala que as famílias de pescadores permanecem na ilha por mera liberalidade da União. Em inspeção rotineira, verificou-se que o imóvel antes ocupado pela ré encontrava-se em estado de deterioração. Todavia, a sua casa havia passado por reforma, ainda inacabada, há poucos meses.

Neste sentido, o pedido centra-se, inicialmente, na desocupação imediata do imóvel. Num segundo momento, na condenação da senhora Sebastiana em pena pecuniária – superior às próprias posses dos posseiros, classificados pela própria União como “pobres” – como forma de indenizar a União Federal pela reparação do imóvel. Não há nos autos nenhum documento comprobatório das informações prestadas pela União Federal.

Realizada a citação, o oficial de justiça exara certidão informando ao juiz que a ré recusou-se a declarar-se ciente do processo. Dona Sebastiana é então julgada à revelia. Na sentença, o juiz julga procedente em parte o pedido inicial: determina a reintegração imediata do imóvel da União e indefere o pedido de indenização, visto que não há provas nos autos da deterioração do imóvel.

A União afirma que é legítima proprietária da Ilha da Marambaia e que os réus ocupam os imóveis com permissão da Marinha. No entanto, nunca apresentou provas documentais de compra dos bens. A permissão só é dada em função da evidente pobreza dos réus (segundo a própria União, eles não teriam condições de sobreviver em outro lugar), mas sem autorização para realizar qualquer modificação ou construção no imóvel. Diante disso, o pedido de desocupação das terras sempre é justificado pela razão do réu estar realizando alguma modificação na sua casa (como reforma de telhados ou construção de banheiros ou quartos), ou construindo uma nova residência.

Tendo tomado conhecimento do fato só após o trânsito em julgado da sentença condenatória que reintegrou à União Federal, a defesa propõe uma Ação Declaratória de Nulidade da Citação (processo 2001.5101015428-2). Na mesma, argumenta-se que a ré não foi devidamente citada, pois trata-se de uma pessoa analfabeta e não consta na certidão do oficial de justiça tal informação. Na certidão, não há a assinatura das duas testemunhas necessárias para se garantir que de fato a citação foi dada de forma a esclarecer para a citada quais os efeitos jurídicos de ausência no processo. Ressalta, ainda, que a Ilha da Marambaia foi identificada pela Fundação Palmares como área de remanescente de quilombos e, portanto, por dever de cautela que informa função jurisdicional requereu-se liminarmente o recolhimento do mandado de reintegração, pois é sabido que a Marinha, ao tomar posse dos imóveis que vem sendo objeto de ações reintegratórias, os demole.

O Juízo indefere o pedido de liminar e manda citar a União para contestar a ação declaratória. A defesa interpõe Agravo de Instrumento com Efeito Suspensivo Ativo (processo nº 2001.02.01.027977-5) para garantir o recolhimento da liminar.

Tal agravo é distribuído para a 2ª Região do Tribunal Regional Federal. O Tribunal está no período de recesso. O agravo é apreciado pela presidenta em exercício, que manda suspender temporariamente a reintegratória à futura apreciação do Desembargador responsável pela análise do Agravo.

Neste mesmo período, é publicada uma matéria no jornal *no.*, no dia 17 de julho de 2001, obtendo grande repercussão sobre o caso. Por conta disso, no dia posterior, o *Jornal do Brasil* a republicou em uma página inteira no Caderno da Cidade, com o título “Marinha expulsa habitantes do Paraíso: moradores da Ilha da Marambaia brigam para não perder casas para militares que alegam deterioração do patrimônio público”. Tratava-se da ação ganha pela União contra a dona Sebastiana. Diz a matéria:

O paraíso não é para todos, nem mesmo para quem nasceu nele. É a lição que se tira da história de dona Sebastiana. Passou toda a sua vida morando

na Ilha da Marambaia, um sítio ecológico onde o presidente Fernando Henrique gosta de passar suas férias. Agora, aos 83 anos, a velha senhora corre o risco de ter que deixar o lugar porque perdeu um processo de Reintegração de Posse, iniciado pela Marinha há quatro anos. Além disso, foi acusada de deteriorar o patrimônio público, que, no caso, é a própria casa de alvenaria que ela construiu.

Com a repercussão do caso de dona Sebastiana, o Procurador (o mesmo que emitiu parecer impugnado o relatório da FCP), da 2ª Região, responsável pela apreciação do Agravo, elabora parecer, em 17 de dezembro de 2001, solicitando a permissão da execução da sentença já transitada em julgado. Nele, o Procurador argumenta que “assinala a má-fé da agravante, que está sendo usada como figura de proa por força de sua idade, pintada como perseguida apesar de se encontrar residindo fora do imóvel nacional desde 1997”. Ainda enfatiza que a casa encontra-se abandonada desde 1997. No parecer, o Procurador se centra na refutação da existência de quilombo na ilha, pautando-se, de um modo geral, nos mesmos argumentos expostos em parecer à FCP, como apresentado acima. No entanto, a casa de dona Sebastiana encontrava-se ocupada no momento da chegada do oficial de Justiça para citá-la.

Neste momento, os contornos deste debate passam a tomar cada vez mais o campo jurídico na busca de uma definição da identidade dos moradores da Marambaia, colocando – como disse um advogado da AGU – “o Estado contra o Estado e a Advocacia da União no meio”. O mesmo se referia ao aguçamento do conflito com a Ação Civil Pública impetrada por Procuradores do Rio de Janeiro com o objetivo do imediato reconhecimento da comunidade da Marambaia enquanto remanescente de quilombos. A Ação, datada de 14 de fevereiro de 2002, coloca o Ministério Público Federal em campos opostos no que diz respeito aos entendimentos sobre as identidades dos “marabaienses”.

Na Ação, os Procuradores do MPF do Rio de Janeiro – da Seção dos Direitos Difusos – argumentam que há

fundados e sólidos elementos no sentido de que a referida população negra é constituída por remanescentes das comunidades de quilombos (...) a própria sobrevivência da comunidade étnica em questão encontra-se sob grave risco, em razão de medidas que a União Federal vem adotando, no sentido da retirada dos seus integrantes das terras que ocupam na Ilha. Por outro lado, a Fundação Cultural Palmares, que tem por obrigação institucional de reconhecer e emitir título definitivo de propriedade referente às terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, não vem agindo no caso com a devida presteza.

No mesmo, é lembrado que o Breves antes de morrer havia doado a ilha para os ex-escravos.

Com a Escola de Pesca, as famílias viviam em consonância com seu modo de vida tradicional, mudando tudo com a chegada da Marinha, que em 1998 ajuíza diversos processos de reintegração de posse contra os moradores. A estratégia utilizada foi de fragmentação do litígio, apesar de sua irrecusável dimensão coletiva: ao invés de uma ação visando à retirada de todos os moradores da comunidade étnica, são ajuizadas demandas individuais contra alguns deles, já que é mais fácil enfrentar isoladamente cada família hipossuficiente do que entrar em confronto com aquela coletividade.

Segundo os Procuradores,

a conduta do estado brasileiro em relação à comunidade em questão beira a esquizofrenia. Enquanto a FCP, integrante do Governo Federal, estuda a identificação do grupo étnico como remanescente de quilombo, visando à garantia de seu direito de propriedade sobre a terra ocupada, bem como a proteção de sua cultura, a União Federal, através da Marinha e da AGU, trata de dizimar a mesma comunidade.

A Ação pauta-se em estudo realizado por uma organização não-governamental, que vem pesquisando comunidades remanescentes de quilombos nos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, para a elaboração de um relatório que caracterize a Comunidade negra da Ilha da Marambaia como remanescente de quilombos.

No referido relatório, a Marambaia é caracterizada como “terra de preto” – categoria sociológica cunhada pelo antropólogo Alfredo Wagner para definir domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de escravos (Almeida, 1989) – para definir a área. Cito parte do relatório:

é possível afirmar que as características objetivas do grupo e das terras em espaço enquadram-se com perfeita coerência não só no modelo sociológico das terras de uso comum e das terras de preto, que têm sustentado a interpretação dominante da expressão constitucional “remanescente de quilombos”, como também no padrão das comunidades oficialmente reconhecidas com este título pela FCP no próprio estado do RJ. Vale lembrar que, desde 1992, por iniciativa das organizações da sociedade civil, do campo acadêmico, do Ministério Público Federal, e da própria União, se estabeleceu o consenso largamente documentado de que o termo “remanescente de quilombos” consiste em uma categoria jurídica nova que não encontra perfeita

correspondência na categoria histórica dos quilombos conforme definido pela parca historiografia sobre o tema... Não há nada que, do ponto de vista da caracterização objetiva, impeça o reconhecimento da Ilha da Marambaia como uma comunidade “remanescente de quilombos”.

A conceituação de remanescente de quilombos postulada pelos Procuradores está em consonância com as definições da Associação Brasileira de Antropologia: “quilombo deve ser pensado como grupos étnicos, como um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão”, lembrando com isso que a definição de quilombo sofreu uma ampliação, abarcando diversas comunidades negras de descendentes de escravos. E é com tal definição, como lembram os Procuradores, que o Governo Federal, através da FCP, vem trabalhando. Por outro lado, para os Procuradores,

é indiscutível que a titulação das comunidades remanescentes de quilombos pode recair sobre áreas pertencentes à União (...) se os moradores da comunidade negra de Marambaia podem ser enquadradas como remanescente de comunidade de quilombos, como tudo leva a crer, eles já são os legítimos proprietários das terras ora ocupadas.

Tendo em vista este quadro, na Ação, os despejos da população são caracterizados como um genocídio cultural. Demanda-se da União o fim da retirada das famílias nativas e das restrições ao modo de vida tradicional, até o momento em que se conclua se os moradores de fato são remanescentes de quilombos, merecendo, portanto, proteção constitucional. Da mesma forma,

obriga a FCP a ultimar, num prazo razoável, o processo administrativo tendente à eventual identificação da comunidade como remanescente de quilombos, e, se for o caso, proceder à demarcação e titulação da área (...) O exercício do autor é portanto singelo: evitar um fato consumado de proporções dramáticas. Com efeito, mantido o atual status quo, quando a FCP, no exercício de suas funções institucionais, reconhecer que a coletividade em questão constitui comunidade remanescente de quilombo, poderá não haver mais nenhuma comunidade a ser protegida!

A Ação demanda das Rés (a União Federal e a FCP) o fim de medidas que visem à desocupação das casas dos moradores, a não destruição ou danificação das construções, a permissão do retorno dos moradores que foram já retirados e tolerar que as famílias remanescentes mantenham seu estilo tradicional de vida.

Esta questão adquire mais uma vez grande expressão na mídia, com a publicação, em 17 de março de 2002, de uma matéria na primeira página do jornal *O Globo*, publicizando a Ação Civil Pública, repercutindo em diversos meios de

comunicação, sendo inclusive veiculada no *Jornal Nacional* da TV Globo. Na matéria do jornal, é citado o fato de a comunidade se enquadrar na categoria “terra de preto” por se encontrarem ali desde o tempo da escravidão, permanecendo nela mesmo após a morte do Breves. A partir da matéria, a situação da Marambaia tomou contornos nacionais.

O coordenador dos pesquisadores do Departamento de Botânica do Instituto de Biologia da UFRRJ expressou sua opinião em carta enviada ao jornal *O Globo* e publicada na sessão “Carta dos Leitores” em 24 de março. Alega ser a identidade cultural dos pescadores patrimônio a ser preservado. Todavia, considera o aumento populacional prejudicial ao meio ambiente, pois acarretaria, conseqüentemente, no aumento da utilização dos recursos naturais. Diz ele:

a Marambaia não é um paraíso ao qual somente o Presidente da República tem acesso. Há oito anos o departamento de Botânica UFRRJ desenvolve pesquisas com o apoio das Forças Armadas, gerando conhecimento que poderá ser utilizado na busca de soluções para um convívio harmonioso entre o homem e a natureza.

A Marinha também externa sua opinião sobre o assunto em documento veiculado na internet, através do seu serviço de Relações Públicas, destinado a informar “corretamente aos cidadãos brasileiros a respeito de ocupação irregulares de terreno da União da Ilha da Marambaia que vem sendo, ultimamente, abordado na mídia”. Em um primeiro plano, o documento visa a esclarecer que suas ações contra as famílias estão em consonância com os interesses da União, pois as ações de reintegração de posse estão direcionadas aos infratores dos termos de uso firmado com a Marinha Brasileira. Argumenta que o próprio Ministério Público, citando o Procurador que emitiu o parecer à FCP e ao processo de dona Sebastiana, tem proferido parecer favorável à União. Ainda, chama a atenção para a solicitação, por parte do mesmo Procurador, do arquivamento do processo administrativo de reconhecimento da comunidade da Marambaia como remanescente de quilombos. Afirma que a definição quilombo possui ponto conflitante, lembrando que “sem dúvida, a conceituação pautada na historiografia, isto é, casa ou lugar no mato onde se refugiam os escravos fugidos, parece ser a definição apropriada. Caracterizações fundadas em argumentações antropológicas ou sociológicas não detêm o consenso, não sendo, portanto, uma definição legal”. Em resposta à Ação Civil Pública, o documento chama a atenção para o fato de a Marinha adotar medidas que visam a impedir a derrubada aleatória de vegetação que cause danos ao meio ambiente, bem como a construção de novas residências, a fim de resguardar o patrimônio público. Em relação ao meio ambiente, enfatizam que em “ação conjunta, a Marinha e o Departamento de Botânica da UFRRJ

desenvolvem diversas pesquisas para obtenção de conhecimento a ser utilizado na busca de soluções para um convívio harmonioso entre o homem e a natureza”. Chama a atenção, ainda, para as atividades assistenciais, tais como atendimento médico e odontológico promovido pelo CADIM, gratuitamente, à população, e transporte na barca da Marinha para o continente. “A vista do exposto, é leviana a afirmação de desrespeito, por parte da Marinha, aos direitos de cidadania dos residentes da Marambaia”, conclui o documento.

Atualmente, as ações de reintegração de posse cessaram por conta de liminar expedida pela juíza que julgou procedente o fim das mesmas bem como a manutenção do modo de vida tradicional da população local.

Após uma visita do Procurador, autor da Ação Civil Pública, à ilha, a população vem tentando se organizar em uma associação de moradores para reivindicar coletivamente seus direitos em relação às suas terras e à pesca na área que tradicionalmente utilizavam. A Associação da Comunidade Remanescente de Quilombos da Marambaia – assim como a nominaram – está ainda em processo de criação. Os pescadores, as mulheres e ex-moradores da ilha estão se reunindo quizenalmente para oficializá-la. As dificuldades, todavia, são muitas. Muitos pescadores e familiares estão reticentes em participar das reuniões por informações desencontradas sobre o papel da Associação, pois é um fato novo na história da ilha. O grupo, como busquei aqui demonstrar, é fragmentado em diversos aspectos: laços de parentesco, território, na atividade econômica (a pesca), na religião. São todos elementos que contribuem para dificultar uma ação coletiva.

Todavia, a noção de quilombo insurge como um elemento ressemantizador da identidade local, tornado-se fator de mobilização político-organizativo na afirmação dos direitos ao acesso à terra e aos recursos naturais marítimos.

Afinal o “quilombo” não é um elemento social homogêneo. Deve-se relativizar a definição presente em nossos dispositivos jurídicos e sociais que, desde o tempo da Colônia, define-os como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. Um conceito, como bem afirmou Almeida (2002), que permaneceu frigidificado no imaginário dos operadores do direito e das leituras pretensamente científicas. Pois este dispositivo tendeu a compreender o quilombo como algo que estava fora, isolado, para além da civilização e da cultura, confinado numa suposta auto-suficiência (Almeida, 2002: 49).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta incursão às terras e águas da Marambaia, podemos perceber que os territórios ocupados por este grupo tradicional possuem grande relevância para o

seu desenvolvimento e reprodução social, bem como para a elaboração e manutenção de suas identidades, calcadas em uma territorialidade específica, em normas locais e sistemas de uso comum, assim como Alfredo Wagner demonstra em seus trabalhos (Almeida, 1989).

Por outro lado, percebemos que estas terras da União, geralmente tidas como bens coletivos e, portanto, bens que deveriam beneficiar a reprodução destes grupos tradicionais, terminam produzindo uma desorganização no modo de vida dos mesmos, através de ações judiciais e não judiciais promovidas pelo próprio Estado que, ao invés disso, deveria gerir políticas que beneficiassem estes grupos e fizessem prevalecer seus direitos.

Teoricamente, as ingerências deste Estado em relação às políticas públicas estão orientadas por suposições de que os membros da sociedade são desiguais, e portanto, tal desigualdade deve ser compensada pela intervenção constante do Estado, que não está só à margem, mas acima da sociedade. Essa posição do Estado implica uma sólida autoridade interpretativa, somente atribuível a um conhecimento superior e prévio a todos os fatos, razões e, principalmente, intenções (Kant de Lima, 1995).

As ações contra os direitos individuais ou coletivos de grupos sociais são tomadas diversas vezes pelo próprio Estado, que idealmente deveria proteger os cidadãos, mas que não o faz.

Este paradoxo decorre, em parte, pela ambigüidade existente no espaço público em nossa sociedade. No Brasil, como diversos cientistas sociais apontam (DaMatta, 1976, Santos, 2001, Kant de Lima, 1995, 2000), coexistem duas formas de ordem pública e social que produz a operacionalidade dos conflitos. Contudo, temos também a convivência dos dois modelos processuais de administração de conflitos que estão inscritos em nossos códigos legais-normativos. Como demonstram as pesquisas de Kant de Lima sobre justiça brasileira, há duas formas, aparentemente distintas, do sistema judicial operar. Poderíamos falar de duas “éticas” que operam na lógica do sistema jurídico brasileiro e que estão impressas, inclusive, em nossos códigos normativos. Temos, por um lado, por exemplo, o Código de Processo Penal e a Constituição Federal. No primeiro, encontramos um modelo regulador de conflitos em que as partes têm tratamentos desiguais, dependendo de seu nível de escolaridade, status social, profissão. O segundo estaria representando a ideologia liberal na qual todos os indivíduos seriam iguais perante a lei. O processo judicial brasileiro opera compatibilizando princípios contraditórios, portanto os “sistemas dúplices” de hierarquia/igualdade, individualismo/holismo estão fundamentados não só no nosso cotidiano do *você sabe com quem está falando?* (DaMatta, 1976), mas de fato apresentam-se explícitos e corporificados nos textos e na forma da Justiça e, conseqüentemente, do Estado, operarem.

No caso da Marambaia, aparentemente, o Estado opera em consonância com os princípios hierárquicos inscritos em nossos códigos normativos e em nossa sociedade. Afinal, como explicitarei em minha etnografia e na introdução do texto, historicamente, os pescadores sempre estiveram à margem de políticas públicas que visassem à reprodução autônoma e responsável de seu modo de vida tradicional. Neste sentido, podemos identificar duas políticas para o setor pesqueiro: a de caráter desenvolvimentista, que via nos pescadores de beira de praia um atraso para a Nação e que, portanto, deveriam ser transformados em uma outra categoria de trabalhadores; e a de caráter corporativista e tutelador, cujo objetivo seria incorporar estes agentes ao seu interior para serem representados por órgãos do Estado (Confederação, Federações, Colônias etc).

Ora, a mera liberalidade por parte do Estado em relação à permanência dos ilhéus corresponde a seu ponto de vista em relação aos direitos de esta população se reproduzir socialmente e permanecer em territórios que ocupam tradicionalmente, antes mesmo da compra da ilha pela União em 1905, fato que até hoje não foi comprovado. Afinal, este conflito não corresponde à disputa por espaços comuns, pois as áreas ocupadas pela população tradicional não são utilizadas para as manobras e treinamentos dos militares. A presença das famílias dos pescadores não prejudica as pesquisas científicas realizadas por biólogos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro na Marambaia; ao contrário, muitas vezes colaboram com a classificação e identificação de plantas e aves nativas. Do mesmo modo, a presença dos pescadores não prejudica o meio ambiente e as famílias de pescadores não reivindicam exclusividade na ocupação da ilha. Apóiam e legitimam a presença da Marinha por se sentirem seguros com as Forças Armadas, que impede a entrada de drogas, da violência e de supostos grileiros que poderiam acabar com a calma e a tranquilidade almejadas pelos pescadores. Estes apenas reivindicam a sua permanência em casas que foram erguidas pelos seus avós, em terras que foram cultivadas pelos seus bisavós, em águas exploradas pelos antigos pescadores.

Ressaltamos que estes discursos são operados e operacionalizados por agentes sociais – sejam representantes do Estado, de ONGs, de agências multilaterais, da mídia –, no sentido de marcar e demarcar visões (pré) definidas. Estes diferentes atores, com visões muitas vezes antagônicas, operacionalizam seus discursos com o objetivo de definir e legitimar suas posições no *campo* de disputa. Podemos dizer que a disputa pela nomeação oficial do que venha a ser a Marambaia, ou melhor, os “marambaienenses”, é umas das manifestações mais típicas do monopólio da violência simbólica legítima (Bourdieu, 1989). E neste caso, o monopólio pertence ao Estado ou aos seus intermediários, restando aos pescadores o papel de coadjuvante, e, em muitas circunstâncias, de espectadores de sua própria história.

A verdade se apóia em um suporte institucional, em que ela é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas e discursos tidos como oficiais e legais. Enfim, a busca da verdade não é simplesmente aquilo em que se traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo quê se luta, o poder do qual queremos nos apoderar (Foucault, 1996).

Podemos considerar que estas verdades estão inseridas em uma arena onde diferentes atores disputam a legitimidade da posição em um *campo* próprio, para impor determinados princípios de visão e *di-visão* do mundo social (Bourdieu, 1989).

Esses princípios de visão a respeito do mundo conferem legitimidade para categorias, ou representações, que determinam as ações, condutas e práticas sociais vistas como as mais adequadas. Sendo assim, a vida social é dotada de um sentido particular, por essa dominação simbólica, seja através da família, da escola, do juiz ou dos diversos aparelhos do Estado. Todos são elementos que se agregam ao sistema mais abrangente dessa construção da realidade social.

Considerando as características de nossa sociedade, percebemos que estes discursos e essas verdades são monopólios de grupos socialmente reconhecidos enquanto legítimos no espaço público desigual. Portanto, neste sentido, o caso do conflito é paradigmático.

A resolução de conflitos não é a solução das desigualdades que incomodam, mas a sua manutenção. A fórmula para a administração dos conflitos é ou a conciliação ou a punição das partes envolvidas (Kant de Lima, 2000, DaMatta, 1979). Nessa tradição jurídica, o sistema coloca todos juntos, no entanto hierarquizados, ao mesmo tempo em que as regras não são frutos de um contrato social, mas sim de saberes jurídicos tidos como iluminados e irrefutáveis. Da mesma forma,

o domínio público é assim o lugar apropriado particularizadamente, seja pelo Estado, seja por outros membros da sociedade autorizados ou não por ele, e por isso sempre, aparentemente, opaco, caótico e imprevisível ao olhar coletivo (Kant de Lima, 2000: 110).

Nesse espaço público onde as partes são social e juridicamente desiguais, os seus componentes estão inseridos hierárquica e desigualmente na estrutura social. Cada qual possui seu lugar determinado (é a lógica do “cada macaco no seu galho”, expresso em nosso famoso ditado). Sendo assim, grupos tradicionalmente marginalizados estão postos à margem das políticas públicas destinadas à inclusão dos mesmos em um espaço público igualitário. Desse modo, as políticas destinadas aos indígenas, aos camponeses, aos quilombolas e aos pescadores – apenas para citar alguns – muitas vezes desconsideram as múltiplas formas de organização do modo de vida destes grupos.

Todavia, é necessário que estes atores reconheçam os pescadores e seus familiares como sujeitos políticos autônomos e responsáveis, como interlocutores, no espaço público da cidadania. Têm de se tornar capazes de expressar publicamente seus interesses em relação aos outros interessados, participando das elaborações das regras de uso e apropriação dos espaços em que vivem e se reproduzem socialmente. Pois somente uma política inclusiva poderá promover a administração democrática desses conflitos, estabelecendo a igualdade das partes e estimulando as negociações entre elas, rompendo a lógica excludente “do que é de um, não é de outro”.

NOTAS

¹ Foram desenvolvidas pesquisas relacionadas aos modelos de administração de conflitos e produção da verdade em uma perspectiva comparada, na área da segurança pública, justiça criminal e meio ambiente, tendo como foco nesse último caso – em particular – os pescadores artesanais. Na área de meio ambiente, nossas pesquisas abrangem a área de Arraial do Cabo, onde assessoramos o projeto da construção da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (Resex-MAR/AC) em 1995, em parceria com o Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais (CNPT) no Estado do Rio de Janeiro, através do biólogo Fabio Franco da Costa Fabiano. A Resex-MAR/AC foi objeto de três dissertações de mestrado, defendidas no PPGACP/UFF, sob a orientação do professor Roberto Kant de Lima: *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ*, de Simone Moutinho Prado (EdUFF, 2002), *Pescadores e surfistas: uma disputa sobre o uso do espaço da Praia Grande*, de Delgado Goulart da Cunha, e *Reservas extrativistas marinhas: uma reforma agrária no mar? – uma discussão sobre o processo de consolidação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ*, de Ronaldo Lobão, defendidas no ano de 2000. Essa parceria com o representante do CNPT no Rio de Janeiro se manteve na elaboração de projeto para a construção de uma Resex-MAR na região de Itaipu/Niterói e, posteriormente, na Marambaia/Mangaratiba. Ainda em conjunto com biólogos marinhos e oceanógrafos vinculados ao Programa de Mestrado em Biologia Marinha da UFF, desenvolvemos o projeto *Mecanismos Reguladores da Produção Pesqueira: subsídios para a gestão de uma Reserva Extrativista Marinha*, aprovado pelo edital do PADCT III. Os recursos para a execução do projeto foram liberados pela Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Esta convivência já rendeu outros frutos, como trabalhos conjuntos apresentados em congressos nacionais e internacionais, além de outra pesquisa interdisciplinar, desta feita aprovada pelo Edital Universal 01/2001, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intitulado *Meio Ambiente e Identidade Social*, cujo objetivo é estudar as relações entre o meio ambiente e a construção da identidade social, bem como registrar o saber e as técnicas de algumas artes de pesca praticadas em Arraial do Cabo através de um sistema especialista.

² O capataz, no regime escravista, tinha a atribuição de regular o trabalho escravo na lavoura, assenhorando-os em unidades administrativas. Ressalto que a idéia da regulação estava fortemente marcada pela lógica da punição e do castigo aos escravos.

³ A Companhia Nacional de Alcalis se instalou em Arraial do Cabo na década de 1940. A sua produção e comercialização está voltada para a barrilha. Maiores detalhes, ver Britto (1999).

⁴ Ver Mapa em Anexo.

⁵ Na fazenda do eito os escravos trabalhavam predominantemente nas lavouras.

⁶ Chateaubriand. Impressões vividas de uma visita à Fazenda do Comendador Joaquim José de Souza Breves no Pontal da Marambaia.

⁷ Breves, 1966, p. 30.

⁸ Id., ibid. p. 27.

⁹ Xerez, 1990, p. 387.

¹⁰ A companha é uma denominação dada pelos pescadores para as equipes que pescam em uma determinada pescaria (Kant de Lima, 1997).

¹¹ Para melhores informações acerca de Levy Miranda, ver Pondé (1977).

¹² Mendonça, 1986, p. 24.

¹³ Xerez, 1990, p. 388.

¹⁴ Duarte, em seu estudo a respeito da reprodução social dos pescadores de Jurujuba/Niterói, lembra que a sorte introduz representações ligadas aos fenômenos não explicáveis no plano “humano”, mas explicável apenas no campo da crença religiosa. Para maiores detalhes, ver Duarte (1999).

¹⁵ Jaguanu é uma ilha localizada dentro da baía de Sepetiba, próximo à Marambaia. Nela, reside um grande número de pescadores tradicionais.

¹⁶ A Fundação Cultural Palmares é um órgão vinculado ao Ministério da Cultura, responsável por políticas públicas voltadas à população afro-descendente no Brasil.

¹⁷ Para uma melhor compreensão sobre a categoria quilombo atualmente, ver Almeida (1996, 2002), Arruti (1996) e O’Dwyer (2002).

¹⁸ Estas informações foram obtidas por intermédio da advogada Mariza Rios, da Organização Não-Governamental KOINONIA, junto à FCP e Brasília em outubro de 2001. O nº do processo é 01420.000123/99-94.

¹⁹ A esta ação somam-se mais dez Processos de Reintegração que foram julgados ou ainda tramitam na Justiça. Os pescadores, em suas defesas apresentadas, quando existentes, apegam-se sempre ao mesmo argumento de que sua posse é imemorial, recuando, no mínimo, até meados do século XIX, quando a Ilha da Marambaia ainda era de propriedade da família Breves, que a utilizava como um entreposto negreiro. A isso, a União protesta em todos os processos com a exigência de prova testemunhal, requerendo o julgamento antecipado da lide. O judiciário, em quase todos os casos, emite sentença favorável à União. Um segundo argumento recorrente nas defesas passa pela recusa da acusação de “invasores” já que a própria Marinha lhes concede cartões de identificação. É importante frisar que a Marinha, antes de enviar seu pedido à Advocacia Geral da União (AGU) para abertura de processo judicial, aplica Inquéritos Militares sobre civis. Tais inquéritos só são cabíveis para crimes tipificados pelo código penal militar, o que tornaria nulas todas as provas obtidas no inquérito, como enfatiza o advogado dr. João Vieira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. “Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – uso comum e conflito”. *Caderno do NAEA*, nº 10. Belém, 1989.

_____. “Quilombos: semantologia face a novas identidades”. In: *Projeto Vida de Negro. Frechal Terra de Preto – Quilombo reconhecido como reserva extrativista*. São Luis: SMDDH / CCN-PVN, 1996.

_____. “Os quilombos e as novas etnias”. In: ODWYER, Eliane C. (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ARRUTI, José M. Andion. “Uma história à contraluz”. *Revista Fundação Cultural Palmares*, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Rio de Janeiro: Difel, 1989.

_____. “Compreender”. In: *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BREVES, Armando de Moraes. *O reino da Marambaia*. Rio de Janeiro: Olímpica Editora, 1966.

BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. *Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo – RJ*. Niterói: EdUFF, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. “Brasil: nações imaginadas”. *Antropolítica*, nº 1. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política, 1995.

CHATEAUBRIAND, Assis. “Impressões vividas de uma visita do Comendador Joaquim José de Souza Breves ao Pontal da Marambaia”. Rio de Janeiro: *O Jornal*, 1927.

CUNHA, Delgado Goulart. *Pescadores e surfistas: uma disputa pelo uso do espaço da Praia Grande*. Niterói: UFF, 2000. Dissertação de Mestrado em Antropologia.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. “Quanto custa ser índio no Brasil”. *Dados*. Rio de Janeiro: IUPERJ, nº 13, 1976.

_____. “Digressão: A fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira”. In: *Relativizando*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores no mar*. São Paulo: Ática, 1983.

DUARTE, Luiz Fernando D. *As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. Niterói: EdUFF, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Editora NAU, 1996.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1989.

_____. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

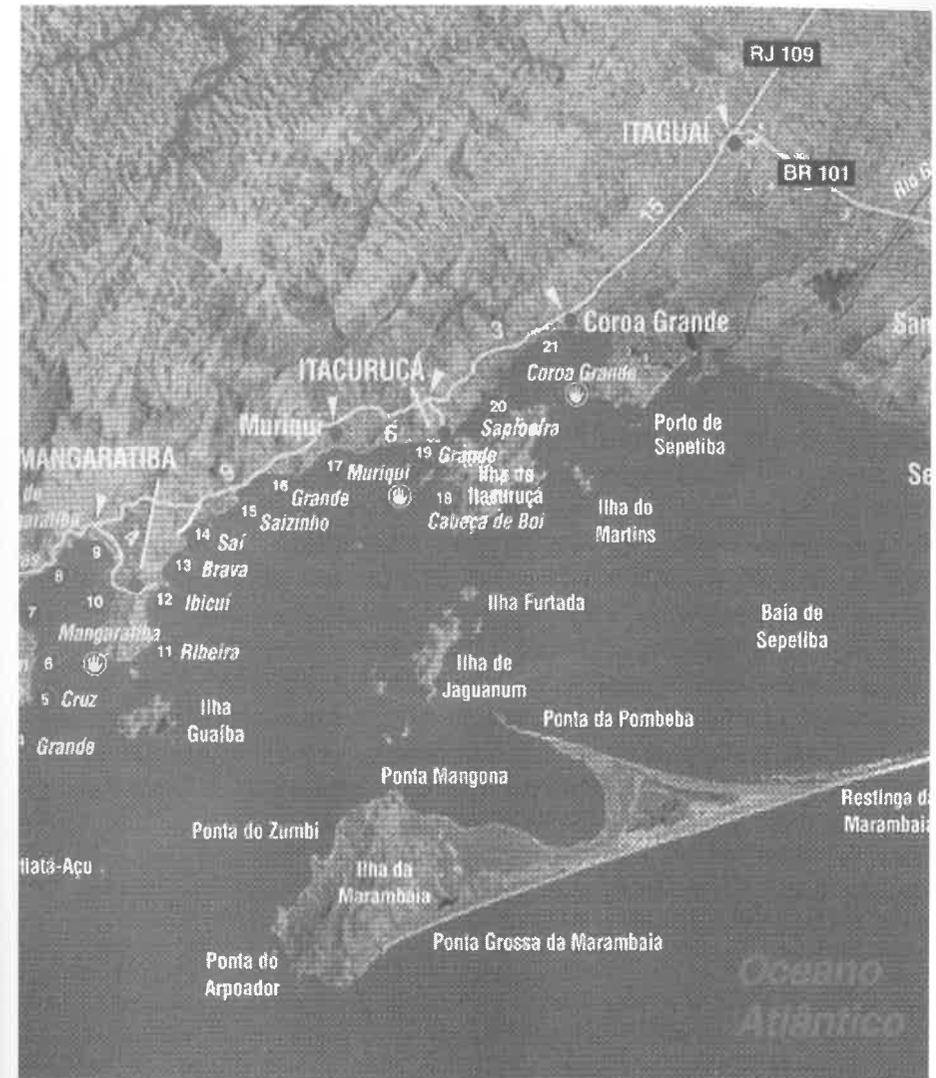
KANT DE LIMA, Roberto. *A polícia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. “Carnavais, Malandros e Heróis: o dilema brasileiro do espaço público”. In: GOMES, L.G., BARBOSA, L. e DRUMOND, J. A. (orgs.). *O Brasil não é para principiantes*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

- KANT DE LIMA, Roberto; MELLO, Marco Antônio da S.; MARQUES Jr., Aguinaldo N.; PAES Eduardo T.; LOBÃO, Ronaldo. Projeto ITAPESQ: subsídios para implementação e gestão de uma Reserva Natural Extrativista Marinha (Resex) no litoral brasileiro. VI Colacmar, Peru, 1999.
- KANT DE LIMA, Roberto e PEREIRA, Luciana. *Pescadores de Itaipu*. Niterói: EdUFF, 1998.
- LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. *Reservas extrativistas marinhas: uma reforma agrária no mar?* Niterói: UFF, 2000. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense.
- MACHADO, Humberto F. *Escravos, senhores e café*. Niterói: Editora Cromos, 1993.
- MELLO, Marco Antônio da S. *Praia de Zacarias: contribuição à etnografia e história ambiental do Litoral Fluminense – Maricá/RJ*. Niterói: USP, 1995. 2 vols. Tese de Doutorado em Antropologia.
- MENDONÇA, Sonia. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MOTA, Fabio Reis. *Marambaia da Terra, Marambaia do Mar: conflitos, identidade e meio ambiente no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 2000. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais).
- O'DWYER, Eliane Cantarino. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- PRADO, Simone Moutinho. *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo*. Niterói: EDUFF, 2002.
- PONDE, Jayme. *Levy Miranda, Apostólo da Assistência Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Abrigo do Cristo Redentor, Empresa Editora Carioca, 1977.
- SILVA, Luiz Geraldo. *Os pescadores na História do Brasil*. Vol. 1: Colônia e Império. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
- XEREZ, Roberto de. "Ilha da Marambaia: resumo fisiográfico, histórico e importância ecológica atual". *Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, 42, maio/junho 1990.

ANEXO

ILHA DA MARAMBAIA



Transgredindo escalas e estabelecendo parcerias inusitadas na luta pela justiça ambiental: o caso da mobilização contra a monocultura de eucalipto no Rio de Janeiro*

*Marcos A. Pedlowski***

*Tarcisio J. Föeger****

A empresa multinacional Aracruz Celulose instalou-se no Espírito Santo no final da década de 1960 e, atualmente, a área coberta por seus plantios de eucalipto alcança cerca de 220.000 hectares. Os impactos sociais e ambientais da monocultura de eucalipto, praticada pela Aracruz, vêm chamando a atenção de segmentos importantes da sociedade capixaba, e sua expansão tem causado uma reação de oposição na sociedade civil organizada e nos grupos sociais que se sentem prejudicados. Esta oposição a Aracruz dá-se pela imputação que lhe é feita de que seus extensos plantios causam graves danos socioambientais no norte do Espírito Santo, no extremo sul da Bahia e no leste mineiro, prejudicando o meio ambiente e vários grupos sociais. A estratégia adotada pela Aracruz Celulose frente à reação da sociedade capixaba tem sido a adoção de um discurso am-

* Os autores agradecem à valiosa contribuição de diversos participantes do processo descrito no presente artigo. De forma particular, agradeço ao tempo, paciência e detalhe de informações prestadas por Arthur Soffiati (professor da Universidade Federal Fluminense), Dante Lucas Pinto (da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes), Fernando Moura (do MST/RJ), Juvenal José da Rocha (do Escritório Regional da Comissão Pastoral da Terra em Campos dos Goytacazes) e por Rosa Roldan (da Comissão de Meio Ambiente da CUT-RJ). Possíveis erros ou omissões contidos neste artigo são de inteira responsabilidade dos autores.

** Professor do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense. Doutor em Planejamento Regional pela Virginia Polytechnic Institute and State University.

*** Geógrafo, Mestrando do Programa de Políticas Sociais, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense.

bientalista, que a coloca em total sintonia com os discursos do desenvolvimento sustentado que foram consagrados no *Earth Summit* realizado no Rio de Janeiro em 1992. A empresa já havia inclusive se antecipado e anunciado, ainda que apenas formalmente, uma série de ações visando à mitigação dos impactos ambientais de suas atividades. No entanto, numa faceta mais pragmática da sua atuação, a Aracruz Celulose tem distribuído seus plantios em áreas de estados vizinhos ao Espírito Santo, especialmente em Minas Gerais e Bahia. Dada a sua proximidade espacial, recentemente o Rio de Janeiro também passou a fazer parte dos planos de expansão da Aracruz, tendo a empresa iniciado as negociações com o governo do Estado do Rio de Janeiro durante a gestão do governador Anthony Garotinho, para viabilizar o plantio de eucalipto em cerca de 42 mil hectares do território fluminense.

A assinatura de um Protocolo de Intenções entre o governo do Rio de Janeiro e a Aracruz Celulose ocorreu em novembro de 2001. Este protocolo foi apoiado explicitamente pela Federação de Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), mas acabou desencadeando uma mobilização política que reuniu amplos setores da sociedade civil fluminense, especialmente no município de Campos dos Goytacazes. Esta reação concentrada no município de Campos deu-se pelo fato de que o município seria o ponto focal para o plantio e distribuição da produção fluminense de eucalipto com destino às plantas industriais da Aracruz no Espírito Santo.

A reação política à assinatura do Protocolo de Intenções acabou resultando na formação de alianças entre setores que normalmente estão em campos políticos opostos, o que revela a profunda oposição que a presença da Aracruz desperta. A luta política desenvolvida por estes setores não envolveu apenas a mobilização da sociedade civil, através da formação de redes de organizações, reuniões e manifestações públicas, mas também a elaboração de leis que visam a disciplinar a utilização de terras para o plantio industrial de eucalipto, refletindo diretamente a experiência já adquirida no Espírito Santo.

Objetivando melhor analisar o processo de mobilização que ocorreu em torno da vinda da Aracruz Celulose para o Rio de Janeiro, este artigo está estruturado em seções que abordarão: 1. a história da Aracruz Celulose, os aspectos sócio-territoriais e ambientais de suas atividades no Espírito Santo e a reação da sociedade civil capixaba; 2. o contexto político em que se deu a reação à assinatura do Protocolo de Intenções entre o governo do Rio de Janeiro e a Aracruz; 3. os diferentes mecanismos de mobilização utilizados pelos opositores à vinda dos plantios da Aracruz para o Rio de Janeiro e seus resultados; e 4. uma reflexão sobre os possíveis desdobramentos de um processo de conflito socioambiental que ainda se encontra inconcluso.

ARACRUZ CELULOSE: A GIGANTE DA CELULOSE, SEUS FEITOS E CONFLITOS COM A SOCIEDADE CIVIL CAPIXABA

A multinacional Aracruz Celulose se instalou no Espírito Santo em 1967, sendo atualmente a maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto, com uma produção em torno de dois milhões de toneladas anuais de celulose, detendo cerca de 20% da oferta mundial do produto. É no Espírito Santo que a Aracruz opera a maior unidade de produção de celulose do mundo, mas existe ainda uma fábrica especializada em produtos de madeira localizada no sul da Bahia.

A história da Aracruz está intimamente ligada às políticas desenvolvimentistas adotadas pelo governo militar de 1964. Assim, o seu crescimento ao longo dos anos reflete o tipo de apoio dado pelos governos militares ao desenvolvimento industrial no Brasil, com participação ativa dos governos estaduais através de subsídios e isenções, e das agências multilaterais de desenvolvimento que possibilitaram o aporte de quantidades significativas de capital. Apesar de ter tido uma variação desde sua criação, o controle acionário da Aracruz é fruto da associação de grupos privados de capitais nacional e internacional e de capital estatal consumado através da participação acionária do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com um capital estimado de cinco bilhões de reais em 2001. Segundo informações do sítio da Aracruz na internet, o controle acionário da empresa é exercido pelos grupos Lorentzen, Votorantim e Safra (28% do capital votante cada) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (12,5%). As ações preferenciais da empresa, perfazendo mais de 50% do total das ações, são negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, Nova York e Madri.

A fábrica principal da Aracruz Celulose localiza-se a 2 km do distrito de Barra do Riacho, município de Aracruz (Figura 1). Para manter o nível de fornecimento de matéria-prima para a produção de papel (e de outros artefatos oriundos da celulose), a Aracruz, que iniciou seus plantios de eucalipto em 1967, (através da extinta Aracruz Florestal), foi aumentando paulatinamente a área de seus plantios até atingir os estimados 217.000 hectares que a empresa declarou ter em 2002 (sendo apenas 137.000 em terras próprias). Ainda segundo as informações da empresa, esta área estaria dividida quase que igualmente entre municípios do norte do Espírito Santo e do extremo sul da Bahia. No caso do Espírito Santo, que possui apenas 33% de áreas consideradas planas, a monocultura de eucalipto ocupa mais de 75% destas áreas. É importante frisar que estimativas existentes apontam que área ocupada pela monocultura de eucalipto apenas nestas duas regiões do Brasil cobre um território de cerca de 500.000 hectares.



Figura 1. Mapa mostrando a localização da Aracruz Celulose.

De forma a compensar a percepção negativa causada pela monocultura de eucalipto e suas conseqüências ao longo da década de 1990, a Aracruz realizou uma série de investimentos na adequação aos padrões internacionais de funcionamento, o que culminou em 1999 com a obtenção da certificação ISO 14001, que colocou a empresa de acordo com os padrões das grandes corporações internacionais no tocante ao processo de gerenciamento ambiental. Além disso, a empresa tem divulgado a intenção de não só se adequar a outros sistemas de certificação (por exemplo, o sistema de certificação florestal), mas como de alocar recursos vultuosos para programas ambientais nas áreas em que atua, com um orçamento declarado de 20 milhões de dólares apenas no ano de 2002. Esta política de estabelecimento de um perfil aparentemente comprometido com a proteção do meio ambiente, ainda que tenha enfrentado algumas derrotas ocasionais, rendeu importantes prêmios ambientais para a Aracruz, onde se destaca o reconhecimento do seu relatório ambiental pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas.

É importante salientar que esta postura da Aracruz a coloca em consonância direta com o paradigma da modernização ecológica, baseado na conservação de

recursos e na regulação ambiental, que tem sido utilizado por empresas e governos para oferecer uma agenda, aparentemente racional e alicerçada em correções tecnológicas, para reparar possíveis danos causados por atividades industriais. Esta postura, especialmente corrente entre grandes empresas transnacionais, visa primariamente a diminuir os impactos negativos que possíveis danos ambientais associados com suas atividades causam sobre a opinião pública dos países centrais¹. Um aspecto importante da aplicação prática da modernização ecológica, e que talvez explique parcialmente a reação enfrentada pela Aracruz no Espírito Santo (e agora no Rio de Janeiro), é o viés tecnicista, e muitas vezes autoritário, com o qual as disputas em torno do controle de recursos naturais são resolvidas por empresas e governos.

A adoção de práticas emanadas da modernização ecológica tende a desprezar as questões culturais e os direitos de grupos economicamente marginalizados que estão ligados a determinados ecossistemas, e dos recursos naturais que ali se encontram. Quando não ocorre a remoção forçada de grupos inteiros de territórios a que estão historicamente ligados, a restrição ao acesso, ou mesmo a degradação dos recursos naturais ali contidos, resulta numa relação bastante desigual no que tange aos benefícios aferidos com um dado empreendimento. Assim, não chega a ser surpreendente que o processo de crescimento da Aracruz tenha sido acompanhado pelo surgimento de uma crescente organização de distintos segmentos da sociedade civil capixaba, cujo ápice foi a formação da Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV), que congrega atualmente cerca de 80 entidades da sociedade civil, como associações profissionais, estudantis, organizações não-governamentais, movimento de pequenos agricultores, movimento dos trabalhadores sem-terra, representantes de aldeias indígenas e de grupos quilombolas e das Igrejas Católica, Presbiteriana e Luterana do Espírito Santo².

Em resposta aos pretensos compromissos ambientais enunciados pela Aracruz, a RADV tem respondido com um conjunto de ações que não se reduzem a denunciar os prejuízos socioambientais dos plantios de eucalipto no Espírito Santo. A RADV tem procurado impedir a sua expansão ali e em outras partes do Brasil e ainda lutar pela retomada de terras que teriam sido ilegalmente tomadas pela empresa. Do ponto de vista ambiental, o conjunto de acusações da RADV contra a Aracruz inclui uma extensa cadeia de impactos ambientais que seriam efeitos diretos da monocultura de eucalipto, que vão desde a diminuição da biodiversidade até a alteração do ciclo hidrológico, com o conseqüente desaparecimento de rios e brejos³. Neste sentido, a omissão das agências governamentais quanto à aplicação das leis ambientais, especialmente no que se refere ao requisito da realização de Estudos de Impactos e Ambientais, revelaria uma estreita aliança de interesses entre a Aracruz, os grupos econômicos dominantes no Espírito Santo e os governos federal e estadual. O fato de que funcionários (ou ex-

funcionários) da Aracruz têm ocupado cargos-chave na Secretaria de Meio Ambiente do Espírito Santo, bem como no Instituto de Defesa Agro-Pecuária e Florestal (Idaf), dá argumentos para que a RADV acuse o governo estadual de omissão, quando não de conivência, em relação à não-aplicação das leis ambientais pela Aracruz. A RADV culpa a Aracruz diretamente pela acelerada perda das áreas remanescentes de Mata Atlântica que ocorreu no Espírito Santo a partir da década de 1960.

No entanto, um aspecto ainda mais conflituoso da relação RADV com a Aracruz relaciona-se ao questionamento das formas pelas quais a empresa logrou ter controle do território capixaba que, segundo a RADV, teria recorrido inclusive ao uso de mecanismos ilegais para ganhar o controle de áreas anteriormente ocupadas por grupos indígenas e por comunidades quilombolas. Segundo dados coletados pela RADV, as comunidades indígenas das etnias guarani e tupiniquim tiveram seu território reduzido de 60.000 para apenas 7.500 hectares, que só foram recuperados parcialmente após intensa batalha nos tribunais.

As comunidades quilombolas do norte do Espírito Santo teriam sofrido sorte semelhante. De acordo com dados da seção capixaba da Associação dos Geógrafos Brasileiros, restaram no norte do Espírito Santo apenas 34 comunidades quilombolas, com cerca de 1.700 famílias. Estes números refletiriam uma grande diminuição em relação a 1967, ano em que a empresa iniciou o processo de aquisição de terras nos municípios de São Mateus e Jaguaré.

Um aspecto complementar, mas não menos importante, levantado pelo RADV, relaciona-se à grande diminuição da área disponível para a prática da agricultura familiar, com o conseqüente êxodo rural em direção à periferia das áreas urbanas. Nas estimativas das organizações de trabalhadores rurais ligadas a RADV, atualmente cerca de 50.000 famílias de trabalhadores rurais sem terra estariam sendo prejudicadas pelo encolhimento da área disponível para assentamentos de reforma agrárias devido à monocultura de eucalipto no Espírito Santo. A contraposição entre a monocultura do eucalipto com a agricultura familiar foi claramente expressa nas manifestações realizadas pelas organizações da RADV, quando da inauguração da Fábrica C da Aracruz. A construção desta unidade da Aracruz contou com vultuoso empréstimo do BNDES, e sua inauguração que teve a presença do então presidente Fernando Henrique Cardoso foi palco de uma grande manifestação da RADV contra a empresa (Figura 2).

A ampla gama de questões fomentadas pelas organizações concentradas na RADV reflete a heterogeneidade que caracteriza o domínio político da chamada sociedade civil, com todos os problemas que normalmente ocorrem na formulação de uma agenda política unificada por segmentos tão diferenciados. Apesar das eventuais dificuldades enfrentadas pela RADV para unificar grupos e interesses tão distintos, o ambiente político-institucional capixaba, que historicamente

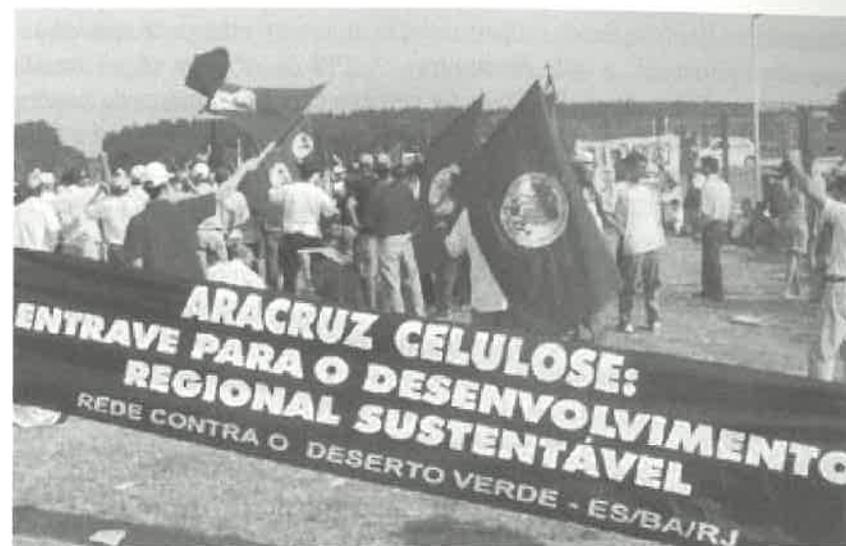


Figura 2. Manifestação da RADV durante a inauguração da Fábrica C da Aracruz⁴.

foi favorável a Aracruz, modificou-se rapidamente nos últimos anos. Desde a sua criação, as ações da RADV têm combinado um constante processo de mobilização política, centrada na denúncia sobre os danos socioambientais causados pela monocultura de eucalipto, com uma ação concentrada no poder público, especialmente nas esferas do judiciário e do legislativo. Do ponto de vista da mobilização de suas organizações e das populações afetadas, a RADV tem realizado uma série de atividades que incluem seminários públicos, produção de relatórios técnicos, vídeos e cartilhas de divulgação.

A RADV teve um momento especialmente importante ao organizar a participação popular no “Seminário Internacional sobre o Eucalipto e seus Impactos”, realizado pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo (ALES) em agosto de 2001. Ali, as diferentes facetas negativas da monocultura de eucalipto foram abordadas. Um importante aspecto deste seminário, ao qual a Aracruz e o Ministério de Meio Ambiente declinaram participação, foi a presença ativa de grupos sociais afetados pela consolidação de terras promovida pela Aracruz. As manifestações públicas realizadas por grupos indígenas, comunidades afro-brasileiras e de pequenos agricultores durante este seminário garantiram uma visibilidade nacional e internacional para o conflito socioambiental que ocorre no Espírito Santo.

As duas ações de maior envergadura da RADV sobre o legislativo capixaba foram à mobilização para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito visando à apuração de possíveis ilegalidades cometidas pela Aracruz desde a

sua chegada no Espírito Santo e a participação ativa na tentativa de aprovação de leis que disciplinassem a ação da empresa. A CPI da Aracruz só foi instalada após intensa mobilização da RADV, e foi suspensa após oito meses de funcionamento pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo, sob a alegação de que a mesma havia extrapolado seu período máximo de funcionamento, o que não impediu o envio do seu relatório final para o Ministério Público, tanto o estadual como o federal.

Um confronto ainda mais elucidativo sobre a força político-econômica da Aracruz no Espírito Santo foi aquele ocorrido em torno da tentativa da aprovação de uma lei que obrigasse a realização de um zoneamento ambiental para disciplinar a realização de novos plantios de eucalipto. Uma primeira versão desta lei (Lei Estadual 6.780/2001) foi aprovada pela ALES em 4 de outubro de 2001 por iniciativa do então deputado Nasser Youssef. A lei foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, por decisão do ministro do STF, Maurício Correa, que acatou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), de número 2.623, impetrada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Em 2002, formulou-se uma segunda versão, a Lei Estadual 3.851/2002, que foi orientada mais diretamente para a realização do zoneamento ambiental, e antes que novos plantios de eucalipto fossem autorizados, foi aprovada pela ALES. Esta nova formulação legal procurava eliminar os elementos de inconstitucionalidades que haviam sido constatados pelo STF em relação à Lei 6.780. Contudo, esta segunda versão também sofreu o veto do governador José Inácio. Além disso, o veto de José Inácio foi mantido por uma pequena margem de votos pela mesma Assembléia Legislativa que a havia aprovado anteriormente. Este alinhamento da ALES com o executivo estadual não ocorreu sem que a Aracruz tivesse novamente acionado seus aliados e uma poderosa campanha publicitária nos grandes jornais capixabas.

A mobilização em torno da realização do zoneamento ambiental do Espírito Santo representou um ponto agudo do confronto em curso entre a RADV e a Aracruz Celulose. É importante salientar que a Aracruz encontrou apoios dentro da sociedade civil capixaba, sendo a Federação da Agricultura do Espírito Santo, o Fórum de Secretários Municipais de Agricultura do Espírito Santo, a Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos e a Associação dos Engenheiros Florestais do Espírito Santo as mais vocais na oposição à lei do zoneamento. Esta aliança da Aracruz com setores da sociedade civil reflete a complexidade dos enfrentamentos em curso no Espírito Santo.

Em que pese a vitória momentânea da Aracruz sobre a RADV, que foi consumada na suspensão da CPI e da lei do zoneamento ambiental, esta nova realidade política levou a empresa a adotar uma postura mais célere no sentido

de expandir os plantios de eucalipto fora do Espírito Santo. Mais do que uma necessidade de obter mais terras a preços menores do que os praticados no Espírito Santo, a ampliação do território coberto pela monocultura de eucalipto reflete uma ação deliberada da Aracruz em aumentar a escala de sua influência político-econômica, visando a diminuir a efetividade das ações da RADV. Esta exportação dos conflitos socioambientais, bem como da injustiça ambiental, através de diferentes escalas geográficas não é uma ação fortuita ou específica da Aracruz Celulose. A questão da alta mobilidade do capital expressa na capacidade de transpor escalas geográficas tem sido identificada como uma marca registrada da ação de grandes corporações para escapar de conflitos derivados de prejuízos sociais localizados⁵.

AS PRIMEIRAS CENAS DA VINDA DA ARACRUZ PARA O RIO DE JANEIRO: ENAMORAMENTO COM O ESTADO E A REAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

O início das negociações para o estabelecimento dos plantios de eucalipto da Aracruz Celulose em território fluminense deu-se durante o mês de outubro de 2001, quando o então governador Anthony Garotinho visitou a sede da empresa em Barra do Riacho. O período da visita coincide com os eventos ocorridos no Espírito Santo no que se refere à aprovação da Lei 6.780/2001 que, dentre outras coisas, proibia novos plantios de eucalipto pela Aracruz. O detalhe que serviu de alarme para a sociedade civil fluminense foi a assinatura de um “Protocolo de Intenções” entre o governo estadual do Rio de Janeiro e a Aracruz já em novembro de 2001, em que ficavam estabelecidos os termos da vinda da empresa para o estado.

O que mais chamou a atenção foi o fato de que a sua assinatura ocorreu sem que as partes nele envolvidas tivessem dado a devida transparência do seu conteúdo à sociedade fluminense. A sincronia temporal entre a aprovação da Lei 6.780/2001 pela ALES e a assinatura do Protocolo de Intenções, longe de ser mera coincidência, reflete principalmente uma grande agilidade política da Aracruz em tentar responder às ações da RADV contra a monocultura do eucalipto no Espírito Santo.

Um fato revelado inicialmente foi que os plantios de eucalipto ficariam localizados principalmente nas regiões norte e noroeste do Rio de Janeiro e em terrenos de pouca declividade, como forma de dinamizar a economia regional⁶. Neste sentido, a assinatura do Protocolo de Intenções revelou uma incongruência nas ações do governo Garotinho para alavancar o desenvolvimento regional do norte fluminense. O governo Garotinho, no mês de setembro, havia lançado em Campos dos Goytacazes o Programa Rio Cana cujo objetivo principal seria reaquecer o setor sucro-alcooleiro do norte fluminense que se encontra em franca decadên-

cia, buscando elevar o nível de emprego agrícola. Também na busca do aquecimento da economia regional e elevação da oferta de emprego colocava-se o Programa Frutificar, que fora lançado em maio de 2000 para incentivar o desenvolvimento do pólo de fruticultura tropical nas regiões norte e noroeste.

Um argumento de cunho ambiental que foi utilizado para justificar a preferência pelo norte-noroeste seria o fato de que os plantios de eucalipto poderiam contribuir para a recuperação de áreas degradadas, de forma a impedir o processo de desertificação que estaria ocorrendo no norte-noroeste fluminense. Na verdade, a posição geográfica destas duas regiões as coloca como as que melhor justificariam a necessidade da Aracruz em atender rapidamente à crescente demanda de matéria-prima, pois as distâncias entre os municípios ali localizados e a sede da empresa são consideravelmente curtas. A topografia desta região facilitaria a mecanização dos plantios de eucaliptos em todas as suas atividades, ou seja, desde o preparo da terra até a colheita no corte raso, em apenas seis anos. Revelando uma contradição das intenções do governo, pois é notória a baixa utilização de mão-de-obra em áreas de eucaliptocultura, se comparadas às atividades de cunho produtivo familiar.

Além disso, a existência de uma infra-estrutura básica de transporte já existente diminuiria os custos do investimento de instalação e manutenção a serem realizados pela Aracruz. A produção do norte fluminense seria transportada, por cerca de 250 km, até a fábrica Aracruz, por meio dos trens da Ferrovia Centro Atlântica (FCA). A escolha da região norte fluminense também reproduziria as condições climáticas dos plantios existentes no Espírito Santo, o que garantiria o uso das mesmas espécies⁷ de eucalipto já utilizadas com sucesso pela Aracruz.

Num aspecto que tem mais importância para o entendimento das estratégias adotadas pela Aracruz para ganhar controle de áreas a serem utilizadas na monocultura de eucalipto, o norte fluminense também se assemelha ao norte do Espírito Santo no que se refere aos usos dominantes da terra. Enquanto no Espírito Santo predomina a monocultura de café e as pastagens como principais usos do solo, no norte fluminense as pastagens são acompanhadas pela monocultura da cana-de-açúcar. Numa tática que parece ter sido praticada à exaustão para diminuir a resistência aos seus plantios em território fluminense, o então Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, André Correa, foi convidado a conhecer as instalações da empresa em Barra do Riacho. Correa voltou de lá convencido acerca dos compromissos ambientais da Aracruz. A reação de Correa à cobrança por mais transparência no processo de assinatura do Protocolo de Intenções foi bastante elucidativa da relação do sucesso da tática de aproximação estabelecida pela Aracruz com o governo do Rio de Janeiro.

Ao ser questionado sobre o encaminhamento que estava dando às negociações com a Aracruz, André Correa declarou ao *Jornal do Brasil*: “acho que há

uma visão equivocada no Espírito Santo, estreita, de ecochatos. Não aceito ser patrulhado por uma visão xiita. Quando a Aracruz chegou ao Espírito Santo, fez muita lambança, mas hoje existem técnicas para se fazer esse tipo de exploração sem danificar o ambiente”. No afã de mostrar seu apoio à instalação da Aracruz no Rio de Janeiro, Correa declarou ainda que “o norte Fluminense é uma região que está se desertificando a passos largos, e o objetivo do projeto (da Aracruz) é combinar a plantação de eucalipto com a recuperação da vegetação nativa da região”⁸.

Uma explicação para tamanha disposição em defender a Aracruz, e se indispor com organizações sociais que, em tese, se alinham às preocupações socioambientais do Partido Verde, do qual é alto dirigente, pode estar nos termos contidos no próprio Protocolo de Intenções, pois ali ficava acordado o cultivo de eucalipto em 42 mil hectares (sendo 25 mil deles a serem plantados em terras de pequenos agricultores via a política de fomento florestal da Aracruz), com um investimento previsto de 86 milhões de reais apenas na fase de implantação do empreendimento.

A tática de “enamoramento” empregada pela Aracruz com autoridades e técnicos de agências governamentais fluminenses não se resumiu a membros do governo estadual. A partir da contratação de um representante no município de Campos dos Goytacazes, a Aracruz deu início a visitas, por parte de autoridades e membro da sociedade civil do norte fluminense, às suas instalações industriais em Barra do Riacho no início de 2002. O porta-voz regional da empresa, um importante empresário do setor imobiliário campista, afirmou que as visitas das autoridades e membros da sociedade civil do norte fluminense tinham como objetivo dirimir quaisquer dúvidas sobre os cuidados tomados pela Aracruz na implantação de seus projetos⁹.

Na visita feita às instalações da Aracruz em fevereiro de 2002, estava o prefeito de Campos dos Goytacazes, Arnaldo França Vianna, acompanhado por quatro prefeitos de municípios localizados na região norte fluminense. Na imprensa, o prefeito de Campos chegou a comparar as visitas feitas às instalações da Aracruz a audiências públicas, pois estas teriam o objetivo de “ampliar a transparência” do processo de implantação da empresa no Estado do Rio de Janeiro. A tática de levar as autoridades municipais à sua sede em Aracruz alcançou, como no caso das autoridades estaduais, resultados positivos, pois várias delas voltaram entusiasmadas com as perspectivas dos investimentos e geração de empregos prometidos pela Aracruz. Nas semanas que se sucederam à visita, vários prefeitos e secretários municipais assumiram compromissos públicos de alocar áreas para que os plantios de eucalipto da Aracruz fossem realizados em seus municípios.

As visitas às instalações da Aracruz também provocaram um efeito contrário ao interesse de estabelecer relações amistosas com políticos da região norte

fluminense. A segunda comitiva organizada pela empresa incluiu três membros da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Campos e membros de organizações da sociedade civil do norte fluminense. Já em seu retorno a Campos, alguns membros da segunda comitiva deram os primeiros passos para tentar impedir a implantação da monocultura do eucalipto no município. Um ponto de aglutinação deste esforço deu-se na Comissão de Meio Ambiente, onde os vereadores Nildo Cardoso e Dante Lucas Pinto (sendo este o líder do governo Arnaldo Viana), tidos como representantes dos interesses dos empresários ceramistas do município, uniram-se ao vereador Renato Barbosa (ligado aos trabalhadores da indústria do petróleo na Bacia de Campos) para estabelecer uma pauta de ações para impedir, segundo palavras do vereador Dante Lucas Pinto, a “ocorrência dos mesmos tipos de desmandos e danos ambientais ocorridos no Espírito Santo” no município de Campos.

Por sua vez, Nildo Cardoso explicou sua oposição à vinda da Aracruz dizendo que “em médio prazo, esse plantio pode significar uma ameaça para a produção de matéria-prima da indústria de cerâmica, colocando em risco os cinco mil empregos diretos e 15 mil indiretos gerados por ela. Não vamos trocar esses empregos e a geração de R\$ 10 milhões mensais em impostos, por meia dúzia de outros gerados pelo eucalipto”. Esta racionalidade dos representantes políticos da indústria ceramista, que possui contra si um considerável passivo ambiental devido à extração da argila utilizada como matéria-prima e que utiliza grandes quantidades de eucalipto importado do Espírito Santo, reflete com clareza a complexidade das articulações ocorridas no norte fluminense.

As ações da Comissão de Meio Ambiente de Campos, visando à aprovação de uma lei municipal semelhante à do zoneamento ambiental do Espírito Santo, serviram para aproximar um conjunto de organizações da sociedade civil, que já havia começado o processo de resistência contra a implementação do Protocolo de Intenções. Entre estas organizações, encontravam-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Centro Norte Fluminense para a Conservação da Natureza (CNFCN) e a seção municipal da Ordem dos Advogados do Brasil de Campos dos Goytacazes.

A CPT e o MST já haviam denunciado a possível instalação da monocultura do eucalipto no norte fluminense durante a realização do ‘Grito do Excluídos’ realizado em setembro de 2001. Além disso, a CPT havia produzido, no final de 2001, um panfleto de divulgação, que foi distribuído entre cerca de 1.300 famílias de pequenos agricultores vivendo nos assentamentos de reforma agrária existentes na região norte fluminense. A união destes segmentos tão distintos serviu não só para ampliar o escopo de ações a serem realizadas contra a implementação do Protocolo de Intenções no norte fluminense, mas também para estabelecer uma ligação mais estreita entre as organizações que já estavam atuando no município

do Rio de Janeiro. Entre estas organizações, estavam a ONG ambientalista Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA) e a Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro através da sua Comissão de Meio Ambiente. Outro elo desta complexa aliança contra a Aracruz deu-se pelo envolvimento de técnicos do escritório regional do Inkra e do escritório do Ibama em Campos dos Goytacazes.

A partir da articulação agora existente entre todos estes setores é que se iniciou uma série de ações, que lograram utilizar como estratégia as mesmas ferramentas adotadas pela RADV na sua luta contra a monocultura do eucalipto no Espírito Santo. Porém, é importante frisar que não se tratou de uma simples reprodução de agendas políticas, mas sim de uma intensa troca de experiências entre a RADV e as forças que se opunham à vinda da Aracruz para o Rio de Janeiro. Esta resposta articulada por parte das redes socioambientais, que será discutida a seguir, mostrou-se como a forma mais efetiva de resistir à exportação da injustiça ambiental que será causada pela ampliação da escala de atuação feita pela Aracruz.

OS MÚLTIPLOS INSTRUMENTOS DA MOBILIZAÇÃO CONTRA A ARACRUZ: DAS MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS À LUTA PELA ELABORAÇÃO DE LEIS DE CONTROLE DA MONOCULTURA DO EUCALIPTO

O primeiro semestre de 2002 foi palco de uma intensa pauta de ações que ocorreram simultaneamente na região norte fluminense e no município do Rio de Janeiro. Estas ações combinavam mecanismos de mobilização pública, como atos públicos e panfletagens, com ações em direção ao poder legislativo, tanto o municipal como o estadual. As diferentes ações refletiam as diferentes escalas em que o debate tem sido travado no Rio de Janeiro.

Assim, ainda no mês de março, o MST realizou um ato público em frente ao Palácio das Laranjeiras. Neste ato, os líderes do MST, além de cobrar do governo estadual a realização de desembolsos financeiros que haviam sido prometidos para apoiar a implementação da reforma agrária no Rio de Janeiro, exigiam também o cancelamento do Protocolo de Intenções acertado com a Aracruz. O discurso dos líderes do MST nesta manifestação centrava-se na incompatibilidade da monocultura do eucalipto com a reforma agrária, por acreditarem que esta seria incompatível com a mudança da estrutura fundiária dominada pelo latifúndio, e também como uma atividade incompatível com a produção de alimentos. Durante a manifestação, dois requerimentos pedindo informações já foram encaminhados ao governador. Um deles da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, e outro foi assinado por um conjunto de instituições da sociedade civil, como o CREA-RJ, FASE, MST e a CPT, entre outras.

Uma outra manifestação importante ocorreu a uma semana do encerramento do governo Garotinho. Após terem ido ao Ministério Público entregar uma medida cautelar contra o Protocolo de Intenções, cerca de 100 ativistas de organizações sociais liderados pelo MST foram até o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro onde a Secretaria de Meio Ambiente e representantes da Aracruz realizavam um seminário público para explicar finalmente, ainda que para uma platéia seleta, o conteúdo do Protocolo de Intenções. A presença de tantos ativistas dentro do diminuto auditório do Clube de Engenharia serviu para frustrar parcialmente as intenções dos organizadores do evento, pois os representantes da Aracruz acabaram abandonando rapidamente o local.

Após estas duas manifestações capitaneadas pelo MST na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu uma intensa mobilização no município de Campos dos Goytacazes, onde pode se destacar duas atividades que alcançaram grande repercussão pública, principalmente na região norte fluminense. A primeira atividade foi uma audiência pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal, em abril, para discussão sobre os possíveis impactos e benefícios da monocultura de eucalipto na região.

Esta atividade, ao contrário de eventos similares ocorridos no Espírito Santo, foi prestigiada pela Aracruz, já que a empresa enviou oito dirigentes e o seu representante regional para defender a posição de que haveria um alto ganho econômico associado ao plantio de 42 mil hectares de eucalipto no norte fluminense. Os representantes da Aracruz aproveitaram ainda o espaço oferecido a eles na audiência para questionar a existência dos impactos negativos comumente atribuídos a este tipo de uso da terra. O perfil dos participantes desta audiência refletiu a ampla aliança formada com o intuito de impedir a implantação da monocultura do eucalipto na região norte fluminense, pois a platéia incluía representantes de dezoito organizações da sociedade civil do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, líderes da indústria ceramista e um deputado estadual. As conseqüências mais efetivas desta audiência foram o compromisso de que uma lei municipal seria elaborada à semelhança daquela proposta sobre o zoneamento agro-ecológico no Espírito Santo e a formulação de um documento cobrando um posicionamento semelhante da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

A lei elaborada a partir da audiência contou com a colaboração do deputado Nasser Youssef e com a intensa participação das organizações associadas à Rede Deserto Verde na sua formulação, sendo aprovada pela Câmara Municipal de Campos em 5 de junho e promulgada pelo prefeito Arnaldo Vianna (o mesmo que voltara tão bem impressionado da visita às instalações da Aracruz) em 23 de agosto de 2002. A Lei Municipal 7.282/2002 inclui uma série de dispositivos para coibir a expansão descontrolada da monocultura do eucalipto no município

de Campos. Entre outros dispositivos restritivos às intenções da Aracruz, a lei veda qualquer tipo de arrendamento ou cessão de terreno a terceiros para o plantio de eucalipto, o que vai de encontro à política de fomento florestal utilizado pela empresa no Espírito Santo.

Além disso, um dispositivo da Lei 7.282 também determina que as secretarias municipais de Meio Ambiente e Agricultura devem apresentar relatórios sobre os impactos ambiental, agrícola e social provocados nos ecossistemas e comunidades humanas localizados nas proximidades de plantios de eucalipto para atender à produção industrial. Por outro lado, o plantio total para fins industriais não poderá ser superior a 3% do território do município. A lei também determina que não poderá haver plantio de eucalipto em terras consideradas produtivas, sejam elas de topografia plana ou não. Um dispositivo igualmente restritivo determina que não poderá haver plantio a uma distância inferior a mil metros dos mananciais hídricos; sendo que a cada 600 hectares de plantio seria obrigatório a formação de um corredor de essências florestais da Mata Atlântica.

De forma quase concomitante ao esforço para a criação de um arcabouço de leis contrárias à implementação do Protocolo de Intenções até a realização do zoneamento ambiental do Rio de Janeiro, as diversas organizações da sociedade civil envolvidas na mobilização decidiram realizar, simultaneamente nos municípios de Campos e Rio de Janeiro, um seminário para discutir formas mais coordenadas de resistência ao avanço da monocultura do eucalipto em direção ao Rio de Janeiro. A realização simultânea buscava conjugar a ação de organizações que estavam atuando tanto espacial como politicamente de maneira isolada.

Um detalhe peculiar na organização do seminário foi o papel fundamental de articulação realizado por um funcionário do Incra-RJ, o seu especialista em resolução de conflitos agrários. Como se sabe, a ação institucional do Incra é normalmente vista pelo MST e seus aliados como sendo pró-latifúndio e contra os interesses dos trabalhadores rurais sem terra. No entanto, o funcionário do Incra venceu as desconfianças iniciais e realizou um importante trabalho de unificação das ações que estavam sendo realizadas no município do Rio de Janeiro e na região norte fluminense. Este esforço acabou envolvendo não só organizações da sociedade civil, de representantes do poder legislativo de Campos dos Goytacazes, mas também de instituições de ensino como o CEFET e a Universidade Estadual do Norte Fluminense.

O seminário, que foi denominado de "Os riscos da monocultura do eucalipto e alternativas de desenvolvimento", ocorreu nas instalações do CEFET em Campos e na sede CREA-RJ no município do Rio de Janeiro, nos dias 8 e 9 de maio de 2002. O evento acabou reunindo o significativo número de 300 participantes. Além dos conteúdos discutidos durante o seminário, que buscaram elucidar os potenciais problemas socioambientais associados à monocultura do eucalipto, a

realização do seminário representou um momento de aglutinação, não só das forças atuantes ainda isoladamente no Rio de Janeiro, mas também daquelas forças envolvidas no enfrentamento com a Aracruz no Espírito Santo.

Além dos deputados Carlos Minc e Nasser Youssef e de representantes da RADV, o seminário reuniu representantes da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Campos, da Apedema (Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente), da CUT-RJ, do MST, da CPT, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag), da Associação dos Engenheiros Agrônomos, da OAB, do Incra e do Ibama. Mas um contingente social importante no seminário realizada em Campos foi a presença de dezenas de membros de assentamentos do MST existentes na região norte fluminense no evento realizado em Campos dos Goytacazes. A exibição do videodocumentário *Cruzando o deserto verde*, produzido pela RADV para denunciar os danos socioambientais da monocultura de eucalipto da Aracruz no Espírito Santo e na Bahia, gerou intensos debates durante o seminário.

A decisão mais importante tomada durante a realização do seminário foi a criação da Rede Fluminense Contra o Deserto Verde. A importância da criação desta Rede está no fato de que este ato representou um passo importante no estabelecimento de uma ação organizada no confronto com a Aracruz não só no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, mas também na Bahia e em Minas Gerais. Além disso, os participantes decidiram estabelecer uma pauta de ações para organizar a resistência à instalação monocultura do eucalipto no Rio de Janeiro. Esta agenda colocou como objetivos centrais da ação imediata da Rede Fluminense a revogação do Protocolo de Intenções e a aprovação de uma lei estadual que obrigasse a realização do zoneamento ambiental no Rio de Janeiro antes que qualquer autorização fosse fornecida para a implantação de projetos de monocultura florestal no Rio de Janeiro.

A saída do governador Anthony Garotinho e de sua equipe do governo estadual no início do mês de abril acabou abrindo caminho para que as gestões da Rede Fluminense para o cancelamento do Protocolo de Intenções encontrassem eco na Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema). A Sema, no governo Benedita da Silva ficou a cargo de Liszt Vieira, um conhecido militante da causa ambientalista no Rio de Janeiro. Liszt Vieira decidiu atender às sugestões feitas pela Rede Fluminense para que o Protocolo de Intenções assinado por Garotinho com a Aracruz fosse cancelado. List Vieira anunciou sua decisão em 24 de julho de 2002. A decisão do governo estadual representou uma vitória indiscutível da articulação liderada pela Rede Fluminense nos esforços para impedir a implantação da monocultura de eucalipto no Rio de Janeiro, pois implicou a necessidade de que fosse definida a lei estadual do zoneamento ambiental para que os plantios da Aracruz fossem autorizados. Contudo, o cancelamento do Protocolo também

sinalizou alguns obstáculos importantes que ainda terão de ser enfrentados pela Rede Fluminense. Um primeiro problema foi a dispersão das organizações que compõem a rede. A dispersão da Rede Fluminense já havia sido iniciada pelo abrupto desligamento do especialista de conflitos agrários do Incra, logo após o seminário realizado no Rio de Janeiro, e não foi superada ao longo do segundo semestre de 2002. O resultado é que as atividades da Rede Fluminense ficaram concentradas na cidade do Rio de Janeiro.

Uma segunda consequência do cancelamento do Protocolo foi a entrada da Firjan no debate sobre a vinda da Aracruz para o Rio de Janeiro. Um dos oponentes mais vocais do cancelamento do Protocolo de Intenções pelo governo Benedita da Silva foi o presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira. Este condenou em entrevista ao *Jornal do Brasil* o fato de a Secretaria Estadual do Meio Ambiente ter cancelado o protocolo de intenções dizendo “achei lamentável essa decisão. Não entrando no mérito da questão ambiental, que deve ser analisada, o governo está cancelando um projeto que ia gerar emprego e alavancar a economia do Estado. Foi um erro”. A reação da Firjan ao cancelamento do Protocolo de Intenções foi sentida diretamente durante o esforço realizado na Alerj para que uma lei, normatizando o plantio de eucalipto, através da realização prévia do zoneamento ambiental do Rio de Janeiro, fosse aprovada. A mobilização junto a Alerj, que havia sido iniciada já em novembro de 2001, e que contou com um incentivo maior a partir da mobilização criada pelos eventos promovidos na Câmara Municipal de Campos e pela Rede Fluminense, acabou encontrando uma série de gargalos durante todo o ano de 2002.

Primeiro, um desdobramento peculiar resultou no fato de que três deputados (Carlos Minc do PT, Wolney Trindade e o pastor José Divino, ambos do PMDB) apresentaram projetos de leis individuais com diferentes propostas de regulamentação da monocultura de eucalipto no Rio de Janeiro. O fato é ainda mais revelador das tensões entre diferentes grupos de interesse dentro do legislativo fluminense, quando se considera que tanto Wolney Trindade como o pastor José Divino passaram a maior parte do seu mandato na base política do governador Garotinho dentro da Alerj. No caso de José Divino, a sua proximidade com os membros da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Campos é uma explicação plausível para a apresentação de um projeto de lei distinto daquele apresentado por Carlos Minc.

Uma negociação entre os três deputados permitiu que o projeto apresentado por Carlos Minc continuasse em pauta a partir do mês de abril, quando os outros dois projetos foram a ele anexados. Mas esta negociação foi apenas a primeira que ocorreria dentro das diversas câmaras técnicas existentes na Alerj. Afora o fato de que o processo eleitoral de 2002 serviu para colocar a discussão sobre a lei do zoneamento ambiental numa espécie de banho-maria, uma série de seus

componentes serviram para que uma intensa disputa ocorresse entre as organizações da sociedade civil, membros do grupo político do ex-governador Garotinho dentro da Alerj e a Firjan.

Contudo, a tática de fazer o projeto de lei ser analisado e emendado por um grande número de câmaras técnicas foi adotada com o objetivo de atrasar e rebaixar o nível de exigências incluídas dentro da lei. Dentre os itens que mais contribuíram para que a tramitação da lei fosse atrasada, encontravam-se: a participação da sociedade civil na realização do zoneamento ambiental, o prazo de duração máxima do zoneamento, a definição do tamanho máximo de áreas contínuas dos plantios e a necessidade de estudos de impacto ambiental para grandes áreas de plantios contínuos de eucalipto.

É importante notar que os itens questionados pela Firjan foram justamente aqueles que marcaram mais diretamente os enfrentamentos entre a Aracruz e a sociedade civil capixaba, através da RADV, na aprovação da lei do zoneamento ambiental do Espírito Santo. A proximidade da Aracruz com a Firjan foi claramente explicitada por um dos seus diretores, Walter Lídio Nunes, em entrevista à *Gazeta Mercantil*¹² em novembro de 2002, ao declarar que o programa de fomento florestal da empresa havia sido adotado pela Firjan. Segundo Nunes, “nosso projeto (da Aracruz) é visto pela entidade empresarial do Rio como um projeto estruturante, por contribuir para a geração de emprego e renda e contribuir para evitar migrações da população do campo para a cidade. Temos interesse na diversificação de áreas, para evitar a concentração do plantio num lugar só”.

Diante da possibilidade de que a Firjan lograsse alcançar uma completa desfiguração do conteúdo da lei, a ação da Rede Fluminense acabou sendo fundamental para neutralizar significativamente estas pressões. A colaboração do deputado Carlos Minc, que liderou as negociações dentro da Alerj, teve um importante desenvolvimento que foi a realização de uma audiência pública em outubro de 2002.

A partir da audiência pública, Carlos Minc acabou obtendo um importante apoio das organizações para que conduzisse uma ampla negociação com a Firjan. A versão final da Lei do Zoneamento Ambiental do Rio de Janeiro, que foi finalmente aprovada pela Alerj, e sancionada pela governadora Rosinha Garotinho em 2 de janeiro de 2003, pode ser caracterizada como um “empate técnico” entre a Rede Fluminense e os apoiadores da Aracruz no Rio de Janeiro. Por um lado, a Firjan conseguiu diminuir o alcance da lei do zoneamento no que se refere à área a ser ocupada por plantios de essências florestais no Rio de Janeiro (pois áreas de plantios menores de 100 hectares estarão isentas dos estudos de impactos ambientais). Já a Rede Fluminense acabou jogando um papel fundamental para que a redação final da lei garantisse que o zoneamento não fosse transformado apenas num exercício meramente técnico (bem ao gosto dos defensores da moderni-

zação ecológica) e que a sociedade civil fosse colocada como parte integrante do processo de realização do zoneamento ambiental. Além disso, a lei aprovada também inclui dispositivos de proteção aos mananciais hídricos que poderão impedir as transgressões ambientais denunciadas pela RADV nos plantios da Aracruz no Espírito Santo e na Bahia.

REFLEXÕES SOBRE UM CONFLITO INCONCLUSO

Parece seguro afirmar que o conflito tratado neste capítulo ainda terá novos desenvolvimentos num futuro não muito distante. No entanto, as diferentes facetas da sua evolução o tornam bastante pedagógico para o entendimento da complexidade que cerca a ação de diferentes atores políticos na luta pelo controle do espaço e ao acesso dos seus recursos. As distintas alianças formadas em torno da tentativa de expansão da monocultura de eucalipto no território fluminense refletem uma ampla e heterogênea gama de interesses. Esta heterogeneidade está presente em ambos os campos que se formaram em torno da disputa pelo espaço, tendo sido claramente explicitada nas ações de oposição e o apoio ao estabelecimento da monocultura de eucalipto no Rio de Janeiro.

As ações da Aracruz em torno da defesa de seus interesses de controle e expansão do espaço ocupado pela monocultura de eucalipto, através de diferentes escalas espaciais e políticas, é também bastante elucidativa. No Rio de Janeiro, a Aracruz utilizou um conjunto variado de ações que visaram, acima de tudo, a evitar os enfrentamentos em curso no Espírito Santo e na Bahia através da cooptação de representantes do estado em suas diferentes dimensões políticas e espaciais e de organizações da sociedade civil. Foi esta tática de engajamento ativo da Aracruz que aqui se convencionou chamar de uma estratégia de “enamoramento”. Ao contrário do enfrentamento direto que foi estabelecido no Espírito Santo por causa da reação da sociedade civil e dos grupos sociais atingidos pelos efeitos negativos da monocultura de eucalipto, a Aracruz decidiu agir rapidamente para atrair setores do estado e da sociedade civil para apoiar seu projeto de expansão.

Como já foi discutido neste capítulo, as táticas utilizadas por grandes corporações capitalistas para diluir a oposição política aos seus empreendimentos e minimizar os custos da ampliação de suas atividades têm se tornado cada vez mais agressivas no sentido de retirar da sociedade civil, e dos grupos sociais atingidos, a primazia da defesa da equidade socioambiental e do desenvolvimento sustentável. O fato de que a Aracruz se apropriou do discurso da sustentabilidade ambiental para otimizar os efeitos da sua ação institucional torna o presente caso ainda mais elucidativo dos tipos de enfrentamentos e conflitos pelo controle do espaço que estão ocorrendo em diferentes partes do planeta.

Além disso, a ação do estado tem se caracterizado, a partir do estabelecimento da Agenda 21 no *Earth Summit*, por uma intervenção dotada de grande pragmatismo político e tecnocrático para resolver, muitas vezes de forma parcial e autoritária, conflitos socioambientais. Este tipo de ação evidencia a existência de uma aliança estratégica entre o estado e grandes grupos capitalistas nos conflitos com organizações e grupos sociais em mobilização contra as diferentes manifestações de injustiça ambiental. O fato de a Aracruz ser uma empresa multinacional, que conta com uma participação significativa de capital estatal, torna o presente caso ainda mais emblemático do ponto das alianças entre o estado e grandes corporações transnacionais num mundo capitalista globalizado. A manutenção do apoio financeiro do BNDES durante o período inicial do governo Lula parece demonstrar de forma cabal a influência das grandes corporações na alocação de fundos públicos para seus projetos.

No entanto, como revelam as fissuras observadas entre os ceramistas de Campos para com o projeto de hegemonização do espaço representado pela monocultura de eucalipto, diferentes segmentos do capitalismo podem entrar em choque pelo controle dos recursos naturais. Ainda que a resistência dos ceramistas ao possível avanço da Aracruz sobre seu espaço de atuação não os isente de seus próprios problemas com a questão da injustiça ambiental, o confronto com a Aracruz revela a complexidade que envolveu a ampla aliança que ocorreu no Rio de Janeiro.

É importante frisar que o aumento da dificuldade em estabelecer um elo contínuo de ligação entre militantes atuando em diferentes pontos geográficos é causado por uma ação articulada entre o estado e os grandes grupos empresariais. Estes últimos possuem uma facilidade maior de transgredir os limites impostos pelas diferentes escalas espaciais e processos de regulação econômica. Esta facilidade em transgredir escalas espaciais não é necessariamente presente nas ações das redes de ação política e é ainda mais dificultada pelo localismo dos grupos sociais sobre os quais a injustiça ambiental é mais fortemente exercida.

Deste modo, a resposta dos grupos sociais excluídos pelo processo de desenvolvimento capitalista deverá continuar a ser calcada no sentido de estabelecer redes socioambientais que viabilizem a colaboração política para intervir, inclusive, no processo de definição de instrumentos de regulamentação da ação do grande capital sobre o espaço. Neste sentido, a elaboração do zoneamento ambiental do Rio de Janeiro poderá representar um momento de intenso envolvimento das organizações da sociedade civil, e dos grupos sociais a que a elas estão associadas, na luta contra a instalação da monocultura de eucalipto no Rio de Janeiro.

As evidências de que as tarefas das redes socioambientais serão fortemente aumentadas a partir das articulações que estão ocorrendo através das fronteiras

do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. O governador capixaba, Paulo Hartung (PSB), aproximou-se da Aracruz durante a campanha eleitoral que o elegeu com a intenção de utilizar o poder da empresa na atração de novas indústrias, especialmente aquelas vinculadas à cadeia produtiva madeireira. Enquanto isso, a governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho (PSB), também já emitiu repetidos sinais de que está disposta a retomar o projeto de expansão da base florestal da companhia para o norte fluminense, iniciativa interrompida pela ex-governadora Benedita da Silva (PT). A manutenção de uma aliança direta da Aracruz com a Firjan é um outro elemento que deverá ser considerado pelas duas redes na definição de suas agendas futuras.

A reação aos esforços que estão sendo feitos para derrotar o avanço da Aracruz requer que o trabalho de articulação entre a Rede Fluminense, a RADV e os grupos sociais opostos à monocultura de eucalipto seja intensificado não só na atual área de influência da empresa. A ação das redes socioambientais deverá alcançar também Minas Gerais, onde a monocultura de eucalipto está avançando rapidamente. Esta necessidade de ampliar o escala de atuação das redes é ditada pela distribuição dos plantios de eucalipto voltados para atender à crescente demanda de matéria-prima para as indústrias de papel e celulose.

No caso da Rede Fluminense, a maior dificuldade enfrentada durante o processo de aprovação da lei do zoneamento na Alerj foi justamente a falta de articulação entre os ativistas baseados na cidade do Rio de Janeiro com aqueles atuando no norte-noroeste fluminense. Assim, a necessidade da rearticulação dos ativistas atuando em diferentes regiões do Rio de Janeiro é fundamental, pois ainda que o foco da luta pela regulamentação e implementação do zoneamento ambiental do Rio de Janeiro venha a ocorrer na capital fluminense, o processo de organização contra a compra de terras pela Aracruz e a implementação de sua política de fomento florestal ocorrerão principalmente no norte-noroeste fluminense. Assim, a ação da Rede Fluminense deverá focalizar o envolvimento direto de pequenos proprietários e trabalhadores rurais no processo de resistência à monocultura de eucalipto.

Os riscos que podem advir de uma falta de resposta das redes socioambientais, e da massificação da oposição à monocultura de eucalipto, são bastante claros. A expansão dos plantios de eucalipto comprometerá, entre outras coisas, as possibilidades da realização da reforma agrária nas regiões norte-noroeste fluminense. Ainda que não sendo um objetivo explícito, a conjugação dos diferentes programas lançados durante o governo Anthony Garotinho representa uma resposta clara ao desenvolvimento do MST no Rio de Janeiro, e especialmente na região norte fluminense. Finalmente, a persistência de um modelo de iniquidade social combinado com graves danos ambientais resultantes da implantação da monocultura de eucalipto no norte-noroeste fluminense agravará ainda mais o atual

quadro de injustiça ambiental que está intrinsecamente ligado à presença do latifúndio e de seus usos principais da terra: a monocultura de cana-de-açúcar e das pastagens.

NOTAS

¹ Uma leitura indicada para analisar as causas da adoção do discurso da preocupação ecológica por empresas multinacionais pode ser encontrado no livro *Third World Political Ecology* publicado em 1997 por Raymond Bryant e Sinéad Bailey.

² A RADV recebeu diferentes denominações ao longo do tempo, passando de Fórum para Movimento e finalmente para Rede. A adoção do conceito de deserto verde na denominação da Rede é bastante significativa para a luta contra as monoculturas florestais, pois os plantios de essências florestais, com vistas à produção industrial são associados a um deserto, não só pela diminuição da biodiversidade, assim como às baixas densidades de população humana e ao aumento das desigualdades sociais.

³ Este último, constatado através de pesquisas acadêmicas, como, por exemplo, a realizada pelo co-autor deste capítulo, intitulada “Evolução dos recursos hídricos e eucaliptocultura no município de São Mateus/ES” e que foi elaborada no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo.

⁴ Foto publicada no sítio da internet www.seculodiario.com.br.

⁵ Robert W. Williams apresenta uma discussão bastante elucidativa sobre o papel da escala geográfica nos conflitos socioambientais e na exportação da injustiça ambiental no artigo “Environmental Injustice in America and its Politics of Scale”, publicado em 1999 no número 18 da revista *Political Geography*.

⁶ Este fato sozinho já gerou preocupações, pois o norte fluminense é rico em áreas de mangues e restingas cujas declividades são normalmente muito baixas.

⁷ As espécies glóbulus e saligna são as utilizadas no Espírito Santo por causa de sua fácil adaptação ao meio ambiente regional.

⁸ A edição do *JB* de 06/01/2002 trouxe não apenas as declarações de André Correa, mas também abriu espaço para a polêmica existente no Espírito Santo acerca dos impactos socioambientais da monocultura de eucalipto.

⁹ Há que se ressaltar que as atividades da JSR Consultoria, de propriedade do sr. Eduardo Montebello, não se restringiram à organização destas visitas. A aquisição de terras para a Aracruz já estaria em franco andamento nos municípios do norte-noroeste fluminense desde o final de 2001, com cerca de 2.500 ha tendo sido adquiridos na região do Imbé, onde existem alguns dos mais importantes fragmentos de mata atlântica do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁰ Fotografia de autoria de Carlos Grevi, publicada no jornal *O Diário do Norte Fluminense*, em 09.04.2002.

¹¹ Fotografia de autoria de Carlos Grevi, publicada no jornal *O Diário do Norte Fluminense*, em 09.05.2002.

¹² Artigo de autoria da jornalista Cristina D’Ávila sobre a retomada dos plantios de eucalipto da Aracruz no Rio de Janeiro e no Espírito Santo foi publicado na edição de 05.12.2002 da *Gazeta Mercantil*. Num toque de ironia do destino, o mesmo artigo trazia a informação de que o futuro presidente da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro (Codin),

Rodrigo Silveirinha, havia informado, por meio de sua assessoria, que a governadora Rosinha Garotinho tinha interesse em dar continuidade aos projetos iniciados na gestão de seu marido, Anthony Garotinho. Entre estes projetos estaria inclusive o da Aracruz, desde que obedecidos os critérios ambientais. Na conjuntura política que marcou o Rio de Janeiro no início de 2003, o apoio de Rodrigo Silveirinha certamente não se encaixa nas tentativas da Aracruz em ter sua imagem vinculada aos preceitos éticos de transparência e legalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRYANT, R., BAILEY, S. *Third World Political Ecology*. Londres: Routledge, 1997.

WILLIAMS, R.W. “Environmental Injustice in America and its Politics of Scale”. *Political Geography*, 1999, nº 18.

Assentamentos rurais e conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro

*Paulo Roberto R. Alentejano**

Populações famintas e miseráveis (em especial em países de fartos recursos como o Brasil) são ingredientes de sociedades instáveis, violentas, desiguais, injustas e portanto insustentáveis. Por isso, acredito que reforma agrária e conservação ambiental convergem para o mesmo horizonte de construção de uma sociedade sustentável, na qual a democratização do acesso aos recursos naturais deve se dar concomitantemente ao desenvolvimento e fortalecimento de formas conservacionistas de uso e apropriação destes mesmos recursos (Mazzeto, 2002: 3).

Um dos temas mais recentes do debate sobre a questão agrária brasileira é a interface desta com a problemática ambiental. Como assunto recente, ainda tem sido alvo de poucos estudos, mas, com certeza, se tornará um dos itens mais relevantes neste, uma vez que a questão ambiental adquire a cada dia maior importância, seja nos meios acadêmicos, seja no seio da sociedade. Por outro lado, a questão agrária permanece central na realidade brasileira, pois a concentração da posse da terra, o elevado grau de improdutividade dos estabelecimentos rurais e a permanência de milhões de famílias sem terra ainda são marcas fundamentais e lamentáveis do meio rural brasileiro.

Em face das pressões dos movimentos sociais rurais, especialmente através da tática de ocupação de terras, muitos assentamentos foram criados nos últimos anos. Grande parte destes em áreas profundamente degradadas, outra em áreas de remanescentes florestais, fruto de uma política desarticulada e incapaz de enfrentar o núcleo duro do latifúndio, ou seja, avançar sobre as melhores terras ocupadas pelos grandes proprietários. Disto resultou nos últimos anos o surgimento de um debate opondo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

* Geógrafo, Doutorando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRuralRJ.

e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) no que tange aos impactos ambientais dos assentamentos rurais que já levaram até a proposta de exigência de Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA) para a implantação de assentamentos.

Embora esta medida não tenha sido adotada, reflete uma nova tendência dentro do movimento ambientalista que poderíamos classificar como neoconservadora, uma vez que, em nome da proteção do meio ambiente, legitima o latifúndio, ao dificultar a realização da reforma agrária, contribuindo assim para a reprodução do modelo social e ambientalmente degradador que marcou a história do meio rural brasileiro. Na realidade, esta nova vertente do ambientalismo é parte do processo de incorporação seletiva pelo estado e as classes dominantes da pauta dos movimentos de contestação social, reelaborando, ressignificando e esvaziando-as de seu conteúdo transformador, conforme nos lembra Acselrad (2002).

Faz-se, portanto, necessário avançar na compreensão das interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental, na direção dos princípios formulados por Mazzeto (2002) transcritos na epígrafe que abre este capítulo. Neste sentido, buscaremos traçar um perfil dos principais conflitos e problemas ambientais existentes em torno dos assentamentos rurais do Rio de Janeiro, assim como apontar algumas experiências que têm sido desenvolvidas em busca de um padrão ambientalmente sustentável de assentamentos rurais. Esperamos com isso lançar luz sobre este debate.

OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO RIO DE JANEIRO

O Estado do Rio de Janeiro é inegavelmente um espaço metropolizado. Ao longo do século XX, o enorme crescimento da cidade do Rio de Janeiro e o crescente esvaziamento econômico do interior do estado¹ levaram a uma forte polarização do espaço fluminense, absolutamente dependente da capital estadual. Tais fatos refletem-se em alguns dados estatísticos que ajudam a compreender as características centrais da organização do espaço fluminense: 96% da população reside em áreas urbanas; a região metropolitana concentra 75% da população, 80% do valor da produção industrial, 85% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sendo que 70% deste imposto é arrecadado na capital. Por outro lado, a participação do setor agrícola no Produto Interno Bruto (PIB) fluminense é inferior a 2% (CIDE, 2001)².

O processo de desruralização, entendido como esvaziamento econômico e demográfico e perda de peso político e cultural, foi tão intenso no estado que, entre 1940 e 2000, a população rural decresceu de aproximadamente 1,4 milhão de pessoas (38,8% do total em 1950) para menos de 570 mil pessoas (4% do total em 1996), conforme a Tabela 1.

Tabela 1: População Residente por Local de Domicílio e Taxa de Urbanização – Rio de Janeiro – 1940/2000.

| Ano | Total | Urbana | Rural | Taxa de Urbanização (%) |
|------|----------|----------|---------|-------------------------|
| 1940 | 3611998 | 2212211 | 1399787 | 61,2 |
| 1950 | 4674645 | 3392591 | 1282054 | 72,6 |
| 1960 | 6649646 | 5252631 | 1397015 | 79,0 |
| 1970 | 8994802 | 7906146 | 1088656 | 87,9 |
| 1980 | 11291520 | 10368191 | 923329 | 91,8 |
| 1991 | 12807706 | 12199641 | 608065 | 95,3 |
| 1996 | 13406379 | 12806488 | 599891 | 95,5 |
| 2000 | 14367083 | 13798096 | 568897 | 96,0 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Se o auge do esvaziamento demográfico se deu entre 1960 e 1980, nos planos político e, especialmente, econômico o processo radicalizou-se nos últimos anos com a crise da agricultura patronal fluminense, em grande parte decorrente do fim dos subsídios governamentais que sustentaram a fracassada modernização agroindustrial no estado durante os anos 1970, especialmente no setor sucroalcooleiro. Com isso, acentuou-se a tendência à desagregação (Ribeiro *et al.*, 2002) em oposição à multiplicação das atividades não-agrícolas e à pecuarização.

Diante da degradação de antigas áreas cafeeiras, da pobreza na área canavieira, da ausência de uma industrialização rural vigorosa e com a multiplicação de chácaras, sítios de lazer e outras atividades não-agrícolas no meio rural, aumentou o predomínio da pecuária extensiva e da improdutividade da terra ao longo dos principais eixos viários do estado com a via Dutra, a Washington Luís e a BR-101. Surge, então, a necessidade de atribuir um novo valor ao uso da terra no estado, e uma suposta vocação turística lhe é atribuída como forma de conciliar o patamar da improdutividade dominante das grandes e médias propriedades com uma possibilidade de ganho financeiro (Ribeiro *et al.*, 2002: 11).

Entretanto, este processo não foi pacífico, uma vez que os trabalhadores rurais resistiram à expulsão do meio rural, como demonstram os inúmeros conflitos pela posse da terra verificados ao longo da segunda metade do século XX e início do XXI. Em levantamento realizado com base em fontes primárias e secundárias, identificamos a ocorrência de 193 conflitos fundiários no meio rural fluminense entre 1950 e 2002 (ver Mapa 1 em Anexos)³.

Em decorrência desta resistência, o estado foi obrigado a intervir, criando inúmeros assentamentos rurais, sendo possível afirmar que a ação dos movimentos sociais rurais, em especial as ocupações de terra, são parte fundamental do processo de reruralização que se delineia atualmente no Estado do Rio.

Entretanto, é preciso frisar que o número de assentamentos rurais criados é bastante inferior ao dos conflitos, pois estes últimos são 70, sendo 37 do governo estadual (60% na Região Metropolitana) e 33 do Incra. Os assentados somam um total de 8.609 famílias e a área desapropriada 91.814,3123 ha, perfazendo uma média de 10,66 ha por família, embora as diferenças sejam enormes, predominando os lotes com menos de 5 ha, principalmente nos assentamentos do governo estadual. Vale dizer que há atualmente 20 áreas de conflito que incluem alguns dos assentamentos, sendo que os acampamentos organizados pelo MST e pela Fetag são hoje em número de 12 (ver Mapa 2 e Tabelas 1 e 2 em Anexos).

A área ocupada pelos assentamentos rurais existentes no ano de 2002 representa apenas 3,8% da área total dos estabelecimentos agropecuários estaduais recenseados em 1996, indicando claramente as limitações do processo de reforma agrária no Rio de Janeiro⁴. O número de lotes, por sua vez, representa 16% do número de estabelecimentos, percentual que não pode ser considerado desprezível.

Tomadas em conjunto, as diversas intervenções fundiárias realizadas no Rio de Janeiro ao longo do século XX não são desprezíveis, somando 84 áreas que sofreram desapropriação, regularização fundiária ou projetos de colonização (ver Tabela 2). O total de famílias beneficiadas corresponderia a 24,79% dos estabelecimentos agropecuários recenseados no estado em 1995/6, porém, com uma área equivalente a apenas 6,22% da área dos mesmos. Considerando-se uma média de cinco pessoas por família, o número de pessoas beneficiadas seria correspondente a 11,1% da atual população rural do estado e 18% da População Economicamente Ativa (PEA) agrícola (considerando-se três trabalhadores por família), com uma média de 0,3 trabalhador por hectare. Chama atenção também o fato de que 31 municípios sofreram algum tipo de intervenção fundiária, o que significa 1/3 dos atuais municípios fluminenses.

Em termos regionais, este quadro é bastante diversificado, variando desde impactos fundiários bastante expressivos, como é o caso da Baía da Ilha Grande e, em menor escala, da Região Metropolitana, até impactos irrisórios, como no noroeste, no centro-sul e na Região Serrana.

Da mesma forma, em termos locais há impactos fundiários bastante significativos, em municípios como Paraty, Queimados, Nova Iguaçu, Japeri, onde os assentamentos rurais são grande parte do que resta de estabelecimentos agropecuários nestes municípios, marcados pela urbanização e/ou pela enorme concentração fundiária.

Tabela 2: Intervenções fundiárias realizadas no Estado do Rio de Janeiro até dezembro de 2002.

| Órgão Responsável | Tipo de Intervenção | Nº de Intervenções | Nº de famílias assentadas | Área (ha) |
|-------------------|--|--------------------|---------------------------|--------------|
| Governo Federal | Colonização | 9 | 4.129 | 55.642 |
| Incra | Regularização Fundiária | 5 | 561 | 2.832 |
| Incra | Assentamento | 33 | 3.577 | 44.525,9053 |
| Iterj | Assentamento/ Regularização fundiária | 37 | 5.032 | 47.288 |
| Total | | 84 | 13.299 | 150.287,9053 |

Fonte: Incra e Iterj.

Por outro lado, mesmo em municípios com grande atuação do MST e expressivo número de assentamentos e assentados como Campos dos Goytacazes, o impacto permanece sendo reduzido, indicando as limitações do processo de reforma agrária nas áreas mais tradicionais de domínio do latifúndio. Na realidade, exceção feita a Paraty, apenas em áreas onde os assentamentos representam resistência direta ao processo de urbanização há impactos fundiários expressivos.

Em abril de 2003, havia 1.235 famílias acampadas no estado, 70% destas no norte e noroeste, regiões que comportam a maior parte dos grandes latifúndios e apresentam os piores indicadores sociais no Rio de Janeiro; 14,25% no Médio Paraíba; 9,23% nas Baixadas Litorâneas e 5,8% na Região Metropolitana. Além das famílias acampadas, havia ainda 9.429 famílias cadastradas no Programa de Acesso Direto à Terra, criado pelo governo federal em 2001, o que implica dizer que ao menos 10 mil famílias seriam demandantes diretos por terra.

Portanto, em que pese a intensa urbanização fluminense, o meio rural apresenta uma realidade dinâmica e conflituosa que merece ser entendida em suas mais variadas facetas. O objetivo do presente trabalho será o de associar esta problemática brevemente introduzida acerca dos assentamentos rurais com a questão ambiental, debate este ainda bastante limitado, mas em crescente expansão.

OS ASSENTAMENTOS RURAIS E OS CONFLITOS AMBIENTAIS

O primeiro aspecto que buscaremos analisar dentro deste nosso intento de articular as questões agrária e ambiental diz respeito à relação entre latifúndio e

meio ambiente, isto é, às transformações operadas no ambiente pela ocupação do território através do latifúndio.

Vários autores já demonstraram os efeitos nefastos do latifúndio sobre o ambiente, expressos em desmatamento, muitas vezes por meio de grandes queimadas, perda de biodiversidade, desgaste dos solos, contaminação dos cursos d'água e lençóis freáticos. Dean (1996) demonstra de forma cabal como a intensa destruição da Mata Atlântica no Brasil está diretamente ligada à expansão do latifúndio pelo território brasileiro.

No Rio de Janeiro não foi diferente e os Mapas 3 e 4 (em Anexos) evidenciam tal processo, pois os principais resquícios de Mata Atlântica encontram-se exatamente nas regiões onde a presença do latifúndio foi menos marcante no território fluminense: o Litoral Sul e a Serra, áreas de topografia acidentada, desfavoráveis para o desenvolvimento da monocultura em larga escala. Nas demais regiões, especialmente nas três onde a monocultura e o latifúndio mais se desenvolveram, existem os maiores índices de desmatamento: o Vale do Paraíba e o noroeste com o café e o norte com a cana.

Entretanto, nos últimos anos temos visto inúmeras tentativas do latifúndio se apresentar como defensor do meio ambiente, buscando uma nova forma de valorização da terra, através do turismo e do reflorestamento voltado para a captação de recursos proveniente dos programas de sequestro de carbono.

Quando contrapomos o mapa dos remanescentes florestais com o mapa dos assentamentos, dois aspectos saltam aos olhos: a superposição entre a localização dos assentamentos e os remanescentes florestais nas regiões da Baía da Ilha Grande e das Baixadas Litorâneas, ao passo que outros locais de concentração, como o Vale do Paraíba e o norte fluminense são as regiões mais devastadas pelo latifúndio, isto sem falar na Região Metropolitana, originalmente ocupada pelos latifúndios canavieiro e citrícola e hoje marcada pela intensa urbanização, ao lado de uma persistente pecuária extensiva/especulativa em suas bordas.

Os principais conflitos e problemas ambientais associados aos assentamentos rurais poderiam assim ser definidos em termos de abrangência regional (na Tabela 3).

Entretanto, dada a dimensão dos assentamentos, a escala mais adequada para analisarmos a relação entre assentamentos e conflitos ambientais não é a regional, mas a local. Assim, buscaremos, a seguir, analisar, a partir de situações concretas dos assentamentos, os principais conflitos e problemas ambientais. Para facilitar a análise, subdividimos os problemas em quatro blocos, definidos a partir da localização dos assentamentos e dos tipos mais comuns de conflitos: assentamentos no entorno de áreas de preservação ambiental; assentamentos vizinhos a aglomerações urbanas; assentamentos em antigas áreas de monocultura; assentamentos em antigas áreas de pecuária extensiva.

Tabela 3: Principais questões ambientais nos assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro de acordo com as Regiões de Governo – 2003.

| Região de Governo | Principais questões ambientais nos assentamentos rurais |
|---------------------------------|--|
| Baía da Ilha Grande | desmatamento, queimadas, extração irregular de madeira e palmito, caça predatória |
| Médio Vale do Paraíba | poluição da água, erosão dos solos |
| Metropolitana do Rio de Janeiro | enchentes, dejetos industriais, lixões, esgoto e extração de areia |
| Serrana Fluminense | desmatamento, queimadas, erosão dos solos |
| Baixadas Litorâneas | desmatamento, queimadas, extração irregular de madeira, palmito e areia, caça predatória |
| Norte Fluminense | desgaste dos solos, contaminação das águas, redução da biodiversidade |
| Noroeste Fluminense | desgaste dos solos, redução da biodiversidade |

Os assentamentos situados no entorno de áreas de preservação ambiental

Um primeiro conjunto de conflitos ambientais associados aos assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro está associado à localização de alguns assentamentos rurais ao lado de reservas ou parques nacionais e estaduais.

Os assentamentos do Incra situados em áreas de Mata Atlântica são: Barra Grande, São Roque e Taquari em Paraty, Batatal em Mangaratiba e Aldeia Velha, Cambucaes e Sebastião Lan em Silva Jardim. Estes assentamentos somam uma capacidade de assentamentos de 370 famílias num total de 5007,8049 ha. No caso dos assentamentos do Iterj, os números são ainda mais expressivos: 789 famílias e 32.729,6581 ha, distribuídos pelos assentamentos Crubixais em Macaé, Gleba Modesto Leal em Nova Iguaçu, Rubião em Mangaratiba e Independência, Paratimirim e Praia do Sono em Paraty⁵.

As pressões sociais pela preservação dos escassos remanescentes de Mata Atlântica existentes no estado chocam-se com as práticas agrícolas tradicionais utilizadas pelos agricultores, especialmente no caso de antigos posseiros, sendo o uso do fogo para limpeza do terreno antes do plantio a principal delas. O risco das queimadas realizadas pelos agricultores espalharem-se, atingindo áreas de preservação, torna-se então foco permanente de tensões.

Tal situação ganha ainda mais relevo no caso dos assentamentos localizados no entorno da reserva de Poço das Antas, em Silva Jardim, nas Baixadas Litorâneas, onde há um projeto de recuperação da população de micos-leão dourados,

espécie ameaçada de extinção. Isto porque os solos da região são em grande parte turfosos, o que facilita a propagação do fogo e dificulta o combate aos focos, uma vez que o fogo se alastra dentro do próprio solo e não apenas pela superfície. Vale dizer que muitas vezes não são os assentados que desencadeiam os incêndios, alguns produzidos criminosamente e intencionalmente com o objetivo de imputar culpa aos assentados, gerando reações negativas da sociedade e dos órgãos ambientais em relação à implantação de novos assentamentos na região em questão.

Definida em 1965 como zona prioritária de emergência para fins de reforma agrária por decreto federal, a região do Vale do rio São João viu, ao longo dos anos 1970 ocorrer o oposto: o aumento da concentração fundiária e da grilagem no rastro da valorização das terras produzidas pelas ações de drenagem e retificação de rios promovidas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). A desapropriação em 1974 de 10.000 ha entre Silva Jardim, Casemiro de Abreu e Araruama para a criação da Rebio e de assentamentos no entorno representou, assim, uma exceção ao processo de modernização conservadora em curso na região e até hoje são imensas as pressões contra a concretização dos assentamentos, o que tem facilitado a grilagem das terras destinadas a estes por parte dos fazendeiros.

Ribeiro (2003) chama atenção para o fato de que os órgãos ambientais nunca quiseram assentamentos na região, preferindo expandir a reserva dos micos e multiplicar as Reservas Particulares de Preservação da Natureza (RPPNs) em acordo com os latifundiários.

A principal proposta da orientação ambientalista tocada pelo Ibama – e afinada com a Associação Mico-Leão – indica uma preocupação com o estímulo à criação de RPPNs. Para tanto, financiam mapas às pessoas interessadas, projeto de apoio e acompanhamento dos assentamentos voltado para ações educativas, além de um projeto de seqüestro de carbono e uma proposta de construção de corredores florestais que os assentados apóiam. Mas é clara a opção pela retirada das famílias acampadas e o bloqueio a qualquer outro assentamento de reforma agrária no entorno da reserva (Ribeiro, 2003: 15-16).

Explicita-se aqui a visão ambiental neoconservadora a que fizemos referência na introdução deste capítulo.

Entretanto, os problemas não se restringem à questão das queimadas, verificando-se também casos de extrativismo e caça. A caça de animais silvestres, para alimentação ou comercialização, e a extração de madeiras e, principalmente, palmito da Mata Atlântica, levam à ocorrência de conflitos de várias naturezas: entre assentados que realizam tais atividades ilegais e agentes da fiscalização ambiental, redundando inclusive em casos de prisão; entre caçadores, madeireiros e

palmiteiros que invadem a área dos assentamentos e assentados que denunciam a ação destes aos órgãos fiscalizadores e muitas vezes sofrem retaliações. Nos assentamentos de Paraty, como São Roque, Taquari e Barra Grande, tais casos são comuns. Da mesma forma, na Região Metropolitana, onde as áreas de reserva legal dos assentamentos são muitas vezes as únicas áreas de mata remanescentes, também são comuns estas situações, como é o caso dos assentamentos Cachoeira Grande e Pau Grande em Magé, São Bernardino em Nova Iguaçu e Morro Grande em Duque de Caxias.

Vale dizer que muitos destes conflitos são inclusive anteriores à criação dos assentamentos, como revela o depoimento de um trabalhador assentado em São Roque e ex-Presidente do STR de Paraty reproduzido abaixo:

...vinha o pessoal da fazenda com o florestal [Pólicia Florestal], pessoal dizendo que era florestal junto com o pessoal da fazenda vinha arrancar mandioca e aipim. O velho plantava, eles vinham aqui e arrancavam. Tinha uma tal de Marisa que era a administradora, arrancava mandioca aqui, arrancava a lavoura do pessoal e o pessoal não podia plantar. Ninguém podia plantar. Botava fogo numa moitazinha, pronto o florestal estava em cima. Foi um inferno a vida desse pessoal aqui dentro (entrevista realizada em 03/05/2001).

O depoimento revela que a própria disputa pela terra em Paraty aparecia cada vez mais como um processo articulado com a questão ambiental, sendo o caráter de área de preservação da Mata Atlântica utilizado como argumento na luta pela terra. Neste caso, tudo indica que os proprietários da fazenda acionavam as instâncias de fiscalização ambiental como instrumento para deter a consolidação dos posseiros na área, num processo de disputa pelo uso e controle da terra. Vale dizer que isto se dá num momento em que a valorização da área para fins turísticos com a construção da BR-101 associada à crise da produção da banana favorecia a estratégia dos latifundiários de reconversão do uso da terra na região – da monocultura da banana para os grandes empreendimentos turísticos e imobiliários – às custas da expulsão dos trabalhadores rurais e sob o manto da proteção ambiental⁶. Ocorre por assim dizer um processo de transfiguração: o latifúndio responsável pela destruição ambiental através da monocultura passa à condição de defensor da preservação ambiental. Há que se suspeitar...

Os assentamentos situados na vizinhança de área urbanas

Uma segunda situação refere-se aos assentamentos situados ao lado de aglomerações urbanas. Nestes casos, sobressaem os conflitos relativos à água, ao lixo e à extração de areia. Os casos de poluição das águas que cortam os assentamen-

tos e já chegam a estes poluídos por esgoto doméstico de bairros periféricos ou por resíduos químicos de indústrias são particularmente comuns na Região Metropolitana, onde uma série de assentamentos rurais estão separados das aglomerações urbanas por uma cerca, um rio, uma rua.

Um dos principais exemplos é o assentamento Campo Alegre, situado entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados. Uma das regionais que compõem o assentamento, denominada Fazendinha, situa-se ao lado do Distrito Industrial de Queimados, sendo que alguns lotes são separados deste pelas grades de segurança de algumas indústrias. Nos rios Cabuçu e Ipiranga que cortam o Distrito Industrial são comuns as denúncias de despejo de material tóxico sem qualquer tipo de tratamento e, embora os assentados tendam a não se estender no assunto – até porque muitas famílias têm um ou mais membros empregados nas indústrias do Distrito –, são comuns referências a animais mortos por beber água dos rios, problemas de saúde nas famílias, por conta do consumo de água ou seu uso para irrigação.

No assentamento Marapicu – antiga regional de Campo Alegre, desmembrada deste por razões jurídicas –, separado do bairro Aliança por uma porteira, o problema principal reside no esgoto doméstico desta localidade, pois a inexistência de rede de captação faz com que o escoamento se dê em direção ao assentamento, situado numa área mais baixa. Em decorrência disso, os problemas de saúde no assentamento tendem a ser agravados, dada a facilidade da propagação de insetos, roedores e outros animais e assim como as dificuldades para irrigação, resultando muitas vezes em contaminação dos alimentos.

Tais problemas repetem-se em quase todos os assentamentos da Baixada. Em Boa Esperança, situado às margens do rio Guandu, as enchentes são um agravante, pois mais de uma vez o assentamento ficou alagado pela subida do nível do rio, altamente assoreado e poluído, provocando a destruição de lavouras, a morte de animais e a derrubada de casas. Ainda em relação à água, cabe também registrar que alguns assentamentos, ao contrário de serem prejudicados pela poluição que recebem, são degradadores da água que cruza suas terras. Um dos exemplos que poderíamos citar neste sentido seria o assentamento São José da Boa Morte, em Cachoeiras do Macacu, onde o uso intensivo de agrotóxicos nas culturas de hortaliças e legumes contribuem significativamente para a poluição das águas dos rios Guapiaçu e Macacu, que margeiam o assentamento.

Também o despejo de esgoto nos rios que cortam os assentamentos é um problema em muitas regiões, resultado da combinação da precariedade da infraestrutura dos assentamentos com a pobreza, baixa escolaridade e consciência ambiental das famílias assentadas que faz com que muitas despejem diretamente nos córregos e rios o esgoto doméstico e os excrementos animais.

Outro problema ambiental de grande significado para estes assentamentos situados na periferia urbana diz respeito ao lixo. Nestes casos, é muito comum que os moradores dos bairros pobres situados ao lado dos assentamentos encarem os lotes dos assentamentos como áreas ociosas, despejando nestas áreas o lixo que não é recolhido pelo precário sistema de coleta pública existente nas periferias pobres das grandes cidades brasileiras. Assim, alguns assentamentos acabam por se constituir, parcialmente, em lixões, com todos os problemas de saúde daí resultante, como a proliferação de insetos e roedores vetores de doenças infectocontagiosas. Além disso, cabe também registrar que em muitos assentamentos, especialmente aqueles onde há uma maior densidade demográfica e lotes de menor porte, com a inexistência de coleta de lixo, também acumula-se lixo proveniente das próprias famílias assentadas.

Por fim, um problema muito comum nestes assentamentos situados na periferia urbana, especialmente na Região Metropolitana, é a extração de areia, produto fundamental para a construção civil. Dada a dificuldade de encontrar este produto na área urbana, muitas vezes os assentamentos viram alvo diretamente da população pobre da vizinhança, ou de firmas de mineração. A extração, muitas vezes clandestina deste produto, tende a comprometer as condições produtivas do lote, gerando problemas como erosão dos solos, como ocorre nos assentamentos de Seropédica, Sol da Manhã, Moura Costa e Eldorado, assim como em Campo Alegre.

Os assentamentos situados em antigas áreas de monocultura

Uma outra situação bastante comum nos assentamentos rurais do Rio de Janeiro é a sua criação em áreas onde havia extensas monoculturas, especialmente na Região Norte, onde a maioria dos assentamentos existentes hoje é resultado da falência de antigas usinas de açúcar e álcool. Com a falência das usinas, muitas antigas fazendas produtoras de cana foram ocupadas pelos movimentos sociais, em especial o MST, e implementados assentamentos rurais onde antes havia somente cana-de-açúcar. Tal situação implica inúmeros problemas ambientais para os assentamentos: profundo desgaste dos solos, secularmente submetidos ao binômio fogo-cana; contaminação das águas superficiais e lençóis freáticos pelo uso intensivo de agrotóxicos; inexistência praticamente absoluta de fauna e flora silvestres, dada a devastação da vegetação nativa para implementação da monocultura.

A recuperação dos ecossistemas dessas áreas após a criação dos assentamentos tem sido observada, fruto da diversificação da produção, do plantio de árvores nativas e frutíferas, mas trata-se de um processo lento e dificultado pelas precárias condições de produção, as quais limitam as áreas que poderiam ser destinadas mais intensamente para este processo de regeneração.

No assentamento Novo Horizonte, em Campos dos Goytacazes, primeiro da Região Norte a ser desapropriado, ainda na década de 1980, este processo de recuperação da biodiversidade foi de certa forma acelerado pela existência no entorno do Parque Estadual do Desengano, única grande área de preservação da Mata Atlântica no Norte Fluminense. Porém, em Capelinha, localizado em Conceição de Macabu, fruto da primeira ocupação bem-sucedida do MST na área canavieira, realizada no ano de 1996, somente agora observam-se os primeiros indícios da regeneração da fauna e da flora nativas, predominando ainda um ambiente inóspito, marcado pela presença inclemente do sol e do vento, em meio à ausência quase total de árvores.

O mesmo pode ser dito do assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes, resultante de uma ocupação do MST de 1997, onde também ainda é precária a situação ambiental até os dias de hoje. Vale dizer que parte dessa recuperação é prejudicada pelo fato de que muitos assentados persistem plantando cana-de-açúcar, uma vez que, diante das dificuldades em desenvolver alternativas produtivas compensadoras, a continuidade do plantio da cana aparece como saída para muitos, já que as usinas da região que ainda não faliram absorvem tal produção, embora, em geral, por valores muito baixos.

No caso dos assentamentos mais recentes, o quadro é ainda mais desolador, pois os efeitos nefastos do sistema monocultor acima referido encontram-se presentes praticamente no mesmo patamar anterior, casos dos assentamentos Che Guevara e Ilha Grande e dos acampamentos Oziel Alves e Chico Mendes.

Situação semelhante pode ser verificada nos assentamentos da antiga região cafeeira, onde o desgaste profundo dos solos aparece como um dos principais obstáculos à sustentabilidade dos assentamentos. Em assentamentos como o Vitória do Povo, em Barra Mansa, Conquista, em Valença e Paes Leme, em Miguel Pereira, a situação de degradação dos solos, especialmente os localizados nas encostas, algumas com profundas voçorocas, dificulta sobremaneira a produção agrícola por parte dos assentados, resultando em rendimentos muito baixos e custos elevados, prejudicando a reprodução social das famílias assentadas.

Os assentamentos situados em antigas áreas de criação extensiva

No caso dos assentamentos que foram criados em áreas que estavam abandonadas, ou ocupadas com base numa pecuária de caráter extensivo-especulativo, os problemas ambientais, embora menos graves que os presentes no caso das antigas áreas de monocultura, se assemelham àqueles: desgaste dos solos, neste caso provocado pelo pisoteio do gado; disseminação de pragas, especialmente formigas, cupins e capim colônio, em função do abandono e da falta de manejo produtivo; deterioração da infraestrutura, podendo resultar em condições favoráveis para o acúmulo de lixo, insetos e roedores.

Dependendo do estado de abandono das áreas, a recuperação pode ser muito difícil, especialmente nos casos em que os solos se transformaram em hospedeiros de formigas e cupins em larga escala, pois estes insetos destroem as culturas e praticamente inviabilizam a produção dos assentados. Este é o caso dos assentamentos Antonio de Farias, em Campos dos Goytacazes, e Vitória do Povo, em Barra Mansa, e do acampamento Terra Livre, em Resende.

Do conjunto das questões apresentadas acima, depreende-se a difícil situação das famílias assentadas no Estado do Rio de Janeiro: quando assentadas em áreas mais preservadas, com melhores condições de produção, são pressionados por uma visão estreita e preconceituosa dos órgãos ambientais que, diga-se de passagem, não têm a mesma preocupação quando se trata de grandes latifúndios; quando são assentados em áreas longe dos remanescentes florestais, as condições para a produção são precárias, dado o elevado grau de degradação dos recursos naturais.

Superar este impasse requer, de um lado, a mudança da política agrária, com o enfrentamento direto do latifúndio de forma a permitir a desapropriação para fins de reforma agrária das melhores terras, permitindo uma efetiva democratização do patrimônio fundiário brasileiro; de outro, o desenvolvimento de um novo paradigma de produção, em consonância com a preservação dos recursos naturais. Procuraremos avançar neste sentido no próximo item, apontando experiências em curso nos assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro que caminham nesta direção.

OS ASSENTAMENTOS RURAIS E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Na literatura sobre a relação entre assentamentos e meio ambiente tem sido enfatizado o impacto que a multiplicação de pessoas produz no meio ambiente, especialmente nos casos em que o assentamento se localiza em áreas próximas a remanescentes florestais, implicando desmatamento e degradação.

A análise aqui empreendida demonstra que embora não se possa negar estes efeitos, precisam ser melhor avaliados, além de chamar atenção para questões pouco consideradas até então. Em primeiro lugar, há que considerar que o avanço dos assentados sobre os recursos florestais e mesmo o grau de exaustão dos recursos hídricos e do solo decorrentes do uso intensivo da terra dependerão em larga medida de dois aspectos: (1) a existência de políticas de apoio técnico e financeiro que viabilizem um aproveitamento mais sustentável dos recursos naturais, evitando que os assentados sejam obrigados a recorrer ao desmatamento indiscriminado, seja para expandir a produção, seja para utilizar madeira e outros recursos retirados da mata; (2) as condições das áreas em que foram assentados, seja no que diz respeito ao grau de preservação destas, seja à qualidade da área para o uso agropecuário.

Procuraremos, a seguir, apresentar algumas experiências em curso nos assentamentos rurais do Rio de Janeiro que apontam para a construção de um padrão ambientalmente sustentável nos assentamentos rurais.

A primeira experiência que destacaremos aqui não se encontra limitada a áreas de assentamento, mas as envolve: é o projeto de Agroecoturismo implementado em Paraty a partir de um convênio entre o Instituto para o Desenvolvimento e a Ação Comunitária (Idaco) e a Secretaria de Agricultura local.

O Projeto de Agroecoturismo foi formulado com o intuito de levar os turistas para a zona rural viabilizando os agricultores que preservam o meio ambiente. Considerando-se que a vocação turística do município é hoje inquestionável e todos os incentivos e investimentos do poder público municipal estão voltados para este setor, articular agricultura, ecologia e turismo foi a saída vislumbrada para fazer com que os agricultores se beneficiassem minimamente deste processo, buscando reverter o processo dominante nos últimos trinta anos de expulsão dos trabalhadores do meio rural e inchaço dos bairros periféricos de baixa renda de Paraty.

A inspiração para o projeto veio da experiência de Venda Nova do Imigrante (ES), intitulada “agroturismo o ano inteiro”, onde a prefeitura elaborou um mapa com as referências de produção familiar.

No caso de Paraty, buscou-se acrescentar a dimensão ambiental, dada a crescente importância desta questão no município, hoje, praticamente todo recoberto por unidades de conservação ambiental, resultando numa inédita conjugação, no Brasil, dos três termos: “agro”, “eco” e “turismo”. Assim, praias, trilhas, cachoeiras e consumo de produtos agroecológicos constituíram as bases do projeto em Paraty.

O projeto é um desdobramento ampliado do Projeto de Incentivo à Produção Agroecológica (Pipa), criado pela Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente de Paraty (SAPMA), com o objetivo de criar alternativas de permanência dos agricultores na roça. Trata-se de um convênio entre Idaco, UFRRJ, Embrapa Agrobiologia em parceria com Prefeitura, Ibama, Confederação das Associações de Moradores de Paraty (Comamp), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e associações de Barra Grande, Taquari, São Roque e Campinho.

O objetivo central é a implantação de sistemas agroecológicos de produção para a recuperação de áreas degradadas e geração de emprego e renda em comunidades tradicionais do entorno de unidades de conservação da Mata Atlântica, associada ao desenvolvimento do turismo no meio rural. Entre as ações destacam-se: criação no Horto Municipal de uma estrutura de produção de insumos orgânicos e de uma unidade de produção de mudas; levantamento pelos estagiários do Grupo de Ação Ecológica (GAE), da UFRuralRJ, da demanda por produtos agroecológicos locais e do potencial turístico das propriedades e comunida-

des rurais; elaboração de um mapa municipal com estradas, produtores e opções turísticas.

O primeiro trabalho concreto realizado no âmbito do Projeto foi o levantamento da demanda por produtos agroecológicos nas pousadas e restaurantes, o qual indicou que os turistas querem produtos locais. A proposta é que Pousadas e Restaurantes comprem a produção local e divulguem, através de um cartaz, o projeto.

Entre as outras ações já desenvolvidas, destacam-se: cursos de capacitação em caldas biológicas, cultivos alternativos, colheita de sementes florestais, educação ambiental; seis unidades experimentais das oito previstas foram implantadas, sendo duas no assentamento Taquari e uma no assentamento São Roque, com a introdução de culturas anuais (milho, feijão e mandioca), adubos verdes (gaundu, feijão de porco e crotalátia), palmito, frutíferas e espécies arbóreas.

De acordo com um dos idealizadores do projeto, o agroecoturismo pode ser uma alternativa para manter os produtores na zona rural e garantir renda satisfatória e ocupação para toda a família, articulando o trabalho agrícola propriamente dito com a produção de doces caseiros, artesanato e a exploração do turismo, seja como guias nas trilhas e cachoeiras, seja por meio da venda de sucos, doces, salgados em bares, botequins e biroscas nas beiras dos rios e trilhas.

Outra experiência importante foi desenvolvida no ano de 2001: o Projeto formação e educação ambiental: para uma reforma agrária sustentável nos assentamentos rurais no Rio de Janeiro, uma parceria do MST/RJ com o Ministério do Meio Ambiente. O projeto tinha como objetivos básicos promover a

...recuperação de áreas degradadas pela monocultura e o desmatamento, combinando o restabelecimento da biodiversidade e dos mananciais com a criação de alternativas produtivas; preservação de remanescentes florestais da Mata Atlântica com o desenvolvimento de atividades econômicas apropriadas a este ambiente; recuperação dos recursos hídricos tanto em termos de quantidade como de qualidade, possibilitando melhorar as condições de produção e de vida dos assentados (MST/MMA, 2000: 5).

O projeto envolveu trabalhadores de seis assentamentos (Capelinha, São Domingos, Sebastião Lan, Vitória da União, Vitória do Povo e Zumbi dos Palmares) e cinco acampamentos (José Pureza, Oziel Alves, Sebastião Lan, Terra Livre e Terra Prometida) aos quais foram ministrados cursos de educação ambiental, viveiros florestais, fruticultura, olericultura orgânica, plantas medicinais, reciclagem, paisagismo rural, criação de peixes de água doce, ecoturismo participativo, produção de sementes, manejo e conservação de solos e coleta de sementes florestais. Tais cursos tiveram apoio de instituições como Embrapa Agrobiologia, UFRuralRJ, AS-PTA, Idaco, Cedro e Associação Mico-Leão Dourado. Além dos

curso, foram implantadas unidades demonstrativas de viveiros agroflorestais comunitários, adubação verde, produção de sementes, uso de biofertilizantes e caldas, compostagem orgânica, estufas comunitárias para produção de mudas de olerícolas e moirões vivos.

Apesar de algumas dificuldades na implementação do projeto, resultantes de atrasos na liberação e corte de recursos e da dificuldade de mobilizar algumas das comunidades de assentados, a avaliação é de que foi possível implementar ações positivas, disseminar práticas alternativas e ampliar a consciência dos assentados em relação à questão ambiental.

Também podemos destacar como experiência relevante a produção orgânica nos assentamentos Eldorado e Vitória do Povo e no acampamento Terra Livre em Resende. No assentamento Eldorado, apoiados pela Embrapa Agrobiologia e pela UFRuralRJ, sediadas em Seropédica, muitos assentados desenvolveram a produção orgânica desde a criação do assentamento, passando a comercializar a produção na Feira de Produtores Orgânicos realizada todo sábado no bairro da Glória, na região central do município do Rio de Janeiro. A experiência que, de início, contou com a participação de poucos assentados, aos poucos ampliou-se e um número expressivo de famílias passou a se envolver na produção orgânica, atraído pelos bons preços conseguidos, em comparação com as dificuldades na comercialização da produção convencional.

Também no assentamento Vitória do Povo a produção orgânica desenvolveu-se a partir de apoios institucionais, como o da Embrapa, do GAE/UFRuralRJ e da Secretaria de Agricultura de Barra Mansa. Neste caso, formou-se um grupo de produtores interessados em desenvolver a produção orgânica e estes comercializam sua produção diretamente em feiras em Volta Redonda e Barra Mansa.

É, no entanto, no acampamento Terra Livre, em Resende, que a produção orgânica encontra-se mais desenvolvida, isto porque, dado o alto nível de organização deste acampamento vinculado ao MST, existente há mais de quatro anos, a cooperação permitiu a criação de uma grande horta orgânica coletiva, além do planejamento integrado do conjunto da produção do assentamento dentro dos princípios agroecológicos, resultando em uma significativa produção comercializada nos municípios de Resende e Itatiaia.

O acampamento está organizado em três núcleos de moradia e uma área de plantio coletivo. Todas as quartas-feiras os acampados se reúnem para as atividades coletivas de plantio de mudas, práticas agroecológicas e embelezamento da comunidade, além do almoço comunitário.

Outra experiência importante vem se desenvolvendo nos assentamentos e acampamentos de Silva Jardim, localizados no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas. As tensões iniciais existentes entre assentados, acampados e os pesquisadores e técnicos, mencionadas anteriormente, vêm sendo crescentemen-

te substituídas pela cooperação, visando ao desenvolvimento de práticas agroecológicas pelos assentados e acampados, especialmente com o intuito de eliminar o tradicional uso do fogo, para o que aparece como fundamental a implementação do manejo agroflorestal.

Após incêndio ocorrido no acampamento Sebastião Lan em 2000, foi estabelecido o Plano de Ação Ecológica, iniciativa do MST em conjunto com entidades ambientalistas, o CREA e a Associação Mico Leão Dourado. Dentro do Plano foram realizadas visitas a experiências agroecológicas em assentamentos do Pontal do Paranapanema e à Fazendinha da Embrapa, além da participação no Encontro Nacional de Agroecologia. Apesar disto, pesquisa realizada em 2002 apontou que 6,25% das famílias acampadas e 22,22% das assentadas ainda utilizavam a queimada para o preparo do solo, porém, detectou também que:

...já existem experiências e manejos na área nesses cinco anos dos agricultores sem terra, indicando o plantio de mata ciliar, e experimentando integrar manchas de mata para a área de cultivo mais intensivo (Ribeiro *et al.*, 2002: 30).

Os responsáveis pelo *Lauda multidisciplinar e termo de cooperação técnica para convivência harmoniosa de assentamentos rurais no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas* (Ribeiro *et al.*, 2002) consideram que o Vale do São João pode se transformar em novo paradigma de ecologia social, através da criação de um modelo sustentável de assentamentos rurais no entorno de áreas de preservação. Nesta área, deverá ser efetivado em breve o primeiro Termo de Ajustamento de Conduta entre Incra e Ibama para regulamentar a implementação de assentamentos rurais em áreas de entorno de reservas. De acordo com os princípios definidos pelo Grupo de Trabalho Ecosocial da Universidade Federal Fluminense, encarregado pelo Ministério Público de arbitrar o conflito entre Incra e Ibama na região, a produção nos assentamentos deve seguir os princípios agroecológicos, recuperar as matas ciliares dos canais Aldeia Velha e São João que cortam a região, transformar a área do Brejão – onde está o acampamento Sebastião Lan – em espaço modelo para a prática da agrofloresta e capacitar os trabalhadores rurais para as práticas agroflorestais e agroecológicas.

Outra iniciativa de destaque que tem sido empreendida nos assentamentos é a troca de experiências entre assentados de diferentes regiões do estado. Neste sentido, no ano de 2002 o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Idaco, a Emater e o MST promoveram a visita de agricultores engajados em práticas agroecológicas em Paraty ao assentamento e ao acampamento Sebastião Lan, em Silva Jardim, possibilitando troca de experiências entre duas comunidades situadas no entorno de áreas de preservação ambiental.

Dentre as entidades que têm apoiado o desenvolvimento de práticas agrícolas alternativas nos assentamentos do Rio de Janeiro, destacam-se, além das já citadas, a Embrapa Agrobiologia, que mantém em Seropédica, ao lado da Universidade Rural, a Fazendinha, com 59 ha, onde há simulação de um sistema integrado de produção, sendo 30 ha de reserva, 20 ha de pastagens e 9 ha de policultura (59 culturas) com base em princípios agroecológicos. A Fazendinha recebe uma média de 1.200 visitantes por ano em convênio com a Emater e o MST, entre outros. O objetivo é a demonstração de ações agroecológicas que podem ser reproduzidas pelos agricultores em suas áreas de origem. Além disso, a Embrapa Agrobiologia criou, junto com UFRRJ, ASPTA, Emater, ABIO, Agrinatura, a Rede de Agroecologia para difundir tais práticas entre assentamentos e outras comunidades de pequenos agricultores no Rio. A Rede elegeu duas regiões (Serrana e Baixada) para desenvolver um programa piloto de desenvolvimento da agroecologia, num total de cinco comunidades: assentamento Cachoeira Grande e comunidade Conceição do Suruí (Magé); Santo Antônio (Bom Jardim); Jardim das Andorinhas (Nova Friburgo); Gleba G do assentamento São José da Boa Morte (Cachoeiras de Macacu).

Também nos municípios do Norte Fluminense, em especial Campos dos Goytacazes, há experiências semelhantes, com destaque para os convênios firmados pelo MST com a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e a Escola Técnica Federal de Química (ETFQ), ambas situadas na cidade de Campos. Através destes, têm sido desenvolvidos pesquisas e ações de extensão nos diversos assentamentos do município, com Zumbi dos Palmares, Antonio de Farias, Che Guevara e Ilha Grande, assim como no acampamento Oziel Alves, visando ao desenvolvimento de práticas agroecológicas, de preservação e educação ambiental. São ainda ações embrionárias, mas que sinalizam a possibilidade da criação de um novo padrão produtivo e de relação com o ambiente numa região duramente castigada durante séculos pela monocultura da cana-de-açúcar que legou à região um dos mais altos índices de desmatamento do estado, além de elevada contaminação de solos, rios, lagoas e lençóis freáticos pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e despejo *in natura* do vinhoto. Isto sem falar na miséria dos trabalhadores rurais submetidos a precárias condições de trabalho, inclusive com o maior índice de trabalho infantil do estado.

CONCLUSÕES

A confrontação do mapeamento dos conflitos e problemas ambientais, associada aos assentamentos rurais do Rio de Janeiro com as experiências desenvolvidas no sentido de garantir sustentabilidade ambiental a estes, demonstrou que, nas áreas onde havia alguma preservação, o adensamento demográfico produzi-

do pelo assentamento, num contexto em que foram mantidas as técnicas agrícolas tradicionais e não houve políticas mais consistentes de apoio aos assentados, a degradação ambiental efetivamente avançou. Entretanto, quando foram introduzidas alternativas técnicas, ainda que sem grandes contrapartidas financeiras, houve sensível redução no grau de devastação. Por outro lado, nas áreas mais acentuadamente degradadas, a constituição do assentamento permitiu a regeneração ambiental da área, com a substituição da monocultura por uma diversidade ambiental expressiva. O caso do assentamento Capelinha, em Conceição de Macabu, é emblemático, embora ainda incipiente, dado o reduzido tempo de existência do assentamento. A substituição do mar de cana e pastagens por uma vasta gama de produtos e o plantio de árvores, sejam frutíferas, seja como quebra-vento, apontam uma clara tendência de regeneração ambiental da área, profundamente degradada pela monocultura, o fogo e o pisoteio do gado. Mais importante ainda é a experiência do acampamento Terra Livre, onde a cooperação viabilizou uma significativa produção em bases agroecológicas.

Entretanto, muitos têm sido os obstáculos para a implementação de um modelo sustentável nos assentamentos rurais, em especial a tendência de retalhamento dos lotes, sem levar em conta os condicionantes ambientais. Neste sentido, fazemos coro com Mazzeto (2002), quando este critica as formas atualmente dominantes de estruturação dos assentamentos do ponto de vista ambiental, considerando que:

[...] está em jogo a construção de *comunidades rurais sustentáveis*, que potencializem a vocação da agricultura familiar para o desenvolvimento de modelos de apropriação dos recursos naturais capazes de conduzir a produção agropecuária a uma reinserção nos ecossistemas que lhes dão sustentação. Assentamentos criados e desenvolvidos com essa concepção contribuiriam não só para a democratização da terra, para o aumento da produção agropecuária/extrativa e para o desenvolvimento dos pequenos municípios, mas também para uma mais efetiva gestão ambiental do território brasileiro (Mazzeto, 2002: 15 – grifo no original).

As questões apontadas neste texto são uma pequena amostra dos conflitos e problemas ambientais relacionados com os assentamentos rurais do Rio de Janeiro, bem como das experiências em curso que apontam na direção da constituição de comunidades rurais sustentáveis. Aprofundar os estudos neste sentido é uma necessidade e um desafio, conforme sintetizam Ribeiro e seus colaboradores:

A reforma agrária pode ser um caminho para a sustentabilidade. Há um passivo ambiental enorme deixado por projetos agropecuários com uma

lógica produtivista e degradante, bem distinta, e considerando-se o Rio de Janeiro, Reforma Agrária e Meio Ambiente é uma integração-chave, porque senão, ou faremos assentamentos, ou “preservaremos” matas, e continuaremos com os mesmos problemas (Ribeiro *et al.*, 2002: 49).

As potencialidades do Estado do Rio de Janeiro no sentido de contribuir para o estabelecimento de um novo padrão de relação entre reforma agrária e meio ambiente são expressivas – um grande número de centros de pesquisa, ONGs e movimentos sociais que comungam da idéia de que é preciso superar a dicotomia construída entre democratização da posse e uso da terra e preservação ambiental – e não podem ser desperdiçadas. Este é o desafio que se coloca para aqueles que acreditam no papel fundamental da reforma agrária para a construção de um novo modelo de desenvolvimento no país, que deve ter entre as suas características centrais a sustentabilidade, produzindo justiça econômica, social e ambiental.

NOTAS

¹ Vale lembrar que até 1960 a cidade do Rio de Janeiro tinha status de Distrito Federal, por abrigar a capital do país, enquanto que o Estado do Rio de Janeiro tinha Niterói como capital. Entre 1960 e 1975, passaram a coexistir dois Estados, o da Guanabara, no antigo território do Distrito Federal, um estado de um só município e uma só cidade, e o do Rio de Janeiro, mantendo suas antigas características. A partir de 1975, os dois estados foram fundidos num único estado, denominado Rio de Janeiro, passando a capital deste a ser a cidade do Rio de Janeiro.

² Apesar de irrisório em termos proporcionais, o PIB agrícola estadual não chega a ser desprezível em termos absolutos, atingindo 1,17 bilhão, o que equivale ao do estado vizinho, Espírito Santo, onde este equivale a 45% do PIB estadual (IBGE, 2001).

³ O levantamento dos conflitos apoiou-se inicialmente no relatório “Dez anos de luta pela terra no Brasil – CONTAG, 1983” e no *Atlas Fundiário do Rio de Janeiro* – SEAF, 1990, sendo posteriormente atualizado para a Tese de Doutorado do autor deste capítulo *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*, defendida no dia 12 de junho de 2003.

⁴ Esta comparação tem caráter indicativo em função de dois problemas básicos: as diferentes datas consideradas, impedindo uma comparação direta; a dificuldade em saber se cada assentamento foi considerado no último Censo como apenas um estabelecimento ou se cada lote dentro dos assentamentos foi tomado como um estabelecimento, para sabermos a real participação destes no conjunto.

⁵ Trata-se, no caso do Itérj, predominantemente, de regularizações fundiárias, ou seja, da tentativa do estado recuperar áreas griladas por fazendeiros e revertê-las para a preservação ambiental e o uso por comunidades tradicionais habitantes de tais áreas, como posseiros, caiçaras, descendentes de escravos e remanescentes de quilombos.

⁶ Para um melhor entendimento desta questão, ver Alentejano (2003a).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. “A pobreza política na agenda hegemônica de combate à pobreza”. Proposta. *FASE*, ano 30, nº 93/94, junho/novembro de 2002.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2003. Tese de Doutorado.
- CIDE. *Anuário estatístico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, 2002.
- CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PARATY. *Plano Municipal de Desenvolvimento Rural*. Paraty: CMDS, 2000.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- IBGE. *Censos agropecuários*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1970, 1985 e 1995/96.
- IBGE. *Censos demográficos*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000.
- INCRA. *Modelo de reforma agrária do governo FHC e governo Lula, diretrizes estratégicas, operacionais e agenda executiva*. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2003.
- ITERJ. *Histórico fundiário dos assentamentos rurais*. Rio de Janeiro: Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro, 2003.
- MAZZETO, Carlos Eduardo. *Análise agroambiental de imóveis para uma reforma agrária sustentável*. Belo Horizonte: (mimeo), 2002.
- MEDEIROS, Leonilde S. (coord.). *Dez anos de luta pela terra: 1969-1979: levantamento de conflitos – Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, CEDEC-ABRA-CPDA/UFRRJ, 1983.
- MST/MMA. *Projeto formação e educação ambiental: para uma reforma agrária sustentável nos assentamentos rurais no Rio de Janeiro*. MST/Ministério do Meio Ambiente: Rio de Janeiro/Brasília, 2000.
- RIBEIRO, Ana Maria Motta. “Conflito Incra x Ibama prejudica pobres”. *Justiça Ambiental*, ano 1, nº 1, janeiro/2003.
- RIBEIRO, Ana Maria Motta, PRATA Fº, Dario de Andrade de, PEREIRA, Mônica Cox de Britto & MADEIRA Fº, Wilson. *Laudo multidisciplinar e termo de cooperação técnica para convivência harmoniosa de assentamentos rurais no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas*. Niterói, Silva Jardim e Casemiro de Abreu: UFF/MMA/MDA, 2002.

ANEXOS

Tabela 1: Assentamentos rurais implementados no Estado do Rio de Janeiro até dezembro de 2002*.

| Nº Assentamento | Município | Nº de Famílias** | Área total (ha) | Data da Criação | Órgão Resp. |
|-----------------|------------------------------|------------------|-----------------|-----------------|-------------|
| 1 | Aldeia Velha | 41 | 362,6044 | 1981 | Incra |
| 2 | Alpina | 96 | 1.113,9504 | 1987 | Incra |
| 3 | Antonio de Farias | 93 | 1.221,0230 | 2001 | Incra |
| 4 | Baby | 70 | 100,1000 | 1986 | Iterj |
| 5 | Barra Grande | 60 | 595,3655 | 1995 | Incra |
| 6 | Batatal | 23 | 198,0000 | 1989 | Incra |
| 7 | Bem Dizia | 54 | 1.465,4835 | 1999 | Incra |
| 8 | Betel | 30 | 425,000 | 2002 | Incra |
| 9 | Boa Esperança | 49 | 268,5572 | 1986 | Incra |
| 10 | Cachoeira Grande | 156 | 327,8900 | 1986 | Iterj |
| 11 | Campo Alegre*** | 500 | 1360,76 | 1984 | Iterj |
| 12 | Cambaíba | 13 | 27,0000 | 1992 | Iterj |
| 13 | Cambucaes | 106 | 1.588,4200 | 1995 | Incra |
| 14 | Campos Novos | 250 | 3.107,0000 | 1986 | Incra |
| 15 | Cantagalo | 150 | 1.744,6800 | 1987 | Incra |
| 16 | Capelinha | 139 | 1.416,4700 | 1997 | Incra |
| 17 | Casas Altas (Eldorado) | 60 | 586,9185 | 1993 | Incra |
| 18 | Che Guevara | 85 | 1.119,6620 | 1999 | Incra |
| 19 | CODIN-Xerém | 250 | 873,0000 | 1992 | Iterj |
| 20 | Conquista | 62 | 610,5200 | 1986 | Iterj |
| 21 | Crubixais | 74 | 4.018,4500 | 1995 | Iterj |
| 22 | Engenho do Mato | 78 | 251,0000 | 1984 | Iterj |
| 23 | Engenho Novo do Retiro | 250 | 276,3000 | 1986 | Iterj |
| 24 | Engenho Novo | 142 | 740,5000 | 1995 | Iterj |
| 25 | Fazenda do Salto (Vit. Povo) | 60 | 886,4276 | 1997 | Incra |
| 26 | Fazenda Sabugo | 112 | 1.386,3623 | 1987 | Incra |

| Nº Assentamento | Município | Nº de Famílias** | Área total (ha) | Data da Criação | Órgão Resp. |
|-----------------|--|------------------|-----------------|-----------------|-------------|
| 27 | Filhos do Sol | 19 | 90,0000 | 1992 | Iterj |
| 28 | Gleba Modesto Leal/Mutirão Brasil Nova República | 25 | 50,00 | 1999 | Iterj |
| 29 | Ilha Grande | 58 | 822,7218 | 2001 | Incra |
| 30 | Ilhas do Paraíba (56 ilhas) | 61 | 732,6000 | 1992 | Iterj |
| 31 | Imburol | 141 | 1.214,0918 | 1987 | Incra |
| 32 | Independência | 85 | 287,9000 | 1998 | Iterj |
| 33 | Italva | 210 | 1.328,4400 | 1986 | Iterj |
| 34 | Marapicu | 882 | 346,0000 | 1990 | Iterj |
| 35 | Morro Grande | 60 | 317,5496 | 1989 | Incra |
| 36 | Moura Costa (Sol da Manhã) | 48 | 271,4819 | 1989 | Incra |
| 37 | Mutirão da Fé | 58 | 180,0000 | 1992 | Iterj |
| 38 | Mutirão da Paz | 180 | 500,00 | 2002 | Iterj |
| 39 | Normandia | 27 | 120,0300 | 1988 | Iterj |
| 40 | Novo Horizonte | 251 | 4.335,1000 | 1987 | Incra |
| 41 | Paes Leme | 80 | 154,3000 | 1992 | Iterj |
| 42 | Paratimirim | 400 | 25.000,0000 | 1960 | Iterj |
| 43 | Pau Grande | 99 | 112,8000 | 1989 | Iterj |
| 44 | Pedra Lisa | 22 | 77,5000 | 1987 | Iterj |
| 45 | Praia do Sono | 150 | 2.054,8000 | 1984 | Iterj |
| 46 | Rem. Campos Novos | 150 | 1.828,7881 | 1992 | Incra |
| 47 | Rocinha – Nova Brasília | 21 | 912,2600 | 2002 | Iterj |
| 48 | Rubião | 55 | 1.544,5200 | 1989 | Iterj |
| 49 | S.J. Boa Morte | 362 | 3.903,0300 | 1982 | Incra |
| 50 | Santa Mônica/Juparanã | 19 | 251,68 | 2000 | Iterj |
| 51 | Santa Rosa | 42 | 372,7558 | 1987 | Incra |
| 52 | Santa Rosa | 11 | 30,5300 | 1992 | Iterj |
| 53 | Santo Inácio | 51 | 705,7126 | 1987 | Incra |
| 54 | São Bernardino | 49 | 217,6453 | 1991 | Incra |
| 55 | São Domingos | 134 | 1191,31 | 1987 | Iterj |

| Nº Assentamento | Município | Nº de Famílias** | Área total (ha) | Data da Criação | Órgão Resp. |
|-----------------------|-----------------------------|------------------|--------------------|-----------------|-------------|
| 56 São Fidélis | São Fidélis | 22 | 626,0000 | 2002 | Incra |
| 57 São Francisco | Rio de Janeiro | 52 | 220,0000 | 1992 | Iterj |
| 58 São Lourenço | Duque de Caxias | 11 | 90,0000 | 1961 | Iterj |
| 59 São Pedro | Japeri | 103 | 1.155,3000 | 1960 | Iterj |
| 60 São Roque | Paraty | 38 | 735,6490 | 1987 | Incra |
| 61 Sebastião Lan | Silva Jardim | 33 | 520,6049 | 1999 | Incra |
| 62 Serra do Matoso | Piraí/Rio Claro | 18 | 22,0000 | 2002 | Iterj |
| 63 Sol da Manhã | Seropédica | 20 | 65,117 | 2000 | Iterj |
| 64 Tapera | Trajano de Moraes | 158 | 212,0000 | 1986 | Iterj |
| 65 Taquari | Paraty | 70 | 958,7462 | 1995 | Incra |
| 66 Tipity | São Francisco de Itabapoana | 200 | 920,0770 | 1991 | Incra |
| 67 Vila Inhomirim | Magé | 450 | 1.446,0000 | 1992 | Iterj |
| 68 Visconde | Casimiro de Abreu | 87 | 1.284,7369 | 1999 | Incra |
| 69 Vitória da União | Paracambi | 87 | 527,8000 | 1986 | Iterj |
| 70 Zumbi dos Palmares | Campos dos Goytacazes | 507 | 8.005,2900 | 1997 | Incra |
| Total | 31 | 8.609 | 91.814,3123 | | |

Fontes: Incra/RJ e Iterj.

*Embora saibamos que muitas dessas áreas intituladas "Assentamentos" são, na realidade, regularizações fundiárias, na nomenclatura dos órgãos fundiários estão classificadas como assentamentos.

** Capacidade de assentamento.

*** O assentamento Campo Alegre é constituído, atualmente, por seis regionais, embora originalmente tivesse sete. Tal diferença está ligada ao desmembramento de Marapicu, área que está sendo transferida para a jurisdição do Incra.

Tabela 2: Acampamentos de trabalhadores rurais no Estado do Rio de Janeiro – abril de 2003.

| Acampamento | Fazenda Ocupada | Município | Área (ha) | Nº de Famílias | Data da Ocupação | Movimento Social |
|-----------------|------------------|---------------------|-----------|----------------|------------------|------------------|
| Iº de Maio | Faz. do Estado | Barra do Piraí | 180 | 41 | 15/06/2002 | MST |
| Ademar Moreira | Santa Cecília | Cabo Frio | 160 | 30 | 2001 | FETAG |
| Cabiúnas | Cabiúnas | Macaé/Carapebus | 2849 | 300 | 2003 | FETAG |
| Dandara | São Diogo | Campos | 325 | 33 | 30/01/2002 | MST |
| José Pureza | Progresso | Conceição de Macabu | 597 | 120 | 05/05/2002 | MST |
| Oziel Alves | Cambaíba | Campos | 3.502 | 160 | 17/04/2000 | MST |
| Paz na Terra | Pref. de Campos* | Campos | S/1 | 200 | 12/04/2003 | MST |
| São Roque | Providência | B.J. do Itabapoana | 900 | 60 | 15/04/2002 | MST |
| Sebastião Lan | Arizona | Silva Jardim | 1.466 | 84 | 21/06/1997 | MST |
| Terra da Paz | BR-393** | Barra do Piraí | N/p | 100 | 05/04/2003 | MST |
| Terra Livre | Faz. da Ponte | Resende | 426 | 35 | 06/03/1999 | MST |
| Terra Prometida | CNEN | Rio de Janeiro | 950 | 72 | 16/12/2000 | MST |
| Total: | 12 | 10 | | 1235 | | |

* Terreno da prefeitura localizado no bairro Calabouço.

** Margens da BR-393 próximo à localidade de Dorândia.

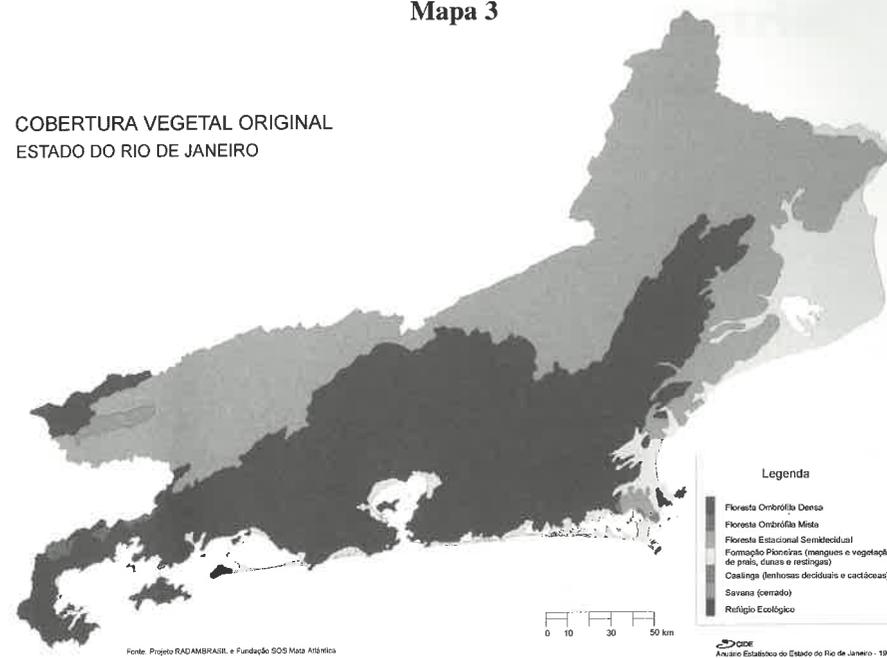
Mapa 1



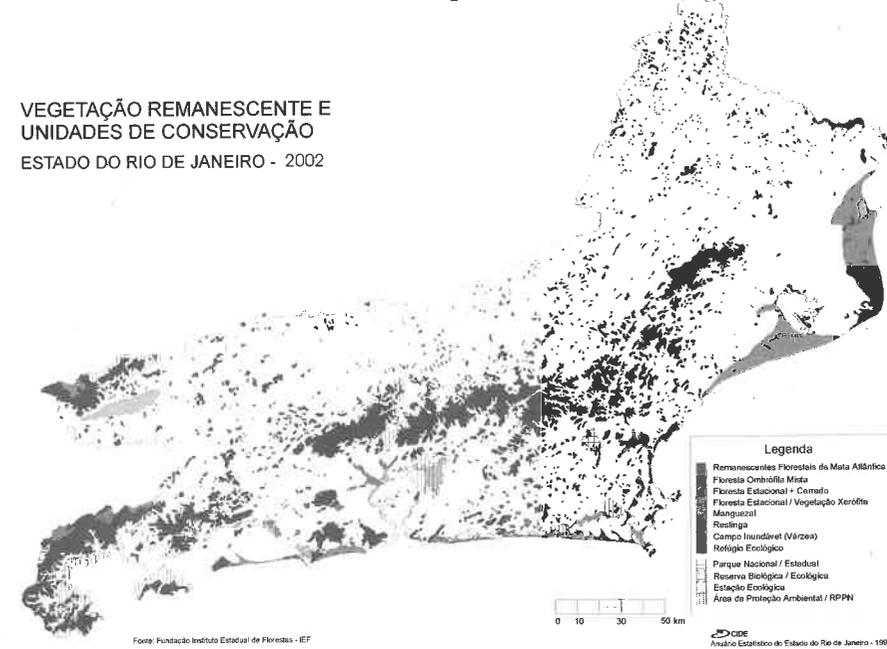
Mapa 2



Mapa 3



Mapa 4



Mapeando os riscos ambientais de origem industrial: o caso Panamericana

*Heloisa Pacheco-Ferreira**

A denúncia referente aos casos de contaminação por mercúrio metálico na Empresa Panamericana S/A – localizada no bairro de Honório Gurgel na cidade do Rio de Janeiro/RJ partiu do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas do Rio de Janeiro, no final de 1989. O Sindicato afirmava que a referida empresa estaria demitindo um total de 45 trabalhadores contaminados.

Tendo em vista essa denúncia, enviada para vários órgãos, houve uma mobilização – tanto por parte dos trabalhadores, através do sindicato, como por parte de algumas Instituições Públicas, como o Programa de Saúde do Trabalhador da Secretaria Estadual de Saúde (PST/SES – RJ), a Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente (Feema), a Comissão de Energia, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e o CESTEH/Fiocruz – no sentido de intervir para reverter essa situação, principalmente no que dizia respeito às condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores expostos ocupacionalmente aos vapores de Hg (mercúrio) metálico.

As ações para modificar as condições de trabalho na referida empresa resultaram na assinatura do acordo para mudança de tecnologia e defesa do meio ambiente, em 15 de maio de 1992, entre as instituições acima citadas, a empresa e o Sindicato (*Diário Oficial*, 1992).

O relatório do PST/SES-RJ-CESTEH/Fiocruz (1990) era claro quanto às condições no ambiente de trabalho na referida empresa, inclusive afirmando a possibilidade de causas ou agravantes da contaminação dos trabalhadores por mercúrio. Segundo esse relatório, a empresa contava com equipamentos e instalações bastante antigos, em especial nas salas de eletrólise – centro do processo produtivo da fábrica e onde se localizam as células de Hg –, cujo elevado nível de

* Médica Neurologista. Professora Adjunta. Área Saúde Ambiental e Neurotoxicologia. Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

obsolescência e degradação contribuía para que se multiplicassem os pontos de vazamento do mercúrio, dificultando o seu controle.

Outro dado importante em relação às condições no ambiente de trabalho é que a empresa, desde a sua fundação, em 1948, até a década de 1980, não melhorou suas instalações, com exceção dos últimos anos, em função do acordo. Durante todo esse período, tampouco realizou estudos sobre as condições de saúde nos funcionários devido ao uso e manipulação do mercúrio, limitando-se apenas a prestar assistência médica através do Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho da empresa (SESMT), segundo o depoimento dos participantes da 1ª audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro para discussão do uso do mercúrio na indústria de cloro/soda.

(...) até a presente data, só fazemos o exame clínico. Não fazemos exame laboratorial, a não ser que um ou outro empregado queira, especificamente. Trabalho há dez anos na empresa. O serviço de Medicina do Trabalho, a pesquisa e o controle do mercúrio, com regularidade, começou em 1989 com a construção da enfermaria, do laboratório da empresa. Anteriormente, era feito no laboratório de controle da empresa, assim, os exames não podiam ser diários devido ao trabalho da própria empresa (Médico da empresa – Alerj, 1991).

Este depoimento se contrapõe ao do representante da empresa na mesma audiência pública:

A empresa não deixa os seus empregados ao descaso; mantém o serviço médico permanente dentro da sua fábrica, realiza os exames de acordo com os padrões estabelecidos internacionalmente. Não conhecemos a existência de trabalhadores contaminados (Alerj, 1991).

Coincidentemente, o discurso era semelhante ao de outra empresa de cloro/soda de São Paulo, cujos diretores garantiram que, em mais de trinta anos de funcionamento, o serviço médico nunca observara qualquer sintoma de intoxicação por Hg. De novo, as evidências mostravam o contrário. Dois trabalhadores contam que, como eles, vários operários se queixavam de dores nas pernas e braços, cansaço, perda de memória, irritabilidade e distúrbios emocionais, sintomas característicos da intoxicação por Hg (Diesat, 1989).

Porém, apesar da semelhança do discurso de ambas as empresas, no Rio de Janeiro tais afirmações também não correspondem aos fatos relatados pelo representante do PST/SES-RJ:

Em visita ao ambulatório da indústria, constatamos a inexistência de um histórico clínico dos trabalhadores, não existe registro do acompanhamento que é dado aos trabalhadores, os exames periódicos admissionais e demissionais não são mantidos pela indústria e existe uma polêmica quanto ao acesso aos resultados dos exames. Nesta ocasião, foram anotados resultados da dosagem de mercúrio na urina, que são exigências legais, acima do limite de tolerância biológica, de 50 g/l (Alerj, 1991).

Também não correspondem aos fatos relatados pelo representante do CESTEH/Fiocruz:

Com a solicitação feita pelos próprios trabalhadores ao Centro de Estudos, estamos em processo de estudo e de encaminhamento de um diagnóstico mais definitivo para os trabalhadores. De momento, só podemos dizer que há indícios sérios de que eles têm um índice alto de contaminação e que um grupo considerável de trabalhadores possivelmente tenham contraído a doença ocupacional derivada da contaminação por mercúrio (Alerj, 1991).

Alguns funcionários da empresa, assim como alguns aposentados e demitidos, atendidos no ambulatório de saúde do trabalhador do Sindicato dos Trabalhadores Químicos, relataram o seu desconhecimento acerca dos efeitos do mercúrio e dos cuidados que deveriam tomar para se protegerem da exposição aos seus gases. Afirmam também que vários colegas de trabalho já adoeceram em consequência de funções exercidas permanentemente em alguns setores da fábrica.

Observou-se, então, o total desconhecimento por parte dos trabalhadores dos perigos referentes ao uso e manipulação desse metal à saúde, como consta em depoimento feito por um trabalhador da empresa, também representante do sindicato:

Entrei na empresa há cerca de quatro anos. Não fui informado do risco que poderia ser ocasionado dentro da empresa. Não tive ciência sequer do que produzia. Não sabia o risco que o mercúrio causa. Colocaram-me para ser montador de bomba de mercúrio. O trabalhador não tem consciência do que a firma pode ocasionar e muito menos do que o mercúrio faz no corpo humano (Alerj, 1991).

No entanto, alguns dados levantados no estudo realizado por Melo (1993) chamaram-nos atenção, ao analisar a percepção de risco dos trabalhadores dessa indústria em relação à exposição ao Hg e à saúde. Neste trabalho, a autora observou que o maior número de respostas negativas situou-se no grupo de risco I, que abrigava os trabalhadores mais diretamente expostos.

Trata-se de uma não percepção dos riscos, de um mecanismo de defesa, de um receio de se pronunciar, de uma atitude de coragem, ou ainda, de uma lógica incorporada (Melo: 1993: 143).

Também é importante considerar que

quando se trata de efeitos sobre o organismo humano a informação é mais ou menos homogênea. Geralmente, os trabalhadores afirmam que não conhecem muito sobre os efeitos das substâncias, apenas sabem que causam dano, mas não expressam maiores precisão. A negação ou eufemização da doença ocupacional parece significar um voto de confiança na empresa, como forma de buscar a autovalorização pela submissão aos conhecimentos científicos em que a empresa se baseia para refutar onexo causal (Santos, 1992: 87).

Cabia, portanto, investigar, do ponto de vista científico, algumas afirmações que, com certeza, não estão apenas no imaginário dos trabalhadores e sim surgindo como expressão da dura realidade presenciada e vivida por eles. Pois

o âmbito científico da saúde tem a seu favor sua ligação direta e estratégica com o mundo vivido, o mundo do sofrimento, da dor e da morte, ao qual é chamado diariamente. Esse apelo cotidiano do serviço e da política social traz a área da saúde para a arena inquestionável da vida. E é no diálogo com esse “radicalmente humano” que está seu escudo para o salto qualitativo interdisciplinar (Minayo, 1990: 11).

Neste sentido, diversas pesquisas evidenciaram, na empresa Panamericana, processos de trabalho geradores de agravos à saúde, assim como os efeitos do mercúrio nos trabalhadores que estiveram expostos a ambientes com elevada concentração deste metal (Brito *et al.*, 1995; Pacheco-Ferreira, 1994; Costa, 1995; Freitas, 1994). Estes dados contribuíram para a sistematização das preocupações dos trabalhadores, impulsionando propostas concretas de ações que foram tomadas, dirigidas à melhoria das suas condições de saúde, estabelecendo-se, assim, até o presente momento, um confronto permanente, onde alguns atores sociais envolvidos ainda continuam e outros se incorporaram ao processo.

CONSUMO DE MERCÚRIO NO BRASIL: RISCO AMBIENTAL E OCUPACIONAL

A utilização do mercúrio metálico em vários processos industriais, em nível mundial e nacional, é preocupante, devido à alta toxicidade deste metal. Segundo a OMS (1991), as atividades industriais são responsáveis pela emissão de cerca

de 5.000 t/ano de mercúrio para o meio ambiente, provocando inúmeros danos à saúde da população em geral.

As perdas de mercúrio para o ambiente em 1989 foram da ordem de 210 toneladas, concentrando-se essencialmente nas atividades garimpeiras. Estas contribuíram com 168 toneladas, correspondendo a 80% das perdas, seguidas pelas indústrias de cloro/soda com 17 toneladas (8% das perdas). As indústrias de tintas, farmacêuticas, produtos dentários e aparelhos elétricos seriam responsáveis pela perda dos 12% restantes (Ferreira, 1991: 28).

Segundo Bastos (1985), é a indústria de cloro/soda a maior fonte de liberação de mercúrio para o meio ambiente dentre todas as atividades industriais que utilizam mercúrio. Das 340 toneladas de mercúrio oficialmente importadas para o Brasil, 5% são usadas em indústrias de cloro/soda, onde a emissão atmosférica corresponde em média a 45% do consumo (Bezerra, 1990), representando a principal via de exposição de trabalhadores e moradores das circunvizinhanças, assim como danos ao meio ambiente (Viana, 1983).

No país, alguns acidentes com danos ao meio ambiente podem ser citados, tais como o da enseada dos Tainheiros – Bahia/1975 –, provocado pelo lançamento contínuo de mercúrio pela indústria de cloro/soda Cia. Química do Recôncavo (CRQ), contaminando peixes e crustáceos, consumidos pela população local (Pfeiffer, 1990, citado em Ferreira, 1991). As contaminações do rio Botafogo (Pernambuco) e do rio Mogi-Guaçu (São Paulo) por mercúrio metálico foram provocadas por produtoras de cloro/soda, respectivamente Companhia Igarassu e a Indústria Champion de Papel e Celulose S. A. (Ferreira, 1991).

Célula de mercúrio: tecnologia suja

Na produção de cloro/soda, são utilizados basicamente dois insumos: o sal e a energia elétrica. Constituindo-se em um dos segmentos mais importantes das indústrias químicas, entre as chamadas indústrias químicas pesadas (Shreve & Brink, 1980, citado em Mattos *et al.*, 1993), a indústria de cloro/soda é uma indústria de base, sobre a qual se assentam inúmeros outros segmentos industriais na área química e petroquímica.

Os processos de obtenção da soda cáustica e cloro ocorrem universalmente pela dissociação eletrolítica do cloreto de sódio (sal), através de diversos processos tecnológicos que se desenvolvem em células de mercúrio, de diafragma ou de membrana.

Os riscos da produção eletrolítica de cloro/soda, com o emprego de células à base de mercúrio metálico, são grandes. Neste processo, “os vapores de mercúrio, o calor, a energia elétrica, o gás cloro, o hidrogênio e a soda cáustica constituem-se nos principais riscos à saúde” (Mattos, 1993: 26).

Ao longo do processo, a exposição dos trabalhadores a esse metal é grande, principalmente durante sua operação na sala de células eletrolíticas. O Hg é um metal líquido com alta pressão de vapor, que mesmo à temperatura ambiente sofre volatilização, sendo liberado para o ambiente em maior ou menor quantidade, dependendo da vedação das partes em contato.

No processo tecnológico a célula de diafragma, os trabalhadores ficam expostos ao asbesto, que é uma substância cancerígena, cuja inalação pode provocar uma predisposição ao câncer brônquico e ao mesotelioma de pleura ou de peritônio (Bastos, 1985).

O processo a célula de membrana vem-se aperfeiçoando ano a ano desde a primeira unidade instalada no Japão, em 1985 (Bastos, 1985). Economicamente, tem-se mostrado viável. Quanto aos efeitos à saúde e ao ambiente, encontram-se em estudos.

Produção de cloro/soda no Brasil

Com o desenvolvimento industrial no Brasil, iniciado no século passado e acelerado nos últimos 50 anos, a produção de soda cáustica aumentou significativamente, por ser um insumo básico utilizado tanto em importantes aplicações industriais como para consumo doméstico (Bastos, 1985).

A primeira indústria a se instalar no país para a produção de cloro/soda foi a Cia. Eletroquímica Fluminense, no Rio de Janeiro, em 1933. Foi a única produtora nacional até 1948, quando se instalou a Eletrocloro Indústria Química, em São Paulo. A partir daí, começa a haver crescimento no setor (Bastos, 1985).

Atualmente, temos as seguintes empresas no país, conforme mostra a Tabela 1.

A quase totalidade da capacidade produtiva de cloro/soda instalada no país está nos processos a mercúrio e diafragma. Observamos que das 11 empresas, cinco operam com células de mercúrio, hoje uma tecnologia obsoleta em diversos países do mundo.

No sentido de controlar a exposição ao mercúrio, a indústria de cloro/soda no Brasil, a partir de 1978, experimentou um período de transformações tecnológicas, como modificações do *design* das células eletrolíticas, tipo de revestimento, material do ânodo, automação dos controles e até alterações no *layout* da instalação (Bastos, 1985).

Entretanto, o impacto nas condições de saúde não foi avaliado. Como demonstramos, apenas na Eletrocloro/SP foi realizada uma investigação neste sentido, estando as informações referentes aos trabalhadores dessas outras empresas restritas ao âmbito dos SESMT's (Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho) das empresas e ainda não analisadas do ponto de vista da saúde pública.

Tabela 1
Produção nacional de cloro/soda.

| | 2000 | 2001 |
|-------------------------|-----------|-----------|
| Produção (Soda líquida) | 1.302.858 | 1.128.981 |
| Mercúrio | 294.502 | 266.700 |
| Carbocloro | 104.907 | 91.496 |
| Igarassu | 27.077 | 24.428 |
| Pan-Americana | 13.800 | 10.199 |
| Solvay Indupa | 76.100 | 70.153 |
| Trikem (BA) | 72.618 | 70.424 |
| Diafragma | 954.665 | 954.665 |
| Anhembi | 478 | - |
| Carbocloro | 158.994 | 140.439 |
| Cenibra | 15.350 | 15.617 |
| Dow Química | 358.461 | 295.449 |
| Jarcel Celulose | 3.475 | - |
| Trikem (AL) | 417.907 | 354.353 |
| Membrana | 53.691 | 56.423 |
| Klabin Riocell | 19.846 | 19.998 |
| Nexen | 33.845 | 36.425 |

Fonte: ABICLOR, 2002.

Mercúrio: metal potencialmente tóxico

O mercúrio é um metal de alta volatilidade no meio ambiente e um dos mais tóxicos poluentes orgânicos, com propriedades neurotóxicas e teratogênicas, dentre outras. Seu uso em diversos países provocou acidentes de grande porte, com inúmeras vítimas e impactos do ponto de vista econômico, psicossocial, biológico e ambiental, entre outros, despertando grande interesse internacional.

O controle do uso e de suas emissões para o meio ambiente, seu banimento de diversos processos tecnológicos, tais como das indústrias de cloro/soda e da agricultura (fungicidas à base de mercúrio), bem como o término da produção, da comercialização e da armazenagem em diversos países, é visto hoje como um importante passo para a construção de uma sociedade ecologicamente sustentável (Weis, 1995; EPAS, 1997).

Apesar de conhecer-se de longa data, alguns dos possíveis danos decorrentes da utilização do mercúrio e a possibilidade de contaminação e seus efeitos no meio ambiente e no homem só se tornaram uma grande preocupação mundial depois dos acidentes em Minamata e Niigata, no Japão, nos anos 1950-1960. Em 1953, vários habitantes de Minamata, especialmente pescadores, começaram a padecer da Doença de Minamata (DM) – desordem do sistema nervoso central causada pela ingestão de peixes e frutos do mar contaminados por metilmercúrio (Igata, 1986). A bioacumulação e o grande tempo de retenção do mercúrio nos organismos o torna um dos metais mais perigosos quando presente no corpo aquático. Mesmo em áreas onde suas concentrações nos sedimentos e na água não alcançam níveis altos, o mercúrio pode ser bioacumulado pelos organismos, atingindo níveis na biota acima dos limites permitidos para o consumo humano.

O aumento da garimpagem durante as décadas de 1970 e de 1980, principalmente na bacia hidrográfica do Tapajós (médio e alto cursos), notadamente em seus afluentes Jamanxim, Crepori e Tropas, fez com que esta região se tornasse a maior produtora de ouro no Brasil, produzindo 46 toneladas de ouro por ano no triênio 1986-1989 (Mathis *et al.*, 1997). Conseqüentemente, o uso do mercúrio neste período referido, correspondeu a 625 toneladas, ou seja, portanto 50% do total de mercúrio potencialmente utilizado nos garimpos brasileiros (Bidone *et al.*, 1995).

Segundo Lacerda & Salomons (1992: 63), “as evidências disponíveis mostram que quase 300 toneladas de mercúrio são lançadas anualmente no ambiente amazônico. De 1.000 a 2.000 toneladas de mercúrio estão agora acumuladas no ecossistema amazônico. Esta quantidade aumentará, porque existem grandes reservas de ouro que ainda não foram descobertas”.

A partir da década de 1980, diversos estudos demonstraram a contaminação humana por mercúrio nesta região, assim como em outras regiões de garimpo. Inicialmente, verificou-se a intoxicação de garimpeiros e queimadores de ouro pelo vapor de mercúrio metálico durante a queima do amálgama, com quadro clínico e neurológico característicos de uma intoxicação (Branches, 1993). Esta doença ocupacional, conhecida como hidrargirismo, tem registros na documentação sobre saúde humana desde o século XVII, quando foi identificada. A doença acometia os mineiros, douradores e prateadores que trabalhavam a transformação de metais utilizando-se de materiais tóxicos cujas propriedades e efeitos sobre os seres humanos eram ainda desconhecidas. Logo da identificação da doença foram discutidos seus aspectos clínicos (Ramazzini, 1992).

Entretanto, o reconhecimento da doença ocupacional em decorrência do uso do mercúrio é um fato recente no Brasil. As primeiras denúncias sobre a possibilidade de contaminação por Hg em indústrias de cloro/soda ocorreram no final de 1987 em São Paulo, quando o sindicato dos químicos do ABC denunciou a con-

taminação de 80 dos 120 operários da unidade eletrolítica de uma fábrica de cloro/soda (INST, 1992).

Em 1991, o caso de contaminação por mercúrio de 75 dos 210 trabalhadores do setor de produção de uma indústria de lâmpadas fluorescentes, em Mauá, foi tornado público pelo sindicato dos metalúrgicos de Santo André, São Paulo (INST, 1992).

No caso da empresa Panamericana, cujos trabalhadores estavam expostos a ambientes com elevada concentração de mercúrio, observou-se que dos 55 trabalhadores examinados, 19 (35%) foram diagnosticados como casos de intoxicação crônica por Hg e 26 (47%) suspeitos de intoxicação. Ao analisar-se as condições do ambiente de trabalho na empresa, assim como o processo de trabalho, confirmou-se o risco da intoxicação, presente principalmente nos setores das eletrólises e manutenção, onde as operações realizadas pelos trabalhadores, tais como operadores de produção e mecânico de manutenção, expõem estes mais ainda a elevadas concentrações de Hg ambiental (Pacheco-Ferreira, 2000).

O caso da indústria de cloro/soda Panamericana, RJ

Como nenhuma modificação significativa tinha sido realizada nas instalações e equipamentos, permanecia um ambiente de trabalho insalubre, onde até gotas de mercúrio se encontravam espalhadas pelo chão, o que demonstra o alto grau de exposição a que os trabalhadores estavam submetidos, como consta nos relatórios de inspeção do PST/SES-RJ (1991)

Segundo o relatório Diagnóstico e Recomendações sobre a Indústria em questão, elaborado pelo PST/SES – RJ, CESTEJ e o Sindicato dos Trabalhadores Químicos, com assessoria de instituições envolvidas no processo da Eletrocloro/SP (Diesat, Fundacentro) e o reforço da análise tecnológica por peritos da USP-São Carlos, em 1992, a situação era de difícil controle, relatada abaixo, principalmente nas eletrólises, âmago do processo produtivo na empresa.

Sala da Eletrólise I: Caracterização

Neste local, os equipamentos e instalações, bastante antigos, encontravam-se em elevado nível de obsolescência e degradação multiplicando os pontos de vazamento e dificultando o seu controle. Na época, foram constatadas as seguintes irregularidades:

– Vazamento generalizado de vapor de mercúrio e de mercúrio líquido (metálico ou amálgama). Foram observadas gotas de mercúrio metálico em praticamente toda a sala, no piso superior ou inferior, inclusive embaixo de flanges e bombas.

– Existência de piso de tábuas de madeira em todo o piso superior da Eletrólise, com estruturas metálicas e de madeira comprometidas. O piso inferior possui diversas ranhuras e irregularidades.

– Presença de peças e recipientes de peças impregnadas por Hg, dispostas sem qualquer tipo de proteção na área; existência de entulho de concreto contaminado no piso térreo, em ambiente de alta temperatura, esperando ser retirado para tratamento.

– Ambiente quente, pouco iluminado e com baixa ventilação natural. O calor proveniente das instalações intensifica a emissão de Hg para a atmosfera.

– Localização inadequada da piscina no térreo, em ambiente fechado e quente, com mercúrio brotando das peças.

Sala da Eletrólise II: Caracterização

Embora os equipamentos e instalações desta sala fossem menos obsoletos do que os da Eletrólise I, existiam diversos problemas que agravam o potencial de contaminação por mercúrio:

– Ausência de cobertura da caixa de decantação do Hg, localizada no piso térreo. A limpeza era realizada retirando-se água por sucção e o mercúrio manualmente através do uso de conchas. O trabalhador não usava nenhuma proteção.

– Existência, no piso superior, de conexões de borracha desgastadas e com rachaduras, além de estruturas metálicas enferrujadas. Ambas as situações propiciavam o acúmulo de mercúrio.

– Vazamento no piso inferior, o que pôde ser constatado através da presença de Hg metálico em gotas.

– Presença de peças contaminadas no piso inferior.

– Falta de segurança no transporte, para o exterior da seção, da lama de mercúrio e do lixo em latões abertos e contaminados. O transporte era feito através de empilhadeiras de caçamba aberta.

Com a implementação do acordo-mudança de tecnologia, algumas modificações foram realizadas, conforme as atas das comissões de vigilância sanitária e ambiental, responsáveis pelo acompanhamento dos itens acordados de melhoria das condições de trabalho. Essas mudanças estavam previstas até a mudança definitiva do processo tecnológico, ou seja, do fim do uso do mercúrio num prazo de quatro anos a seis meses a partir de assinatura do acordo.

Entretanto, durante esse processo, houve uma intensificação das atividades com um decorrente aumento da exposição em horas-homens trabalhadas nas áreas de risco. Os trabalhadores agregavam as suas atividades normais de operação a realização das obras de adequação/controlado preconizadas pelo acordo, como observado pela Comissão de Vigilância Sanitária e descrito por Mattos (1993: 5):

esta fase de transição entre tecnologias tem agravado as situações de risco, pois além de estarem sendo feitas obras nas salas eletrolíticas, ainda estão sendo feitas as manutenções das células de mercúrio, nas quais se faz a quebra do leito da célula (fundo de concreto) para sua troca e a renovação da manta de vedação. Esta operação coloca os trabalhadores em contato direto com o mercúrio, provocando um aumento nas suas taxas de Hg-U.

O prazo previsto para a mudança de tecnologia não foi cumprido pela empresa. E, em 20 de setembro de 1995, entrou em vigor a Lei Estadual nº 2.436, que “proíbe a implantação ou ampliação e dá prazo de 03 (três) anos, a partir de sua publicação, para a substituição, no Estado do Rio de Janeiro, de indústrias produtoras de cloro-soda com células de mercúrio e células de diafragma.

Em função da gravidade do problema, a Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Alerj solicitou a abertura de Inquérito Civil e Ação Civil Pública ao Ministério Público Estadual, o qual ganhou na justiça uma liminar concedendo 30 dias para a suspensão da atividade da Eletrólise I, que ainda utiliza o mercúrio. Esta liminar foi suspensa em função de a Companhia de Água e Esgoto do Estado do Rio de Janeiro (CEDAE) ter justificado a impossibilidade de uma alternativa para o fornecimento do cloro (Minc, 2000).

Evidencia-se que mesmo com o Acordo de Mudança de Tecnologia, assinado em 1992, e a Lei Estadual de 1995, a empresa segue operando, expondo continuamente os seus trabalhadores e as comunidades vizinhas aos vapores de mercúrio e aos constantes vazamentos de cloro.

Em matéria de substâncias químicas, destaca-se a política da Comunidade Européia, que de forma a garantir um elevado nível de proteção da saúde humana e do ambiente, tanto para a geração atual como para as gerações futuras, vem adotando

o princípio da precaução – sempre que estejam disponíveis dados científicos fiáveis que comprovem que uma substância pode ter um impacto adverso na saúde humana e no ambiente, embora se mantenha uma incerteza científica quanto à natureza exata ou magnitude do potencial dano, a tomada de decisão deve basear-se no princípio da precaução, a fim de prevenir danos para a saúde humana e o ambiente. Um outro objetivo importante é promover a substituição de substâncias perigosas por substâncias menos perigosas sempre que existam alternativas adequadas (CCE, 2001).

Ou seja, no caso específico do mercúrio, não há mais dúvidas e/ou incerteza científica quanto ao seu potencial dano à saúde das populações humanas, colocando a necessidade imediata do respeito e implementação das leis vigentes, em âmbito nacional e internacional, quanto ao não uso desta substância,

tanto por parte do setor privado como dos órgãos públicos reguladores e fiscalizadores.

Portanto, os critérios universais de desenvolvimento sustentável, como equidade social, atitudes ambientais adequadas, educação pública em relação às questões ambientais, dentre outros, associados a iniciativas como compartilhamento da tecnologia, responsabilidade pelo meio ambiente, *marketing* social responsável e investimento socialmente consciente, ganham importância na medida em que estiverem intimamente compreendidos enquanto prática ética e social de cidadania, como exercício da luta por um meio ambiente ecologicamente sustentável, com a implantação de projetos que garantam a melhoria da qualidade de vida da população envolvida e preservação do meio ambiente, respeitando-se os aspectos sociais e culturais dessas populações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABICLOR. *Relatório estatístico anual*. 2002. In: www.clorosur.org.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ALERJ. Transcrição da 1ª Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia da ALERJ para discussão do uso do mercúrio na indústria de cloro/álcalis ALERJ (mimeo), 1991.
- BASTOS, C. R. A. e CAIO, R. A. *Abatimento da poluição por mercúrio*. CETESB, São Paulo, 1985.
- BIDONE, E. D., SOUZA, G. T. M. C., MASCARENHAS, A. F. S., RODRIGUES, K. M. *Monitoramento de águas e peixes na Bacia do Tapajós*. Governo do Estado do Pará: Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração. Programa Canga/Tapajós. Belém/Pará, 1995.
- BRANCHES, F. Observações clínicas da contaminação mercurial no vale do rio Tapajós. In: MATHIS, A.; REHAAG, R. (orgs.). *Consequências da garimpagem no âmbito social e ambiental na Amazônia*. Belém: FASE/BUNTSTIFT/KATALYSE, Pará, 1993, p. 57-61.
- BRITO, J. C., MATTOS, U., SOARES, V., PACHECO-FERREIRA, H. “Saúde das trabalhadoras: o caso da lavanderia de uma indústria química de cloro-soda”. *Caderno Saúde Pública*. Fiocruz, 11(4): 543-51, out.-dez, 1995.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Livro Branco. Estratégias para a futura política em matéria de substâncias químicas*. Bruxelas, 2001.
- COSTA, S. M. F. T. *Mercúrio: perigo e silêncio*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1995, 110 p. Dissertação de Mestrado.
- DIÁRIO OFICIAL. *Acordo de Mudança de Tecnologia e Defesa do Meio Ambiente – Controle do Mercúrio e do Cloro*, 13 de junho, Rio de Janeiro, 1992.
- DIESAT. *Insalubridade: morte lenta no trabalho*. São Paulo: Oboré Editorial, 1989.
- EPAS-SWEDISH ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY. *Terminal storage of mercury – an important step on the road to a sustainable society*. Stockholm, Swedish, 1997.
- FERREIRA, R. C. e Appel, L. E. *Fontes e usos de mercúrio no Brasil*. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1991.
- FREITAS, N. B. B. *Controle social do risco e da saúde dos trabalhadores: o caso da indústria de cloro-soda*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1994, 188 p. Dissertação de Mestrado.
- IGATA, A. Neurological aspects of methylmercury poisoning in Minamata. In: TSUBAKI, T. & TAKAHASHI, H. (orgs.) *Recent Advances in Minamata Disease Studies. Methylmercury poisoning in Minamata and Niigata, Japan*. Tokyo, Japan: Kodansha, 1986.
- INST/CUT. *Revista n° 6*, p. 4-5, dez.91/jan.92. São Paulo, 1991.
- LACERDA, L. D., SALOMONS, W. *Mercúrio na Amazônia: uma bomba relógio química?* Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1992.
- MATHIS, A., BRITO, D. C., BRUSEKE, F. J. *Riqueza volátil: a mineração de ouro na Amazônia*. Belém: CEJUP, 1997.
- MATTOS, U. A. O. e GONÇALVES, C. L. Q. *Mudança tecnológica e impacto sobre a saúde do trabalhador – estudo de caso na indústria química do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CESTE/Hiocruz (mimeo), 1993.
- MELO, A. I. S. C. *Contracena de diferentes: a saúde do trabalhador como prática social e a percepção dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1993. Dissertação de Mestrado.
- MINAYO, M. C. S. “Interdisciplinaridade: uma questão que atravessa o Saber, o Poder e o Mundo Vivido”. *Revista de Medicina*, Ribeirão Preto, v. 24, n° 2, p. 70-77, abr/jun, 1991.
- MINC, C. “Mercúrio”. *Jornal do Brasil*, 18 de setembro, Rio de Janeiro, 2000 (Coluna “Opinião”).
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Environment Health Criteria 101: Mercury*. Geneva: World Health Organization, 1991.
- PACHECO-FERREIRA, H. *O perigo silencioso: um estudo da intoxicação de trabalhadores por vapor de mercúrio em uma indústria de cloro/soda*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1994, 154 p. Dissertação de Mestrado.
- _____. “Perigo silencioso: trabalhadores intoxicados por mercúrio em uma indústria de cloro/soda”, In: ACSERARD, G. (org.). *Avessos do prazer: drogas, aids e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2000.
- PST/SES/RJ e CESTE/HiOCRUZ. *Relatório sobre a Panamericana S/A*. Dezembro, Rio de Janeiro (mimeo), 1991.
- PST/SES/RJ. *Diagnóstico e Recomendações sobre a Pan-Americana S/A*. Dezembro, RJ (mimeo), 1991.
- RAMAZZINI, B. *As doenças dos trabalhadores*. São Paulo: FUNDACENTRO, 1985.

- SANTOS, M. L. R. *Cadê o meu aumento ou vou causar acidente. Um estudo de caso de cultura do risco numa indústria petroquímica*. Salvador/BA: Universidade Federal da Bahia, Departamento de Medicina Preventiva, 1992. Dissertação de Mestrado.
- VIANA, F. C. "Riscos de acidentes na indústria de soda-cloro". *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 11, nº 04, out/nov/dez, 1983.
- WEIS, B. "Perspectives on Methylmercury as a Global Health Hazard". *Neurotoxicology*, vol. 16 (4), 1995.

Companhia Mercantil e Industrial Ingá: "A bomba de Itaguaí"

Joana Tolentino*
José Luiz de O. Soares**

De acordo com dados do ano 2001 obtidos na Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, são produzidos anualmente em todo o estado cerca de 800 mil toneladas de resíduos industriais, dentre os quais 240 mil seriam compostas de resíduos tóxicos e perigosos. Quanto a estes últimos, não há qualquer controle sobre a metade. Além disso, estima-se que há uma circulação, licenciada ou não, de resíduos, provenientes de outros estados, para a queima em fornos situados no Rio de Janeiro, que acabam por ser despejados em vazadouros clandestinos. Temos aqui por hipótese que a distribuição locacional dos depósitos fixos de resíduos industriais desfavorece as populações mais pobres, graças a uma lógica de concentração das fontes de risco ambiental em áreas onde é menor o valor da terra.

O presente texto integra um esforço de pesquisa que pretende discutir a desigualdade ambiental decorrente da circulação e localização do lixo tóxico no Estado do Rio de Janeiro. Tomamos como objeto empírico o caso da Companhia Mercantil e Industrial Ingá, empresa localizada na Ilha da Madeira, município de Itaguaí, que exemplifica uma das formas de disposição irregular de resíduos industriais perigosos no Estado do Rio de Janeiro: a manutenção de depósito de lixo tóxico em área onde antigas atividades produtivas foram suspensas. Pretendemos analisar, em particular, o papel das estratégias estatais e do capital, bem como os discursos e ações organizados pela sociedade civil ante as condições configuradas de risco ambiental. Analisaremos também as condições políticas, sociais e cognitivas de tratamento do conflito ambiental.

* Graduanda em Filosofia (IFCS/UFRJ) e bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPq.

** Graduando em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ) e bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPq.

A pesquisa teve como base empírica a documentação disponível na Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e na Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), dossiês de imprensa, processos existentes no Ministério Público Estadual e entrevistas com ex-funcionários da Ingá, com representantes de entidades ambientalistas do estado, com integrantes de associações de pescadores e da Comissão de Ética e Cidadania de Itaguaí, além de pescadores e moradores de alguma forma envolvidos no caso.

○ CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO E DA PRODUÇÃO DO RISCO

O município de Itaguaí situa-se no litoral sul do Rio de Janeiro, em área cuja ocupação iniciou-se em 1818. Sua faixa litorânea, circunscrita à Baía de Sepetiba, é rica em manguezais, o que permitiu à cidade sempre ter como atividade tradicional a pesca artesanal e a maricultura (coleta de crustáceos e moluscos). No passado, o município ganhou notoriedade graças à produção agrícola, sem grande expressão, no início dos anos 2000.

A Baía de Sepetiba, além de ser uma região estratégica do ponto de vista econômico, pertence à bacia aquífera do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que tem como tributários vários rios de importância crucial para o abastecimento de água das populações de toda a região metropolitana, como o rio Guandu, o rio Itaguaí, o canal do São Francisco, o rio da Guarda, o canal do Itá, o rio Monjolo, o rio Cação e outros de menor porte. Possui um espelho d'água de 305 km², protegido contra fortes ventos e grandes ondas por ser uma região de baía, além de configurar uma área marítima de águas profundas. Esse conjunto de fatores fez com que o Porto de Sepetiba (Sepetiba Tecom – atual sociedade entre a CSN II e a Companhia Vale do Rio Doce, pertencentes ao mesmo grupo financeiro) se tornasse um dos principais portos de escoamento de mercadorias para o mercado externo¹. Com investimentos do BNDES e parceria com o Banco Mundial, o objetivo é fazer deste o maior porto do hemisfério sul localizado nas Américas, controlador de rotas internacionais para o Atlântico e o Pacífico (Sá, 1999: 37).

A despeito de estímulos fiscais ao desenvolvimento², a população de Itaguaí sofre de múltiplas carências sobrepostas. Segundo o IBGE, com uma população estimada em 82 mil pessoas no ano 2000, apenas parcelas minoritárias da população têm acesso a coleta de lixo domiciliar, rede de água e esgoto. Poucas são as ruas asfaltadas, sendo precário o sistema de transporte, em sua maioria realizado por kombis e vans.

Os mesmos grupos políticos locais mantêm-se no poder ao longo do tempo

no município. A oposição costuma enfrentar ameaças, perseguições, grampos telefônicos, agressões físicas e mesmo mortes. Afirma a esposa de um pescador da Ilha da Madeira³:

Eu não quero meu marido metido nisso [nas questões políticas], não. Depois matam meu marido... Aqui é brabo. Eu brigo muito com ele, eu não quero ele envolvido com isso de jeito nenhum. É muito perigoso. Eu digo para ele: "A sua casa não é limpinha? Que importa, então, se a praia está ficando suja?"

Em meados da década de 1980, a partir do aumento significativo das demandas sociais ao longo da abertura política, a truculência na política local pôde ser mais claramente sentida, com a extinção dos conselhos municipais que estavam ainda se estruturando, com a repressão a ações de sindicatos e outros grupos organizados, o que provocou o esvaziamento da participação da sociedade. Os conselhos municipais só foram legitimados novamente em fins dos anos 1990, sendo porém dominados pelas forças tradicionais, fazendo de suas diretorias braços do poder público, desestimulando a participação da comunidade, que passou a ver também com descrédito essa instituição política, cuja função seria justamente a de ampliar a participação social e a fiscalização sobre o poder estabelecido.

A imprensa local de Itaguaí é, em sua maioria, impressa em gráficas a serviço da prefeitura e distribuída gratuitamente, por isso alcançando ampla circulação. Limita-se a divulgar ações positivas do governo e a criticar constantemente as lutas por conquistas sociais. Não há muito espaço para a discussão⁴. Paralelamente a esse quadro, há o histórico de enriquecimento das famílias que estão no poder há anos, a partir de casos suspeitos de improbidade administrativa, forte repressão e violentas disputas por cargos nos diferentes escalões do governo. No início da década de 1990, quando do assassinato do então prefeito Abeilard Goulart em uma festa da comunidade, seguida da morte de um de seus mais próximos assessores (durante uma partida de futebol local) e do presidente da Câmara dos Vereadores, difundiu-se o boato de uma possível intervenção no município, caso os crimes políticos não cessassem. A representação do Ministério Público local também não fica imune à violência política de Itaguaí. Promotores são constantemente transferidos e já houve casos de morte⁵, o que em parte explica o descrédito da sociedade civil nas instituições públicas.

As entidades da sociedade civil alegam não serem devidamente consideradas pelo poder legislativo. Em 1987, afirmava uma carta-manifesto que denunciava a contaminação da Baía por metais pesados:

O fórum de entidades marcou audiência para comunicar “oficialmente” o problema à Câmara, mas nenhum vereador apareceu, deixando 35 representantes de entidades sem satisfação alguma, apesar da confirmação da audiência. Somos teimosos, a vida é nossa, a luta é nossa. Voltamos à Câmara na primeira sessão após o recesso e fomos recebidos pelos seguranças da casa, que nos impediram de subir e assistir à sessão. Argumentamos nosso direito e nos foi “permitida” a subida, porém os dezessete vereadores presentes ignoraram a presença da população, não dando a devida atenção ao problema⁶.

Esse panorama político contribui para que em Itaguaí seja grande a ocorrência de problemas ambientais e onde a qualidade de vida é considerada precária para a maior parte da população. Em um breve olhar sobre os bairros mais pobres da cidade, pode-se enumerar problemas ambientais relativos à localização estratégica de atividades poluentes em seu território. Em Vila Geny, há um grande depósito de carvão a céu aberto, sendo já visível a contaminação do solo pela água negra que escorre do material que é lavado periodicamente afim de evitar combustão. Em Brisamar, localiza-se outro foco poluidor, a empresa Nuclep, fabricante de peças utilizadas em usinas atômicas. Já na Ilha da Madeira encontra-se o Porto de Sepetiba (Sepetiba Tecom), acusado de disseminação de metais pesados na Baía de Sepetiba, graças ao revolvimento de material particulado sedimentado no fundo, sem dar destinação adequada ao mesmo⁷. Segundo o Ministério Público Estadual,

existiu um processo de dragagem do Porto de Sepetiba (para a ampliação do Porto) e isso foi feito como uma das ações onde a legislação ambiental foi mais rasgada no Estado do Rio de Janeiro. Eles dragaram e soltaram na própria Baía de Sepetiba e houve um espalhamento dos metais pesados⁸.

Também na Ilha da Madeira localiza-se a pedreira Sepetiba Engenharia e Comércio Ltda, que atua na exploração de recursos minerais para a construção civil em área adjacente a um manguezal, armazenando em condições precárias 8.500 kg de dinamite e 10 mil kg de nitrato de amônio. Seu trabalho de extração de matéria-prima é reponsabilizado pela destruição de parte da reserva de Mata Atlântica que ainda restava na Ilha da Madeira, secando duas cachoeiras, provocando rachaduras nas casas das ruas do entorno⁹. Destacam-se ainda a falta de saneamento básico, os inúmeros areais abastecedores das atividades da construção civil em todo o estado, atuando no bairro de Piranema desde os anos 1970, com licença ambiental, porém sem seguir as normas da legislação vigente, causando assoreamento dos rios; registra-se também a poluição gerada pela Real Indústria Cerâmica Ltda, pelo terminal de ponta da Madeira – porto exclusivo da

Companhia Vale do Rio Doce em Itaguaí – e pelo porto da MBR, localizado na entrada da Baía. Contribui para esse quadro a maioria das indústrias do pólo industrial de Santa Cruz, que interfere no ambiente de Itaguaí ao jogar seus resíduos diretamente nos rios que deságuam na Baía de Sepetiba, sem tratamento adequado. Destacam-se a indústria de tintas Suvnil, pelos lançamentos noturnos de efluentes industriais, sem nenhum tratamento, podendo ser visto, nas primeiras horas do dia, o rio que a margeia e deságua na baía, ir mudando de cor, ora amarelo, ora vermelho, ora azul; a Cia. Siderúrgica Guanabara (Cosiga) despeja os seus resíduos no rio da Guarda¹⁰ e as atividades da Casa da Moeda, com inquérito civil no Ministério Público¹¹, causam poluição por benzeno também neste rio, tributário da Baía de Sepetiba. Neste panorama situa-se a Companhia Mercantil e Industrial Ingá, fábrica de zinco e cádmio, localizada na Ilha da Madeira e principal foco poluidor da Baía de Sepetiba por metais pesados.

A chegada da Ingá na Ilha da Madeira e os impactos na comunidade local

Quase toda a Ilha da Madeira era considerada área pertencente à Fazenda Santa Cruz, à época do Brasil Império. Na década de 1950, as netas e herdeiras do proprietário, com dificuldade de pagar o laudêmio (imposto sobre propriedade), venderam o que restava da antiga fazenda de cana-de-açúcar, já em estagnação, à Companhia Balneária, de propriedade de um almirante e de um tabelião cuja atividade era a especulação imobiliária. Esta companhia desejava possuir toda a ilha para realizar um projeto vantajoso economicamente. Depois de adquirir a posse de todo o território da ilha, a Companhia Balneária recortou-a em lotes e tentou expulsar os pescadores artesanais e os lavradores, que lá moravam há gerações.

Para evitar que isso acontecesse os madeirenses se organizaram e fundaram a Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (Aplim), em 1959, afim de resguardar os direitos dos antigos habitantes da ilha. A associação constituiu-se como corpo jurídico e, com a assessoria gratuita de um advogado, conseguiu entrar em acordo: os pescadores receberam escritura pública, tendo para isso as suas terras reduzidas em padrão-medida de lotes¹².

No mesmo ano, a Companhia Mercantil e Industrial Ingá comprou grande parte da Ilha da Madeira diretamente da Companhia Balneária (aproximadamente 1 milhão de m²) e aterrou uma área significativa do mangue para implantar suas atividades. Instalou sua planta industrial no lugarejo chamado Saco do Engenho, exatamente onde se localizava uma tradicional colônia de pescadores. O primeiro dono da Ingá foi o ex-senador da República (pela extinto partido Arena) Domício Gondim Barreto, cujas atitudes evidenciaram a estreita relação entre a

ditadura e as práticas de sua indústria. Os pescadores sofreram violência física e simbólica para que se retirassem do seu lugar de origem¹³. Muitos se tornaram funcionários da empresa, mas, ainda assim, resistiram. Conforme narra um deles, “logo que a Ingá chegou, eles começaram a ameaça. Não saiu tudo de uma vez só, não; pescador brigou com a firma”¹⁴. A resistência dos pescadores durou mais de vinte anos, sendo os últimos a abandonar o local, em meados dos anos 1980, um líder comunitário e seu filho. Os que saíam, cedendo às pressões da poderosa indústria, tinham a sua casa demolida rapidamente. Em um dado momento, aqueles que permaneceram perderam o direito à luz elétrica, fornecida por uma subestação da Light montada dentro do pátio da própria empresa, e até mesmo o direito à liberdade de ir e vir – obrigados a seguir o toque de recolher impetrado todas as noites por seguranças da Ingá.

A colônia de pescadores artesanais do Saco do Engenho acomodava-se no entroncamento de três rios com o mar (do Estreito, da Guarda e o rio Cação), rodeado de praias. Segundo um ex-morador, “as melhores praias da ilha eram da Ingá para lá: Prainha, Praia do Boiá, Praia da Tapuca, Praia do Coração”¹⁵. A pesca artesanal (incluindo a maricultura) é uma atividade econômica de grande importância nas regiões estuarinas, como a Baía de Sepetiba. É caracterizada pela baixa utilização de artefatos, valendo-se principalmente de um grande conhecimento do meio natural: o fluxo das marés, os caminhos dos manguezais, o ciclo biológico dos animais marinhos e seus hábitos. É praticamente uma coleta e se localiza geralmente em áreas de mangue (ou *berço do mar*, como costumam chamá-las os nativos dessas regiões), onde há abundância de caranguejos, mexilhões, ostras, camarões, siris e peixes de médio porte (Sá, 1999: 20). É dessa importante relação com o meio ambiente que retiravam diretamente, e com fartura, a sua sobrevivência, alimentando-se do pescado e vendendo o excedente (e as espécies mais valorizadas), alimentação essa completada pelas lavouras familiares. Segundo um ex-secretário de meio ambiente do município, “peixes, crustáceos e moluscos eram capturados com fartura. Sadios, esses organismos ofereciam às nossas famílias pratos típicos de alto valor biológico: peixe com banana, sirizada, salada de ostras, camarão...”¹⁶.

Nesse ambiente desenvolveu-se a cultura da Ilha da Madeira, cara à população local e famosa por suas festas folclóricas religiosas ou pagãs: as brincadeiras, os jogos, as comidas típicas, as procissões de barco. Locais tidos como centros de referência cultural localizavam-se no Bairro do Engenho: o armazém, a igreja, a tendinha Bela Vista¹⁷. Quase todos os moradores da Ilha da Madeira, cujo acesso só se dava por meio de barcos, sempre viveram da pesca e de uma agricultura familiar, principalmente de frutas, mantendo intercâmbio comercial no local e com bairros próximos, como Coroa Grande, onde se costumava negociar o pescado, e Saco de São Francisco, onde se negociava banana, laranja, café e

milho. Esse circuito econômico era consideravelmente regulado pelas condições ecológicas do local refletidas na pesca. O circuito da pescaria compreendia dois períodos: “quadra boa” (período de abundância) e “quadra ruim” (período de escassez). A esse respeito, lembra Roberto Barboza, antigo morador da Ilha: “Em virtude dessa crise, no caso o segundo período, havia uma certa complacência por parte de alguns comerciantes que, solidários nessa situação, mantinham o crédito a muitos moradores, resguardados ainda pelo espírito comunitário” (Barboza, s.d.: 77-78).

A inclusão da Companhia Ingá nesse cenário marcou a passagem para um novo tipo de “regulação” das relações sociais. Embora os impactos sobre a abundância pesqueira só tenham sido sentidos com mais clareza no início da década de 1980, a instalação da empresa por si só já causou um grande impacto. O primeiro impacto ambiental se deu já por ocasião dos aterramentos de partes do manguezal. Parte da atividade lavradora local teve de ser suprimida e algumas famílias que mantinham estreitos laços de parentesco e compadrio com as demais tiveram de se mudar. A Ingá abriu uma nova frente de empregos, porém, em contrapartida, desregulou todo o circuito econômico local. Distantes da educação formal e da qualificação para o trabalho operário, os pescadores artesanais da Ilha da Madeira foram transformados em mão-de-obra barata que o mercado de trabalho não conseguiu absorver de forma regular.

A indenização paga àqueles que eram coagidos a se mudarem era muito baixa, dificultando a formação de um novo lar. A maioria deles se transferiu para o bairro Coroa Grande e não foram poucos os que passaram a viver da ajuda de terceiros. Além disso, os pescadores e lavradores tiveram de optar por outro tipo de atividade, pois ficaram sem seus meios de trabalho. Muitos não tinham sequer onde guardar os instrumentos de trabalho; outros, por necessidade financeira, os vendiam. Esse processo foi minando as bases da cultura e das redes de parentesco¹⁸. A esse respeito testemunha o ex-morador Barboza: “Quando a Ilha começou a se desvirginar do seu estado ainda quase primitivo, houve um impacto muito grande em sua gente e no próprio meio-ambiente” (op. cit.: 71). E mais: “Hoje ligada ao continente, perdeu muito de suas características, principalmente no que diz respeito à credence popular” (op. cit.: 17).

A atividade da Ingá também se fez sentir pela contaminação do mangue. No trecho mais afetado pelos vazamentos, a lama soterrou a vegetação, só restando tocos de madeira. Praticamente não há mais peixes, caranguejos, camarões ou moluscos nos arredores da empresa. Poucas são as aves que voam na região. “Agora quando tem peixe ninguém quer comprar. Dizem que está contaminado” – reclama Geraldo dos Santos, presidente da Colônia de pescadores Z-15, após o acidente com transbordamento do dique da Ingá em 1996¹⁹. Além da dificuldade em conseguir comprador para estas espécies, atualmente, os próprios pescadores

e suas famílias não podem, e nem mesmo conseguem, utilizá-los como fonte de nutrientes, pois sentem ardência ou coceira quando ingerem tais espécies. “Quando a gente come, a ostra chega a dar coceira na garganta” – afirma um pescador²⁰.

A escassez do pescado reflete-se em conflitos entre os três tipos de pescadores – os artesanais, os de arrastão e os de traineira. Sem a possibilidade de navegar mar afora, na busca por cardumes sadios e mais abundantes, os pescadores artesanais se vêem constrangidos, de um lado, pela ausência dos peixes nobres na baía e pela contaminação dos crustáceos e moluscos, tão valorizados e apreciados pelo mercado de alimentos²¹; de outro, pela pesca predatória praticada por traineiras e arrastões locais e de pescadores que migram da Baía de Guanabara.

O perfil do desastre

A Companhia Mercantil e Industrial Ingá começou sua atividade em 1949, no município de Nova Iguaçu, fabricando tubos galvanizados e, só posteriormente, lingotes de zinco, com a instalação de sua nova planta industrial em Itaguaí. A Ingá foi uma empresa pioneira no mercado mundial no que tange ao processamento de zinco a partir de minérios por reações químicas realizadas com o uso de ácidos e metais pesados. Este processo era economicamente inviável até 1965, quando, após inovações tecnológicas, a empresa passou a dominar pioneiramente este procedimento, tendo sua patente sido registrada em mais de 14 países.

É importante ressaltar que a Ingá surgiu em meio a um processo de industrialização e urbanização numa época em que as preocupações ambientais ainda não estavam presentes nas instituições governamentais. A Feema foi criada em março de 1975 e as atividades da Ingá somente passaram a ser fiscalizadas por esse órgão a partir de 1976.

A Companhia Ingá instalou-se em um local – sem qualquer licença ambiental, devido à ausência de legislação/fiscalização ambiental na época – que servia durante anos como laboratório ao ar livre para os alunos de Biologia da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, dada a variedade de espécies que abrigava. Logo vieram as primeiras e tímidas denúncias, sempre anônimas, reclamando da qualidade do ar na região e de um determinado líquido quente lançado pela fábrica em uma vala que desaguava no manguezal. A atitude da agência pública responsável pelo controle ambiental à época se restringiu a emitir uma notificação para que a empresa lançasse o líquido em temperatura menos elevada. Desde então, observava-se o acúmulo de resíduos na área circundante à fábrica, que mais tarde tornar-se-ia um dos maiores passivos ambientais do país. Por décadas, os rejeitos tóxicos líquidos eram despejados 24 horas por dia, sem qualquer tratamento, diretamente na Lagoa das Marrecas e no manguezal ao lado, tendo como destino final a Baía de Sepetiba.

A matéria-prima utilizada para a obtenção do zinco era a calamina, um minério caracterizado pelo alto teor de zinco (em torno de 30%), proveniente das minas da família Barreto (Mineradoras Associadas S.A. – MASA), localizadas na cidade de Vazante/MG (onde também ficou um grande passivo ambiental). Passando por três tratamentos consecutivos para retirar as inúmeras “impurezas” contidas na calamina, em reações químicas com substâncias altamente tóxicas (como arsênio, ácido sulfúrico, ácido muriático, chumbo e cromo), que ocorriam a elevados graus de temperatura e pH bastante ácido, obtinham-se placas de zinco de alta qualidade e também cádmio, que passou a ser produzido em escala industrial e comercializado a partir de 1974²².

Com a morte do senador Gondim, seus herdeiros passaram a administrar a Ingá, mantendo as práticas de agressão ao meio ambiente e de acúmulo de resíduos. Em 1984, foi fundada a Kibo Empreendimentos, Administração e Participações S.A., holding de controle acionário estrito da família Barreto, que passou a exercer a função de administradora dos negócios familiares nas diversas áreas de atuação para as quais se expandia o grupo a partir de então, contando inclusive com financiamento do BNDE (atual BNDES) e empréstimos vantajosos de bancos estatais²³. Na década de 1980 e no início da década de 1990 verificou-se a diversificação e a ampliação das atividades da holding, com a criação da empresa transportadora Blitz Transportes S/A, em 1986; a Unimauá Indústria Química S/A, em 1987; a Metalmax Produtos Químicos e Metalúrgicos Ltda, em 1988 (responsável pelo aproveitamento de parte dos resíduos da Ingá – borra de zinco – para a produção de matérias-primas utilizadas posteriormente no fabrico de fertilizantes e ração animal); a Kivi da Amazônia Componentes e Equipamentos Eletrônicos Ltda; a Atron Exportação Ltda e a Granor, Granitos do Nordeste Mineração Ltda, em 1989. Em 1990, atingiram o controle acionário (75% da Kibo e 24% da família Barreto diretamente) da Empresa Paraibana de Auto-Peças Ltda (EMPA). Em 1991, conseguiram importante penetração no mercado internacional através da compra, em associação com a RMC, da empresa portuguesa Quimzinco – que passou, então, a se chamar RMC Portuguesa – localizada no complexo industrial de Barreiros, Portugal.

No mesmo ano, por determinação da Feema, começaram os esforços para a construção de um dique de contenção em torno do pátio da Ingá para que os constantes vazamentos de efluentes fossem evitados, tentando reduzir, assim, a grande mortalidade de peixes nas águas próximas da Ilha da Madeira²⁴. Contudo, situada muito próxima ao mar e num terreno baixo, a construção do dique foi mal feita, sendo muito criticada pelos órgãos ambientais, e continuam acontecendo os vazamentos de material tóxico sempre quando há chuvas mais intensas²⁵. Durante as chuvas, os sais são lixiviados da montanha de rejeitos para o lago contido pela bacia e, ao ocorrer o transbordamento, migram para o mangue (já

parcialmente destruído) e em direção à Baía de Sepetiba. Tal situação é exacerbada pela atuação da pedreira Sepetiba Engenharia, localizada a poucos metros da planta industrial da Ingá: com o desmatamento de grande parte da vegetação local, nas ocasiões de chuvas fortes, ocorre uma enxurrada que ajuda a encher o lago tóxico contido pelo dique.

A situação se agravou a partir de 1986, graças ao aumento da geração de resíduos e ao prosseguimento da acumulação na bacia de contenção. Foi nesse mesmo período que, a partir de denúncias da Curadoria do Meio Ambiente e Patrimônio Comunitário à Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ), iniciou-se uma série de questionamentos quanto aos procedimentos da empresa. O Ministério Público Estadual instaurou Inquérito Civil visando a apurar denúncias de más condições de trabalho para os funcionários da Ingá, além de poluição industrial e a conseqüente ameaça à saúde da população circundante. Dentre outras coisas, apurava-se a suspeita de não-utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) por parte de funcionários e gerentes, as condições de risco em geral e casos recorrentes de invalidez e mortes por falta de segurança no processo produtivo. “As proteções eram só macacão, bota e capacete” (depoimento de Joelson, ex-morador do Bairro do Engenho e ex-funcionário da Ingá – fev. 2003). Além disso, a mão-de-obra empregada era desqualificada e, até a década de 1990, não recebia treinamento prévio para o serviço de alto risco que realizava, o que contribuiu em muito para os acidentes de trabalho. Foi realizado um levantamento epidemiológico na indústria, identificando grupos e áreas de risco (Barcellos Neto, 1991: 100). Uma série de pequenos conflitos se seguiu. No entanto, a Ação Civil Pública, correspondente ao Inquérito Civil de 1988, restringiu-se aos danos ambientais.

Posteriormente, a Secretaria de Segurança Sanitária ordenou que o departamento médico da Ingá realizasse exames periódicos nos funcionários. Durante os turnos incessantes de funcionamento, os trabalhadores sentiam tonturas e fortes dores abdominais, além de muitas vezes sentirem a respiração travar, o que causava um desmaio súbito. Muitos foram os acidentes com ácido, resultando em graves queimaduras. Já no setor de purificação, onde se adicionava arsênio, quem inalasse o vapor resultante sentia uma dor imediata na nuca e sofria lesão renal, passando a urinar sangue. Isso ocorria principalmente com os menos experientes, totalmente despreparados para o trabalho, posto que não recebiam nenhum treinamento específico. Alguns trabalhadores procuravam os médicos às vezes de dois em dois dias e muitos obtinham licenças para ficar longe do ambiente da empresa devido à contaminação por metais pesados. Mesmo com o afastamento do trabalho, só os casos mais graves eram tratados. Depois de reduzidas as taxas de toxicidade presentes no sangue – meio onde os metais não permanecem por muito tempo, funcionando apenas como transporte –, retornavam aos seus postos

de trabalho e, por vezes, eram mandados embora. De acordo com um médico que trabalhou na empresa até o início da década de 1980, a contaminação dava-se através de inspiração de gases tóxicos e de ingestão de alimentos no ambiente de trabalho, onde estavam expostos à poeira e a mãos sujas, dado que os trabalhadores operavam sem proteção adequada.

A partir dos resultados do Programa de Saúde do Trabalhador, da Secretaria de Estado de Saúde (PST/SES), foi elaborada uma lista de mudanças no ambiente industrial e no setor de medicina e segurança do trabalho da empresa. Tais mudanças foram objeto de exigências em intimações, sendo grande parte destas cumpridas ao longo dos dois anos subsequentes. Decorridos alguns anos das mudanças, o Programa de Saúde do Trabalhador voltou a receber denúncias sobre a degradação das condições de trabalho na indústria. Entre 1994 e 1996, foram realizadas novas inspeções, com a presença de técnicos da Secretaria de Saúde do Município de Itaguaí. Comprovou-se que a empresa havia se esquivado do planejamento contido na “lista de mudanças”. Foram reduzidos os quadros de pessoal técnico treinado pela empresa e redimensionados os programas de controle de emissão de poluentes, de acompanhamento biológico dos trabalhadores e de exames clínicos específicos para a verificação da exposição aos metais pesados. É notável o fato de que as ações das diversas agências públicas (Feema, SES, Ibama etc.) responsáveis pela fiscalização da Ingá se deram de forma paralela, sem nenhuma articulação institucional.

Embora a fiscalização dos órgãos públicos e a modernização do processo produtivo da Ingá tenham resultado na diminuição do número de acidentes, as condições apresentadas ainda eram pouco propícias ao trabalho humano. Todo o processo era muito ácido, sempre em altas temperaturas e contendo produtos tóxicos. De acordo com os empregados da empresa, a orientação recebida de seus superiores era a de que a produção não poderia parar em hipótese alguma. A Ingá funcionava 24 horas por dia, em três jornadas de trabalho de oito horas, cada qual com seu grupo de trabalhadores. Caso uma máquina apresentasse algum tipo de avaria, o defeito deveria ser imediatamente sanado, mesmo que esta passasse a não funcionar em perfeitas condições, o que favorecia a ocorrência de acidentes.

A poluição do ar provocada pela Ingá somava-se à da pedreira Sepetiba Engenharia e na Ilha da Madeira era comum a incidência de problemas respiratórios. “Todo mundo tinha bronquite na rua, ainda mais as crianças. De manhã bem cedo, quando o sol nascia, a poluição era maior; ardia o olho e ficava tudo esfumado; depois ao longo do dia melhorava” – afirma uma moradora²⁶. Já a água que abastecia os moradores da ilha sempre foi de poço, até o início da década de 1990, quando trouxeram o saneamento para a região, devido ao Porto de Sepetiba. Com a provável contaminação do lençol freático e com o solo compro-

vadamente contaminado, além dos hábitos alimentares dos pescadores, a exposição da comunidade mais próxima, onde algumas casas distam menos de cinco metros do sítio da fábrica, é elevada e longa. Os moradores da Ilha da Madeira evitam furar poços artesianos e, quando o abastecimento da água se dá de forma irregular (algo que não é raro), têm de recorrer aos carros-pipa e arcar com os custos elevados desse serviço.

O tempo de exposição aos metais pesados torna-se fator de relevância, pois é característica a sua bioacumulação no fígado e nos ossos, causando transtornos apenas anos depois, quando atingem níveis de concentração intoleráveis. Segundo estimativa de pesquisadores, “direta ou indiretamente estima-se que 400 mil pessoas possam ter sido, ou estão sendo, afetadas pelo problema ambiental da Ingá. Em especial, os antigos funcionários que perderam seus empregos e os pescadores da Baía de Sepetiba foram, e muitos ainda continuam sendo, os mais prejudicados”²⁷. Após realizar análises em um reduzido número de representantes da comunidade, Sá (1999: 161) concluiu que “na Ilha da Madeira, em 1996, o cádmio apresentou valores acima dos de referência para o sexo masculino. Ocorreram concentrações de chumbo acima dos limites de tolerância biológica”.

Somente entre 1989 e 1996, a Ingá chegou a receber nove multas da Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA). Seu posicionamento diante disso foi de preferir fechar a mudar. Como tinha conduta reincidente, discutiu-se na Feema o destino a ser dado à empresa. Houve duas posições:

a primeira afirmava que fechando não seria resolvido o problema da poluição, porque restariam toneladas de dejetos tóxicos sem destino. Outra posição afirmava que quanto maior o tempo de produção, maior seria o dejetos acumulado, já que a continuidade do funcionamento só faria maior o acúmulo, uma vez que a Ingá não mostrava disposição de reverter o problema (Leite Lopes, 2000: 122).

Venceu a primeira posição, que defendia a continuidade.

Em 1996, houve um acidente de grandes proporções, resultado do transbordamento do dique de contenção com o lançamento nos manguezais e na Baía de Sepetiba de, aproximadamente, 50 milhões de água e lama tóxicas, com elevadas concentrações de metais pesados²⁸. Essa verdadeira catástrofe teve enorme repercussão e foi amplamente divulgada, pelos meios de comunicação na época, como o mais grave acidente da empresa, que ficou conhecido por “maré vermelha”, pois a grande quantidade de zinco dos resíduos fez com que o mar da Baía de Sepetiba adquirisse essa cor. A oferta de pescado, que já diminuía muito na região com o próprio impacto de anos de atividade desse grande empreendimento e seu descarte de rejeitos diretamente nos rios/mangue/baía, atingiu uma que-

da de 60%. Os camarões grandes estão escassos, as ostras de pedra (*C. brasiliensis*) e os mexilhões (*M. guayanensis*), por serem animais revestidos de membranas filtradoras, possuem elevadíssimos índices de contaminação de metais como cromo, chumbo, cádmio e zinco (Sá, 1999). “Até em Muriqui a ostra não está boa” (Joelson, pescador, ex-morador do Bairro do Engenho e ex-funcionário da Ingá – fev. 2003). Depois de uma vistoria de técnicos do Instituto de Biofísica da UFRJ, foi produzido um documento apontando um aumento das taxas de cádmio, zinco e cromo nas águas da Baía de Sepetiba, que chega a ultrapassar 116 vezes o limite recomendado pela legislação ambiental. “500 ton. de peixes, ostras e mexilhões que são anualmente consumidos e comercializados na região estão carregados de zinco e cádmio. Estas substâncias depositam-se no organismo das pessoas e dão origem a doenças neurológicas e hepáticas, bem como formas variáveis de câncer e mutações genéticas”²⁹. A produtividade da atividade da pesca artesanal (e da maricultura), importante suporte econômico e social para a população da região, diminuiu significativamente em toda a orla de Itaguaí e está praticamente impossibilitada no norte da Ilha da Madeira (Saco do Engenho). Apesar disso, atualmente ainda concentram-se cerca de 400 pescadores nessa área³⁰.

A contribuição que prestava com impostos pagos e a geração de empregos na região sempre sensibilizou a população e as autoridades locais, de modo que só com uma certa relutância admitiu-se o lado nefasto do empreendimento. Em 1997, a companhia iniciou seu processo de concordata diante da perplexidade da população que previa um caos social caso a empresa fechasse. Nessa época evidenciou-se uma cisão na opinião pública: se, por um lado, aumentou o ceticismo da população com relação a atitudes contra a poluição da fábrica; por outro, as notícias de fechamento provocaram um abrandamento na oposição à sua prática poluidora, a ponto de a Ingá tornar-se vítima aos olhos de certos moradores de Itaguaí. Outras empresas poluidoras da vizinhança começaram a ser acusadas e, de acordo com o novo discurso, a Ingá seria apenas uma fachada para manter indústrias poluentes impunes.

Apesar de estar, na época, entre os cem maiores contribuintes do estado em ICMS e empregar, aparentemente, um número elevado de funcionários, a Ingá apresentava tal grau de rotatividade do trabalho, que a média de empregos que gerava, segundo dados da própria empresa, não ultrapassava os 450 empregos diretos – com 80% da mão-de-obra ali residente – e 250 indiretos. Alguns moradores e ex-funcionários chegaram a superestimar esse contingente, citando algo em torno de mil funcionários: “Safa ônibus para Santa Cruz, para Campo Grande, para Itaguaí, todos os dias, levando funcionários”³¹. O temor de caos social frente à possibilidade de falência da empresa mostrou-se injustificado. Os salários que seus funcionários recebiam, em geral, eram de baixo nível. Além disso, entre

os maiores empregadores no município estava, em primeiro lugar, o comércio, e depois a prefeitura, que empregava cerca de quatro vezes mais que a Ingá. Considerando as altas taxas de desemprego em todo o território nacional, o fechamento de uma indústria desse porte sempre causa impacto. No entanto, este problema não podia ser elevado ao grau de “gatilho” de um “caos social”, o que ficou comprovado, após a falência.

No ano de 1996, após as eleições municipais que elegeram o prefeito José Sagário Filho, o proprietário da Ingá foi nomeado para a Secretaria de Assuntos Extraordinários de Itaguaí. A estreita relação entre a Ingá e o poder local sempre foi evidente, uma vez que a troca de interesses e favores era constante. A empreiteira responsável pelas obras de construção e recuperação do dique de rejeitos da Ingá – obras tidas como precárias, sendo realizadas às pressas para neutralizar as exigências dos órgãos ambientais após o acidente de 1996 – é de propriedade do mesmo prefeito de Itaguaí, que esteve no poder por dois mandatos.

Apesar de toda a prosperidade das empresas de controle acionário da família Barreto³², em maio de 1998, apenas alguns meses antes de ter a sentença da Ação Civil Pública anunciada com veredicto de responsabilidade da Ingá sobre a degradação ambiental, a empresa teve a sua falência decretada, despertando a hipótese de falência fraudulenta. Fechou suas portas impunemente, sem ter cumprido uma série de compromissos assumidos com a Feema, inclusive sem ter dado destinação adequada aos seus resíduos, em sua grande maioria Classe I, no critério dos órgãos de controle, deixando-os até hoje no meio do pátio, enterrados e sobre o solo, a céu aberto. Os resíduos constituem uma montanha de lama tóxica composta principalmente por cádmio, cromo, zinco e chumbo (metais cancerígenos), que hoje está estimada entre 3 e 5 milhões de toneladas, atingindo 100 metros de largura, 16 metros de altura acima da superfície e 5 metros por dentro do solo, além de 50 milhões de litros de água ácida contaminada por metais pesados e distando apenas 2 metros da Lagoa das Marrecas (localizada dentro do terreno da planta industrial). São mais de 2 milhões de m³ de terra contaminada, o equivalente a 800 piscinas olímpicas³³. Em seu histórico, destacam-se cinco acidentes principais³⁴, uma denúncia de morte de funcionário por intoxicação – embora os ex-funcionários e moradores locais falem de outras mortes –, duas ações civis públicas (uma no Ministério Público Estadual e outra no Federal) e dezenas de multas aplicadas pelos órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental. O impacto dos acidentes pode ser sentido no depoimento do pescador, morador da ilha e ex-funcionário da Ingá, Alcimenes: “A pesca fracassou. Depois que entrou a Ingá acabou o peixe. Choveu, transborda, aqui isso é direto: aí não dá pra pescar. O mangue acabou”³⁵.

Em janeiro de 1999, a Ingá foi condenada, embora só tenha perdido em última instância, sem ter mais direito a recurso, no ano de 2000. A sentença obri-

gava a empresa a construir um aterro sanitário, de acordo com a legislação ambiental vigente, a fim de dar destinação devida aos seus resíduos, além de recuperar a área atingida da Baía de Sepetiba. A Ingá é o único caso no Rio de Janeiro em que uma empresa foi condenada pela Justiça por poluição ambiental³⁶. Apesar disso, até fins de 2003 as determinações judiciais não haviam sido cumpridas. Na Ilha da Madeira, na localidade outrora conhecida como Bairro do Engenho, substituindo a faixa de areia da praia, há duzentos metros de lama fétida, em direção ao mar. Nos termos de um morador, “a Ingá é a Bomba atômica dentro do município que pode explodir a qualquer hora”³⁷.

O caso Fazenda Bonanza

Em fins de 1987, foi assinado um Termo de Compromisso entre a Companhia Ingá e a Feema, em que se determinava a construção de um aterro industrial, a sudeste da planta da empresa, para receber material retirado da bacia de rejeitos. Inicialmente, sua vida útil seria de mais ou menos três anos, podendo suportar um volume de 300 mil m³ de material não-comercializável. Dois anos depois, a Ingá propôs um aditivo ao Termo de Compromisso sugerindo que a construção do aterro industrial fosse efetivada fora das instalações da empresa – na região conhecida como Fazenda Bonanza, bairro de Piranema, no atual município de Seropédica, antigo distrito itaguaiense³⁸ – e que a retirada dos resíduos fosse feita concomitantemente ao processamento dos mesmos. Neste caso, a vida útil do aterro seria de 30 anos e a capacidade total de armazenamento superior à anterior em mais de 12 vezes.

O aditivo ao Termo de Compromisso foi assinado em janeiro de 1990. Posteriormente, foi formado um Grupo de Trabalho com técnicos da Feema para analisar o Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) apresentado pela empresa. O grupo posicionou-se amplamente favorável à construção do aterro, embora tenha apresentado algumas ressalvas. Dentre elas, destacavam-se a proibição de disposição de resíduos líquidos e o fato de o terreno ser considerado área de vocação agrícola de acordo com o zoneamento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ponto este que inviabilizava o empreendimento. Contudo, em ofício destinado ao presidente da Feema, em abril de 1992, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) informou não ser contrário à implantação do mesmo, argumentando que a Fazenda Bonanza não fazia parte do acervo de terras desta autarquia. Um ano depois, o plenário da CECA resolveu encaminhar o processo ao então governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, na qualidade de presidente do Conselho Deliberativo para a Região Metropolitana (CDRM), com vistas a permitir o licenciamento do aterro em caráter excepcional, o que ocorreu em fevereiro de 1994.

O episódio foi polêmico, incitando não só a participação da sociedade civil de Seropédica, como entidades envolvidas com questões ambientais de todo o estado. Conforme a carta manifesto redigida por entidades da sociedade civil em 1987,

várias reuniões e manifestações foram realizadas, reunindo um total de aproximadamente 2.000 pessoas, comprometidas com o objetivo de barrar a transferência do lixo químico da Ilha da Madeira, onde se encontra hoje, para Piranema, e cobrar das autoridades uma solução para a situação da Ilha da Madeira. Nós, do movimento popular e sindical de Itaguaí, entendemos que é obrigação da empresa que produziu o lixo, no caso a INGÁ, dar fim a este e que não seja prejudicial à população. Embolsaram o dinheiro do zinco, que fiquem também com o lixo³⁹.

Ressaltava-se, na ocasião, que o lençol freático distava apenas 1,5 metro da superfície na região de Fazenda Bonanza. A mobilização da sociedade civil constituiu um importante foco de pressão. A despeito da participação do poder público (que se encontrava pressionado pelos interesses da poderosa família Barreto), a iniciativa não teve curso e o aterro ficou esquecido. Importante também foi a iniciativa do Incra, defendendo, em um segundo momento, que a região era realmente de vocação agrícola, estando incluída no Programa de Reforma Agrária do Estado do Rio de Janeiro, o que (novamente) inviabilizava a construção do aterro.

Os desdobramentos e as soluções propostas

Depois de decretada sua falência⁴⁰, a empresa passou a ser administrada por um advogado, síndico da massa falida. Em fins de 2002, a massa falida solicitou o último fomento proveniente dos contribuintes brasileiros: que assumissem integralmente o passivo ambiental deixado pela Ingá, responsabilizando-se pela destinação final dos resíduos tóxicos resultantes de décadas de negligência consciente – uma estratégia empresarial lucrativa, a última após terem conseguido que a sua falência fosse decretada.

Judicialmente, a empresa não pode ser incriminada caso tenha falido, ao menos que se comprove que a falência foi fraudulenta, posição defendida por muitos. Segundo ambientalistas,

eles estavam respondendo a vários processos: trabalhista, crime ambiental. Já tinham perdido em primeira instância; um passivo muito grande, de 40 anos lá, depositando lixo químico no pátio; a opinião pública começando a questionar... Então eles recorreram. Quando eles viram que estavam come-

çando a perder a ação que o Petersen⁴¹ montou, eles decretaram a falência. Eles sonegavam impostos, não pagavam direitos trabalhistas nem o ICMS direito, não repararam o dano ambiental, tinham problema de contaminação do trabalhador. Estavam todos cheios de problema e montaram a falência fraudulenta⁴².

Até a sua falência, a firma possuía o mesmo quadro de 438 empregados. Segundo um ex-funcionário, "fecharam de uma hora para a outra; ainda funcionava 24h e todos os funcionários foram mandados embora sem direito nenhum"⁴³.

A família Barreto, embora controlando uma holding, alegou não ter como assumir qualquer solução para o passivo ambiental por falta de verbas e nem mesmo ter como quitar as dívidas trabalhistas de processos que se proliferaram. Contudo, uma correspondência recebida pela Kibo S/A, em 04/08/1998 (alguns meses após a falência ter sido decretada), oriunda das Ilhas Cayman, afirmava que a empresa possuía recursos em conta corrente no Bank of Credit and Commerce International (BCCI), de volume superior a um bilhão de dólares. O banco estava sendo liquidado e queria receber instruções de como devolver este dinheiro à empresa, propondo para tal algumas manobras afim de que não houvesse um flagrante fiscal.

O caso permaneceu sem solução, em parte devido às interferências judiciais da família Barreto, havendo, em fins de 2003, o perigo iminente de que o dique se rompesse de vez devido a suas inúmeras fissuras, lançando na Baía de Sepetiba resíduos líquidos e sólidos, causando prejuízos incalculáveis para a região. A empresa deixou milhões de reais de dívidas diretas, fora os custos estimados para a retirada/tratamento dos resíduos e para a descontaminação ambiental, para as quais seriam necessárias mais dezenas de milhões. Os ativos da massa falida jamais atingirão sequer parte razoável desse montante. Além disso, foi determinado judicialmente que todo o dinheiro adquirido pelo síndico da massa falida fosse encaminhado para o pagamento das dívidas empregatícias e com credores. Há um sem-número de processos particulares tramitando na Justiça do Trabalho, que dizem respeito aos direitos trabalhistas recorrentemente sonogados pela Ingá. Segundo um ex-funcionário, "além de pioneira no zinco, era primeira colocada em problemas trabalhistas"⁴⁴. Porém, as reivindicações trabalhistas coletivas que chegaram a iniciar-se, tanto no Ministério Público, quanto na Secretaria de Segurança da Saúde, sobre as condições sanitárias dos trabalhadores, "perderam-se" no meio do caminho. Completa outro ex-funcionário: "Eu queria que a justiça se fizesse valer porque tem mais de trezentas pessoas que eram funcionários e nunca receberam nada. Eu tenho um sobrinho com seis e um com oito anos [tempo que trabalharam na fábrica] que nunca receberam nada e passaram sufoco"⁴⁵.

Não há reposição de verbas nem mesmo para a manutenção da Estação de

Tratamento de Dejetos Industriais⁴⁶ (ETDI), única atividade mantida no local, com a intenção de que o montante de água tóxica não exceda e/ou rompa o dique com as chuvas. Este suposto tratamento de 'descontaminação' é extremamente precário, pois se restringe a neutralizar a solução ácida com aplicação de cal. Posteriormente, a solução neutralizada é despejada diretamente na Baía de Sepetiba, embora continue contendo altas taxas de metais pesados. Ainda assim, nem mesmo este tratamento, que seria paliativo é efetivamente realizado, pois a ETDI encontra-se sucateada. Para exercer tal atividade, existem três funcionários – revezando-se também na segurança – com carteira assinada pela “massa falida” e morando nos fundos do que restou da empresa. Lá, eles criam animais como galinhas e peixes – com vistas à alimentação – em uma piscina aberta diretamente no solo pela própria empresa, onde se estocava água da Cedae, utilizada no processo produtivo.

Além disso, este reduzido contingente de empregados não consegue impedir que algumas cabeças de gado invadam os domínios da empresa para pastarem em terreno contaminado, bem como que crianças entrem, através de parte do muro que desabou, em busca de espaços livres para o divertimento: banham-se nas águas residuais tóxicas por puro divertimento ou como forma de atingir e subir na montanha de rejeitos a fim de soltar pipa.

Em fins de 2003, surgiram algumas propostas de superação dos problemas provenientes do passivo ambiental da Companhia Ingá. Sabe-se que todas as possíveis soluções são custosas e de prazo longo, levando entre cinco e dez anos. Com a exceção do projeto de tratamento e reutilização do resíduo como matéria-prima em fornos de cimento para a fabricação de tijolos, estudo este realizado pelo Instituto de Biofísica da UFRJ, que criaria a possibilidade de reinserir os rejeitos industriais no mercado, as demais propostas parecem ser menos completas por não trabalharem com variáveis tais como a descontaminação da área do entorno (e não só do sítio da indústria) e por não proporem ações que visem a uma maior inserção social para a população vizinha.

Uma das propostas, defendida inclusive por quadros da Feema, seria o encapsulamento da montanha de rejeitos. Neste caso, os rejeitos seriam recobertos com material que impedisse a dissolução dos metais contidos na montanha a partir da ação da chuva. Contudo, essa solução não impediria a contaminação continuada do lençol freático. Também se cogitou, inclusive dentro do Ibama, a viabilidade técnica de construir o aterro industrial que foi determinado judicialmente no pátio da própria empresa, em local mais adequado, evitando a contaminação do lençol freático. Esta proposta deixa em suspenso a questão de quem se responsabilizaria pelos encargos. Outra opção seria transportar os resíduos para o aterro industrial da Bayer/Tribel, em Belford Roxo, extremamente onerosa devido aos altos preços cobrados pela multinacional. Além disso, essa operação

levaria anos para ser concluída e ainda abriria a possibilidade para a ocorrência de perigosos acidentes rodoviários.

Por último, foi apresentado o projeto da empresa Geoklock, que propõe apenas a liberação de mais verbas públicas para que continuem a ser realizados estudos na busca de uma área que possa servir de aterro industrial especificamente destinado aos resíduos da Ingá, ampliando, assim, os passivos ambientais em território fluminense, o que não constitui solução efetiva para o problema, que já se arrasta por décadas. Essa proposta, embora coerente com a sentença judicial, além de muito onerosa, mostra indícios de superfaturamento. Como não indica nenhuma área possível para a construção do aterro, o problema recai na mesma situação na qual se encontra desde o final do processo judicial, em 2000. Além disso, todas as etapas seriam financiadas pelo Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (Fecam), com os royalties do petróleo, retirando da população do estado a possibilidade de receber reais benefícios com o dinheiro público, que estaria sendo desviado para reparar desastres ambientais, oriundos de opções estratégicas degradantes de uma empresa privada.

A proposta alternativa sustentada pela Apedema, que busca há alguns anos o apoio político dos órgãos ambientais para viabilizá-la, seria a desconsideração jurídica da Companhia Ingá Mercantil, de modo que os seus sócios paguem pelo dano. Romper-se-ia, então, o sigilo bancário da família, da holding Kibo S/A (principal acionária da Ingá) e utilizar-se-ia esse capital para indenizar pescadores e ex-empregados, realizar exames toxicológicos, custear possíveis tratamentos, além de recuperar a área e dar destinação adequada aos resíduos. Tratar-se-ia de compensar os principais afetados: os pescadores artesanais da baía de Sepetiba, os ex-funcionários e a população do entorno em geral. Apesar da pressão da sociedade civil organizada, através da Apedema, em dezembro de 2002, em reunião com a extinta Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADS), depois Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Semadur) e com a Feema, a proposta da empresa Geoklock foi aprovada.

Em abril de 2003, o desastre ecológico resultante do rompimento de uma das barragens de contenção da indústria mineira de papel Cataguazes chamou a atenção da opinião pública para o risco de mais um desastre ecológico, ao passo que setores da sociedade civil atuaram para incluir o caso da Cia. Ingá Mercantil na agenda pública. A partir dessa dinâmica, o governo do estado e a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla) pressionaram o síndico da massa falida, que se comprometeu judicialmente a realizar obras de contenção do dique, sob ameaça de transbordar e se romper. Caso ela não cumprisse o projeto, as obras na Ingá deverão ficar a cargo de uma empresa privada e a obra será ressarcida pelo síndico da massa falida. Contudo, o destino dos rejeitos continuou incerto.

Estratégias empresariais frente ao conflito

- Utilização de métodos autoritários para a instalação da fábrica, expulsando irregularmente a população nativa (pescadores), distanciando-os irreversivelmente de seu principal meio de subsistência (a pesca), valendo-se para isso de benefícios oriundos do fato de o dono da empresa, o sr. Gondim Barreto, ser senador da República. “O poder de influência da empresa era muito grande nessa época, desobstruindo, inclusive, o caminho para a liberação de alguns financiamentos, os quais tinham sido suspensos por determinação do curador de justiça do estado, pleiteados junto ao BNDES e ao Banco de Desenvolvimento do Rio de Janeiro” (Processo 12267/88 – Ministério Público x Companhia Mercantil Industrial Ingá).
- Tentativa de não-legitimação dos procedimentos judiciais impetrados pelo Ministério Público. Por ocasião da instauração de procedimento para averiguar insalubridade nas condições de trabalho da empresa, o advogado da ré alegou que seria “problema ligado unicamente à relação de emprego, não tendo o Ministério Público legitimidade para a proteção dos empregados” (Processo 12267/88 – Ministério Público x Companhia Mercantil Industrial Ingá).
- Desrespeito às leis ambientais, acatando a multa e pagando posteriormente – podendo sonegar a mesma, ou, ainda, recorrendo às inúmeras instâncias possíveis, entendendo que esse caminho é mais lucrativo do que os gastos para a adequação às leis. Existem inúmeras instâncias onde uma empresa pode recorrer de multas ambientais – em âmbito nacional e também local – nos órgãos fiscalizadores responsáveis pela sanção (Ibama, Feema, CECA, Serla, Secretarias de Meio Ambiente), ou, por último, recorrendo à própria justiça comum, podendo durar anos todo esse procedimento.
- Tentativa de ocultar acidentes ambientais e danosos à saúde e irregularidades quanto às normas de controle de risco, como no caso dos funcionários que trabalharam por anos em ambiente degradante: “O único incidente ocorrido foi em razão de acidente de trabalho por negligência de um funcionário” – afirmou-se quando da denúncia de morte de um funcionário por intoxicação em 1996 (Alegação do advogado de defesa da ré, pág. 3, Processo 12267/88 – Ministério Público x Companhia Mercantil Industrial Ingá).
- Recorrer ao discurso científico como único válido para equacionar os conflitos ambientais, legando à esfera técnico-científica toda a responsabilidade pela determinação do risco, a fim de distanciar a discussão da sociedade – que possui pouca familiaridade com esta linguagem específica – e também com o objetivo de deslegitimar o discurso leigo

dos atores sociais que representam a sociedade civil (associações de moradores, sindicatos, ONGs etc).

- Minimização dos riscos. A Ingá Mercantil sempre questionou publicamente os laudos de vistoria de todos os profissionais e instituições que as realizaram – UFRJ, UFF, Grupo de apoio técnico e pericial do Ministério Público (GATE), Ibama, Feema –, alegando serem os dados falsos e oriundos, muitas vezes, de uma “perseguição injusta” sofrida pela empresa. “O presidente da empresa falida, Gilberto Barreto, acredita estar sofrendo perseguição da prefeitura de Itaguaí e garante que os rejeitos estão em lugar seguro” (*O Globo*: 6/2/2002).
- Desresponsabilização quanto à poluição industrial. A Ingá sentia-se injustiçada pelo aparelho fiscalizatório, alegando para tal a existência de outras empresas que também poluem. “Querem pegar a Ingá para Cristo” (alegação do advogado da empresa, Flávio Britto, na época do acidente de 1996 – *Veja Rio*: 20/8/97).
- Enfraquecer o movimento reivindicatório dos trabalhadores através de constantes mudanças em sua base sindical, dificultando as relações entre governo e sindicato. Os trabalhadores da Ingá foram representados, no decorrer dos anos, por vários sindicatos, ora do setor químico, ora do metalúrgico, todos eles sem grande expressão política. Essa foi uma estratégia da empresa para que qualquer movimento de melhoria das condições de trabalho e saúde fosse enfraquecido.
- Exportação dos lucros da empresa para os paraísos fiscais (Ilhas Cayman, no caso) a fim de sonegar impostos e viabilizar um processo de concordata, alegando, assim, uma “falência efetiva”.
- Abertura de processo de concordata e posterior decretação de falência da indústria, evitando responsabilizar-se pelo enorme passivo ambiental, bem como pelas possíveis indenizações aos empregados, cuja saúde vinha sendo lesada. É uma forma de abandono de empreendimento de risco tóxico: “Com a decretação da falência da referida empresa, a massa falida, no processo de execução de sentença, alega a impossibilidade de suportar os custos inerentes ao cumprimento de decreto judicial” (Inquérito Civil: 18/00).
- Elaboração de estudo de impacto ambiental e seu respectivo relatório (EIA-RIMA) de forma insuficiente. Na época em que pretendiam a instalação do aterro industrial, em Fazenda Bonanza, área de franca atividade agrícola, houve uma minimização do impacto ambiental da atividade poluidora. O estudo de impacto ambiental (EIA) não possuía análise socioeconômica da população do entorno e lidava com técnicas de avaliação e índices de tolerância humana à poluição bastante obsoletos.
- Nomeação de pessoa física sem nenhuma participação acionária na empresa, mas ao contrário, representante dos credores, como síndico res-

ponsabilizado por tratar juridicamente da empresa, já falida, a fim de preservar os bens das pessoas físicas donas do empreendimento, e também com o intuito de nada resolver efetivamente, pois a principal alegação do síndico é não possuir poder de decisão, uma vez que não é proprietário.

- Tentativa de naturalização dos riscos como parte inerente e, conseqüentemente, inevitável, do desenvolvimento econômico, das “novas” tecnologias do processo produtivo. “A presença de arsênio nos operários do tratamento é conseqüência do próprio processo” (Alegação do advogado de defesa da ré, p. 3, Processo 12267/88 – Ministério Público x Companhia Mercantil Industrial Ingá).
- Intervenção da empresa na administração municipal. Após as eleições de 1996, o presidente da Ingá foi nomeado Secretário de Assuntos Extraordinários do município de Itaguaí (período este em que tramitava o processo de concordata da empresa).
- Implementação, no interior da fábrica, de serviços de atendimento hospitalar e de lazer (por exemplo, um campo de futebol). Esses serviços eram, e ainda são, insuficientemente assegurados pelo estado e o objetivo da empresa era o de tornar-se cada vez mais imprescindível à população do entorno, a fim de evitar confrontos com a comunidade, apesar dos malefícios à saúde que causava.
- Incorporação de um discurso “verde”, com o objetivo de elidir o debate com a sociedade civil organizada. “A empresa desenvolve projeto visando a proteger ao máximo o ambiente em que opera, estando dentro desse projeto o Ingá Mata Atlântica, que objetiva a preservação e divulgação das espécies da fauna e flora encontrados na região, além de manter um laboratório totalmente voltado ao estudo e monitoramento do ambiente marinho da Baía de Sepetiba” (relatório anual da empresa ao escritório de advocacia Franco e Barbosa, 1997). “Depois da invenção do ‘desenvolvimento sustentado’, entre aspas, os falsos empreendedores vêm usando e abusando de tal expressão para justificar as agressões ao meio ambiente, à cidadania e às comunidades que atingem” (Pronunciamento do procurador jurídico da Aplim).

Estratégias estatais frente ao conflito

- Evitar o fechamento da empresa por acreditar que isso dificultaria a mitigação dos problemas ambientais. Em 1996, chegou-se a se discutir na Feema o fechamento da Ingá, pois a mesma já apresentara conduta reincidente. Nesta ocasião, não houve o fechamento da empresa, pois se acreditava que disto apenas resultariam toneladas de dejetos abandonados sem destino e não alguma forma de solução.

- Minimização do conflito. Consta no requerimento – da Feema – de licença prévia para a construção do aterro industrial em Fazenda Bonanza, datado de 23/01/90, que o nível de poluição da Companhia Mercantil e Industrial Ingá é pequeno. Em outra ocasião, o então secretário de meio ambiente do estado, Flavio Perri, discordou publicamente dos resultados das análises da água da Baía de Sepetiba, negando que o vazamento referente ao acidente de 1996 tenha causado a morte de peixes.
- Proposta de assinatura de Termo de Compromisso (ou Termo de Ajuste de Conduta – TAC) com a empresa. Em 1987, por deliberação da CECA, a Ingá, a Feema e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente firmaram um Termo de Compromisso com a finalidade de adequar a disposição de resíduos sólidos e o tratamento dos líquidos. Em 1990, foi assinado um aditivo ao termo, determinando que a construção do aterro industrial fosse feita fora dos domínios da empresa, para onde os resíduos acumulados deveriam ser removidos.
- Impor à empresa a realização de obras visando à minimização dos riscos ou dos danos. Em 1984, por determinação da Feema, começa a construção de um dique argiloso de contenção no perímetro da área de deposição dos resíduos como forma de sanar os problemas de vazamento de material tóxico para a Baía de Sepetiba. O dique é fechado em sua porção norte apenas em 1986. Em outubro de 1991, foi feita uma elevação de 1 metro em toda a sua extensão (aproximadamente 2 km).
- Intimações por disposição incorreta de resíduo, para requerer licença de operação, para a apresentação de análise de risco, para monitorar o vazamento de resíduos tóxicos e para otimizar o sistema de tratamento de efluentes. Somente entre 1986 e 1996, a Feema emitiu nove intimações à Ingá, além de autos de constatação pelo não cumprimento das intimações.
- Multar a empresa poluidora. Somente no período entre 1989 e 1996, a CECA multou a Ingá nove vezes.
- Investigar as condições de trabalho e de saúde na Ingá, diagnosticando e elaborando posteriormente um planejamento de reestruturação dos setores produtivos e de medicina e segurança do trabalho da empresa. Em 1988, a partir de monitoramentos e de seus respectivos resultados, o Programa de Saúde do Trabalhador, da Secretaria de Estado de Saúde (PST/SES) elaborou uma lista de mudanças no ambiente industrial e no setor de medicina e segurança do trabalho da empresa. Essas mudanças foram objeto de exigências em intimações, sendo grande parte delas cumpridas ao longo dos dois anos seguintes.
- Instaurar inquérito civil para apurar denúncias contra a empresa e ajuizar ação judicial. Em 1986, o Ministério Público Estadual instaurou

inquérito civil visando a apurar denúncias de emissão de substâncias tóxicas que ameaçavam a saúde dos trabalhadores da Ingá e da população circundante, o que correspondeu a uma Ação Civil Pública em 1988. Já em 1996, a prefeitura de Itaguaí e o deputado Carlos Minc ajuizaram nova Ação Civil contra a Ingá, desta vez no Ministério Público Federal. A primeira Ação civil, após dez anos tramitando na justiça, chegou ao final em 1999 com a condenação da ré a construir um depósito industrial e remover para lá todos os rejeitos sólidos contaminantes, no prazo de sessenta dias (a sentença não foi cumprida até hoje).

- Assumir atitude imprevidente quanto às reais possibilidades de se implantar o aterro industrial em Fazenda Bonanza. O grupo de técnicos da Feema responsável pelo estudo e análise do EIA-RIMA apresentado pela Ingá a respeito da implantação do aterro industrial em Fazenda Bonanza foi negligente quanto a alguns aspectos negativos do mesmo – tais como o fato de nesta região o lençol freático estar localizado a aproximadamente 1,5 metro da superfície e de se tratar de zona rural – e encaminhou ofício à CECA e à Secretaria Estadual de Meio Ambiente mostrando-se favorável à implementação do empreendimento em caráter excepcional, sob o argumento de que este traria grandes benefícios a médio e longo prazos ao ecossistema. O próximo passo foi encaminhar o parecer ao então governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, na qualidade de presidente do Conselho Deliberativo para a Região Metropolitana (CDRM), para que fosse dada a palavra final sobre o acolhimento ou não do único óbice apontado pela Feema. Em decreto de 25/02/94, assinado pelo governador, foi autorizada a homologação do licenciamento ambiental procedido pela CECA, mediante recomendação da Feema.
- Desconsiderar normas do zoneamento apropriado à área onde se localizava a Fazenda Bonanza. Partindo do princípio de que a Fazenda Bonanza se localizava em área considerada zona rural, de início seria decisivo um parecer contrário à construção do aterro industrial por parte do Inbra. Entretanto, esta autarquia, em ofício à Feema (datado de 14/4/92), informou nada ter contra a implementação do empreendimento e que a Fazenda Bonanza não fazia parte de seu acervo de terras. Num segundo momento, após a solicitação do Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Itaguaí de esclarecimentos sobre as reais condições daquelas terras, o Inbra o informou, e também à Feema, que se tratava mesmo de zona agrícola e que “esta autarquia desenvolve Projetos de Assentamentos de parceiros agrícolas, do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal” (ofício à Feema, datado de 23/2/95), o que inviabilizou o aterro naquela região.
- Coleta de amostras de resíduos industriais para análises laboratoriais e vistoria da área poluída. O secretário da Secretaria de Agricultura e

Meio Ambiente de Itaguaí (Sama), por ocasião do grave acidente de 1996, solicitou a colaboração de laboratórios da UFRJ, além da Feema, para monitorar a água do mar.

- Convocação de Audiências Públicas caracterizadas, porém, por seu esvaziamento. A Audiência Pública do processo de licitação do aterro industrial em Fazenda Bonanza foi vazia por falhas de convocação, o que impossibilitou o confronto direto com entidades civis.
- Ceder cargo político ao dono do empreendimento poluidor favorecendo seus interesses empresariais em detrimento dos interesses públicos. Em 1997, o proprietário da Ingá foi nomeado para a Secretaria de Assuntos Extraordinários do município de Itaguaí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso Ingá evidencia o modo como certas práticas empresariais se beneficiam da precariedade do aparato fiscalizatório estatal para maximizar lucros em detrimento da qualidade de vida de populações destituídas. A Ingá claramente preferiu o embate com as agências públicas ambientais, ou mesmo os conflitos judiciais, a se adequar tecnicamente, em parte contando com a força política que a família Barreto deteve desde o período em que teve influência o senador Domício Gondim Barreto. É possível somar a isso estratégias que visam a naturalizar o risco e o dano ambiental, tais como sonegar informações, neutralizar a capacidade de ação do Estado, desresponsabilizar a empresa e recorrer à “maquiagem verde” de suas práticas. A Ingá, sendo um dos maiores contribuintes do estado em ICMS e grande fonte de empregos no município de Itaguaí, justificou os males ambientais como sendo o “preço do progresso”. Procurou também cooptar a população local oferecendo serviços insuficientemente assegurados pelo estado, tais como atendimento hospitalar e campo de futebol (Leite Lopes, 2000: 28).

Desde o início de sua atividade na planta industrial da Ilha da Madeira, as irregularidades da Ingá foram se somando ao quadro no qual direitos civis, inclusive os ambientais, eram desrespeitados. Por certo, a falta de liberdade política parece ter facilitado empreendimentos degradantes sem que houvesse contra eles mobilização significativa por parte da sociedade civil. Contudo, mesmo em pleno estado de direito, a cultura política de Itaguaí tem sido caracterizada pelo que “se qualificaria como tradicional nesse campo – marcada por facções pessoais, clientelismo e violência” (Leite Lopes, 2000: 18). Ameaças e mortes por razões políticas acontecem frequentemente neste município, o que em parte pode explicar os fracos registros de organização popular e de capacidade da mesma influenciar as políticas locais.

O caso em estudo constitui um exemplo do “híbrido institucional brasileiro” (Santos, 1994: 77-115), ou seja, uma mescla de características poliárquicas⁴⁷ e um hobbessianismo social⁴⁸. Evidenciam-se então os problemas da ação de um governo armado de ferramentas regulatórias que operam num relativo vazio cívico, dada a insuficiente organização da população para se fazer representar nas instâncias políticas.

É neste cenário que se configura a desigualdade ambiental associada às decisões locacionais, que concentram os males ambientais em áreas onde é relativamente menor o valor da terra e onde residem populações destituídas de bens básicos. O caso Ingá sugere, assim, a existência de uma lógica política que otimiza as condições de acumulação industrial em detrimento da qualidade de vida das populações destituídas.

NOTAS

¹ O Porto de Sepetiba é considerado uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE).

² Uma lei municipal de Itaguaí, datada de 1993, isenta de taxa de obras, Habite-se e IPTU, por dez anos, qualquer empresa que gerar mais de 30 empregos.

³ Cf. Entrevista com D. Gisela, mulher de um pescador da Ilha da Madeira, fevereiro 2003. Todos os nomes utilizados ao longo do texto referentes a ex-empregados da Ingá e a moradores de Itaguaí são fictícios.

⁴ Registre-se, porém, que no início dos anos 2000, no conflito em torno da possibilidade de instalação de mais um empreendimento poluidor em Itaguaí, a usina termoelétrica a carvão mineral de Sepetiba, um dos jornais emitiu parecer contrário à instalação e favorável à atuação de setores organizados da sociedade civil que atuaram politicamente contra a mesma.

⁵ Cogitou-se a possibilidade de homicídio doloso na morte de um combativo promotor do estado em um acidente duvidoso na Avenida Brasil, em novembro de 2002. Nessa época, o mesmo trabalhava na abertura de um inquérito para possibilitar indenizações aos pescadores artesanais da Ilha da Madeira, principais atingidos pela poluição da Baía de Sepetiba.

⁶ Cf. Carta-Manifesto: “Não queremos lixo nenhum!”, produzida pelo *Fórum Social de Entidades Contra o Lixo Químico*, 1987

⁷ Cf. procedimento interno do Ministério Público Estadual, IC: 1792, alocado no 7º Centro Regional.

⁸ Cf. Entrevista com Sérgio Ricardo de Lima, ambientalista e ex-secretário da Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (Apedema), março 2003.

⁹ As crianças do ensino fundamental da escola pública da Ilha da Madeira sofrem ao ouvir o potente sinal de alarme emitido simultaneamente ao estrondo das explosões da Sepetiba Engenharia. Jogam-se no chão e choram. Os adultos rezam para que nada aconteça de pior. Quando indagado pela Associação de Moradores da Ilha da Madeira quanto ao potencial destruidor das atividades da pedreira, o gerente da empresa foi categórico: “os incomodados que se mudem”.

¹⁰ Inquérito Civil nº 1.353, alocado no 7º Centro Regional, MP estadual, referente à poluição causada à Baía de Sepetiba pelo distrito industrial de Santa Cruz.

¹¹ Inquérito Civil nº 1.330, alocado no 10º Centro Regional, MP estadual.

¹² Hoje, um mesmo advogado presta assessoria “jurídico-política” gratuita tanto para a Aplim como para a Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira (Apaim), uma dissidência da primeira associação.

¹³ Um primeiro conjunto de pescadores mudou-se do Saco do Engenho porque suas residências estavam localizadas onde hoje se encontram os galpões da Ingá. Outros ficaram isolados pela planta industrial da empresa e, principalmente em dias chuva, necessitavam passar por seu pátio como forma de contato com o mundo, o que levou a empresa a insistir em comprar ou expulsar tais moradores. A fim de atingir tal objetivo, a mesma chegou a perseguir alguns pequenos proprietários de sítios produtores de bananas que se negavam a vender suas terras e até mesmo a assasinar um deles.

¹⁴ Cf. Entrevista com Severino, ex-morador do Bairro do Engenho, fevereiro 2003.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Jaílson Barboza Coelho, madeirense e ex-secretário de meio ambiente de Itaguaí em artigo publicado no jornal *Diário Democrático*, em 19/10/2001.

¹⁷ “Folcloricamente, a ilha era maravilhosa. Numa viagem à ilha não se podia deixar de conhecer e participar do seu futebol, das cirandas de roda, da folia de reis e, em especial, o seu carnaval. Fantasias como a mula-sem-cabeça, o lobisomem, o boitatá e outras crendices, eram um verdadeiro mistério para as crianças e marmanjos que muitas das vezes se iludiam com essas histórias. Por tradição e fé de seu povo, a ilha não podia deixar de ter a sua igreja (Bom Jesus de Iguape) onde moradores se reuniam para a missa aos domingos e outras festas populares” (Barboza, s.d.: 16-17).

¹⁸ A violência simbólica implícita nesse processo pode ser sentida através de depoimentos dos pescadores que residiram no antigo Bairro do Engenho: “Nós mesmo não queria vender a nossa casa. Nós vendemos porque todo mundo já tinha se mudado: um foi para Sepetiba, um foi para Coroa Grande, outro foi para Itaguaí (...) e nós ficamos aqui. Aqui era uma área muito boa para nós, que tinha a Praia do Coração, a Praia da Prainha, a Praia do Engenho. Nós tinha a nossa igreja, muito boa lá. Nós tinha a nossa festinha todo o sábado, nossa brincadeira e acabou tudo. (...) Foi acabando. E eu vou fazer o quê? Nós não vamos ficar sozinhos lá” (S. Raimundo Pinto da Silva); “Agente fica triste. Agente chega lá e chora... Vê tanta coisa. Agente não tinha tanta facilidade, não tinha estrada, não tinha ônibus. Mas a vida tá sendo pior do que era” (S. Severino); [Na época da instalação da Ingá] “o comentário era muito a questão do emprego, né? O pessoal se baseava muito nisso, no emprego. Aí depois veio surgindo esse problema, da questão de saúde”.

¹⁹ Cf. *Veja Rio*, 20/08/97.

²⁰ Cf. Entrevista com Alcimenes, morador da ilha, pescador e ex-funcionário da Ingá, fevereiro 2003.

²¹ Estudos de saúde realizados por Paulo Sá, após acidente ocorrido em 1996, comprovaram a contaminação de ostras e mexilhões, fonte usual de alimentação da população da Ilha da Madeira mesmo nos parâmetros mais tolerantes das normas brasileiras de 1994. “Existem evidências de que a toxicidade do chumbo pode ocorrer a níveis de 10-15 mg/dl de Pbs. No Brasil, a atual NR-7, de 1994, estabeleceu como limite de tolerância biológica para o chumbo o valor de 60 mg/dl” (Sá, 1999: 68).

²² Em análise feita em 1992, sobre o processo produtivo da Ingá, Barcellos explica que o mesmo era “baseado na solubilização de cádmio e zinco contidos na calamina, um silicato de

zincos mineral, por ácido sulfúrico, e a remoção do material indesejável por precipitação e filtração. Aproximadamente 1.500 ton. por ano de arsênio (As₂O₃) [era] usado no terceiro tratamento do processo industrial, com a intenção de purificar a solução de sulfato de zinco antes da eletrólise” (Barcellos Neto, 1995: 59).

²³ A empresa era tida como estratégica por ser a única produtora nacional de zinco metálico, material considerado estratégico para a economia brasileira.

²⁴ O fechamento total do dique só ocorreu em 1986. Sondagens técnicas realizadas no ano anterior revelaram que o dique foi construído, em sua porção norte, sobre uma camada superficial (de até dois metros de espessura) de aterro de solo. Já sobre as porções leste e oeste, foi construído sobre camada de resíduo antigo de até três metros de espessura. Estes aterros, por sua vez, foram depositados sobre uma camada de argila orgânica marinha mole, com espessura de até dois metros, e mais cinco metros de espessura de argila arenosa. Apesar de tudo, o material foi depositado na bacia de rejeitos sem qualquer prévia impermeabilização.

²⁵ A obra do dique teria sido executada sem projeto técnico. Em 1991, o dique de contenção foi tecnicamente condenado pela Feema.

²⁶ Cf. Entrevista com D. Diotima, moradora do antigo Bairro do Engenho, fevereiro 2003.

²⁷ Cf. Luiz Drude de Lacerda, UFRJ – Projeto Ingá Rejeito Zero – obras emergenciais, avaliação ambiental, projeto de remediação – SEMADS/Sect. Setembro 2002.

²⁸ Sobre os efeitos dessas substâncias tóxicas, ver Metais pesados: características (p. 222-4).

²⁹ Cf. Luiz Drude de Lacerda, UFRJ – Projeto Ingá Rejeito Zero – obras emergenciais, avaliação ambiental, projeto de remediação – SEMADS/Sect. Setembro 2002.

³⁰ Os pescadores de Itaguaí são muito conscientes do comprometimento do nível de pescada a partir da degradação ambiental, cujo principal foco foram os quase 40 anos de poluição da Ingá, como atestam os depoimentos: “Antigamente eu ‘matava’ 100, 200 kg de pescadinha por dia. Hoje, depois da Ingá, não se pega nem 1 kg. ‘Matava’ por dia 500, 600 kg de camarão com 300 metros de rede. Aí, chegou a Ingá e acabou. Embora hoje a gente tenha 3 km de rede...”, entrevista com Leandro, pescador e presidente da Associação de Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira (Apaim), fevereiro 2003.

³¹ Cf. Entrevista com Joelson, ex-morador do Bairro do Engenho e ex-funcionário da Ingá, fevereiro 2003.

³² Cf. Barcellos Neto (1995: 94).

³³ Um relatório técnico da Feema, datado de 2002, comprova que metais pesados existentes na pilha de rejeitos estão sendo transportados, pela ação do tempo e das chuvas, para regiões vizinhas e penetrando no solo, podendo estar contaminada toda a área vizinha à Ingá, até o Porto de Sepetiba.

³⁴ Embora estejamos dando destaque a estes cinco acidentes, ocorreram dezenas de outros com menores conseqüências, sempre que o nível da chuva resultou em transbordamento. Por vezes, a empresa chegou a ocultar a existência dos acidentes das agências públicas ambientais responsáveis (ver p. 222).

³⁵ Cf. Entrevista com Alcimenes, morador da ilha, pescador e ex-funcionário da Ingá, fevereiro 2003.

³⁶ Sérgio Ricardo de Lima, ex-secretário executivo da Apedema, jornal *O Dia*, maio de 2002.

³⁷ Cf. Entrevista com Fernando, pescador e morador da Ilha da Madeira, ex-presidente da Aplim – fevereiro 2003.

³⁸ De 1993 até o início de 1997, o município de Itaguaí foi composto por três distritos: Itaguaí, Seropédica e Ibituporanga.

³⁹ Cf. Carta-Manifesto: “Não queremos lixo nenhum!”, produzida pelo Fórum Social de Entidades Contra o Lixo Químico, 1987, Itaguaí.

⁴⁰ O mesmo síndico da massa falida já dirigia a empresa desde o processo de concordata.

⁴¹ João Batista Petersen foi o promotor do Ministério Público Estadual que assinou o inquérito MP x Ingá Mercantil, dando origem à Ação Civil Pública, vencida em 1999.

⁴² Cf. Entrevista com Sérgio Ricardo de Lima, ex-secretário executivo da Apedema, março de 2003.

⁴³ Cf. Entrevista com Alcimenes, pescador da ilha da Madeira e ex-funcionário da Ingá – fevereiro 2003.

⁴⁴ Cf. Entrevista com Roger Antunes, químico industrial, chefe de turno da fábrica até a sua falência, fevereiro 2003.

⁴⁵ Cf. Entrevista com Alcimenes, morador da ilha, pescador e ex-funcionário da Ingá, fevereiro 2003).

⁴⁶ A Estação de Tratamento de Dejetos Industriais foi construída em 1991, por determinação da Feema.

⁴⁷ De acordo com Robert Dahl, define-se poliarquia pela existência institucional de regras claras, reconhecidas e obedecidas, que venham a garantir um elevado grau de competição pelo poder, associado a uma extensa participação política. Neste caso, são necessárias garantias tais como liberdade de expressão, de formação de partidos e de outros tipos de associações, além da possibilidade de controle da agenda pública.

⁴⁸ Referimo-nos ao modelo lógico criado pelo filósofo contratualista Thomas Hobbes, onde a condição natural dos homens, antes do *pacto* e vida em sociedade, caracteriza-se pela “guerra de todos contra todos”. Utilizamos a idéia de hobbessianismo social (nacional) para caracterizar a falta de credibilidade, por parte dos cidadãos, nas instituições políticas e jurídicas, nas leis e nas instâncias burocráticas como garantidoras da ordem social, bem como no individualismo personalista – tendendo ao egoísmo – de sujeitos que visam, em primeira e em última instância, a obter vantagens individuais, mesmo que em detrimento de outrem, de leis ou instituições, ao passo que, muitas vezes, deixam de atuar politicamente para fazer valer suas demandas sociais.

Principais acidentes ocorridos na Ingá

30-31/08/1985 – Transbordamento de bacia de contenção de resíduos industrial.

05/11/1985 – Transbordamento de bacia de contenção de resíduos industrial.

06/02/1988 – Transbordamento de bacia de contenção de resíduos industrial.

10/10/1991 – Rompimento de bacia de contenção de resíduos.

13/02/1996 – Transbordamento de bacia de contenção de resíduos industrial.

Metais pesados: características

• Zinco

Enquanto mineral, o zinco encontra-se na crosta terrestre associado a outros metais como o cobre e o chumbo, ou com bastante ferro misturado. Os principais compostos de zinco são o óxido (ZnO), utilizado no fabrico de tintas ou nas indústrias de cerâmica e de borrachas; e o sulfato de zinco (ZnSO₄), com aplicação na indústria têxtil e no enriquecimento de solos pobres em zinco, como suplemento nutritivo para promover o crescimento das plantas. O cloreto de zinco é utilizado em pilhas secas e na preservação de madeiras, bem como uma forma de desodorizante em diversos fluídos e como mordente em tintas. Já o zinco metálico é usado na produção de ligas ou na galvanização de estruturas de aço.

É um dado adquirido que o zinco desempenha um papel vital no desenvolvimento animal. Uma dieta rica em zinco diminui o risco de hemorragias e melhora a cicatrização das feridas. Contudo, a ingestão de certos sais de zinco provoca náuseas e diarreia, e a inalação de óxido de zinco pode provocar lesões nos pulmões e, de um modo geral, em todo o sistema respiratório.

• Arsênio

É um elemento tóxico bastante comum, encontrado no solo, águas, ar, alimentos ou em formulações de raticidas, praguicidas e inseticidas minerais, na produção de tubos fluorescentes, cerâmica, vidros transparentes e opacos etc. A absorção dos compostos de arsênio se dá por via respiratória, via dérmica e oral.

O Arsênio acumula-se nos leucócitos, no fígado, rins, trato gastrointestinal, baço, pulmões, ossos e unhas. Além disso, deposita-se no cabelo duas semanas após o início da exposição onde permanece por anos. É excretado

lentamente pela urina, fezes e suor. Como efeitos em longo prazo, pode-se citar o câncer de pele e dos pulmões, anormalidades cromossômicas e efeitos teratogênicos.

• Cádmio

O cádmio não ocorre livremente na natureza, sendo bastante utilizado nos processos de galvanoplastia, fabricação de baterias Ni – Cd, fabricação de pigmentos, em fundições e no fumo de tabaco. Sua absorção se dá por via respiratória e por via digestiva.

O cádmio se acumula nos rins, fígado, pulmões, pâncreas, testículos e coração. A excreção é lenta por via renal e intestinal. Possui uma meia-vida de 30 anos nos rins e de 10 a 14 anos em outras regiões do organismo. Dentre os efeitos causados por intoxicação crônica, pode-se citar a descalcificação óssea, lesão renal, enfisema e fibrose pulmonar, bronquite, anemia, hipertensão arterial, doença de itai-itai (que tem esse nome devido às absurdas dores ósseas e musculares que causa), perda do olfato, além de efeitos teratogênicos e carcinogênicos.

• Cromo

O cromo é um elemento abundante e ocorre nos seguintes estados de oxidação: Cr⁺², Cr⁺³ e Cr⁺⁶. Somente as formas trivalentes têm significado biológico. O cromo trivalente é a forma mais comum encontrada na natureza; já o cromo hexavalente é nocivo à saúde e tem maior importância industrial. As principais fontes de exposição ao cromo são as indústrias metalúrgicas, onde é utilizado como produto anticorrosivo, e em indústrias de cromagem e de cimento. A absorção se dá por via respiratória (Cr⁺⁶), via oral e via dérmica (Cr⁺³).

O cromo armazena-se nos pulmões, pele, músculos e tecido adiposo. Quando a exposição se dá por via oral, cerca de 50% do cromo inalado é absorvido. As maiores concentrações podem ser encontradas no cabelo e pulmões. Os compostos de cromo trivalente possuem baixa toxicidade, enquanto os compostos de cromo hexavalente podem provocar anemia, alterações hepáticas e renais, bronquite, lesões no sistema nervoso central, no baço e no fígado, além de câncer de pulmão. Sua eliminação se dá pela urina.

• Chumbo

O chumbo é um elemento de largo emprego industrial, destacando-se, entre outras, a indústria extrativa, petrolífera, de acumuladores, de tintas e corantes, cerâmica, gráfica e bélica. A absorção se dá por via respiratória (fumos e poeiras), via oral (5 a 10%) e via dérmica (compostos orgânicos). A contaminação também se dá de forma intensa a partir de solo contaminado, emissões industriais e exposição ocupacional.

O chumbo encontra-se armazenado nos ossos (cerca de 90%), cabelo, unhas, cérebro, fígado e rins. A excreção é realizada em maior proporção pelas fezes (cerca de 90%) e urina. Exerce ação tóxica na biossíntese do heme no sistema nervoso, no sistema renal e no fígado. Apresenta efeito cumulativo no organismo, com uma meia vida de cerca de 20 anos. As intoxicações crônicas (saturnismo) provocam danos ao aparelho auditivo, redução nos níveis de vitamina D, cólicas gastrintestinais, paralisia muscular, encefalopatia e alterações como as gastrintestinais, as neuromusculares e as hematológicas. Concentra-se primeiramente no sistema periférico central, causando modificações neurocomportamentais e psicológicas.

Fonte: Harte *et alii*, 1991

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. "Justiça ambiental e construção social do risco". Paper apresentado ao XIII Encontro Nacional da ABEP. Caxambu: mimeo, 2002.
- _____. "Justiça ambiental – novas articulações entre meio ambiente e democracia". In: IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ, *Movimento sindical e defesa do meio ambiente – o debate internacional, Série Sindicalismo e Justiça Ambiental*, vol. 3. Rio de Janeiro: IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ, 2000, p. 7-12.
- ALERJ. *Contaminação ambiental da Baía de Sepetiba pela Cia Mercantil e Industrial Ingá*. Rio de Janeiro: Relatório Técnico da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (CDMA-ALERJ), 1996.
- BARBOZA, Roberto. *Crônicas da Ilha*. Itaguaí: Editado pela prefeitura de Itaguaí, s.d.
- BARCELLOS NETO, Cristovam de Castro. *Distribuição e comportamento de metais pesados em uma área de lançamento de rejeitos de uma indústria de zinco e cádmio (Baía de Sepetiba, RJ)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. Dissertação de Mestrado, Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho.
- _____. "Arsenic contamination in a coastal environment affected by a zinc smelting plant (Sepetiba Bay, Brazil)". *International Seminar Proceedings – Arsenic in the Environment its Incidence on Health*, Santiago, 1992, p. 59-62.
- _____. *Geodinâmica de Cádmio e Zinco na Baía de Sepetiba*. Niterói: UFF, 1995. Tese de Doutorado, Departamento de Geoquímica.
- BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1991.
- BULLARD, Robert. "A anatomia do racismo ambiental e o movimento por justiça ambiental". In: IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ. *Movimento sindical e defesa do meio ambiente – o debate internacional, Série Sindicalismo e Justiça Ambiental*, vol. 3. Rio de Janeiro: IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ, 2000, p. 32-41.

- CASTELMAN, Barry. "A migração dos riscos industriais". *Caderno CRH*, Salvador, jan./dez. 1996, n. 24/25, p. 41-67.
- COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA ALERJ. *Contaminação ambiental da Baía de Sepetiba pela Companhia Mercantil e Industrial Ingá*. Rio de Janeiro: ALERJ, março de 1996.
- FEEMA. *Avaliação e proposição de melhorias das Bacias de Acumulação de Resíduos*. Rio de Janeiro: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – Parecer Técnico n° 002/86, 1986.
- _____. *Acompanhamento e apoio às ações desenvolvidas para avaliação do passivo ambiental – Companhia Mercantil Industrial Ingá*. Rio de Janeiro: Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente, março de 2002.
- _____. *Acompanhamento e apoio às ações desenvolvidas para avaliação do passivo ambiental da Cia. Mercantil Industrial Ingá*. Rio de Janeiro: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – Relatório Técnico, 2002.
- _____. *Meio ambiente, condições de vida e saúde no município de Duque de Caxias – uma abordagem metodológica para a determinação da qualidade de vida*. Rio de Janeiro: DIVEA/GERCO. Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, agosto de 1994.
- FUKS, Mario. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro – ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- HARTE, John; HOLDREN, Cheryl; SCHNEIDER, Richard; SHIRLEY, Christine. *Toxics A to Z – a Guide to Everyday Pollution Hazards*. Califórnia: Editora da Universidade da Califórnia, 1991.
- LACERDA, Luiz Drude de; PFEIFFER, Wolfgang Christian; FISZMAN, Marlene; LIMA, Neuza Rejane Willy. "Metais pesados no pescado da Baía de Sepetiba, Estado do Rio de Janeiro – RJ". *Ciência e Cultura*, Rio de Janeiro, fevereiro de 1985, 37 (2), p. 297-302.
- LEITE LOPES, José Sérgio; SILVA, Gláucia Oliveira da; ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane. "Papel do Estado e meio ambiente: algumas instâncias em foco". *Cadernos do NuAP – Do Local ao Internacional: Práticas Políticas, Relações Pessoais, Facções*, Rio de Janeiro, 1999, n° 4, p. 72-79.
- LEITE LOPES, José Sérgio (coord.). *Participação da população no controle da poluição industrial*. Relatório Final de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro: mimeo, 2000.
- MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. *Barragem de Rejeitos da Companhia Mercantil Industrial Ingá – Ilha da Madeira/Itaguaí/Rio de Janeiro*. Cláudio R. Martins. Niterói: Parecer Técnico por solicitação do 7° CREADIN, maio de 2002.
- _____. *Projeto Ingá Rejeito Zero – obras emergenciais, avaliação ambiental, projeto de remediação*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Parecer Técnico por solicitação da SEMADS, setembro de 2002.
- _____. *Relatório de Monitoramento da área da Companhia Mercantil e Industrial Ingá*. Itaguaí: Prefeitura Municipal de Itaguaí/Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, março de 1999.

- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama). *Relatório Final sobre a situação da companhia Mercantil Industrial Ingá: recomendações do IBAMA*. Brasília: junho, 2002.
- PORTO, Marcelo Firpo de Souza. “Considerações sobre a dinâmica de regulação dos riscos industriais e a vulnerabilidade da sociedade brasileira”. In: _____; HERCULANO, Selene; FREITAS, Carlos Machado de (orgs.). *Qualidade de vida & riscos ambientais*. Niterói: EdUFF, 2000, p. 147-170.
- RESENDE, C. E.; PFEIFFER, W. C.; LACERDA, L. D. de. “Evolução da contaminação por metais pesados (1980-1989) na Baía de Sepetiba através do uso de areais de praia como monitor”. *Ciência e Cultura*, Rio de Janeiro, 1991, 43 (1), p. 61-63.
- SÁ, Paulo G. S. *Contaminação do ambiente marinho por metais pesados e suas implicações sobre a comunidade de pescadores artesanais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. Tese de Doutorado.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- TORRES, Haroldo da Gama. “A demografia do risco ambiental”. In: _____; COSTA, Heloisa (orgs.). *População e meio ambiente – debates e desafios*. São Paulo: Ed. Senac, 2000, p. 53-74.

A “Poluência” de Magé

Gustavo Bezerra*

O presente texto procura identificar as estratégias dos atores sociais envolvidos em um conflito instaurado entre uma empresa de coprocessamento de resíduos tóxicos e a população de três distritos do município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, que sofre os efeitos da emissão de gases pela referida unidade industrial. A pesquisa foi produzida a partir de entrevistas e da leitura de material produzido pela empresa e por grupos de moradores da região. Objetivou-se levantar as estratégias empregadas pelas partes em litígio, como também por parte do poder público.

A pesquisa procura discutir como as estratégias adotadas pela empresa buscam a minimização de custos em segurança ambiental e a socialização dos riscos para as populações circunvizinhas, ao mesmo tempo em que constroem a imagem de uma empresa permeável a reclamações, que concede alívios temporários à população. Frente a isto, observar-se-á como os moradores adotarão estratégias diversificadas que, a despeito da fragilidade da mobilização coletiva, foram capazes de permitir aos seus partícipes estabelecer laços extralocais em suas lutas contra as agressões ambientais associadas ao empreendimento.

PERCEPÇÕES DO RISCO

A planta de beneficiamento de resíduos iniciou suas operações em Magé em dezembro de 1998. O terreno ocupado pela mesma, com cerca de 440.000 m², sendo cerca de 20.000 m² por galpões cobertos, está localizado às margens da rodovia Rio-Teresópolis (BR-116), a 1 km da entrada para a sede do município de Magé. No entorno do empreendimento, situam-se três comunidades bem próximas: o Parque Boneville, localizado em frente à empresa, no lado oposto da

* Sociólogo, pesquisador do Mapa de Conflitos Ambientais do Estado do Rio de Janeiro.

estrada, o Parque Iriri, que fica atrás da empresa, e Barão de Iriri, a cerca de 3 km da planta.

A empresa definiu as suas atividades como de “coprocessamento de resíduos industriais para destinação final e/ou como matérias-primas e combustíveis alternativos em indústrias de transformação” (segundo a página eletrônica da empresa). Em outras palavras, a unidade de Magé não fica exatamente incumbida da destinação final, mas da preparação (“beneficiamento”) dos resíduos para futura destinação final ou reaproveitamento em outras unidades industriais. De um modo geral, o material que sai da empresa é destinado a uma planta de fabricação de cimento específica no município de Cantagalo (RJ), que utiliza o material como combustível. A secagem de resíduos, uma das principais operações executadas no estabelecimento, é responsável por emissões gasosas.

Trazer o “progresso”, o “desenvolvimento de Magé”, e gerar cerca de 80 postos de trabalho num cenário de “carência de empregos existente no município”¹ foram alguns dos argumentos acionados pela empresa para conferir legitimidade social para a instalação de sua planta em Magé. A empresa incumbiu-se ainda de distribuir cinco cestas básicas mensais à associação de moradores do distrito do Parque Iriri, comunidade mais próxima da unidade, e apóia ainda programas locais de prevenção ao uso de drogas, segundo consta na página eletrônica da empresa.

A partir do início das atividades da empresa, moradores, trabalhadores e pessoas em trânsito, num amplo espectro espacial do entorno da mesma, passaram a sentir alterações no meio ambiente e, muitas vezes, em sua própria saúde. Odores incômodos (descritos como de “uma mistura de borracha queimada com éter”), irritação nos olhos, dores no corpo, principalmente na cabeça, costas e garganta, manchas cutâneas, sangramentos intermitentes de nariz, desmaios, febre e dificuldades respiratórias foram alguns dos fenômenos que se tornaram recorrentes a partir de 1999 e foram prontamente associados às operações da unidade industrial.

Conseqüentemente, a difusão de tais males de saúde em diversas famílias causou um sentimento coletivo de inquietação entre os moradores de Parque Boneville, Parque Iriri e Barão de Iriri. Esta inquietação motivou uma série de tentativas de minorar ou alterar o quadro de contaminação que acreditavam estar sofrendo.

AS ESTRATÉGIAS DISPERSAS DE ENFRENTAMENTO

Uma das estratégias mais comuns adotadas pelos moradores não configura exatamente um “enfrentamento”, dado que não busca influir direta ou indiretamente nas operações da empresa. Caracteriza-se por ser uma prática meramente

“defensiva”, a saber, o ato de abandonar a área. Mas em geral, dado o quadro de pobreza predominante ali, o exílio é geralmente temporário (e muitas vezes ocorre de tempos em tempos), com a ida da pessoa enferma para a casa de um parente numa região distante, onde passa uma certa temporada.

Por outro lado, as iniciativas de enfrentamento com a empresa também existem e chegam a ser recorrentes. No entanto, são, de um modo geral, individuais. Já as articulações coletivas de enfrentamento, bem menos comuns, não chegam a conformar dinâmicas de caráter duradouro.

Obtém-se e, normalmente, com a prática dos enfrentamentos individuais, alguma influência sobre as atividades da empresa, diretamente ou por intervenção de órgãos públicos. No entanto, os próprios reclamantes admitem que os êxitos são muito incipientes e têm sido incapazes de reduzir a deterioração do quadro de saúde das pessoas.

Entre as iniciativas que chamamos aqui “individuais”, a que mais se destaca é a das reclamações por telefone para a própria empresa. Na maioria das vezes, tais ligações apresentam algum resultado para o reclamante. É comum que a fumaça e o odor cessem ou diminuam no momento ou no dia da reclamação.

Por outro lado, estes próprios moradores identificam três limitações nesta forma de “regulação” da empresa: a primeira é a mais óbvia, a saber, de que se conta nesse caso exclusivamente com a boa vontade da empresa. Em segundo lugar, entende-se que a companhia somente atende de algum modo aos reclamos porque as queixas costumam se dar somente nas situações mais críticas, o que significa que existe já um grau de conformação local em relação a algum nível de poluição. A terceira limitação apontada vem da compreensão de que a empresa, quando minora os efeitos para algumas regiões do entorno, o faz pelo artifício de transferir o dano para outras localidades. Moradores do Parque Iriri suspeitam que a unidade industrial costuma, diante das queixas dali provenientes, utilizar equipamentos de ventilação para alterar o curso da poluição atmosférica emitida pelas chaminés, afetando, assim, outras áreas.

Outra estratégia empreendida de forma atomizada é a de acionar autoridades públicas. Para eles, estas práticas são pouco eficazes. Mas de tão praticada, alguns moradores estabeleceram já a sua hierarquia, entre os órgãos públicos, em termos de eficácia. Costuma-se classificar a Defesa Civil, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e o Corpo de Bombeiros, que se localiza a apenas 5 km das instalações da empresa, como órgãos absolutamente inoperantes no que diz respeito ao disciplinamento das práticas da empresa. Já a Feema é vista como um órgão ambíguo, dado que teria um comportamento alternante desde o atendimento por telefone, considerado casualmente bom ou ruim, até a efetiva averiguação das atividades da indústria, cujos pedidos por parte dos moradores seriam atendidos apenas parcialmente.

No Parque Boneville, alguns moradores costumam recorrer ao disque-denúncia vinculado à Secretaria de Segurança do governo do estado para reclamar da empresa. Um morador acionou o disque-denúncia dezessete vezes entre abril de 1999 e abril de 2002 (devidamente catalogadas no “dossiê” que o morador começou a montar). Embora ficasse satisfeito com o atendimento, considerado organizado, chegando o reclamante até mesmo a ser encaminhado a um funcionário de expressão dentro da Secretaria devido ao grande número de suas denúncias, não chegou a ter suas demandas contempladas por tal artifício. Obteve como resposta a informação de que a Secretaria de Segurança encaminhara todas as denúncias para a própria Feema. Porém, a Secretaria alega que nunca obteve uma resposta do órgão. O morador prosseguiu então o seu percurso em busca da autoridade competente para atuar no caso e resolveu ir pessoalmente até a Feema, órgão que já havia acionado “inutilmente” duas vezes por telefone, e protocolou uma reclamação contra a empresa em setembro de 2002. Cinco meses depois, um funcionário do órgão lhe fez uma visita e interpela um dirigente da planta. O representante da Feema comunicou ao morador que a empresa alegava que ele era o único a reclamar.

Os moradores entrevistados suspeitam via de regra, que práticas de corrupção são estabelecidas entre a empresa e os diversos órgãos públicos, incluindo aí os de fiscalização dos veículos que transportam os materiais para a empresa e desta para adiante. Assim, persistem acionando os órgãos, mas geralmente já conformados de que estes terão atuação limitada.

Algumas dinâmicas coletivas tiveram curso: moradores do Parque Iriri chegaram a ensaiar um pequeno piquete na entrada da fábrica. Acabaram sendo recebidos por alguns representantes da empresa que lhes fizeram promessas de investimentos em equipamentos que minorariam a poluição. A prática de receber reclamantes na fábrica passou a ser corriqueira. Observou-se uma atenuação das emissões, ao menos para o Parque Iriri, no dia da queixa.

As grandes dificuldades detectadas pelos moradores para a configuração de dinâmicas coletivas de luta são o medo de represálias por parte da empresa, considerada poderosa, o que tornaria a mobilização política perigosa ou inútil, e o estabelecimento de relações com a comunidade entendidas como de cooptação. Parte da própria “base” de uma das associações de moradores do entorno acredita que a direção da entidade empenha-se em promover a boa imagem da empresa na região porque recebe dinheiro e cestas básicas da mesma. Segundo o presidente de outra associação, existem ali entidades que estariam “vendidas” à empresa.

O DEBATE EM BARÃO DO IRIRI

Em setembro de 2002, duas associações de moradores (Amano e Ambi) pertencentes ao distrito de Barão de Iriri organizaram um evento com a finalidade de

discutir temas relacionados à presença da empresa na região. A iniciativa de se discutir a contaminação tóxica surgiu do grupo de teatro infantil vinculado às duas associações de moradores do distrito, que conta com crianças de 10 a 14 anos. O grupo de teatro era sustentado pelo repasse, por parte da prefeitura de Magé, do dinheiro da multa da Petrobras pelo derramamento de óleo na Baía da Guanabara. O professor de teatro havia separado então as crianças em quatro grupos, para que cada qual escolhesse um tema ambiental para ser trabalhado em esquetes teatrais. Dos quatro grupos, dois optaram por discutir o empreendimento industrial instalado na localidade.

Foi a partir de então que a comunidade de Barão de Iriri passou a discutir mais publicamente o assunto, principalmente a partir do grupo “Preservação”, coletivo de educação ambiental integrado por moradores e por uma ONG que atua localmente financiada pelos recursos da multa da Petrobras. Optou-se por promover, junto com a apresentação dos esquetes teatrais, um evento com mais duas “frentes”: uma exposição com temas ambientais, principalmente ligados à Baía da Guanabara, e um debate. Deste último esperava-se esclarecer se a “poluição química poderia causar câncer”².

A partir de contatos de uma moradora local, que tinha histórico de militância política em movimento estudantil, convidou-se dois representantes da Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (Apedema-RJ), para debater, além de um pesquisador colaborador da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. A ONG que trabalha no local indicou também um representante próprio e sugeriu que se convidasse um representante da Feema. Depois de alguma polêmica, a presença da Feema foi aceita. A representante da Feema veio acompanhada de um funcionário do Ibama, que teve também a oportunidade de se expressar.

O evento foi fundamental para despertar na população local o entendimento de que a empresa os afetava coletivamente. Foi, por exemplo, a partir do convite para o debate que alguns moradores que vinham sofrendo alterações em seus quadros de saúde passaram a associar seus problemas ao funcionamento da empresa. Até então, havia quem não cogitasse que os gases viessem de uma empresa específica ou que a contaminação estivesse se alastrando de modo a conformar um problema coletivo.

O debate foi rico, constituindo-se num pequeno laboratório no qual se pode observar lógicas diferenciais de percepção do risco por sujeitos que ocupam posições sociais distintas, onde a postura dos representantes dos órgãos governamentais, Feema e Ibama, foi a de tentar minimizar o temor e a revolta da população. Dois foram os argumentos utilizados com tal fim: primeiro, que a população não se preocupasse muito pois a empresa estaria “mudando a sua postura” ao perceber que para sobreviver no mercado não seria possível parecer uma empre-

sa ambientalmente danosa. Assim, a mesma estaria adequando suas práticas a padrões institucionalmente legítimos em relação a “resíduos e água”, principalmente a partir da assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). O segundo argumento acionado para aplacar os ânimos foi o da suposta necessidade social de empresas como aquela. Fez-se então um apelo para que a população que se sentia atingida pela contaminação química compreendesse que as unidades de coprocessamento de resíduos industriais são, segundo defenderam, de significativa utilidade pública.

O debate propiciou ainda aos moradores a troca de impressões quanto aos efeitos das atividades da empresa sobre seus corpos e o meio ambiente e a comunicação de denúncias diretamente à Feema acerca do que julgavam ser um conjunto de operações irregulares da empresa. Neste último aspecto, foi citado principalmente o funcionamento majoritariamente noturno da empresa (até as 6 horas da manhã) como um dos fatores que mais os intrigava, conquanto julgavam ser este um indício de que a unidade industrial tinha “algo a esconder”. A Feema informou que desconhecia as referidas operações noturnas.

Muito se condenou também os processos compreendidos como de cooptação de pessoas pela empresa. Tais críticas ficaram manifestas até mesmo nos esquetes teatrais escritos pelo professor de artes cênicas, morador de Barão de Iriri, e pelas crianças. Num determinado momento da pequena peça teatral, o dono da empresa fictícia “Poluência” mandava um funcionário ofertar uma cesta básica a cada morador que aparecia na porta da fábrica para reclamar dos gases e reivindicar o direito de olhar o que acontecia dentro do estabelecimento. A atriz que representava a moradora na peça (moradora também de fato) perguntava ao funcionário se estava escrito “idiota” em sua testa.

Não chegou a haver propriamente um encontro entre os moradores atingidos e ex-trabalhadores da empresa, conforme estava inicialmente previsto, porque estes últimos não compareceram. Alegaram ter medo da empresa, segundo o morador encarregado de os contatar. De qualquer forma, o mesmo morador relatou como as condições dos trabalhadores eram dramáticas, sendo normal que não agüentassem 120 dias trabalhando dentro da empresa, por causa de problemas de saúde. Os ex-funcionários também relataram que a empresa tinha material tóxico enterrado entre seus muros.

O debate logrou ter consequências práticas, pelo menos no que diz respeito ao órgão ambiental. Na semana seguinte, após averiguação de campo, a Feema fez três notificações à empresa: 1) que o trabalho de manipulação e descarga de caminhões se restringisse ao horário de 8 horas da manhã até às 17 horas, conforme previsto na licença de operação da empresa; 2) que a empresa elaborasse um inventário enumerando todos os resíduos estocados no pátio; 3) que a empresa tomasse providências em relação à emanação de gases nos processos de queima.

ESTRATÉGIAS DA EMPRESA FRENTE AOS CONFLITOS

A opção por concentrar as suas operações nos horários em que as pessoas costumam estar dormindo e nos quais os órgãos de fiscalização ambiental não estão funcionando, indica-nos que a ocultação de suas atividades, nem que seja parcial, é uma estratégia cara à empresa para viabilizar seus negócios. Tanto é verdade que a empresa permaneceu desobedecendo às determinações emitidas pela Feema, mais de seis meses depois de cessar as atividades noturnas.

Moradores suspeitavam de que a empresa, no esforço por invisibilizar a ação, chega a pôr em curso práticas de vigilância e monitoramento de sua vizinhança para operações especiais de maquiagem e ocultação de práticas contaminantes. Pessoas residentes numa área rural do Parque Iriri, localizada imediatamente atrás da planta relatam que a emissão dos gases diminui ou cessa quando a região recebe a visita de veículos vinculados ao poder público, como a Secretaria Municipal de Saúde, polícia etc.

Mas a vigilância estaria para além dos “olhos” da empresa. Moradores das três localidades, Parque Boneville, Parque Iriri e Barão de Iriri, dizem já ter percebido que às vésperas de visitas de órgãos públicos, como ocorrera com a da Secretaria de Saúde, ou com pessoas de “fora” em geral³, costuma ocorrer grande movimento de caminhões que sugere a evacuação de material.

Uma segunda estratégia fundamental seria o assédio político aos moradores, que se realiza pela oferta de alguns serviços sociais e de ajuda financeira para a associação do Parque Iriri. A empresa distribui cestas básicas mensais que são sorteadas na comunidade. É doada também a quantia de 400 reais mensais para custeio da associação. Firmou-se ainda um convênio entre a entidade e a empresa para o usufruto, pela comunidade, do posto de saúde localizado no interior da indústria.

Para aperfeiçoar a relação amistosa pretendida com a comunidade, a “Poluência” contratou uma firma de consultoria definida como uma “empresa especializada no relacionamento com comunidades e que irá gerenciar o nosso Projeto Empresa Comunidade”⁴.

No âmbito deste projeto, a empresa operou um levantamento censitário com a população do Parque Iriri, cuja motivação seria a de aprimorar o serviço no posto médico da planta⁵. Os temas do questionário foram “informação pessoal, ambiental, saúde e educação”⁶. A realização da pesquisa censitária evidencia bem como as estratégias de monitoramento e vigilância da comunidade caminhavam junto com as estratégias de cooptação, em que aquelas buscam auxiliar o aprimoramento destas.

Alguns residentes do Parque Iriri denunciaram, no entanto, que os entrevistadores diziam que o trabalho se destinava à associação de moradores e omitiam

a empresa. Estes mesmos vizinhos da empresa afirmaram que não dariam as informações se soubessem o destino real das mesmas. De fato, o levantamento passou a ser utilizado pela empresa, adotando um procedimento que foi qualificado como “fraude”: certa feita, quando moradores foram pessoalmente à empresa reclamar, o encarregado retrucou que tinha em mãos uma lista de pessoas que falavam bem da empresa na região. Estes reclamantes garantem conhecer um contingente numericamente expressivo de pessoas que atacaram a empresa por ocasião do referido levantamento.

Uma terceira estratégia fundamental para que a empresa evite enfrentar maiores conflitos é a de tentar dar alguma contrapartida imediata aos pequenos conflitos cotidianos, os que se dão geralmente a partir de ligações telefônicas, nem que tais respostas às demandas signifiquem mais a verbalização de boas intenções que a alteração efetiva do quadro contaminante de suas operações. Conforme as reclamações foram se multiplicando ao longo do tempo, a empresa informou a alguns moradores dos Parques Boneville e Iriri que poderiam ligar “à vontade” para reclamar “quando o cheiro estivesse muito forte”, bem como adotou a prática de visitar um ou outro morador mais exaltado para fazer averiguações. Houve casos também em que recebeu moradores para conversar no interior da fábrica. Já chegou até a telefonar para residências próximas para perguntar se o cheiro estaria muito forte em determinado momento. A prática de telefonar para moradores pode ser vista como uma estratégia de contenção de custos, na qual se substitui aparelhos de medição por moradores, tornando-os gratuitos colaboradores na ação da empresa contra eventuais multas. Tais relações cordiais variam de intensidade conforme o perfil dos administradores da planta na ocasião, segundo habitantes do Parque Iriri.

Em geral, conforme vimos, a empresa busca diminuir a intensidade das emissões no período imediatamente ulterior às reclamações. Nos casos em que recebe reclamantes, a empresa costuma prometer investimentos futuros que reduziriam os impactos, tais como aumentar a altura da chaminé, aperfeiçoar a vedação do galpão, instalar exaustores e filtros de ar. Mas enquanto tais investimentos não se concretizam, a estratégia permanece sendo a de conceder pequenos alívios à população em função da existência de eventuais queixas. Assim, a empresa busca mostrar-se maleável, flexível, enquanto permanece com o efetivo monopólio da determinação dos ritmos intensos ou brandos de seu potencial poluidor.

O artifício mais sofisticado de administração/abrandamento de conflitos que se denuncia na região é a utilização, por parte da empresa, de equipamentos de ventilação para alterar o curso das emanações de acordo com as reclamações. Coincidentemente ou não, nossa pesquisa pôde constatar que os moradores de

Barão Iriri sentiram uma certa melhora na emissão dos gases desde a realização do debate com a Feema.

Em resumo, na era da reestruturação produtiva que estabeleceu o modelo produtivo dito “flexível”, a empresa aqui estudada parece ter inovado ao estender tal flexibilização à relação conflitual que engaja com a comunidade, adotando, em analogia com as práticas produtivas pós-fordistas, técnicas de resolução de conflitos *just in time*, graças às suas práticas de “monitoramento de demandas” e à adoção de atividades que buscam passar a imagem de que possuem um controle de operação de tipo “estoque zero” (ao menos para os órgãos fiscalizadores de produtos tóxicos).

COMPORTAMENTO DO PODER PÚBLICO

É verdade que o poder público protagonizou momentos de significativa presteza no atendimento às comunidades, como no episódio da ida da representante da Feema ao debate em Barão Iriri num sábado à tarde, na notificação imediata da empresa na semana seguinte, nos repasses das denúncias por parte da Secretaria de Segurança do Estado à Feema e na iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde de Magé de realizar um levantamento com vistas a comprovar a contaminação da população pela empresa de processamento de resíduos.

Não se pode, porém, sequer dizer que este tenha sido o comportamento-padrão dos diversos órgãos envolvidos. Afinal, muitas foram as queixas de moradores quanto a denúncias que caíam “no vazio”. A própria Secretaria de Segurança teria afirmado a um morador que não estava adiantando acionar a Feema, pois esta não estaria lhe dando retorno.

Entretanto, não apenas a inoperância foi uma característica marcante, mas a própria postura de convivência com as práticas da empresa. Um dos momentos emblemáticos de postura favorável à empresa ocorreu quando o representante do Ibama, no debate em Barão de Iriri, tentou convencer os moradores de que seria “tecnicamente impossível” demonstrar que são os resíduos aéreos provenientes da empresa que estariam causando os problemas de saúde que as pessoas ali enumeravam⁷. Além deste exercício institucional de “antiperícia”, o funcionário cobrou ainda paciência para com a empresa suspeita de ser contaminante, alegando que esta tinha uma importante função social. Defender o sacrifício local em nome do “bem geral” significa escamotear que haveria uma lógica social perversa que impõe aos mais pobres os principais riscos ambientais da produção capitalista.

Outro evento expressivo foi o da pressão de funcionários da prefeitura para que o professor de teatro de Barão de Iriri, que era remunerado pela administração municipal, não “mexesse” com a empresa em questão. Argumentaram que a

empresa oferecia empregos e cestas básicas para moradores de Magé; ele estaria “comprando uma briga muito grande”, teriam dito⁸.

Por fim, cabe ressaltar que moradores do Parque Iriri mostraram-se esperançosos com a disposição expressa pela Secretaria Municipal de Saúde de Magé de produzir um levantamento dos casos de enfermidades na região que possam ter sido causados pela referida empresa.

PERCEPÇÕES DA SOBREPOSIÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS E LUTAS CONEXAS

Por conta da mobilização contra a empresa de processamento de resíduos, alguns moradores de Barão de Iriri passaram a estabelecer laços de comunicação com entidades ambientalistas do Estado do Rio de Janeiro e a freqüentar eventualmente as reuniões da Apedema-Baixada Fluminense. Foi desta forma que tomaram contato com a rede Oil Watch de vigilância e denúncia contra as atividades petrolíferas nos países tropicais, que promoveu uma série de atos no Brasil por ocasião do Congresso Mundial do Petróleo realizado no Rio de Janeiro em setembro de 2002.

De posse do conhecimento sobre graves acidentes com gasodutos e oleodutos pelo mundo afora, especialmente nos países periféricos, informações adquiridas a partir do contato com a rede Oil Watch, aguçou-se para alguns moradores a impressão de que a presença dos dutos nas circunvizinhanças da comunidade seria uma fonte de risco ambiental. A presença de placas nas imediações de uma “estação” de gás vinculada aos dutos era motivo de inquietação desde sempre, mas a partir daquela ocasião a desconfiança tornou-se maior.

Coincidentemente, sentia-se um forte cheiro de gás pela região de Barão de Iriri. O primeiro movimento foi o de buscar informações junto ao empreendedor. Uma moradora do distrito, que esteve envolvida na promoção do debate sobre a empresa de processamento de resíduos, resolveu contatar a Petrobras a partir de um número de telefone indicado numa placa da empresa para ser acionado em caso de emergência.

A resposta da empresa, segundo a moradora, veio prontamente. A averiguação subsequente teria constatado que não havia vazamento nos dutos. O cheiro se originaria de um depósito de gás de cozinha existente na região. Independentemente da isenção de culpa da Petrobras no episódio, os moradores do entorno e a empresa reuniram-se com o propósito de que esta concedesse maiores informações sobre os dutos. Para surpresa da população, descobriu-se que a Petrobras tem o dever institucional de realizar investimentos de melhorias na região por conta do uso daquele solo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convidada a se pronunciar no debate desencadeado em Barão de Iriri, a representante de um órgão ambiental do governo do estado sustentou que a empresa em questão estaria mudando sua “postura” em direção a uma operação produtiva menos poluente, já que tal opção seria também economicamente benígna. Uma empresa contaminante, segundo as expectativas daquela técnica de governo, não seria economicamente viável. No entanto, constatou-se que as principais estratégias adotadas pela empresa, para viabilizar-se economicamente, têm sido, ao contrário, as de minimizar os custos em segurança ambiental e socializar os riscos para as populações circunvizinhas. O caso mais flagrante é o de permanecer concentrando suas atividades no período noturno, mesmo após as notificações da Feema.

Ao mesmo tempo, a empresa atua na desmobilização de pressões comunitárias, através das práticas de ocultação total ou parcial de suas atividades, assédio político a associações de moradores e tentativas de construir a imagem de uma empresa permeável a reclamações, que concede alívios temporários à população. A margem de liberdade de ação da empresa repousa, em parte, na fragilidade institucional dos órgãos públicos, muitas vezes incapazes de promover uma fiscalização efetiva, ou até com a tácita anuência dos mesmos para com as práticas da empresa, em virtude de esta aparecer como uma firma importante no município, diante do quadro de carência de serviços públicos e empregos ali existente.

Por sua vez, os moradores adotam estratégias as mais diversificadas para enfrentar a situação, desde o exílio temporário, passando por reclamações à empresa via telefone, até a promoção de debates públicos sobre o problema. As experiências de mobilização, embora frágeis e descontínuas, foram capazes de favorecer o estabelecimento de laços extralocais e de incentivar novas lutas como parte do processo de aprendizado da percepção coletiva dos riscos ambientais.

NOTAS

¹ Cf. página eletrônica da empresa.

² Um tal propósito estava manifesto no próprio panfleto distribuído com a finalidade de divulgar o evento.

³ Relata-se, por exemplo, já ter havido palestras no interior da planta para executivos e pesquisadores sobre as atividades da empresa.

⁴ Cf. Informativo distribuído pela própria empresa dos moradores do Parque Iriri.

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem.

⁷ Os debatedores vinculados à Rede Brasileira de Justiça Ambiental, à Apedema e à ONG que atua na localidade rebateram acionando o “princípio da precaução” e a prescrição na Lei de Crimes Ambientais do princípio da “responsabilidade objetiva” no qual o ônus da prova seria do acusado e não dos acusadores.

⁸ Como a pressão era especificamente para que se retirasse o nome real da empresa da peça, o professor de teatro trocou o nome da mesma para “Poluência”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. “Justiça Ambiental: há algo de novo que justifique a Rede?”. Rede Brasileira de Justiça Ambiental, www.justicaambiental.org.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BARÃO DE IRIRI. “Poluição tóxica dá câncer?”, mimeo. 2002.

ENGENHARIA de Recursos Ambientais. Página eletrônica.

○ fim do projeto da usina termelétrica a carvão mineral em Itaguaí

*Iara Ferraz**

O que é que essa usina ia trazer pra cá? Eles [os que são favoráveis] falam em “emprego”, “geração de renda”...mas pra quem? só se for de mão-de-obra na construção... Depois? só vem gente de fora! E só fica mesmo a “poluição”!! e aqui já tem a INGÁ, a CSN, a Cosigua, a Casa da Moeda, a Suvinil, a usina de Santa Cruz! (Membro da Comissão de Ética e Cidadania de Itaguaí, dez., 2002).

○ anúncio do projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba, movida a carvão mineral – que seria implantada no município de Itaguaí, na já saturada Baía de Sepetiba – ilustra um processo de mobilização de segmentos da sociedade civil para a discussão de um empreendimento que, em sua fase inicial, não apresentou transparência na tramitação pelos órgãos governamentais envolvidos, com o comprometimento dos poderes legislativo e executivo, forças políticas locais favoráveis a sua instalação. Inúmeros estudos demonstram a alta concentração de metais pesados (rejeitos das indústrias situadas nos Distritos Industriais de Santa Cruz e Itaguaí)¹.

Um “Diagnóstico Socioambiental da Bacia Hidrográfica da Baía de Sepetiba” – parte de um ensaio de Zoneamento Econômico-Ecológico encomendado pela então Secretaria de Estado de Meio Ambiente – elaborado em 1996 por um grupo de trabalho formado por especialistas da UFRJ já demonstrava o elevado grau de saturação da região de Itaguaí (da qual Seropédica ainda fazia parte), desde a instalação dos empreendimentos-enclave (compreendendo os terminais portuários) neste eixo industrial que se estende desde Campo Grande e Santa Cruz, incorporando uma faixa ao longo da rodovia Rio-Santos, até o município de Itaguaí.

* Antropóloga, pesquisadora do Mapa de Conflitos Ambientais do Estado do Rio de Janeiro

Entre o anúncio do empreendimento – numa audiência pública deliberadamente pouco divulgada, ocorrida em 11.5.2001 – e a suspensão de seu licenciamento ambiental (a 23.7.2002), o processo foi adquirindo transparência na medida em que crescia a mobilização através da obtenção de informações qualificadas por parte de segmentos organizados da sociedade civil, com destaque para a *Comissão de Ética e Cidadania de Itaguaí*. Enquanto entidade *de fato*, ou seja, sem personalidade jurídica por deliberação explícita de seus membros, a Comissão – formada em 2000 por antigos moradores de Itaguaí, com o apoio da Igreja Católica aos Comitês Sul Baixada – constituiu um núcleo de coordenação, com mandato eletivo a cada dois anos. Ao lado de mudanças significativas de posicionamento no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período compreendido entre junho e dezembro de 2002 (gestão administrativa do Partido dos Trabalhadores), estas ações contaram com o suporte de muitas outras organizações em nível local e supra-local, como a Apedema, o CREA-RJ, o Sindipetro e a Alerj, com a atuação do Ministério Público.

De acordo com os dados do censo (IBGE, 2000), a população de Itaguaí é de 82.003 habitantes (61.406 eleitores), onde 16.297 pessoas (19,87 %) são classificadas como “ocupadas”, ou seja, com emprego fixo. Dos 22.969 domicílios permanentes, 17.314 (75,37%) contam com alguma forma de abastecimento de água e apenas 9.401 (40,92 %) com serviços de esgotamento sanitário. Há dois hospitais em funcionamento precário no município (e um desativado), sendo que apenas um deles realiza cirurgias de pequeno porte. Trata-se, portanto, de um município onde as carências sociais são múltiplas, em que a disputa pela posse e exploração de áreas acirrou, desde os anos 1960, os conflitos fundiários naquela região, que fora pioneira na década de 1950 quanto a projetos de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro.

CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO

Do acordo com o projeto original da Inepar, a localização da UTE Sepetiba seria no retroporto entre o rio Cação e o Canal do Martins, em área pertencente à Cia. Docas do Rio de Janeiro, cedida por cinquenta anos à Eletrobrás para construção da UTE. A área dista aproximadamente três quilômetros de Itaguaí, junto ao porto que é utilizado pela CNS para embarque de carvão (procedente de MG). As comunidades de pescadores da Ilha da Madeira e de pequenos agricultores de Mazomba e Mazombinha (distritos de Itaguaí) seriam as mais diretamente afetadas, devido à proximidade da usina (500 m).

A UTE Sepetiba seria uma planta de grande porte com custo de US\$ 830 milhões e potência líquida final de 1.250 MW, o que a tornaria uma das maiores

plantas termelétricas do país. Sua grande justificativa econômica era logística, pois o porto de Sepetiba receberia o carvão mineral (importado) destinado à térmica em um pátio da Cia. Siderúrgica Nacional, que hoje opera a 50% de sua capacidade e *sem o devido licenciamento ambiental* (cf. processo SEMADS relativo à UTE Sepetiba).

De acordo com Pinguelli Rosa, da COPPE/UFRJ, um dos autores do parecer técnico solicitado pelo MPE e apresentado em 2002 sobre o EIA/RIMA elaborado pelo empreendedor, o projeto da UTE Sepetiba, por suas dimensões, apontava para um grande consumo de carvão importado e calcáreo em sua operação, além de areia na fase de construção². As cinzas e o gesso, resíduos sólidos gerados em grande volume, teriam que ser destinados a outras plantas industriais para não abarrotar o espaço reservado para seu armazenamento. Mesmo sendo bastante significativas as emissões atmosféricas de dióxido de enxofre (SO₂) e óxidos de nitrogênio (Nox), *os riscos de chuva ácida na região não foram avaliados*. A UTE teria emissões de óxidos de nitrogênio na faixa de 600-650 miligramas por metro cúbico, o que seria inferior ao limite de 700 miligramas por metro cúbico recomendado pelo Banco Mundial. No entanto, na Itália, país-sede da empresa responsável pela engenharia do projeto (Enelpower), o limite de emissão para novas usinas é de 200 miligramas por metro cúbico. Uma usina semelhante da mesma empresa funciona na Itália, mas respeitando esses limites mais rigorosos. Ou seja, se o projeto da UTE Sepetiba fosse apresentado na Itália, não seria aprovado por não cumprir as normas de emissão de SO₂ e Nox.

A tentativa era, portanto, de adotar tecnologias industriais “sujas” em países cujo rigor não é tão acentuado quanto nos países mais industrializados. A mesma empresa adotaria tecnologias de controle da poluição diferentes no Brasil e na Itália. Para Pinguelli Rosa,

mesmo considerando que a situação da qualidade do ar na Itália seja hoje mais crítica que no Brasil, no que se refere à carga de Nox e SO₂ lançada, não seria mais prudente adotar as melhores tecnologias desde já, levando-se em conta que a região de Sepetiba deve se tornar um polo industrial em um futuro próximo e que a região já tem e certamente terá outras fontes de emissão?

E prossegue o autor:

com efeito, a região de Sepetiba, Itaguaí, Seropédica e Paracambi deve abrigar quatro plantas termelétricas a gás natural nos próximos anos, que virão a se somar à termelétrica de Santa Cruz. Esta última vem sendo convertida para o uso de gás natural, mas ainda opera parcialmente a óleo

combustível, mais poluente, e vem sendo significativamente ampliada. O conjunto destas plantas é altamente impactante, recomendando que um plano de gerenciamento ambiental seja elaborado para uma bacia aérea já saturada.

UM BREVE HISTÓRICO: PASSO A PASSO DA LUTA CONTRA A USINA

O projeto de implantação da Usina Termelétrica de Sepetiba, movida a carvão mineral, foi tornado oficialmente público em maio de 2001, por ocasião de uma audiência pública relativa ao processo de licenciamento ambiental pela Feema (E-07/020.409/99), quando passou a gerar polêmica junto à sociedade local. Trabalhava-se de utilização de tecnologia obsoleta para geração de energia – a carvão mineral – com severos impactos ambientais negativos para a população urbana de Itaguaí, os pescadores e os pequenos agricultores no seu entorno. A Inepar Energia S/A (empresa com sede em Curitiba/PR), a Enelpower do Brazil Ltda. (multinacional italiana subsidiária da ENI, antiga estatal privatizada em 1994) e as Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás) eram as responsáveis pelo empreendimento, de acordo com a licitação realizada pela ANEEL.

Após a audiência pública do EIA-RIMA realizada a 11 de maio de 2001 no Teatro Municipal de Itaguaí sem a ampla convocação e divulgação necessárias – e, portanto, com reduzida participação da população local – diversas associações da sociedade civil, tendo à frente a Comissão de Ética e Cidadania de Itaguaí, questionaram a insuficiência das informações sobre os impactos do empreendimento anunciado. Assim, a 18 de maio, ofícios encaminhados à Feema pela Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (Aplim), pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Itaguaí (COMDERI) e por um representante do poder legislativo apresentavam questionamentos em relação ao projeto da usina e solicitavam novas audiências públicas a fim de dirimir as dúvidas existentes. A ausência de informações dizia respeito à exata localização da usina (se no manguezal ou não); à localização do depósito dos efluentes da usina (“bota-fora”); à concentração de gases no centro urbano de Itaguaí; à possibilidade de ocorrência de ‘chuva ácida’ que iria assolar o município de Itaguaí com o funcionamento da usina, afetando outros quatro municípios da Baixada na Baía de Sepetiba e no litoral paulista, com graves conseqüências como problemas respiratórios crônicos, corrosão em prédios e danos à vegetação; às medidas compensatórias propostas para o município de Itaguaí, considerado o mais prejudicado em termos ambientais.

Nessa mesma data (18 de maio de 2001), no entanto, a Prefeitura Municipal de Itaguaí (“secretários, vereadores e sociedade organizada”, conforme o documento), além do governo do Estado do Rio de Janeiro, representado pelo Secre-

tário de Meio Ambiente, haviam firmado um “Protocolo de Intenções referente à implantação da Termoelétrica de Sepetiba” com a Enelpower e a Inepar Energia, documento destinado

a ser incorporado aos autos do processo licenciatório, representando os verdadeiros anseios da sociedade organizada desta comuna, para dotar este município das condições necessárias ao desenvolvimento auto-sustentável em decorrência da instalação da Usina, evitando prejuízos à qualidade de vida do povo itaguaiense.

Um primeiro seminário com o tema “Cidadania e participação. Usina a carvão. Sim ou não? Por quê?” foi organizado pela Comissão de Ética e Cidadania de Itaguaí e realizado no Teatro Municipal de Itaguaí em 9 de junho de 2001, com o objetivo de informar segmentos ampliados da população do município acerca dos impactos da usina termelétrica projetada para a região de Itaguaí.

Através de um ofício (datado de 20 de junho de 2001), a Comissão de Ética e Cidadania de Itaguaí solicitou à Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA), à Feema e à SEMADS um *prazo para análise do EIA-RIMA da usina* – documento ao qual não tinham tido acesso –, assim como a realização de novas audiências públicas, com o objetivo de ampliar o debate em torno da implantação ou não da usina a carvão no município, de acordo com a legislação (Resolução CONAMA 01/86 e art. 5º da Lei Estadual nº 1356/88).

Após uma vistoria realizada *in loco* por três peritos, o MP encaminhou um elenco de exigências a serem atendidas pelo empreendedor, como requisitos para concessão de licença de instalação (LI): nova audiência pública; fornecimento de mapa do uso do solo; levantamento planialtimétrico da área exigindo-se total preservação da faixa de recuperação da vegetação ciliar/mangue; exata definição dos sítios beneficiados por medidas compensatórias; avaliação dos impactos ambientais referentes à área de implantação do sistema de captação e descarte de água do Canal do São Francisco; projeto de recuperação da faixa marginal de proteção do rio Mazomba (conforme Serla); Estação de Tratamento de Esgoto nos limites da Usina com capacidade para 4.500 pessoas, no mínimo. E como requisitos para a concessão da licença de operação (LO): sistema automatizado de controle de umedecimento das pilhas do carvão (combustível); Feema: apresentação do projeto do sistema integrado de monitoramento da qualidade do ar; prévio licenciamento da Feema do sítio para deposição de material de empréstimo ou “bota-fora”, além do plano de controle ambiental (PCA).

De acordo com o parecer técnico emitido pelo Ministério Público Estadual (21.6.01), após a realização da vistoria, alguns quesitos foram respondidos, reafirmando que

a dispersão de particulado de carvão na atmosfera por ação dos ventos proveniente do empilhamento e armazenamento pode ocasionar, na flora, redução da atividade fotossintética e alteração do processo de evapotranspiração, à fauna pode ocorrer acumulação de resíduos sobre a derme e sobre a saúde pulmonar das comunidades humanas (...)

Os impactos do empreendimento sobre a comunidade pesqueira da Ilha da Madeira e outras referem-se à redução na produtividade da região ocasionada pelo desmatamento de manguezal, onde sua presença foi relatada por vereadores de Itaguaí, assim como possibilidades de aumento de contaminação da biota marinha dos arredores, promovendo uma perda da qualidade dos produtos da pesca (siris, peixes, camarões, mariscos etc.).

(...)

Segundo o RIMA, o carvão será armazenado a céu aberto. Durante a vistoria, os peritos do MP constataram que, em virtude da ação dos ventos, o pó de carvão atingirá:

- a) a comunidade pesqueira da Ilha da Madeira (encontra-se na área de influência direta do empreendimento, inclusive na linha dos ventos);
- b) a comunidade existente às margens do rio Mazomba (na área de influência direta do empreendimento, situada a aproximadamente 500 metros do sítio de sua implantação);
- c) o centro urbano de Itaguaí (situado na linha do vento sudoeste), o que causará séria agressão à saúde, especialmente ao trato respiratório.

O RIMA prevê, como medida mitigadora, que sejam umedecidas as pilhas de carvão (10%). Crítica: a medida mitigadora é insuficiente, tendo em vista a direta incidência dos ventos e do sol. Providenciar: construção de galpões para abrigar o carvão a ser utilizado na usina.

No entanto, uma reunião havida com representantes do MP, Feema, CECA, Secretaria de Estado da Indústria Naval e Energia, empreendedor e consultor teve por objetivo avaliar o atendimento aos quesitos apresentados pelo MP. Assim, um ofício da Feema enviado ao MP, datado de 21 de junho de 2001, reputava “desnecessários” os esclarecimentos complementares solicitados.

Através de um membro do poder legislativo local, informações mais qualificadas sobre o uso do carvão mineral como combustível foram obtidas em Capivari de Baixo (SC), onde uma usina similar se encontra em operação. Com assessoria independente de especialistas ligados a organizações não-governamentais de âmbito internacional (Greenpeace), o deslocamento do parlamentar para aquela região catarinense permitiu colher informações detalhadas e realizar um vídeo na localidade, cuja divulgação junto à população de Itaguaí trouxe muitos esclarecimentos tendo, ao mesmo tempo, suscitado novos questionamentos em relação ao empreendimento anunciado no município.

Apesar destas solicitações, o então titular da Secretaria de Estado de Meio Ambiente deliberou, a 26 de junho de 2001, que a Feema expedisse a Licença Prévia para a implantação da UTE Sepetiba. Para não ter seus interesses contrariados, uma mensagem do prefeito ao presidente da Câmara de Vereadores de Itaguaí, datada de 2 de julho de 2001, solicitava a convocação de uma sessão extraordinária da Câmara com a finalidade de introduzir uma “emenda modificativa” no artigo 305 da Lei Orgânica Municipal, que estabelece a necessidade de realização de *plebiscito*:

a instalação e a operação de atividade efetiva e potencialmente causadora de alteração significativa no meio ambiente estarão condicionadas à aprovação, *por plebiscito*, mediante convocação pelo poder legislativo, inclusive por iniciativa de 5% (cinco por cento) do eleitorado nos termos do Art. 14º da Constituição Federal (grifo nosso).

A emenda modificativa do artigo 305 requerida pelo prefeito de Itaguaí condicionava a aprovação da atividade somente aos órgãos técnicos estaduais de meio ambiente, acrescentando um parágrafo único que estabelecia que o projeto deveria ser submetido à Prefeitura (que se manifestaria pela sua aprovação ou não), através das Secretarias de Urbanismo e de Agricultura e Meio Ambiente. Excluía, portanto, a necessidade de realização do plebiscito.

No entanto, de acordo com um membro da Comissão, “a cada derrota parcial que a gente sofria, mais a gente lutava, porque a gente sabia que estava certo!” (abril, 2003). Ao final de junho de 2001, os integrantes da Comissão de Ética e Cidadania de Itaguaí iniciaram um movimento para o recolhimento de assinaturas para um abaixo-assinado com pedido para realização do plebiscito em relação à UTE. Durante as comemorações oficiais do aniversário da cidade de Itaguaí (5 de julho), bancas na praça central de Itaguaí recolhiam as listas de assinaturas do abaixo-assinado. Nesse dia, após o desfile escolar comemorativo, cerca de 300 manifestantes, trajando roupas pretas e rostos pintados a carvão, portando faixas e cartazes, realizaram uma passeata-protesto, pelo *não* à usina termelétrica a carvão e pelo respeito à Lei Orgânica da cidade. De acordo com os manifestantes, a modificação do artigo 305 seria adequada aos interesses dos empresários, uma vez que suprimia a necessidade do plebiscito, bastando apenas a aprovação dos órgãos ambientais estaduais com o aval do poder executivo local. A manifestação, organizada pela Comissão de Ética e Cidadania de Itaguaí, grêmios estudantis, sindicatos, foi apoiada por outras entidades como o CREA-RJ, a Apedema, o Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro, a Comissão de Meio Ambiente da Alerj e o Comitê de Lutas contra o Neoliberalismo. Segundo declaração de um de seus organizadores,

foi reprimida com violência pelos leões-de-chácara que espancaram estudantes e xingaram os trabalhadores que exerciam o seu direito de expressão além de proferirem ameaças, como “é melhor vocês pararem com isso, senão...” (junho 2001 – cf. site da Comissão).

A Polícia Militar agiu interceptando o direito de ir e vir dos manifestantes, colocando uma viatura policial no caminho e a Defesa Civil isolou a área da manifestação com cordas, provocando grande tensão. Uma religiosa foi agredida por um PM, cuja identificação não estava visível e foi negada quando solicitada. Apesar destes fatos, os manifestantes realizaram seus propósitos de ampliar as denúncias dos prejuízos ambientais e humanos provocados pela termelétrica a carvão, da pretensão do prefeito em “rasgar” a Lei Orgânica e dizer *não* à usina, colhendo centenas de assinaturas com esta finalidade.

Em 9 de julho, manifestantes da Comissão trajando preto, ocuparam o plenário da Câmara Municipal de Itaguaí, tentando impedir a modificação do artigo 305 da Lei Orgânica. Em 14 de julho, os membros da Comissão e do PT de Itaguaí compareceram à Promotoria de Volta Redonda para prestar declarações e se manifestar contra a usina. No dia 17 de julho de 2001, a Comissão organizou uma manifestação contra a usina, em frente à sede da Feema, no município do Rio de Janeiro. E no dia seguinte, o abaixo-assinado, reunindo 4.106 assinaturas – número superior aos 5% do eleitorado exigidos pelo artigo n. 305 da Lei Orgânica Municipal para requerer a convocação do plebiscito sobre a instalação ou não da usina no município –, foi encaminhado à Câmara de Vereadores de Itaguaí e ao Ministério Público Estadual, em Itaguaí e Volta Redonda (sede da 7ª Regional).

A 18 de julho de 2001, uma proposta de termo de compromisso de ajustamento de conduta (TAC) contendo exigências não atendidas pelo EIA-RIMA foi apresentada pelo MP ao empreendedor e à Feema, tendo sido recusada pela então titular desta Fundação, que alegava ingerência do MPE no processo de licenciamento presidido pela Feema.

No dia seguinte (19 de julho), manifestantes trajando roupas pretas e com a boca amarrada ocuparam outra vez o Plenário da Câmara Municipal de Itaguaí, na segunda votação que visava a modificar o artigo 305 da Lei Orgânica, mas devido às irregularidades, a sessão foi suspensa por mandado judicial.

Através do ingresso de uma ação civil pública junto ao Ministério Público Estadual, no Centro Regional de Volta Redonda (processo nº 2002.510-1002120-1), um conjunto de entidades da sociedade civil questionaram a legalidade da Licença Prévia (nº 056/2001) que havia sido concedida pela Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) em 2 de agosto de 2001. Perante o Ministério Público, os denunciadores foram a Apedema/RJ, a Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (Aplim), a Comissão de Ética e Cidadania de

Itaguaí, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Itaguaí (COMDERI), vereador Carlos Kifer, a COPPE/UFRJ, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro) e as Pastorais Sociais da Igreja Católica de Itaguaí.

No dia 6 de agosto, a Aplim ingressou com um mandado de segurança com pedido de liminar de efeito suspensivo da Licença Prévia concedida à usina (publicada no *DOE* em 2 de agosto de 2001), determinando a realização da audiência pública conforme a legislação vigente. O pedido de liminar tendo como réus os empreendedores, incluído aí o Município de Itaguaí, teve por objetivo compelir o poder executivo local a proceder à consulta à população de Itaguaí acerca da instalação ou não da usina movida a carvão.

De acordo com um dos membros da Comissão,

a imprensa daqui não divulgava. Aqui muita gente duvidava. A questão ganhou espaço quando as pessoas da Comissão começaram a buscar apoio lá fora [do município], algumas pessoas do PT dando apoio também e levando a questão para a Alerj. Com o apoio dos deputados, conseguimos ir à Brasília, ao Ministro do Meio Ambiente (abril, 2003).

No dia 14 de agosto, em reunião havida na Alerj, cópias dos documentos foram entregues ao líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, solicitando apoio à luta contra a UTE. E no dia 30 de agosto foi realizada uma manifestação em frente à Alerj e uma passeata até o Ministério Público, no centro do Rio, tendo havido um manifesto silencioso durante evento partidário no CREA-RJ. Nesta data, foram cobradas providências em relação aos processos em andamento no MP.

Em meados de setembro, reuniões entre representantes da Comissão de Ética e da bancada estadual do PT tiveram por objetivo solicitar pedido de audiência com parlamentares em Brasília. Ao final do mês, houve uma panfletagem na praça de Itaguaí e uma audiência popular com um representante do Senado Federal, a quem foi entregue uma carta solicitando apoio à luta contra a usina termelétrica a carvão mineral em Itaguaí. E no dia 10 de outubro de 2001 foi realizada uma audiência dos membros da Comissão de Ética e Cidadania de Itaguaí com o Ministro do Meio Ambiente, o presidente do Ibama e deputados federais, a quem foram entregues cópias de um dossiê sobre as irregularidades relativas à UTE.

No mês de novembro, representantes da Comissão participaram de ato público realizado em defesa da educação, organizado pelo núcleo do PT em Campo Grande, onde foi pedido apoio à luta contra a UTE e foram coletadas assinaturas para um novo abaixo-assinado. Uma moção de repúdio sobre o referido empreendimento foi entregue a um senador da República presente ao ato público, ao

presidente nacional do PT e enviado ao representante do Legislativo Federal. E no dia 30 de novembro, membros da Comissão participaram de uma audiência pública havida na Alerj.

ANÁLISE CRÍTICA DO EIA-RIMA: O DESEMPENHO DOS TÉCNICOS

Em setembro de 2001, a pedido das entidades que subscreveram a ação civil pública, a COPPE/UFRJ elaborou uma análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), abrangendo aspectos energéticos, ambientais e tecnológicos do projeto (“UTE Sepetiba – Avaliação Preliminar sobre o Empreendimento”). Nesta análise, foi salientada a ausência da avaliação de sinergia dos impactos ambientais causados pela UTE e outras fontes já existentes na região (a UTE Santa Cruz está a 6 km dali), bem como do respeito aos padrões legais de qualidade do ar (conforme a Resolução CONAMA 03/90) que, segundo a COPPE, já está saturada na região. Aponta ainda que várias etapas do licenciamento tinham sido suprimidas ou não atendidas:

- o município de Itaguaí não havia concedido formalmente a sua autorização de instalação da usina;
- não fora realizado o plebiscito junto à população de Itaguaí para deliberar sobre a instalação do empreendimento, conforme a Lei Orgânica Municipal, apesar da solicitação de mais de 5% do eleitorado de Itaguaí ao presidente da Câmara de Vereadores;
- não houve legitimidade na realização da audiência pública por inobservância das formalidades legais.

A 19 de março de 2002, surgiu um novo aliado na batalha contra a instalação da usina a carvão mineral em Itaguaí: um jovem e atuante senador pelo Partido Verde na Itália (Sen. Francesco Martone) fez uma interpelação formal ao seu governo, solicitando informações sobre quais as iniciativas que o governo italiano pretendia adotar para impedir um desastre ambiental de grandes proporções no Brasil com a participação de uma multinacional italiana (Enelpower), além de solicitar a apuração do possível envolvimento de sociedades financeiras européias no projeto, uma vez que o empreendedor brasileiro (Inepar Energia S/A) encontrava-se em dificuldades.

A SUSPENSÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

Na primeira quinzena de abril de 2002, depois de muitas denúncias, o Ministério Público Estadual (7ª Regional, em Volta Redonda) reuniu-se ao MPF e de-

terminou que a supressão do artigo 305 da Lei Orgânica do Município era inconstitucional. Este fator desencadeou a liminar expedida a 15 de abril de 2002 pela 24ª Vara da Justiça Federal no Rio de Janeiro, que suspendeu o processo de licenciamento ambiental pela Feema para a instalação da Usina Termelétrica de Sepetiba, até a realização do plebiscito no município de Itaguaí para consulta à população local acerca da implementação da atividade a ser desenvolvida, como determina a legislação (Resolução CONAMA 01/86).

Mais uma vez, o vereador de Itaguaí, que já havia fornecido informações relevantes à população local sobre a operação de uma usina semelhante em Capivari de Baixo (SC), encaminhou um ofício à SEMADS (datado de 8 de maio de 2002), solicitando informações ao presidente da Feema sobre o processo de licenciamento (suspenso pela liminar judicial), uma vez que cresciam as pressões do poder executivo local pois, mediante o argumento de geração de empregos, contava com apoio político no âmbito dos poderes legislativo e executivo nacional.

Mediante pareceres técnicos da COPPE/UFRJ e da Feema, ao lado do parecer jurídico da SEMADS, o empreendimento teve a licença de operação revista e *anulada* pela CECA a 23 de julho de 2002 (conforme publicado no DOE a 25.07.2002).

De acordo com os seus membros mais atuantes, as ações de mobilização de iniciativa da Comissão de Ética e Cidadania contaram com o apoio da Aplim, da Apedema, do CREA-RJ, da COPPE/UFRJ, grêmios estudantis de Itaguaí, Igreja Luterana de Itaguaí, Pastoris Sociais da Igreja Católica, Partido dos Trabalhadores, Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE) e do Sindipetro.

No início de agosto de 2002, um parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável dava por encerrada a batalha administrativa do empreendedor apresentando um resumo definitivo de todas as irregularidades relativas ao processo de licenciamento da usina, ao descumprimento de inúmeras exigências legais, entre elas a legislação ambiental federal – já que a região de Itaguaí está compreendida em uma Área de Proteção Ambiental permanente (APA), a encosta da Mata Atlântica – e a legislação municipal (a autorização do município e a falta de realização de plebiscito). Este Parecer viria a fundamentar melhor a anulação do licenciamento daquele empreendimento.

De acordo com um membro da Comissão de Ética e Cidadania,

foram os confrontos que nos fortaleceram! De um lado, as autoridades locais, o prefeito, o Secretário de Saúde e do Meio Ambiente. Do outro lado tinha o pessoal da COPPE, da SEMADS! Nada mais justo do que confrontar as informações, cada um ter seu espaço democrático para se defender!

Aí eles começaram a ir nas escolas, para defender [a usina]. Mas daí as pessoas da Comissão ficavam sabendo e a estratégia deles ia por água abaixo... Na reunião que estava agendada para a Ilha da Madeira, eles desmarcaram, recuaram... A estratégia deles era evitar os confrontos. Por quê? À medida que os confrontos estavam acontecendo, mais a verdade estava vindo à tona.

(...) A gente tentou de todas as maneiras! No MP, na CECA, também a gente percebeu uma certa manipulação... Com dados contundentes, a gente pressionou e conseguiu. A gente viu o seguinte: de fato este é um momento que era para estar sempre sendo lembrado, porque a princípio era "impossível" – as pessoas falavam: – "Gente! eles têm muito dinheiro! Vocês não vão conseguir nada!"

Depois tem o seguinte: aqui em Itaguaí tem o coronelismo ainda, um pouco isso... agora tá mudando, mas enfrentando todas as adversidades, essa nossa vitória, da cidadania, pra nós foi fantástico! (abril 2003).

NOTAS

¹ Lacerda (1996); Sá (1999), entre outros.

² Cabe ressaltar que, há décadas, o município de Itaguaí registra extensas disputas em torno da exploração de areais, envolvendo interesses de empresas privadas, agentes autônomos e de representantes do poder executivo local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ROSA, Luís Pinguelli & COSTA, Márcio Macedo, "UTE Sepetiba – Avaliação Preliminar sobre o empreendimento". COPPE/UFRJ, setembro 2001.
- FONTENELLE, Miriam & ROCHA, Felipe Boring, "Parecer Jurídico sobre a Usina Termelétrica de Sepetiba", Assessoria Jurídica da SEMADS, 05.08.2002.

Energia e conflitos sociais: o caso da barragem de Itaocara, Rio de Janeiro

*Carlos B. Vainer**

*Flávia Braga Vieira***

*Daniele de Carvalho Pinheiro****

*Michele Christina Durães do Carmo*****

A partir das últimas décadas do século XX, a construção de grandes barragens no Brasil e no mundo se tornou o estopim de importantes conflitos sociais. No Brasil, a partir do final da década de 1970, desenvolveram-se diversas lutas e formas de organização locais e regionais que, no início dos anos 1990, convergiram para a criação do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens – MAB.

No Estado do Rio de Janeiro, a primeira mobilização anti-barragens de que se tem notícia ocorreu na segunda metade dos anos 1980¹, em resistência aos projetos de Simplício, Sapucaia/Anta e Itaocara. Na época, estes projetos eram de responsabilidade de Furnas Centrais Elétricas. No início dos anos 2000, a história deste conflito ainda está por ser resgatada, visto que, com a desistência de Furnas em levar adiante a construção das usinas, o movimento se desmobilizou, ficando guardado apenas na memória dos atores que viveram aquele momento.

Em 2001 emerge um novo movimento, na área de implantação do aproveitamento hidrelétrico de Itaocara, agora retomado pela empresa privada Light., que é quem detém a concessão. Este texto expõe as principais características do projeto e relata, de forma sintética, o desenrolar do conflito.

* Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e coordenador do Projeto Setor Elétrico, Território, Meio Ambiente e Conflito Social, do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (SETMACS/ETTERN/IPPUR/UFRJ).

** Mestre em Sociologia, pesquisadora assistente do SETMACS/ETTERN/IPPUR/UFRJ.

*** Geógrafa, pesquisadora auxiliar do SETMACS/ETTERN/IPPUR/UFRJ.

**** Graduada de História, bolsista de Iniciação Científica do SETMACS/ETTERN/IPPUR/UFRJ.

○ EMPREENDEDOR

A Light foi fundada em 1904 por um grupo canadense. Em 1979, o controle acionário foi adquirido pelo governo federal, através da holding Eletrobrás. Em 1981, o governo do Estado de São Paulo adquiriu o subsistema situado naquele estado, criando a Eletropaulo. Desta forma, a Light, agora empresa estatal federal, passou a atuar unicamente no Estado do Rio de Janeiro.

A Light foi uma das primeiras empresas do setor elétrico brasileiro a serem privatizadas nos anos 1990, o que se concretizou através de um leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em maio de 1996. Ela foi adquirida por um consórcio constituído por quatro empresas (EDF, AES, CSN e Reliant). Desde então, passou por uma grande reestruturação societária e, em julho de 2002, o Grupo Eletricidade de France – estatal francesa de energia elétrica (EDF) – passou a deter 94,5% da totalidade das ações da Light.

Não têm sido poucas as críticas feitas à atuação da Light depois de sua privatização. Estas críticas dizem respeito principalmente à qualidade dos serviços prestados² e ao valor das tarifas da empresa. A Tabela 1 demonstra como o reajuste de tarifas da Light, referente a 1994, foi dos maiores do país, claramente acima da média.

Tabela 1: Reajustes de Energia Elétrica durante o Plano Real – 1994.

| Empresa | Tarifa residencial | Tarifa rural | Empresa | Tarifa residencial | Tarifa rural |
|---------|--------------------|--------------|--------------|--------------------|--------------|
| CEB | 9,0% | 25,4% | COELBA | 10,5% | 32,1% |
| CEEE | 9,8% | 38,4% | COPEL | 9,7% | 22,8% |
| CELESC | 11,9% | 27,0% | CPFL | 13,1% | 22,0% |
| CEMIG | 9,7% | 22,7% | ELETROPAULO | 13,1% | 38,5% |
| CERJ | 17,3% | 28,9% | LIGHT | 18,9% | 28,4% |
| CESP | 12,4% | 31,4% | Média | 9,8% | 25,1% |

Fonte: Portaria dos DNAEE. Cálculos do DIEESE – Subseção Eletricitários SC.

Além disso, a tarifa de energia na cidade do Rio de Janeiro é o triplo da tarifa de energia em Paris; isto é, cariocas e parisienses são atendidos pela mesma EDF, mas os primeiros pagavam em 2002 R\$ 139,00 por 400 kwh, enquanto os segundos, apenas R\$ 48,00³. Desta forma, pode-se perceber que em sua principal atividade, isto é, na distribuição de energia elétrica, a Light enfrenta enormes conflitos com os consumidores.

Embora seja essencialmente uma empresa distribuidora de eletricidade, com-

prando de outras empresas a energia que distribui, após a privatização a Light buscou encontrar projetos em que pudesse investir na geração de energia, com o intuito de diversificar suas atividades e reduzir sua dependência de fornecedores. O primeiro passo na direção deste objetivo foi exatamente a aquisição, em leilão promovido pela ANEEL, em novembro de 2000, da concessão para a construção e operação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Itaocara.

○ PROJETO

O projeto da década de 2000 da UHE Itaocara não difere muito do projeto inicial de Furnas, prevendo uma usina com capacidade de geração instalada de 195 MW, em dois geradores. Sua localização é no Rio Paraíba do Sul, entre os municípios de Itaocara e Aperibé. O projeto prevê a formação de um reservatório de 76 km² (ou 80 km², dependendo do documento da empresa este tamanho pode variar), que alagará terras de oito municípios – Itaocara, Aperibé, Cantagalo, Santo Antonio de Pádua e Carmo, no Estado do Rio de Janeiro, e Pirapetinga, Estrela D’Alva e Volta Grande, em Minas Gerais.

Para fins de licenciamento ambiental, a Light contratou a empresa de consultoria Engevix, que realizou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)⁴. Os estudos apresentados foram realizados de forma primária, e seus relatórios são povoados de equívocos, contradições, meias verdades e grandes lacunas⁵.

Segundo o EIA/RIMA, elaborado no ano 2000, o projeto iria deslocar 873 famílias. Este cálculo considerou apenas os proprietários. Pelos procedimentos adotados na contagem dos “atingidos”, a Light e sua consultora Engevix tiraram do baú o que designamos de *estratégia territorial patrimonialista*⁶, vigente nos anos 1970, durante a ditadura militar. Ao adotar esta estratégia, de limpeza do terreno, o empreendedor parte para a conquista de um território no qual reconhece apenas a existência de propriedades, desprezando por completo o restante da população atingida – trabalhadores, moradores que vivem e sobrevivem no território. Assim, o problema social e ambiental fica reduzido a sua dimensão patrimonial-legal, a ser resolvido por operações imobiliárias, isto é, de compra e venda⁷. A população local estima em mais de 1.500 o número de famílias a serem deslocadas pelo reservatório.

Mas os problemas do Estudo de Impacto Ambiental vão mais além. Não há qualquer investigação efetiva das alternativas, como exige a lei. Não há menção a qualquer mecanismo de participação ou controle social, como hoje é recomendado nas diretrizes de todas as agências multilaterais (BID, Banco Mundial, Comissão Mundial de Barragens). A qualidade dos dados utilizados para caracterizar a região atingida é lamentável.

A maneira como o problema da saúde é tratado constitui bom exemplo da precariedade do EIA/RIMA. Com efeito, os estudos não foram baseados em levantamentos adequados sobre a saúde da região; não fornecem dados sobre morbidade e mortalidade; são omissos quanto a endemias locais; em síntese, não contribuem em nada para esclarecer qual a real situação de saúde na região. Sem estas informações, é evidentemente impossível fazer qualquer estimativa, mesmo que aproximativa, de impactos. Isso não obstante, na matriz de impactos em que pretende resumir suas conclusões, o estudo apresenta as alterações no quadro de saúde como constituindo um impacto de magnitude baixa. O mínimo que se pode dizer é que é totalmente irresponsável pretender tirar qualquer conclusão sobre os impactos na área de saúde a partir dos dados (na realidade, ausência de dados) que são fornecidos pelo estudo.

Este o padrão de praticamente todos os “levantamentos” e “avaliações” constantes do EIA-RIMA, como os de educação, economia regional, trabalho e renda, cultura. Não há ainda qualquer menção à diminuição de vazão do Rio Paraíba do Sul ou aos impactos decorrentes do empreendimento na bacia como um todo, principalmente na pesca e qualidade da água. É total o silêncio sobre os graves efeitos que a barragem teria a jusante, em particular sobre o regime hídrico e fluxo de sedimentos, com consequências imprevisíveis sobre a barra do rio Paraíba, em estado de acelerada degradação (município de São João da Barra).

A área a ser inundada apresenta expressiva produção agropecuária – principalmente leite e hortaliças –, com terras férteis que se estendem por toda a região de várzea. Uma rápida visita à região é suficiente para provocar no visitante a sensação imediata de que se encontra numa área rural que dista da paisagem de pobreza que caracteriza o agro fluminense. A população vem conseguindo, graças a seu esforço, sobreviver de maneira digna do fruto de seu trabalho na terra e da pesca que o rio Paraíba provê.

Os deslocamentos forçados, a destruição de uma economia local relativamente próspera, os postos de trabalho perdidos, os impactos a jusante sobre a pesca e sobre a própria morfologia fluvial, tudo indica os altíssimos custos sociais e ambientais. Do outro lado, o que se tem é a geração de uma quantidade inexpressiva de eletricidade, embora os lucros da empresa possam ser inexpressivos.

Na medida que comparam a capacidade instalada com a área inundada e o número de famílias deslocadas, as Tabelas 2 e 3 ajudam a entender o escândalo social e ambiental que representaria a construção da UHE Itaipu.

○ CONFLITO

Como era de se esperar, um projeto injustificável, sem participação e qualquer consulta à população local trazia em seu bojo todos os elementos propicia-

dores de um conflito social. Este conflito iniciou-se no ano de 2001, a partir da ação de alguns atores importantes, entre eles, a equipe do Projeto Setor Elétrico, Território, Meio Ambiente e Conflito Social, do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (SETMACS/ETERN/IPPUR/UFRJ).

Tabela 2: Capacidade Instalada e Área do Reservatório. Itaipu e Outros Aproveitamentos.

| Usina | Capacidade Instalada (MW) | Área do Reservatório (Km ²) | Relação MW/ Km ² |
|---------------------------------|---------------------------|---|-----------------------------|
| Itaipu (RJ) ^a | 195 | 80,7 | 2,42 |
| Itaipu (SC) ^b | 1.450 | 141 | 10,28 |
| Funil (RJ) ^c | 216 | 40 | 5,40 |
| Itaipu Binacional ^c | 12.600 | 1.350 | 9,33 |
| Machadinho (RS/SC) ^b | 1.140 | 56,7 | 20,11 |

Fontes: a) EIA/RIMA, 2000.

b) Páginas eletrônicas das empresas responsáveis pelos empreendimentos.

c) Documento do CREA-RJ “Seminário sobre a Barragem de Itaipu”, setembro de 2001.

Tabela 3: Capacidade Instalada e Área do Reservatório. Itaipu e Outros Aproveitamentos.

| Usina | Capacidade Instalada (MW) | Famílias deslocadas | Famílias deslocadas/ MW |
|-------------------|---------------------------|---------------------|-------------------------|
| Itaipu (RJ) | 195 ^a | 873 ^a | 4,48 |
| Itaipu (SC) | 1.450 ^b | 4.000 ^d | 2,76 |
| Itaipu Binacional | 12.600 ^c | 6.000 ^d | 0,47 |
| Machadinho (RS) | 1.140 ^b | 2.300 ^d | 2,01 |

Fontes: a) EIA/RIMA, 2000.

b) Páginas eletrônicas das empresas responsáveis pelos empreendimentos.

c) Documento do CREA-RJ “Seminário sobre a Barragem de Itaipu”, setembro de 2001.

d) Movimento de Atingidos por Barragens.

No segundo semestre de 2001, a equipe do SETMACS/ETERN/IPPUR/UFRJ toma conhecimento de que o projeto de Itaipu está sendo novamente avaliado e que a atual detentora da concessão é a Light⁸. Esta informação chega mais ou menos à mesma época que outra, absolutamente decisiva: a população

do 4º Distrito de Cantagalo, a localidade de São Sebastião do Paraíba, prevista para ser totalmente deslocada, não quer o empreendimento. No começo de novembro, chega a informação de que em menos de um mês ocorreriam as Audiências Públicas do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, a cargo do Ibama, por tratar-se de projeto que atingiria dois estados da Federação.

Neste momento, a equipe do projeto entra em contato com a Coordenação Nacional do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Acompanhando uma liderança do MAB, alguns pesquisadores da equipe se dirigem à área atingida, nos dias 13, 14 e 15 de novembro de 2001, com o objetivo de realizar uma primeira conversa com a população de São Sebastião do Paraíba. A reunião do primeiro dia conta com a presença de cerca de 30 pessoas. Dois dias depois, mais de 100 pessoas, reunidas na praça de São Sebastião Paraíba, encerram a reunião decisiva de nascimento do movimento com gritos de “Águas para vida não para morte”⁹ e “Terras sim, barragens, não”. Portando orgulhosa e combativamente bonés e camisetas do MAB, a maioria se declara integrante do Movimento.

Pode-se afirmar que a visita de lideranças do Movimento Nacional foi responsável pela transformação da insatisfação local em um início de mobilização e resistência. A rapidez com que este processo ocorreu parece demonstrar duas coisas: de um lado, a enorme insatisfação e, por que não dizer, revolta da população frente a um projeto que simplesmente os desconhece como portadores de direitos; de outro lado, a enorme capacidade das lideranças do MAB em estabelecerem, de maneira rápida e quase natural, a identificação da população atingida com o Movimento.

Na semana seguinte, representantes da Light comparecem ao Distrito de São Sebastião do Paraíba para uma reunião previamente marcada – provavelmente para divulgar as virtudes do projeto e preparar as Audiências Públicas. Encontram, para sua surpresa, uma população mobilizada que, simplesmente, os expulsa do recinto. As casas passam a ter bandeiras do MAB na porta. Na entrada de São Sebastião os muros enunciam o sentimento geral: “Fora LIGHT”, “Amigo da LIGHT, Inimigo do povo”, entre outras, são inscrições que surgem.

Enquanto isso, a equipe do SETMACS/ETTERN/IPPUR/UFRJ tenta ter acesso ao EIA/RIMA. Não consegue sucesso no escritório do Ibama no Rio de Janeiro, mas o encontra no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), que, alguns meses antes, havia feito uma avaliação do projeto, tendo inclusive tido contato com a população local em uma visita de campo. O Departamento de Meio Ambiente do CREA disponibiliza os documentos e sua própria avaliação. Com o EIA/RIMA em mãos, a equipe tem duas semanas para fazer um parecer técnico sobre os documentos.

As Audiências Públicas ocorrem nos dias 4 e 5 de dezembro de 2001, respectivamente nos municípios de Itaocara, Rio de Janeiro, e de Pirapetinga, Minas

Gerai. Pesquisadores do SETMACS/ETTERN/IPPUR/UFRJ participaram das audiências, apresentando o parecer técnico elaborado pela equipe. Muitos são os depoimentos contrários ao projeto: do CREA, de moradores de São Sebastião do Paraíba, do professor Arthur Soffiati, da UFF, explicando os efeitos danosos da barragem a jusante, na Baixada Campista e na barra do rio. Cerca de 200 pessoas comparecem ao evento e demonstram de modo inequívoco sua insatisfação e rejeição ao empreendimento.

A audiência de Itaocara apresenta alguns fatos relevantes que merecem ser relatados. Em primeiro lugar, todo o contingente policial do município, e mesmo de alguns municípios vizinhos, é mobilizado, demonstrando tanto a expectativa em relação de que haveria uma forte mobilização popular, quanto permanência da velha concepção de que população mobilizada em defesa de seus interesses é caso de polícia. Além disso, há a presença da população diretamente atingida, isto é, aqueles a serem deslocados, mas também de várias associações de pescadores e moradores a jusante do empreendimento, demonstrando a preocupação, principalmente da população de São João da Barra, com os problemas na foz do Rio Paraíba do Sul, em função da diminuição da vazão do rio, entre outras. Por fim, a empresa fica absolutamente acuada e claramente surpresa com o descontentamento, os protestos, a indignação. O povo ganha a audiência, ganha a primeira batalha. Muito embora a audiência não tenha qualquer poder efetivo sobre o destino da obra, vive-se na região um sentimento muito diferente do que dominava há menos de um ano atrás, quando se acreditava que a barragem era inevitável, obra do destino.

A partir da audiência, a empresa passa a usar a estratégia de tentar amedrontar as lideranças locais da resistência. A população de São Sebastião do Paraíba relata que a polícia vai à localidade diversas vezes, procurando pessoas pelo nome, no intuito claro de constrangê-las e atemorizá-las. Os consultores da Engevix/Light passam a conversar com algumas pessoas separadamente, tentando isolar aqueles que identifica como lideranças. São suspensas todas as reuniões públicas, provavelmente para evitar oferecer aos adversários do projeto novas oportunidades para fazer suas denúncias e promover manifestações de protesto.

Outro momento de mobilização será o 14 de março de 2002. O MAB se mobiliza nacionalmente para fazer atos em diferentes capitais, celebrando o Dia Nacional e Internacional de Luta contra as Barragens. Contando com o apoio e a experiência de uma liderança nacional do MAB que se estabeleceu na região da barragem de Itaocara durante algumas semanas para ajudar a preparar o 14 de março, três ônibus se dirigem à cidade do Rio de Janeiro. Um ônibus vem de São João da Barra, importante indicador da forte preocupação das populações a jusante; outros dois vêm dos municípios ameaçados de inundação. Os ônibus são parados pela polícia nove vezes no trajeto até a capital: revistas pessoais, de malas, des-

truição de máquinas fotográficas, enfim, pressão total da democracia EDF/Light. As perguntas que permanecem sem resposta até hoje na cabeça dos atingidos: quem avisou a polícia? por que tanta repressão? por que a força policial do estado é mobilizada para constranger cidadãos no exercício de seu direito de livre manifestação?

No primeiro dia de manifestação, dia 13 de março, ocorre um ato na frente da sede do BNDES, ato simbólico, de caráter nacional, para denunciar os financiamentos públicos a grandes projetos hidrelétricos. Em seguida, segue-se um protesto em frente ao palácio do governo do Estado, no qual os manifestantes pedem para serem recebidos pelo governador Anthony Garotinho, com o intuito de denunciar a situação enfrentada em Itaocara. Conseguem ser recebidos pelo secretário de governo, Fernando William, que se limita a ouvir as reivindicações e marcar um segundo encontro na semana seguinte.

No dia 14 de março, o protesto é na sede da Light. Com uma rápida ocupação, conseguem ser recebidos por técnicos e executivos, entregando sua pauta de reivindicações¹⁰. A empresa não deu qualquer resposta a este documento.

As lideranças avaliam que o principal saldo das manifestações de 13 e 14 de março na capital do estado foi o fato de o movimento assumir uma feição pública e fazer-se reconhecer tanto pelo governo estadual quanto pela própria empresa.

COMENTÁRIOS FINAIS

Depois destas manifestações, ocorre um relativo esfriamento. O fato novo é que o Ibama rejeita o EIA-RIMA, determinando estudos complementares. Esta informação é repassada pela equipe SETMACS/ETTERN/IPPUR/UFRJ às lideranças locais em visita à região nos dias 16, 17 e 18 de agosto. Esta vitória parcial os enche de esperança.

O desdobramento da luta no segundo semestre de 2002 foi condicionado pelo processo eleitoral, que concentrou a atenção de militantes partidários e, mesmo, de lideranças nacionais do MAB, que passaram quase seis meses sem comparecer à região. Ao mesmo tempo, a mudança no governo estadual, assumido por Benedita da Silva, do PT, embora tenha inicialmente aberto novas perspectivas de conseguir obter um apoio mais decisivo para as reivindicações, acabou frustrando os atingidos.

Em agosto entra em cena um novo ator: o Agente de Desenvolvimento Local do município de Cantagalo. O sr. Henrique Bon procura o ETTERN/IPPUR/UFRJ, querendo conversar e discutir a barragem de Itaocara. Tendo ouvido falar do parecer técnico elaborado pela equipe, solicita um cópia. Segundo ele, o parecer poderia ajudá-lo a enfrentar a propaganda da empresa na reuniões por esta promovidas nos municípios da região. Na reunião a que comparecem integrantes

da equipe SETMACS/ETTERN/IPPUR/UFRJ, em São Sebastião do Paraíba, em 31 de agosto, o ADL já está presente. Nesta reunião se delibera solicitar uma audiência com o secretário de Meio Ambiente do Estado.

Apenas em 27 de setembro esta audiência acontecerá, embora não com o secretário, mas com um apático sub-secretário, que desconhece a realidade e se mostra absolutamente incapaz de responder às demandas de que o governo do estado intervenha de maneira mais decisiva no processo. Estiveram presentes à reunião quatro representantes dos atingidos – da Associação de Produtores Locais de São Sebastião do Paraíba, da Associação de Pescadores, do MAB-Itaocara e, finalmente, um atingido do município de Santo Antonio de Pádua. Também participaram da audiência o ADL de Cantagalo, integrantes do SETMACS/ETTERN/IPPUR/UFRJ, algumas organizações ambientalistas, assessores da Secretaria de Meio Ambiente, representantes da Feema e da Secretaria de Energia. O problema é apresentado e discutido, mas nada é decidido. Os representantes do governo argumentam que a proximidade das eleições (3 de outubro) impede qualquer ação mais efetiva.

Em 11 de outubro ocorre uma nova reunião, com o mesmo sub-secretário. Desta vez comparece também um representante do MAB nacional. A Feema assume o compromisso de rearticular um Grupo de Trabalho que havia elaborado, há cerca de um ano, parecer crítico sobre o projeto da UHE Itaocara. A Secretaria de Meio Ambiente, por sua vez, responsabiliza-se por pedir informações oficiais ao Ibama Nacional e promover uma interpelação no Comitê da Bacia do Paraíba do Sul (CEIVAP) através de seus representantes. Há igualmente acordo quanto à necessidade de fazer um esforço conjunto para que se consiga realizar uma audiência pública na Assembléia Legislativa. A verdade é que o governo petista encerra seu mandato sem ter dado seqüência a nenhum dos compromissos assumidos e sem qualquer iniciativa digna de nota.

Em 2002, sabia-se que a Light apresentara os estudos complementares exigidos pelo Ibama, mas eles não foram tornados públicos¹¹.

No dia 6 de fevereiro de 2003, a equipe do SETMACS/ETTERN/IPPUR/UFRJ é informada por um assessor da CEIVAP de que a solicitação feita pelas associações de São Sebastião do Paraíba para que o projeto fosse objeto de discussão no Comitê fora aceita e de que, no dia seguinte, haveria reunião de uma câmara técnica. A reunião, à qual não puderam comparecer representantes dos atingidos, por terem sido avisados apenas na véspera (a viagem de São Sebastião do Paraíba e Resende exige em torno de seis horas de deslocamento) prolongou-se por várias horas tratando de outros assuntos, e somente no final, quando já esvaziada, foi o projeto colocado em discussão. Tendo em vista a ausência de representantes dos atingidos, o presidente da sessão convidou um pesquisador da equipe do SETMACS/ETTERN/IPPUR/UFRJ. Neste momento, representantes

da Light, em número expressivo, passam a intervir de maneira enfática, questionando a legitimidade do IPPUR, buscando, a todo custo, impedir que a discussão se instalasse. Ao final obtêm sucesso, embora tenha ficado decidido que o projeto viria a ser discutido em uma próxima sessão.

Este é um conflito que está longe de ser resolvido. Até o final de 2003, nem mesmo a Licença Ambiental Prévia havia sido concedida. A população da região insiste em denunciar a desinformação e as práticas de constrangimento e amedrontamento em relação às lideranças. É inegável, por outro lado, que o projeto de Itaocara vem impondo à população prejuízos desde o fim dos anos 1980, uma vez que a ameaça da construção da barragem inibe investimentos e melhorias nos estabelecimentos agrícolas e comerciais, assim como nas residências. Ninguém vai investir em algo que, amanhã, pode estar debaixo d'água.

Enquanto isso, do outro lado, a Light enfrentou, no mês de dezembro de 2002, uma dura greve dos eletricitários, por reajuste salarial e estabilidade no emprego. A imprensa noticiou que a EDF pretende desfazer-se da Light e deixar o país, em virtude de alegados prejuízos¹². A população ameaçada, como sempre, é tratada como mero cenário das decisões tomadas em esferas que lhes são inacessíveis. E, apesar de tudo, resiste.

NOTAS

¹ Há informações sobre resistência à construção da Usina de Ribeirão das Lages, que inundou a cidade histórica de São João Marcos. Ver: SOARES, Daniella. *A Cidade do Lago. São João Marcos e o Reservatório de Ribeirão das Lages, Rio de Janeiro*. UFRJ: Rio de Janeiro, 1997. Monografia em Geografia.

² Ainda está fresco na memória dos cariocas o “verão do apagão” (1999). A Light é recordista de reclamações no Procon. A Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor disponibiliza, através do sistema de Procon-on-line, uma lista das dez empresas mais reclamadas do Rio de Janeiro. A Light ostenta o segundo lugar (ver www.consumidor.rj.gov.br).

³ Dados extraídos do Caderno Economia do *Jornal do Brasil* de 14 de abril de 2002.

⁴ Note-se que a Light venceu o leilão da ANEEL de novembro de 2000 e o EIA/RIMA é de junho de 2000. Isto é, a empresa já tinha a certeza de que iria vencer o leilão. Ou a Light pagou por um estudo sem saber se ele seria usado? Foi também a Engevix que havia preparado, anos atrás, o EIA/RIMA do projeto de Furnas.

⁵ Para uma avaliação destes estudos, ver “Parecer sobre o EIA/RIMA da UHE Itaocara” SETMACS/ETTERN/IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, novembro de 2001. Este Parecer foi lido e encaminhado ao Ibama por ocasião da audiência pública realizada em 4 de dezembro de 2001, no município do Itaocara. Ver também o estudo realizado pelo CREA-RJ, “Seminário sobre a Barragem de Itaocara”, Rio de Janeiro, setembro de 2001.

⁶ Ver: VAINER, Carlos B., ARAÚJO, Frederico G. B.; “Implantação de grandes hidrelétricas. Estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas”. *Travessia – Revista do*

Migrante, São Paulo, n.6, 1990; Vainer, Carlos B. “Implantación de grandes represas hidroeléctricas, movimientos forzados y conflictos sociales. Nota sobre la experiencia brasileña”. In: CANALES, Jorge. *Efectos demográficos de grandes proyectos de desarrollo*. San Jose, Costa Rica: Centro Latinoamericano de Demografía/Fondo de Población de las Naciones Unidas/Centro de Estudios Demográficos, 1990.

⁷ Observe-se, ademais, que as operações de compra e venda, neste caso, colocam face a face contratantes de forças absolutamente desproporcionais. E como se isso não bastasse, a empresa detém o poder de desapropriação por utilidade pública, o que retira do vendedor, melhor seria dizer do expropriado, qualquer poder efetivo de barganha.

⁸ No início dos anos 1990, quando o Projeto SETMACS/ETTERN dava seus primeiros passos, o coordenador do Projeto deu assessoria à organização dos atingidos que surgia na região, sobretudo na área a ser atingida pelos projetos de Sapucaia e Anta. A organização dos atingidos de então contou com o apoio da CPT e de uma Comissão Interdiocesana, reunindo bispos de várias dioceses atingidas pelas barragens de Sapucaia, Anta, Simplício e Itaocara.

⁹ Este é o lema principal do MAB, que aparece em todos os seus materiais e bandeiras. Desde 1997, quando se reuniu em Curitiba o I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens, este se transformou no lema central do dia 14 de março, Dia Mundial de Luta contra Barragens.

¹⁰ O documento apresentado reivindicava “cancelamento imediato do projeto de construção da UHE Itaocara, entendendo que o mesmo é inviável social, cultural, ambiental e economicamente”. Além disso, sugeria que a Light investisse em fontes alternativas de energia tais como solar, eólica e biomassa.

¹¹ Em novembro de 2003, a equipe do SETMACS/ETTERN/IPPUR/UFRJ tentou ter acesso a estes documentos junto ao Ibama mas como o órgão ambiental os estava analisando, os mesmos não foram disponibilizados.

¹² No início de 2003, farto noticiário de imprensa dá publicidade à enorme dívida das empresas privadas do setor elétrico com o BNDES, em particular Eletropaulo, controlada pelo grupo americano AES, e a Light, controlada pelo grupo estatal francês Electricité de France. Após terem se beneficiado de empréstimos do banco estatal a juros favorecidos para comprar empresas do estado, agora alegam que o racionamento deixou-as numa situação difícil e pressionam o governo por reajustes de tarifas muito acima da inflação. Na época das vacas gordas, remeteram fartos lucros para o exterior; agora, porém, as matrizes se recusam a prestar socorro às suas subsidiárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CREA-RJ. Seminário sobre a Barragem de Itaocara. Rio de Janeiro, setembro de 2001.
- SETMACS/ETTERN/IPPUR/UFRJ. *Parecer sobre o EIA/RIMA da UHE Itaocara*, Rio de Janeiro, novembro de 2001.
- SOARES, Daniella. *A Cidade do Lago. São João Marcos e o Reservatório de Ribeirão das Lages, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Monografia em Geografia.
- VAINER, Carlos B., ARAÚJO, Frederico G. B. “Implantação de grandes hidrelétricas. Estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas”. *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo, nº 6, 1990.

VAINER, Carlos B. "Implantación de grandes represas hidroeléctricas, movimientos forzados y conflictos sociales. Nota sobre la experiencia brasileña". In: CANALES, Jorge. *Efectos demográficos de grandes proyectos de desarrollo*. San Jose, Costa Rica: Centro Latinoamericano de Demografía/Fondo de Población de las Naciones Unidas/Centro de Estudios Demográficos, 1990.